



PODER JUDICIÁRIO  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

# RELATÓRIO DO BIÊNIO 2013/2014

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO  
DO RIO DE JANEIRO

DESEMBARGADORA LEILA MARIA CARRILO CAVALCANTE RIBEIRO MARIANO



# RELATÓRIO DO BIÊNIO 2013/2014

---

## **PRESIDENTE**

Desembargadora LEILA MARIA CARRILO CAVALCANTE RIBEIRO MARIANO

## **CORREGEDOR-GERAL DA JUSTIÇA**

Desembargador VALMIR DE OLIVEIRA SILVA

## **1ºs VICE-PRESIDENTES**

Desembargador NASCIMENTO ANTONIO PÓVOAS VAZ<sup>1</sup>

Desembargador JOSÉ CARLOS DE FIGUEIREDO<sup>2</sup>

Desembargadora MARIA INÊS DA PENHA GASPAR<sup>3</sup>

## **2ºs VICE-PRESIDENTES**

Desembargador NAMETALA MACHADO JORGE<sup>4</sup>

Desembargador SÉRGIO LUCIO DE OLIVEIRA E CRUZ<sup>5</sup>

## **3º VICE-PRESIDENTE**

Desembargadora NILZA BITAR

---

1 04 de fevereiro de 2013 a 23 de janeiro de 2014  
2 27 de janeiro de 2014 a 11 de maio de 2014  
3 12 de maio de 2014 a 01 de fevereiro de 2015  
4 04 de fevereiro de 2013 a 23 de maio de 2013  
5 23 de maio de 2013 a 01 de fevereiro de 2015

# Sumário

<b>1</b>	<b>Apresentação</b>	<b>9</b>
<b>2</b>	<b>Administração Política do PJERJ</b>	<b>13</b>
2.1	Tribunal Pleno .....	13
2.2	Órgão Especial.....	14
2.3	Carreira da Magistratura .....	27
2.4	Conselho da Magistratura .....	30
2.5	Assessoria para Assuntos do Conselho Nacional de Justiça.....	34
<b>3</b>	<b>Administração Financeira do PJERJ</b>	<b>37</b>
3.1	Planejamento, Orçamento, Controle e Finanças .....	37
	RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS .....	42
	RECEITA.....	45
	DESPESA .....	46
	DESPESA DE PESSOAL.....	47
	DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2013/2014 .....	50
<b>4</b>	<b>Gestão Estratégica</b>	<b>57</b>
4.1	Direcionadores Estratégicos .....	59

<b>4.2</b>	<b>Mapa Estratégico do PJERJ</b> .....	<b>60</b>
<b>4.3</b>	<b>Projetos Estratégicos do Biênio 2013/2014</b> .....	<b>61</b>
<b>4.4</b>	<b>Indicadores Estratégicos do CNJ</b> .....	<b>71</b>
	INDICADORES VINCULADOS AO FOCO	
	“EFETIVIDADE JURISDICIONAL” .....	72
	INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “GESTÃO DIALÓGICA” .....	72
	INDICADORES VINCULADOS AO FOCO	
	“COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL” .....	73
	INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “VALORIZAÇÃO DE	
	MAGISTRADOS E SERVIDORES” .....	73
	INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “TECNOLOGIA EFICAZ” .....	73
	INDICADORES VINCULADOS AO FOCO	
	“PRESTAÇÃO DE CONTAS” .....	73
<b>4.5</b>	<b>Metas Nacionais do CNJ</b> .....	<b>75</b>
<b>5</b>	<b>Imagem Institucional</b> .....	<b>79</b>
<b>5.1</b>	<b>Parcerias Estratégicas com Órgãos</b>	
	<b>Públicos e Privados</b> .....	<b>79</b>
	PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E	
	PRIVADOS EM 2013.....	79
<b>5.2</b>	<b>Destaques e premiações</b> .....	<b>89</b>

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS PJERJ .....	89
PRÊMIOS RECEBIDOS PELA PRESIDENTE DO PJERJ .....	93
PRÊMIOS CONCEDIDOS PELO PJERJ .....	100
PRÊMIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS.....	102
RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL.....	103
EVENTOS .....	111
VISITAS RECEBIDAS .....	126
LANÇAMENTO DE LIVROS .....	130

## **6 Panorama Institucional 135**

### **6.1 Efetividade Jurisdicional..... 135**

PJERJ EM NÚMEROS .....	135
MELHORIAS NA JURISDIÇÃO .....	137
POLÍTICA DE AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS .....	151
JUSTIÇA ITINERANTE.....	157
RESULTADOS JURISDICIONAIS .....	159
PRECATÓRIOS JUDICIAIS .....	166
ATUAÇÃO DA SECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E TRIBUNAL PLENO (SETOE) .....	168

ATUAÇÃO DA SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA.....	172
ATUAÇÃO DO DEPRE .....	172
LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA.....	173
OBRAS, INAUGURAÇÕES E INSTALAÇÕES .....	215
SEGURANÇA INSTITUCIONAL .....	236
<b>6.2 Gestão Dialógica .....</b>	<b>246</b>
OUVIDORIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO.....	246
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL .....	251
ASSESSORAMENTO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS.....	265
<b>6.3 Comunicação Institucional .....</b>	<b>288</b>
COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM A MÍDIA.....	289
GESTÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO .....	293
GESTÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS.....	301
MUSEU DA JUSTIÇA .....	302
CENTRO CULTURAL DO PJERJ .....	306
<b>6.4 Valorização de Magistrados e Servidores.....</b>	<b>308</b>
ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS .....	310
AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES.....	311

REALIZAÇÃO DE NOVOS CONCURSOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS .....	312
PROGRAMA DE RECEPÇÃO E INTEGRAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES .....	312
ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS .....	314
REVISÃO DE VENCIMENTOS E DE BENEFÍCIOS .....	315
OUTRAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL .....	316
FORTALECIMENTO DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NO PJERJ .....	320
PROGRAMAS NA ÁREA DE SAÚDE DO SERVIDOR .....	323
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA (ESAJ) .....	328
PROGRAMA DE ESTÁGIO DO PJERJ .....	332
DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA SOBRE SERVIDORES PÚBLICO .....	334
<b>6.5 Tecnologia Eficaz .....</b>	<b>335</b>
GOVERNANÇA DE TI .....	337
PROCESSO ELETRÔNICO JUDICIAL .....	340
PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO.....	341
<b>6.6 Prestação de Contas.....</b>	<b>342</b>
GESTÃO ESTRATÉGICA .....	342
GESTÃO OPERACIONAL .....	343



## **6.7 Sustentabilidade e Responsabilidade Social..... 354**

GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS.....354

USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS, DOS BENS  
PÚBLICOS E DAS CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS.....355

QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO.....356

EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL .....357

LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL .....363

RESPONSABILIDADE SOCIAL .....363

## **7 Fotos das Equipes 383**

EQUIPES: ONDE PESSOAS COMUNS CONSEGUEM  
RESULTADOS INCOMUNS.....383



**A**ssumir a Presidência do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro no biênio de fevereiro de 2013 a janeiro de 2015 foi um dos maiores desafios na minha carreira funcional que se iniciou em 30 de dezembro de 1969, como Oficial Judiciário, depois Técnico Judiciário do Tribunal de Alçada do Estado do Rio de Janeiro, onde fui nomeada, em 1974, primeira Diretora-Geral escolhida do seu quadro de servidores. Em 2/2/1979 tomei posse como Juíza de Direito percorrendo todo o caminho natural até retornar àquele Tribunal, então I Tribunal de Alçada Cível, onde permaneci de 1987 até sua fusão com o Tribunal de Justiça, em 08/12/1997.

Assim tomei posse como Desembargadora em 02/03/1998, tendo sido escolhida para presidir a Comissão de Modernização e Gestão do Poder Judiciário cuja atividade deu ensejo a que se implantassem modernas técnicas de administração pública que levaram nosso Poder a ser reconhecido como um dos melhores no cenário nacional.

A assunção de um Poder de Estado traz em seu bojo a grande responsabilidade de conduzir seus destinos políticos devendo para tanto ouvir os pares e assimilar suas aspirações institucionais. Nessa trilha, verificou-se que não se poderia ficar alheio ao movimento nacional de democratização do Poder Judiciário. Com tal objetivo foi projetada e realizada a atualização do Código de Organização e Divisão Judiciárias cujo texto datava de 1975, bem como a modificação das regras que regiam a eleição para os cargos da Alta Administração e das Comissões Regimentais. Partindo-se de anteprojeto tradicional, após intensas discussões que envolveram toda a magistratura, já que se possibilitou a apresentação de emendas também pelos juízes e associações, em sessões históricas das quais participaram todos os desembargadores que compunham o Tribunal Pleno, foram aprovadas alterações que possibilitaram a ampliação do número de elegíveis, mantiveram a proibição de reeleição e entenderam cabível nova eleição após o intervalo de dois mandatos, questão essa inovadora e bastante sensível, levada ao Conselho Nacional de Justiça e ao Supremo Tribunal Federal. Com essas diretrizes foram realizadas de forma democrática as eleições

e escolhidos aqueles que irão nos suceder, com o compromisso de ampliar a participação de todos os magistrados nesse processo. Não há dúvidas, temos um novo Poder Judiciário, desembargadores mais motivados e críticos, não mais alheios e sim comprometidos com a Administração.

Necessitávamos também, fortalecer e atualizar o processo normativo no âmbito de nosso Poder. Vários foram os anteprojetos propostos e que redundaram em Leis e Resoluções mais atuais e concernentes com nossas necessidades, como explicitaremos a seguir.

No aspecto gerencial, buscou-se fortalecer o planejamento institucional, priorizando a elaboração de um Plano Diretor de Gestão (PDG), o qual estabeleceu Focos Estratégicos ancorados nos preceitos de sustentabilidade, sob os aspectos da preservação do meio ambiente, economicidade e inclusão social, questões essas fundamentais nos tempos atuais.

Para dar concretude às estratégias definidas no PDG, foram estabelecidos 38 projetos, dos quais 20 se enquadram no Foco Estratégico “Efetividade Jurisdicional”, demonstrando a preocupação da Administração em viabilizar a entrega da jurisdição em tempo razoável e com qualidade, dotando, para tanto, principalmente o 1º Grau, de condições para a execução de seu trabalho com maior eficiência. Outros tantos projetos foram desenvolvidos nos demais Focos Estratégicos como se demonstrará.

Envidaram-se esforços para a elaboração e concretização do projeto de fortalecimento e ampliação do processo judicial eletrônico, bem como para a implantação do processo administrativo eletrônico.

Destaca-se a preocupação com a Gestão Dialógica, tendo sido intensa a participação direta de magistrados e servidores nos diversos planos da Administração, bem como o diálogo com diversas instituições públicas e privadas através de convênios.

Buscamos cumprir com rigor as disposições constitucionais, a Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei de Acesso à Informação, pautando as atividades desenvolvidas em todos os setores pela transparência.

Os resultados obtidos devem ser creditados aos esforços de toda a equipe do PJERJ – magistrados, servidores e colaboradores, refletindo a preocupação em inovar, mas também em dar sequência às iniciativas exitosas de gestões anteriores. Numa visão de futuro e na busca de colaborar com as administrações que se seguirem, fizemos mais, legando projetos que darão continuidade ao que até então foi conseguido.

Agradecemos a todos que, com sua determinação e empenho, permitiram alcançar os objetivos estabelecidos para este ciclo de gestão.

**Des. LEILA MARIANO**

Presidente



## 2.1 Tribunal Pleno

O Tribunal Pleno, órgão máximo da Administração do Poder Judiciário, foi fortalecido com a atribuição de funções legislativas, antes restritas ao Órgão Especial. Mesmo sem que houvesse alteração regimental, seus membros atuaram intensamente na revisão do Código de Organização e Divisão Judiciárias, oferecendo e debatendo emendas ao anteprojeto oferecido pela Administração, votando e aprovando sua redação final encaminhada à Assembléia Legislativa e convertida na Lei nº 6.956, de 13 de janeiro de 2015. A matéria referente à eleição para os cargos da Administração Superior, Comissões e escolha para a elaboração das listas referentes ao quinto constitucional e Tribunal Regional Eleitoral foi deslocada para o Regimento Interno, merecendo igualmente a participação de grande parte dos desembargadores na apresentação de emendas, subemendas e debates. As modificações introduzidas foram consolidadas na Resolução TP nº 01/2014<sup>1</sup>, cuja validade foi declarada pelo STF em decisão havida no Mandado de Segurança nº 32865, através do qual a Administração, cumprindo seu dever institucional, buscou defender a hegemonia do Tribunal Pleno.

Impõe-se, num próximo passo, suprir a falta de regras regimentais para essa atuação normativa.

Foram realizadas 9 sessões no biênio, nas quais foram eleitos 12 desembargadores para o Órgão Especial, sendo feitas três indicações para listas tríplexes para membro do Tribunal Regional Eleitoral e do Quinto Constitucional. Pedem de preenchimento quatro cargos de desembargador privativos do quinto constitucional, sendo que, com relação a três deles não foram encaminhadas pelas instituições competentes as listas sêxtuplas.

---

1 Processo eletrônico nº 0063872.3.2013.8.19.0000

## 2.2 Órgão Especial

O Órgão Especial, em sua função jurisdicional, reuniu-se para a realização de 90 sessões ordinárias durante o biênio 2013/2014. Foram recebidos no período 6.882 processos e baixados 5.322. O acervo que era de 2.016 processos no final de janeiro de 2013 reduziu-se a 1.376 em dezembro daquele ano, tendo, todavia, se ampliado para 2.023 em dezembro de 2014. A ampliação do acervo em 2014 deu-se em função do aumento, de cerca de 139%, do volume da distribuição mensal cível, destacando-se, principalmente, a arguição de 1.322 conflitos de competência entre Câmaras Cíveis Comuns e de Consumo.

Desses conflitos de competência foram julgados 955, no período de janeiro de 2014 até janeiro de 2015. Esse resultado só foi possível em razão da aprovação de 17 súmulas e de 59 enunciados, e a aplicação do disposto nos termos do art. 6º - A, § 3º do Regimento Interno, que viabilizaram o julgamento monocrático dos conflitos com maior celeridade.

A maior parte das ações julgadas pelo O.E. são mandados de segurança e rescisórias, com o seguinte perfil:

ANO 2013	DISTRIBUÍDOS	BAIXADOS	ATENDIMENTO
Direta de Inconstitucionalidade	167	163	97,6%
Arguição de Inconstitucionalidade	25	22	88,0%
Mandado de segurança	268	345	128,7%
Ação rescisória	317	384	121,1%
<b>Total 2013</b>	<b>777</b>	<b>914</b>	<b>117,6%</b>

ANO 2014	DISTRIBUÍDOS	BAIXADOS	ATENDIMENTO
Direta de Inconstitucionalidade	155	110	71,0%
Arguição de Inconstitucionalidade	28	12	42,9%
Mandado de segurança	366	214	58,5%
Ação rescisória	301	262	87,0%
<b>Total 2014</b>	<b>850</b>	<b>598</b>	<b>70,4%</b>



CLASSE	ACERVO TOTAL		
	31/12/2012	31/12/2013	26/11/2014
Mandado de Segurança	227	150	302
Ação Rescisória	417	350	389
Direta de Inconstitucionalidade	166	170	215
Arguição de Inconstitucionalidade	11	14	30

Em sua função administrativa, de caráter normativo, pelo Órgão Especial foram aprovados 14 anteprojetos de lei e 81 resoluções, discriminados no quadro abaixo.

ANO	RESOLUÇÕES DO ÓRGÃO ESPECIAL	PROJETOS DE LEI APROVADOS
2013	39	7
2014	37	7
2015	05	-
<b>Total</b>	<b>81</b>	<b>14</b>

Procedeu-se também à modificação do Regimento Interno por meio da Resolução TJ/OE nº 10/2013, com as inclusões da alínea i, do inciso II do art. 3º e do parágrafo 1º - A ao art. 200. Também a Resolução TJ/OE nº 14/2013 alterou o art. 6º, II, a do Regimento Interno, estabelecendo a competência das Câmaras Cíveis de numeração 1ª a 22ª.

A Resolução TJ/OE nº 22/2013 alterou os artigos 6º, 19 e 40 §1º e 2º além de acrescentar o art. 6º A e o §1º do art. 19 e revogar o art. 234 do referido Regimento. A Resolução TJ/OE nº 34/2013 alterou seus artigos 6º e 19.

A Resolução TJ/OE nº 14/2014 alterou a alínea “o” e criou a alínea “p” do inciso I do art. 3º do Regimento Interno, disciplinando o dissídio coletivo e as ações pertinentes ao estado de greve.

Deve-se ressaltar a colaboração prestada tanto ao Tribunal Pleno, como ao Órgão Especial pelas Comissões de Legislação e Normas<sup>2</sup> e de Regimento Interno<sup>3</sup>.

Também coube ao Órgão Especial analisar e homologar estudos apresentados pela COMAQ<sup>4</sup>, que permitiram desinstalações e subsequentes instalações de novos órgãos julgadores segundo critérios de necessidade e eficiência, sem aumento de despesa. Esses dados serão detalhados quando tratarmos dos Órgãos Jurisdicionais.

Questão séria foi enfrentada quando, em resposta à Consulta nº 439171.2013.2.00.0000 feita ao CNJ com relação a que classe deveria ocupar a vaga do quinto na parte reservada à antiguidade, foi pela Exma. Conselheira Relatora alterada a composição do Órgão Especial que deveria passar a ser composto exclusivamente por antiguidade, independentemente da classe de origem de seus membros. A referida decisão singular afrontava o princípio da paridade que deve existir entre o Tribunal Pleno e o Órgão Especial, seu delegatário, tendo extrapolado os termos da consulta, razão pela qual foi ajuizado o Mandado de Segurança nº 32865 junto ao STF, sendo relator o Exmo. Ministro Celso de Mello que concedeu liminar garantindo a aplicação do princípio federativo.

É de competência do Presidente do Tribunal a execução das decisões terminativas havidas nas ações originárias do Órgão Especial, na forma do disposto art. 125 do Regimento Interno.

2 Comissão de Legislação e Normas, cujos membros são: Desembargadora Monica Maria Costa di Piero, Desembargador André Gustavo Correa De Andrade, Desembargadora Claudia Brandão de Oliveira, Desembargadora Maria Angélica Guimarães Guerra Guedes e Desembargador Cesar Augusto Rodrigues Costa.

3 Comissão de Regimento Interno, cujos membros são: Desembargador Claudio de Mello Tavares, Desembargadora Odete Knaac de Souza, Desembargador Antonio Carlos Nascimento Amado, Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes e Desembargador Alexandre Antonio Franco Freitas Câmara.

4 Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ), cujos membros são: Desembargador Antônio Saldanha Palheiro, Desembargador Henrique de Andrade Figueira, Desembargador Milton Fernandes de Souza, Juíza Valéria Pachá Bichara, Juiz Juiz Paulo Roberto Sampaio Jangutta, Juíza Claudia Maria de Oliveira Motta, Juíza Fernanda Xavier de Brito, Juíza Renata Gil de Alcantara Videira, Juiz Aroldo Gonçalves Pereira Junior, Juiz Marcel Laguna Duque Estrada e Juiz Paulo Melo Feijó.

Nesse aspecto, no biênio 2013/2014 foram proferidos cerca de 3.000 (três mil) despachos e mais de 280 decisões em Mandados de Segurança, Embargos à Execução, Exceções de Pré-executividade, Agravos Regimentais e Embargos de Declaração. Foram ainda expedidos no mesmo período 2.567 precatórios judiciais e 160 prévias de precatório; além de 1.186 mandados de pagamento referentes às Requisições de Pequeno Valor (RPV).

Foi delegada ao 2º Vice-Presidente a execução da matéria criminal, destacando-se a homologação de 34 leilões em processos referentes às Ações Penais 4 e 5/1991, referente às fraudes do INSS.

O Órgão Especial, em sua função normativa, aprovou 81 Resoluções, conforme discriminação que se segue:

• **Resoluções – Órgão Especial – 2013**

- 9/2013 – Aprova o Regulamento do Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro;
- 10/2013 – Altera o art. 3º e o art. 200 do RITJERJ;
- 11/2013 – Aprova a composição da Comissão para o XLV Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira;
- 12/2013 – Altera o parágrafo único do art. 74 do CODJERJ – Tabelamento para os casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais dos magistrados;
- 13/2013 – Aprova a composição da Comissão Multiprofissional para o XLV Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira;
- 14/2013 – Altera os arts. 1º e 6º do RITJERJ;
- 15/2013 – Aprova a criação de cargos em comissão para as Secretarias da 21ª e 22ª Câmaras Cíveis;
- 16/2013 – Altera e consolida a Resolução TJOE nº 14/2010 e dispõe sobre

- a regulamentação do registro dos depoimentos das partes, do investigado, indiciado, autor do fato, ofendido e testemunhas, pelos meios ou recursos de gravação digital audiovisual no âmbito do Poder Judiciário do RJ;
- 17/2013 — Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente. (Plantão em 1º e 2º grau);
  - 18/2013 — Delega a 2ª Vice-Presidência à execução dos julgados nas causas de competência originária de natureza criminal do Órgão Especial do TJERJ;
  - 19/2013 — Aprova a estrutura organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
  - 20/2013 — Cria o Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do Estado do Rio de Janeiro;
  - 21/2013 — Dispõe sobre a vedação de cumprimento de Alvarás de Soltura e de qualquer determinação que implique em transferência do preso da Unidade de Custódia para prisão domiciliar nas dependências do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.
  - 22/2013 — Altera os arts. 6º, 19 e 40 do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
  - 23/2013 — Revoga o ato de instalação do XXII Juizado Especial Cível Regional da Pavuna e transfere para o XXV Juizado Especial Cível Regional da Pavuna os feitos ali em tramitação, móveis, utensílios e recursos humanos;
  - 24/2013 — Aprova a alteração na composição da Comissão Multiprofissional para o XLV Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira;
  - 25/2013 — Altera o tabelamento nas comarcas de 1ª e 2ª Entrâncias para as substituições nos casos de impedimento, suspeição e faltas ocasionais;
  - 26/2013 — Estabelece que a competência territorial atribuída aos juízes dos XII e XIII Juizados Especiais Cíveis passa a ser concorrente;

- 27/2013 — Cria por transformação cargos de Juízes de Direito da 1ª Região Judiciária;
- 28/2013 — Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação (TI), criação e implantação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do TJ;
- 29/2013 — Altera a redação do art. 29 da Resolução TJ/OE/RJ 17/2013, que dispõe sobre o Plantão Judiciário de 2º Grau, modificando-lhe a redação do caput, transformando o parágrafo único em § 1º e acrescentando-lhe o § 2º;
- 30/2013 — Dispõe sobre a atuação dos ocupantes de cargos e funções de confiança na hipótese de afastamento do magistrado ao qual são vinculados, por período superior a 60 dias ininterruptos;
- 31/2013 — Cria o II Juizado Especial Cível da Comarca de Teresópolis por transformação do Juizado Especial Cível Regional de Itaipava;
- 32/2013 — Autoriza o Presidente do Tribunal de Justiça e o Corregedor-Geral da Justiça a revogar os atos de instalação dos órgãos jurisdicionais que menciona;
- 33/2013 — Nomeia o prédio do novo Fórum da Comarca de Mesquita e o prédio anexo ao Complexo do Fórum Central; e mantém a denominação do Fórum da Comarca de Itaboraí;
- 34/2013 — Estabelece regras de distribuição de processos de competência originária das Câmaras Cíveis, versando sobre direito do consumidor, às Câmaras Cíveis especializadas, convocação de juiz para substituir desembargador;
- 35/2013 — Disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, o quantitativo de Juízes Leigos, suas atribuições e remuneração;
- 36/2013 — Regulamenta a aplicação do art. 31 da Lei Estadual nº 5535/2009, em segundo grau de jurisdição. Revoga as Resoluções TJ/OE nº 25/2010 e 28/2010;

- 37/2013 — Aprova o Plano Diretor de Gestão (PDG) e atualiza o Plano Estratégico Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) para o biênio 2013/2014. Revoga a Resolução TJ/OE nº 13/2012;
- 38/2013 — Aprova o Plano de Ação Governamental — PAG do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- 39/2013 — Renumerava o Parágrafo único do art. 18, cria os parágrafos 2º e 3º do art. 18 e altera a redação do art. 22, todos da Resolução TJ/OE/RJ 17/2013;
- 40/2013 — Estabelece regras para abertura de edital, concorrência e julgamento dos pedidos de remoção e promoção de magistrados;
- 41/2013 — Estabelece medidas necessárias ao julgamento de processos para atendimento das metas prioritárias fixadas pelo Conselho Nacional de Justiça, em especial a Meta 2 de 2009, e determina outras providências;
- 42/2013 — Dispõe sobre a administração das dependências, mobiliários e dos equipamentos instalados no PJERJ (ocupação dos prédios do PJERJ);
- 43/2013 — Dispõe sobre o afastamento de magistrados para aperfeiçoamento profissional e para ministrarem cursos ou palestras;
- 44/2013 — Dispõe sobre as Centrais de Serviços Especiais nas Comarcas do Interior;
- 45/2013 — Dispõe sobre a apresentação de réus presos nas dependências do Poder Judiciário, e a comunicação de atos processuais;
- 46/2013 — Cria a 2ª Vara Criminal de Macaé por transformação da Vara Criminal de Itaperuna;
- 47/2013 — Dispõe sobre a Marca do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

**• Resoluções – Órgão Especial – 2014**

- 1/2014 – Altera dispositivos da Resolução TJ/OE/RJ nº 40/2013, publicada no DJERJ de 08/10/2013;
- 2/2014 – Dispõe sobre a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital;
- 3/2014 – Altera o critério de competência de registro civil de pessoas naturais da Comarca de Nova Iguaçu – Mesquita;
- 4/2014 – Aprova o Regulamento do Concurso para o Ingresso na Magistratura de Carreira do Estado do Rio de Janeiro;
- 5/2014 – Aprova a composição da Comissão para o XLVI Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira;
- 6/2014 – Dispõe sobre a padronização dos Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ) e dá outras providências;
- 7/2014 – Estabelece a Política de Comunicação Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dispõe sobre a atuação integrada da Comissão Mista de Comunicação Institucional e da Diretoria-Geral de Comunicação Institucional;
- 8/2014 – Promove alterações na Resolução TJ/OE nº 35/2013, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, o quantitativo de Juízes Leigos, suas atribuições e remuneração;
- 9/2014 – Dispõe sobre o Sistema de Priorização de Obras e estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Obras e para o Planejamento, Orçamento e Fiscalização de obras e serviços de engenharia, no âmbito do PJERJ;
- 10/2014 – Cria e altera dispositivos da Resolução TJ/OE/RJ nº 17/2013;

- 11/2014 — Nomeia o prédio do novo Fórum da Comarca de Iguaba Grande e nomeia o Centro de Solução Não Adversarial de Conflitos, localizado no Fórum Central;
- 12/2014 — Altera a denominação da Vara Criminal da Comarca de Macaé, vincula o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Criminal;
- 13/2014 — Aprova a composição da comissão multiprofissional para o XLVI Concurso para Ingresso na Magistratura de Carreira;
- 14/2014 — Propõe a alteração do Regimento Interno (art. 3º - inciso I) a fim de viabilizar o rito procedimental das lides relativas a dissídios coletivos de greve;
- 15/2014 — Dispõe sobre a atribuição ao Plantão Judiciário da competência do CEPRAJUD para medidas urgentes decorrentes de eventos públicos;
- 16/2014 — Regulamenta o Plano Estadual de Autocomposição e o funcionamento do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – NUPEMEC e revoga as disposições das Resoluções TJ/OE nº 19/2009 e 23/2011;
- 17/2014 — Aprova a Estrutura Organizacional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- 18/2014 — Altera a Resolução nº 6/2007, que dispõe sobre a concessão dos auxílios alimentação e refeição;
- 19/2014 — Nomeia o prédio do Fórum da Comarca de Paty de Alferes de “FÓRUM DESEMBARGADORA MARIA RAIMUNDA TEIXEIRA DE AZEVEDO”;
- 20/2014 — Altera e consolida a Resolução nº 04/2001, com as alterações da Resolução 08/2001 e a Resolução nº 06/2013, que institui o Centro de Estudos e Debates – CEDES;
- 21/2014 — Cria o IV Juizado Especial Cível da Comarca de Nova Iguaçu, por transformação da 16ª Vara de Família da Comarca da Capital;



- 22/2014 — Cria a 3ª Vara de Família Regional da Leopoldina da Comarca da Capital, por transformação da 1ª Vara de Família Regional do Méier, da mesma Comarca;
- 23/2014 — Reorganiza as competências de Família, Criança, Adolescente e Idoso, na Comarca de Belford Roxo, suprime a competência de Família à 1ª Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da mesma comarca e dá nova denominação à unidade jurisdicional assim reestruturada;
- 24/2014 — Adéqua os percentuais previstos na Resolução TJ/OE/RJ 36/2013;
- 25/2014 — Revoga o Ato de Instalação do II Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital, altera o Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 144/2007, modificando a competência territorial dos Juizados Especiais Criminais que menciona;
- 26/2014 — Cria a Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Rio das Ostras, por transformação da 1ª Vara de Família da Comarca de Mesquita;
- 27/2014 — Altera a Resolução TJ/OE nº 02/2014, modificando a competência territorial dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que menciona;
- 28/2014 — Estabelece a competência das Varas da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital e altera a denominação das 1ª e 2ª Varas Regionais da Infância, da Juventude e do Idoso;
- 29/2014 — Cria a Vara de Execução de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital e suprime a competência executiva da Vara da Infância e Juventude da mesma Comarca;
- 30/2014 — Cria, por transformação, cargos de Juízes de Direito da 1ª Região Judiciária;

- 31/2014 – Define atribuições no âmbito da DGENG e trata das atividades de fiscalização de obras, instalações e serviços de engenharia que são permanentemente auditadas pelo Tribunal de Contas do Estado;
- 32/2014 – Dispõe sobre a Política de Gestão de Pessoas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- 33/2014 – Consolida as normas sobre a prestação jurisdicional ininterrupta, por meio de plantão judiciário permanente, e estabelece regras transitórias para possibilitar obras emergenciais na sede do plantão;
- 34/2014 – Aprova o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro – PROGED/PJERJ;
- 35/2014 – Altera as Resoluções TJ/OE nº 02/2014 e 27/2014, modificando a competência territorial dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que menciona;
- 36/2014 – Dispõe sobre o Plano de Obras – Anexo I, elaborado conforme os indicadores e Grupos de Prioridade;
- 37/2014 – Consolida a competência dos Juizados Especiais Criminais da Comarca da Capital, com a revogação do Ato Executivo Conjunto nº 144/2007.

### • Resoluções – Órgão Especial – 2015

- 01/2015 – Nomeia o prédio do Fórum Regional de Itaipava, da Comarca de Petrópolis de “Juíza Maria Lucia de Almeida Capiberibe”;
- 02/2015 – Nomeia o prédio do Fórum da Comarca de Paraty de “Juíza Albaliz do Rosario Nascimento”;
- 03/2015 – Modifica o parágrafo único do artigo 4º da resolução TJ/OE/RJ, nº 28/2014;

- 04/2015 — Transforma o cargo de Juiz de Direito do XXII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital em VII Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital;
- 05/2015 — Cria a 2ª Vara da Comarca de Guapimirim, por transformação da 1ª Vara Criminal da Comarca de Mesquita.

O Órgão Especial aprovou 14 Projetos de Lei, conforme discriminação que se segue:

- **Ano de 2013**

- 2134/2013 (Lei nº 6471/2013) — Cria, por transformação, as funções que menciona e altera, no que couber, a Lei nº 4.620 de 11 de outubro de 2005, que dispõe sobre a reestruturação dos cargos do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- 2252/2013 (Lei nº 6490/2013) — Introduz alterações na Lei Estadual nº 6370/2012 para o fim de impor limite legal no valor dos emolumentos, visando ao aprimoramento da disciplina legal concernente à cobrança de emolumentos no Estado do Rio de Janeiro;
- Projeto de Lei Complementar 19/2013 (Lei Complementar nº 147/2013) — Dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais de pagamento, e dá outras providências;
- 2353/2013 (Lei nº 6599/2013) — Introduz alteração na Lei Estadual nº 6.370/2012 para o fim de modificar parcialmente a Tabela 25, relativa aos valores de emolumentos para os atos de registro de títulos e documentos, visando ao aprimoramento da disciplina legal concernente à cobrança de emolumentos no Estado do Rio de Janeiro;
- 2359/2013 (Lei nº 6524/2013) — Dispõe sobre a composição das perdas salariais dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

- 2542/2013 (Lei nº 6582/2013) — Cria a comarca de Nova Iguaçu-Mesquita e dá outras providências;
- 2683/2013 (Lei nº 6649/2013) — Regulamenta, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o artigo 65,II, da Lei Complementar Federal nº 35 de março de 1979, confere eficácia ao princípio da simetria, e dá outras providências a Auxílio Moradia.

### • Ano de 2014

- 2809/2014 (Lei nº 6734/2014) — Cria o VII Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital, e dá outras providências;
- 2889/2014 (Lei nº 6768/2014) — Normatiza o reconhecimento, em favor dos magistrados do Estado do Rio de Janeiro, do direito à restituição das parcelas descontadas para efeitos da Lei Estadual nº 7.301/73;
- 3156/2014 (Lei nº 6956/2015) — Dispõe sobre a Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;
- 3177/2014 (Lei nº 6917/2014) — Dispõe sobre a composição das perdas salariais dos servidores do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;
- 3181/2014 (Encaminhado em 10/09/2014 à Comissão de Constituição e Justiça, Servidores Públicos, Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle) — Dispõe sobre o auxílio educação devido aos magistrados e servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;
- 3207/2014 (Lei nº 6918/2014) — Altera o art. 31, caput e § 1º e 2º da Lei nº 3.350, de 29 de dezembro de 1999;
- 3284/2014 (Lei nº 6963/2015) — Consolida os cargos de provimento em comissão e as funções gratificadas e comissionadas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

## 2.3 Carreira da Magistratura

No biênio, imprimiu-se acentuada mobilidade à CARREIRA DA MAGISTRATURA, com a aposentadoria de 44 magistrados e a conseqüente promoção de 26 juizes ao cargo de desembargador.

No 1º grau ocorreram 107 promoções e 168 remoções, sendo que 23 juizes de 1ª grau foram chamados a acumular suas funções com as das Câmaras de Consumo.

Deu-se posse a 83 novos juizes, oriundos dos XLIV, XLV e XLVI Concursos para a Magistratura de Carreira, logrando-se vitaliciar 28 juizes substitutos do XLIII Concurso da Magistratura.

Destaca-se a atuação dos membros da Comissão de Concurso para Ingresso na Magistratura<sup>5</sup>, bem como da Diretoria-Geral da EMERJ, do Conselho Consultivo da EMERJ, da Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados<sup>6</sup> e da Comissão de Vitaliciamento<sup>7</sup>.

---

5 **Comissão para Concurso para o Ingresso na Magistratura de Carreira** — Titulares: Desembargador Sergio Lucio de Oliveira e Cruz, Desembargador Marcus Quaresma Ferraz, Dr. Sergio Eduardo Fisher; Suplentes: Desembargadora Jacqueline Lima Montenegro e Dr. Mauro Abdon Gabriel. Até 15/09/14 tendo por Secretária Geral a Desembargadora Leila Maria Rodrigues Pinto de Carvalho e Albuquerque.

6 **Diretor-Geral da EMERJ** — Des. Sérgio de Souza Verani. **Conselho Consultivo da EMERJ**, cujos membros são: Desembargador Nildson Araújo da Cruz, Desembargador Nagib Slaibi Filho, Desembargador Paulo de Oliveira Lanzellotti Baldez, Juiz de Direito Rubens Roberto Rebelo Casara, Juiz de Direito Alexandre Corrêa Leite, Juiz de Direito André Luiz Nicolitt. **Comissão de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados**: Desembargador Paulo de Oliveira Lanzellotti Baldez – Presidente ; Desembargador Marcelo Castro Anatócles da Silva Ferreira; Juíza de Direito Andréa Maciel Pachá e Juiz de Direito Marcos Augusto Ramos Peixoto.

7 **Comissão de Vitaliciamento**, cujos membros são: Desembargador Gabriel de Oliveira Zefiro, Desembargadora Katia Maria Amaral Jangutta, Desembargador Agostinho Teixeira de Almeida Filho, Desembargador Heleno Ribeiro Pereira Nunes, Desembargador Marco Aurelio Bezerra de Melo, Desembargador Wagner Cinelli de Paula Freitas, Desembargadora Rosa Helena Penna Macedo Guita, Desembargador Antonio Iloizio Barros Bastos, Desembargador Adolpho Correa de Andrade Mello Junior, Desembargador Paulo de Oliveira Lanzellotti Baldez, Desembargador Cezar Augusto Rodrigues Costa, Desembargadora Valeria Dacheux Nascimento, Desembargador Luciano Silva Barreto, Desembargador Alcides Da Fonseca Neto.

O biênio 2013/2014 também foi marcado por diversas ações voltadas para a valorização dos magistrados. Dentre elas podem ser destacadas:

- Implementação do reajuste dos subsídios de magistrados ativos, aposentados e pensionistas, nos seguintes parâmetros:
  - » Lei Federal nº 12.771, de 28 de dezembro de 2012, concedeu 5% retroativos a 01/01/2013 e mais 5% a partir de 01/01/2014;
  - » Lei Federal nº 13.091, de 12/01/2015, concedeu 14,60% de aumento, a partir de 01/01/2015.
- Recálculo da parcela relativa a direito pessoal;
- Indenização de férias e licenças relativas a 2013 e 2014 e exercícios anteriores não gozadas por necessidade de serviço;
- Implementação das parcelas faltantes do PAE – Parcela Autônoma de Equivalência;
- Implementação do auxílio moradia, com efeitos financeiros a partir de 01/01/2014 e sua revisão em decorrência de decisão do STF;
- Revisão do auxílio alimentação e sua extensão às magistradas durante o período de licença maternidade e aleitamento, tal como concedido às servidoras;
- Extensão do auxílio creche concedido aos servidores;
- Aprovação de projeto para concessão a magistrados e servidores de auxílio educação – em fase de apreciação pela Assembleia Legislativa.

Pelo Conselho da Magistratura foram escolhidos os juízes que atuarão nas Turmas Recursais, no biênio 2015/2016, que tomaram posse em 26/1/15. A seleção foi feita obedecendo à Resolução do CNJ, com prevalência dos candidatos oriundos do sistema dos juizados especiais (75%), segundo critérios de antiguidade e merecimento, nesse observados os pressupostos exigidos para promoção e remoção.

Apenas parte dos que tomaram posse iniciarão seu mandato em 1º de fevereiro, ficando 2/3 para assumirem suas funções em agosto próximo. Esta é uma previsão que objetiva a manutenção de parte dos antigos participantes até que os novos estejam familiarizados com as atribuições do Colegiado.

Esse é um segmento importantíssimo do Judiciário uma vez que as decisões da Turma são, em sua grande maioria, irrecorríveis.

## 2.4 Conselho da Magistratura

Intensa foi a atividade administrativa do Conselho da Magistratura no biênio, como se pode observar no quadro abaixo:

PROCESSOS ENTRADOS	2005
Processos julgados	1745
Processos arquivados na Secretaria do Conselho da Magistratura	503
Processos baixados aos órgãos de origem	1287
Processos em andamento (acervo)	211
Processos referentes à promoção e remoção de magistrados	450

Na sua função normativa foram aprovadas 25 Resoluções, conforme discriminação que se segue:

### • Ano de 2013

- Resolução CM 02/2013: Altera dispositivos da Resolução CM06/1997, de 11 de agosto de 1997, que regula o exercício das funções de Juiz de Paz no Estado do Rio de Janeiro;
- Resolução CM 03/2013: Regulamenta a designação de magistrados para o exercício cumulativo de juízos e a gratificação devida por essa acumulação;
- Resolução CM 04/2013: Revoga a Resolução CM 05/2006, de 9 de março de 2006, que dispõe sobre a Comissão de Apoio à Qualidade dos Serviços Judiciais – COMAQ, e dá outras providências;
- Resolução CM 05/2013: Altera a Resolução CM 14/2012, de 11 de dezembro de 2012, que dispõe sobre o Regimento Interno das Turmas Recursais e disciplina a Turma de Uniformização do Sistema de Juizados Especiais;
- Resolução CM 06/2013: Estabelece normas para concessão de licenças médicas aos servidores e aprova o Manual de Perícias Médicas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;



- Resolução CM 07/2013: Dispõe sobre o exercício da função de Chefia de Serventia de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Resolução CM 08/2013: Dispõe sobre a gratificação devida aos substitutos dos ocupantes da função de Chefe de Serventia Judicial criada pela Lei Estadual nº 6471, de 13 de junho de 2013;
- Resolução CM 09/2013: Dispõe sobre a alteração do prazo de vigência da Resolução CM08/2011, que dispõe sobre a substituição dos ocupantes do cargo de provimento em comissão e funções gratificadas integrantes da estrutura do Cartório Unificado;
- Resolução CM 10/2013: Disciplina o Instituto da Readaptação no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências;
- Resolução CM 11/2013: Dispõe sobre a Comissão Estadual Judiciária de Adoção Internacional – CEJAI e sua regulamentação;
- Resolução CM 12/2013: Regulamenta o Regimento de Atribuições da Escola da Administração Judiciária – ESAJ;
- Resolução CM 13/2013: Dispõe sobre os critérios para o Desenvolvimento de Pessoas nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Resolução CM 14/2013: Define as atribuições dos ocupantes dos cargos integrantes das carreiras de Analista Judiciário e Técnico de Atividade Judiciária do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.

- **Ano de 2014**

- Resolução CM 01/2014: Regulamenta a Lei Estadual nº 6649, de 20 de dezembro (auxílio-moradia);
- Resolução CM 02/2014: Estabelece o prévio recolhimento de custas para a interposição de recursos junto ao Conselho da Magistratura;
- Resolução CM 03/2014: Resolve que, antes da expedição de carta de execução de sentença definitiva ou ofício de baixa, deverá o chefe de serventia, sob pena de apuração de responsabilidade funcional, certificar a existência de valores, drogas, bens ou instrumentos do crime, apreendidos, abrindo imediata conclusão ao juiz, e dá outras providências;
- Resolução CM 04/2014: Dispõe sobre o reconhecimento, atualização e pagamento de passivos administrativos no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Resolução CM 05/2014: Estabelece critérios para ocupação de cargos de provimento em comissão e funções gratificadas no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Resolução CM 06/2014: Resolve alterar o art. 16 da Resolução CM 13/2013 que estabelece critérios para o Desenvolvimento de Pessoas nas carreiras do Quadro Único de Pessoal do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;
- Resolução CM 07/2014: Resolve aplicar as penalidades e procedimentos previstos na Resolução nº 15/1999 para o Livro Adicional à transmissão dos atos através do Selo de Fiscalização Eletrônico;
- Resolução CM 08/2014: Altera o art. 6º, do Anexo Único, da Resolução CM 06/2013 que estabelece normas para concessão de licenças médicas aos servidores e aprova o Manual de Perícias Médicas do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro;

- Resolução CM 09/2014: Regulamenta o art. 35, III, da Lei Estadual nº 5.535/2009, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (auxílio pré-escolar);
- Resolução CM 10/2014: Altera a redação do art. 2º, da Resolução CM09/2014;
- Resolução CM 11/2014: Regulamenta a Lei Estadual nº 6.768, de 08 de maio de 2014;
- Resolução CM 12/2014: Dispõe sobre o Concurso Público de Provas ou Provas e Títulos para provimento de cargos efetivos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

## 2.5 Assessoria para Assuntos do Conselho Nacional de Justiça

A Assessoria para Assuntos do CNJ, há pouco mais de dois anos, passou a centralizar as defesas de procedimentos que envolvem matéria concernente ao Conselho Nacional de Justiça. Com a supervisão do juiz auxiliar da área, passaram a ser elaboradas defesas mais extensas e consistentes, com forte enfoque em preliminares de não-conhecimento dos pedidos, sustentando, em especial, o princípio federativo e a autonomia do Tribunal, o que levou a grande número de decisões monocráticas de arquivamento liminar.

A Assessoria centraliza ainda o acompanhamento do cumprimento das Resoluções e Recomendações, procurando sanear os atos que não foram ainda cumpridos de maneira completa, antecipando-se a eventuais despachos de cobrança e buscando harmonizar as determinações do CNJ com os planos e estratégias do PJERJ.

No presente biênio a Assessoria para Assuntos do CNJ apresentou considerável crescimento de carga de trabalho, como se pode observar no quadro abaixo:

ACERVO EM FEVEREIRO DE 2013	PROCESSOS AJUIZADOS		PROCESSOS ARQUIVADOS 2013/2014	ACERVO EM JA- NEIRO DE 2015
	2013	2014		
263	168	285	216	500





### **3.1 Planejamento, Orçamento, Controle e Finanças**

Uma das maiores preocupações do Presidente do PJERJ consiste na administração dos recursos que são postos à sua disposição com o objetivo de atender aos custos de manutenção e investimento.

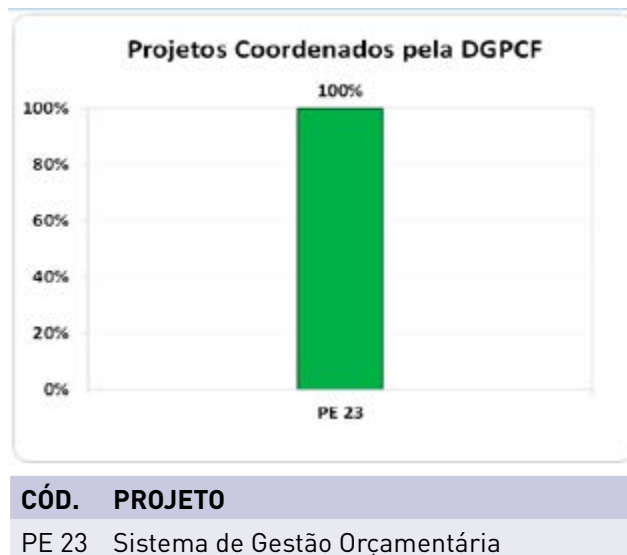
Como se sabe, recebemos do Tesouro Estadual exclusivamente a verba necessária ao pagamento de pessoal, magistrados e servidores, sendo as demais despesas custeadas pelo Fundo Especial do Tribunal de Justiça.

O orçamento estadual, na parte que concerne a este Poder, é deficitário uma vez que a receita líquida estimada que lhe serve de base é reduzida, não havendo a espontânea reposição caso a receita real venha a superar essa projeção. Há sempre a necessidade de requisição de créditos suplementares os quais, em razão da indisponibilidade do Tesouro, nem sempre são deferidos na sua integralidade.

A economicidade deve ser a tônica: arrecadar com rigor e gastar com parcimônia.

Daí haver orientado a Diretoria-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças (DGPCF) quanto à racionalização dos recursos orçamentários, visando ao equilíbrio entre estes e as despesas necessárias à manutenção da máquina judiciária, de forma a reduzir os gastos ineficientes e melhor atender a prestação jurisdicional.

Para cumprir essa missão a DGPCF implementou o Projeto Estratégico “Sistematização da Gestão Orçamentária” que teve como objetivo a construção e a implementação do Plano de Ação Governamental (PAG), a fim de alinhar ao Plano Plurianual.



Como consequência das ações do referido Projeto Estratégico, o Plano Plurianual (PPA) e a Proposta Orçamentária Anual (LOA) passaram a decorrer das ações de investimentos e de custeio aprovadas no PAG, de forma a garantir os recursos necessários à sua execução.

Destarte, o Ato Normativo n.º 17/2014 estabeleceu diversas diretrizes e critérios para a organização do PAG, ensejando o fortalecimento deste instrumento de planejamento, cabendo destacar as seguintes inovações:

- a participação dos representantes da Administração Superior e das Unidades Organizacionais no planejamento com o dever de zelar pela efetividade da execução na sua área de competência, com a supervisão do Departamento de Planejamento e Orçamento (DGPCF/DEPLO);
- o estabelecimento de critérios objetivos para o controle das ações incluídas no PAG;
- a autorização ao Diretor-Geral de Planejamento, Coordenação e Finanças para cancelar o saldo dos empenhos quando for verificado que o montante empenhado excede as efetivas necessidades da ação.



O quadro a seguir apresenta as despesas previstas e executadas para o PAG no biênio 2013/2014, bem como o percentual de execução dessas despesas. Observa-se que o resultado da execução orçamentária em 2014 (84,58%) foi superior ao resultado de 2013 (82,76%), que demonstra uma evolução positiva na capacidade dos gestores de projetar e realizar o que foi planejado.

ANÁLISE – PAG 2013/2014						
Diretoria	Pag 2013			Pag 2014		
	Previsto	Empenhado	% Exec. Final	Previsto	Empenhado	% Exec. Final
CGI	25.671.286,93	27.537.938,23	107,27%	29.539.303,86	27.166.401,65	91,97%
DGCOI	43.830,00	43.830,00	100,00%	53.255,00	45.716,00	85,84%
DGCOM	6.620.572,39	5.003.176,99	75,57%	15.590.368,65	12.896.588,23	82,72%
DGDIN	977.808,62	962.259,54	98,41%	1.110.111,30	1.021.053,88	91,98%
DGENG	350.092.390,16	260.809.643,82	74,50%	189.711.871,99	158.462.345,70	83,53%
DGJUR	14.460.880,62	11.216.459,98	77,56%	12.490.995,79	11.911.226,23	95,36%
DGLOG	281.470.717,46	264.798.198,51	94,08%	326.115.752,99	292.820.718,53	89,79%
DGPCF	2.253.791,22	2.194.269,51	97,36%	32.931,41	28.657,64	87,02%
DGPES	48.359.360,60	46.180.594,68	95,49%	144.173.275,96	130.257.779,80	90,35%
DGPES-ESAJ	4.842.678,84	2.971.938,23	61,37%	6.250.220,60	3.915.317,45	62,64%
DGSEI	49.963.444,07	47.879.477,34	95,83%	78.951.727,12	63.298.313,50	80,17%
DGTEC	192.840.575,30	89.816.857,66	46,58%	195.230.60,61	95.679.178,86	49,01%
EMERJ	6.614.757,56	6.981.739,19	105,55%	7.369.558,41	7.164.307,09	97,21%
GABPRES	328.555.037,03	320.012.884,30	97,40%	306.492,24	219.631,03	71,66%
GABPRES-DEAPE	-	-	-	11.318.913,24	8.688.200,03	76,76%
PJERJ ENCARGOS GERAIS	-	-	-	1.050.489,88	821.745,18	78,22%
PRESIDÊNCIA	-	-	-	354.004.995,37	347.114.352,98	98,05%
<b>TOTAL</b>	<b>1.312.767.130,80</b>	<b>1.086.409.409.267,98</b>	<b>82,76%</b>	<b>1.373.300.944,42</b>	<b>1.161.511.533,78</b>	<b>84,58%</b>

Nota:

1) As unidades GABPRES-DEAPE, PJERJ-ENCARGOS GERAIS e PRESIDÊNCIA foram criadas no ano de 2014.

O ano de 2013 foi marcado por várias transformações no que diz respeito à estrutura do planejamento, como a inserção das ações de custeio no cômputo do controle do PAG e a inclusão das despesas suportadas pela fonte 99.

Ademais, foi promovido um trabalho de conscientização das Unidades no que tange aos cuidados necessários no momento de fixarem suas demandas, a fim de que não comprometessem o orçamento com ações que não seriam executadas, ou se executadas, em valores bem inferiores aos previstos.

Dessa forma, considerando a necessidade de mudança da cultura existente acerca do planejamento, o ano de 2013 revelou-se como o período de transição para uma nova fase do controle das despesas, tudo em consonância com os princípios constitucionais e diretrizes traçadas pelo CNJ relativos à ética na administração da coisa pública.

No que tange à execução do PAG em 2014, após a última revisão, ocorrida em setembro, o total das ações atualizadas importou em R\$ 1.373.300.944,42. O quadro a seguir demonstra que, do total aprovado, foram executados 84,58% propiciando uma economia financeira de **R\$ 239.638.360,86**.

PLANO GOVERNAMENTAL – PAG 2014			
TODAS AS DIRETORIAS		DEZEMBRO	
Todos os Projetos		Até Dezembro	
PAG - Total	PAG - Valor Previsto Inicial	PAG - Valor Previsto Atualizado	%Variação
<b>Total</b>	<b>1.504.876.015,97</b>	<b>1.373.300.944,42</b>	<b>-8,74%</b>
Custeio	796.271.128,42	836.801.101,79	5,09%
Investimento	388.654.622,05	191.811.906,59	-50,65%
Benefícios	319.950.265,50	335.687.936,03	4,92%
Pessoal	0,00	9.000.000,00	100,00%

Fonte 10	PAG - Valor Previsto Inicial	PAG - Valor Previsto Atualizado	%Variação
<b>Total</b>	<b>1.174.046.344,63</b>	<b>864.416.468,92</b>	<b>-26,17%</b>
Custeio	785.391.722,58	740.208.520,40	-5,75%
Investimento	388.654.622,05	124.207.948,52	-68,04%

Fonte 12	PAG - Valor Previsto Inicial	PAG - Valor Previsto Atualizado	%Variação
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>390.000,00</b>	<b>100,00%</b>
3390-Custeio	0,00	390.000,00	100,00%
4490-Investimento	0,00	0,00	0,00

Fonte 99	PAG - Valor Previsto Inicial	PAG - Valor Previsto Atualizado	%Variação
<b>Total</b>	<b>330.829.671,34</b>	<b>508.494.475,49</b>	<b>53,70%</b>
Custeio	10.879.405,84	96.202.581,39	784,26%
Investimento	0,00	67.603.958,07	100,00%
Benefícios	319.950.265,50	335.687.936,03	4,92%
Pessoal	0,00	9.000.000,00	100,00%

#### Execução PAG - Total

Cód. Despesa	PAG - Valor Prev. Atualizado	Empenhado	A Executar (VPA Empenhado)	Empenhado / Prev. Atualizado	Liquidado	Liquidado / Prev. Atualizado
<b>Total</b>	<b>1.373.300.944,42</b>	<b>1.161.511.533,78</b>	<b>211.789.410,64</b>	<b>84,58%</b>	<b>1.041.253.771,47</b>	<b>75,82%</b>
Custeio	836.801.101,79	749.532.136,36	87.268.965,43	89,57%	651.950.423,06	77,91%
Investimento	191.811.906,59	68.688.741,05	123.123.165,54	35,81%	55.198.614,83	28,78%
Benefícios	335.687.936,03	334.694.481,31	993.454,72	99,70%	325.508.558,52	96,97%
Pessoal	9.000.000,00	8.596.175,06	403.824,94	95,51%	8.596.175,06	95,51%

#### Execução Total da Fonte 10

Cód. Despesa	PAG - Valor Prev. Atualizado	Empenhado	A Executar (VPA Empenhado)	Empenhado / Prev. Atualizado	Liquidado	Liquidado / Prev. Atualizado
<b>Total</b>	<b>864.416.468,92</b>	<b>678.893.953,05</b>	<b>185.522.515,87</b>	<b>78,54%</b>	<b>575.408.785,08</b>	<b>66,57%</b>
Custeio	740.208.520,40	654.774.427,33	85.434.093,07	88,46%	558.912.113,06	75,51%
Investimento	124.207.948,52	24.119.525,72	100.088.422,80	19,42%	16.496.672,02	13,28%

#### Execução Total da Fonte 12

Cód. Despesa	PAG - Valor Prev. Atualizado	Empenhado	A Executar (VPA Empenhado)	Empenhado / Prev. Atualizado	Liquidado	Liquidado / Prev. Atualizado
<b>Total</b>	<b>390.000,00</b>	<b>235.521,96</b>	<b>154.478,04</b>	<b>60,39%</b>	<b>235.521,96</b>	<b>60,39%</b>
Custeio	390.000,00	235.521,96	154.478,04	60,39%	235.521,96	60,39%
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00%

<b>Execução Total da Fonte 99</b>						
<b>Cód. Despesa</b>	<b>PAG - Valor Prev. Atualizado</b>	<b>Empenhado</b>	<b>A Executar (VPA Empenhado)</b>	<b>Empenhado / Prev. Atualizado</b>	<b>Liquidado</b>	<b>Liquidado / Prev. Atualizado</b>
<b>Total</b>	<b>508.494.475,49</b>	<b>482.382.058,77</b>	<b>26.112.416,72</b>	<b>94,86%</b>	<b>465.609.464,43</b>	<b>96,52%</b>
Custeio	96.202.581,39	94.522.187,07	1.680.394,32	98,25%	92.802.788,04	96,47%
Investimento	67.603.958,07	44.569.215,33	23.034.742,24	65,93%	38.701.942,81	57,25%
Benefícios	335.687.936,03	334.694.481,31	993.454,72	99,70%	325.508.558,52	96,97%
Pessoal	9.000.000,00	8.596.175,06	403.824,94	95,51%	8.596.175,06	95,51%
<b>Notas:</b>						
1) Empenhado e Liquidado - Fonte: SIG Demonstrativos de restos a pagar						

<b>Receita Projetada</b>	
Superávit - Fonte 10	399.807.122,48
Superávit - Fonte 99	443.461.230,22
Receita - Fonte 10	793.778.106,26
Receita - Fonte 99	556.635.199,00
Receita - Fonte 12	390.000,00
<b>Total</b>	<b>2.194.071.657,96</b>
<b>Receita - Fonte 12</b>	
Fonte 10	808.349.310,92
Fonte 99	592.800.583,72
	101,84%
	106,50%

## RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE CUSTOS

O Relatório de Acompanhamento de Custos (RAC) é um importante instrumento de acompanhamento dos recursos consumidos, possibilitando análise eficiente do comportamento de algumas despesas, dando continuidade à política do equilíbrio das receitas com as despesas. O quadro, a seguir, informa as despesas efetuadas com a 1ª Instância e a 2ª Instância, por categoria.

DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO – INSTÂNCIAS E CATEGORIAS								
DESPESA DO PODER JUDICIÁRIO POR ATIVIDADE E CATEGORIA – 2013 e 2014								
2013 - janeiro a dezembro					2014 - janeiro a dezembro			
2013					2014			
	1ª Instância	2ª Instância	Total do PJERJ	Part.	1ª Instância	2ª Instância	Total do PJERJ	Part.
<b>Total da Atividade</b>	<b>2.971.517.655,80</b>	<b>435.245.532,67</b>	<b>3.406.763.188,47</b>		<b>3.194.927.790,67</b>	<b>519.506.449,37</b>	<b>3.714.434.240,04</b>	
<b>Participação % no Total do PJERJ</b>	<b>87,22%</b>	<b>12,78%</b>	<b>100,00%</b>	<b>(%)</b>	<b>86,01%</b>	<b>13,99%</b>	<b>100,00%</b>	<b>(%)</b>
<b>Custeio</b>	<b>536.083.513,95</b>	<b>22.104.289,52</b>	<b>558.187.803,47</b>	<b>16,38%</b>	<b>592.770.216,95</b>	<b>24.344.420,20</b>	<b>617.114.637,16</b>	<b>16,61%</b>
Assistência Judiciária Gratuita	35.904.391,64	42,185,80	35.945.577,44	1,06%	38.793.818,25	38.412,50	38.832.230,75	1,05%
Concessionárias de Serviços Públicos	41.401.247,45	2.937.965,33	44.339.212,79	1,30%	41.680.548,33	2.670.160,61	44.350.708,94	1,19%
Conservação e Limpeza	48.341.784,77	862.155,58	49.203.940,35	1,44%	52.916.907,15	1.558.637,41	54.475.554,56	1,47%
Convênios	41.133.340,35	3.247.085,38	44.380.375,73	1,30%	46.081.718,37	3.507.145,58	49.588.863,95	1,34%
Demais Despesas de Custeio	36.133.341,83	406.575,75	36.539.917,58	1,07%	58.233.522,69	501.728,59	58.735.251,27	1,58%
Despesas com Viaturas	8.752.728,27	1.174.824,39	9.927.552,66	0,29%	9.995.464,91	91.401,71	10.086.866,62	0,27%
Material de Consumo	22.768.076,41	1.251.844,45	24.019.920,86	0,71%	27.118.696,94	1.299.298,71	28.417.995,65	0,77%
Serviços de Engenharia	37.500.693,98	368.575,05	73.869.269,03	1,11%	37.484.645,79	413.529,20	37.898.174,99	1,11%
Serviços de Informática	72.748.648,01	2.520.018,49	75.268.666,51	2,21%	67.150.606,15	4.460.533,93	71.611.140,08	1,93%
Terceirizados	187.309.193,50	9.245.306,00	196.554.499,50	5,77%	201.893.431,13	9.680.027,18	211.573.458,30	5,70%
Treinamento e Capacitação	4.090.067,73	47.803,29	4.137.871,02	0,12%	11.420.847,24	123.544,79	11.544.392,03	0,31%
<b>Depreciação</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00%</b>	<b>24.960.656,85</b>	<b>2.543.524,64</b>	<b>27.504.181,49</b>	<b>0,74%</b>
Depreciação Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00%	3.291.508,26	9.131,22	3.300.639,48	0,09%
Depreciação Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00%	21.669.148,60	2.534.393,42	24.203.542,01	0,65%
<b>Pessoal</b>	<b>2.435.434.141,85</b>	<b>413.141.243,15</b>	<b>2.848.575.385,00</b>	<b>83,62%</b>	<b>2.577.196.916,87</b>	<b>492.618.504,52</b>	<b>3.069.815.421,39</b>	<b>82,65%</b>
Benefícios	237.477.524,08	32.387.074,63	305.864.598,70	8,98%	297.559.307,45	35.930.574,31	333.489.881,76	8,98%
Demais Despesas de Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00%	8.504.109,25	76.466.550,73	84.970.659,98	2,29%
Encargos Patronais	273.537.468,11	34.788.270,52	308.325.738,63	9,05%	292.488.967,44	34.750.796,88	327.239.764,32	8,81%
Folha de Pagamento	1.888.419.149,67	345.965.898,00	2.234.385.047,67	65,59%	1.978.644.532,73	345.470.582,60	2.324.115.115,33	62,57%

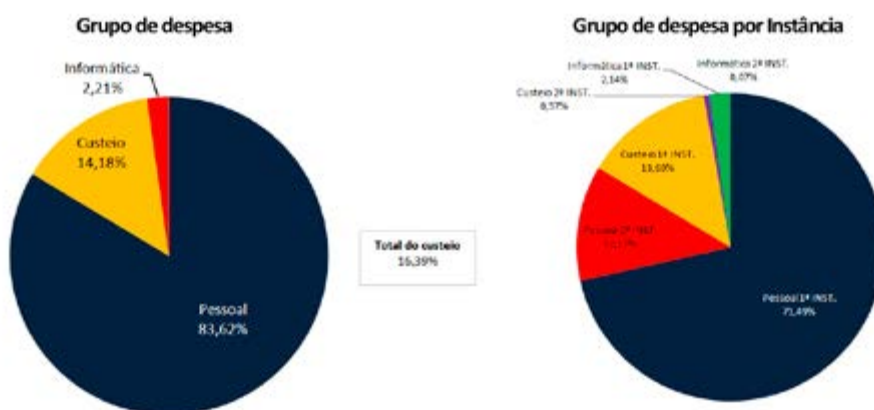
Fonte: Sistema de Gestão de Custos - RAC

\* Rateio Atividade Administrativa por categoria de Despesa

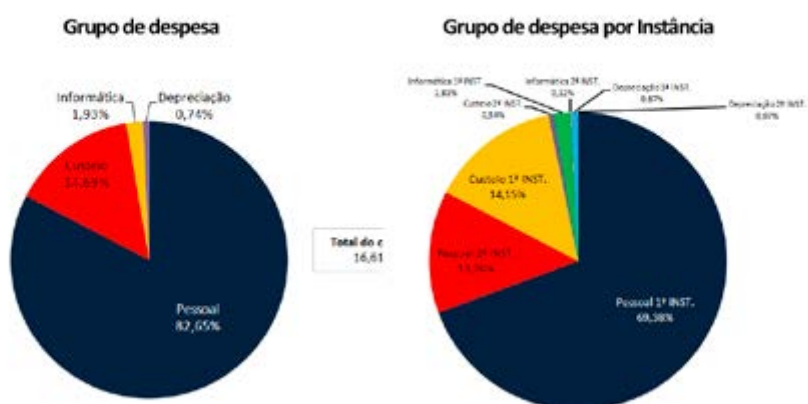
Nota 1: Despesa APOIO DGTEC foi deslocada da categoria terceirizados para serviços de informática, visando à demonstração do total das despesas de T.I.



#### Despesa do Poder Judiciário 2013 - JAN/DEZ



#### Despesa do Poder Judiciário 2014 - JAN/DEZ



## RECEITA

Em 2013, a receita total realizada de **R\$3.726.906.188,15** superou em 14,90% a sua previsão, considerando todas as fontes de recursos institucionais (Fontes **00, 10, 12 e 99**)<sup>1</sup>.

A decisão de concentrar a aplicação dos recursos financeiros do PJERJ em fundos do Banco do Brasil S/A, adicionalmente à redução do risco de mercado, trouxe ganho financeiro, com taxa de rentabilidade de 101,49% do CDI, resultado vantajoso diante da conjuntura econômica do País à época.

Em 2014 a receita total realizada foi de **R\$ 4.058.094.056,36**, superando em **3,61%** as previsões iniciais, conforme quadro a seguir:

Fonte	2013			2014		
	Receita Prevista	Receita Realizada	Δ%	Receita Prevista	Receita Realizada	Δ%
<b>Fonte 00</b>	2.281.924.151,00	2.50.701.019,20	10,46%	2.656.983.015,00	2.656.914.182,00	0,00%
<b>Fonte 10</b>	678.270.400,00	756.192.735,40	11,49%	799.472.766,00	808.349.220,92	1,11%
<b>Fonte 12</b>	45.560,00	62.526,03	37,24%	91.25,00	30.069,72	-67,05%
<b>Fonte 99</b>	283.235.687,00	449.949.907,52	58,86%	460.057.061,00	592.800.583,72	28,85%
<b>Despesa Total</b> (Pessoal, Custeio e Investimento)	<b>3.243.475.798,00</b>	<b>3.726.906.188,55</b>	<b>14,90%</b>	<b>3.916.604.092,00</b>	<b>4.058.094.056,36</b>	<b>3,61%</b>

Nota:  
 1) Fonte de dados: SIG/SIAFEM-RJ.  
 2) As receitas das fontes 10 e 99 incluem receita financeira.

<sup>1</sup> Fonte 00 (Recursos do Tesouro Estadual destinados às despesas com pessoal ativo). Fonte 10 (Arrecadação Própria – Administração Indireta) – Fundo Especial do Tribunal de Justiça; Fonte 12 – Convênio com a Administração Direta; Fonte 99 (FETJ) – Convênios com instituições financeiras.

## DESPESA

Em 2013 a despesa autorizada nas diversas fontes de recursos foi de **R\$ 3.813.508.204,95**. Todavia, apenas 94,61% desse montante foram empenhados, o que correspondeu a **R\$3.607.813.714,62**, distribuído da seguinte forma: 66,10% para despesa de pessoal, 23,32% para despesa de custeio e 5,18% para investimentos.

O total da despesa autorizada em 2014 foi de **R\$ 4.459.805.983,00**. Desse total foi empenhado o equivalente a 95,80%, que corresponde a **R\$ 4.272.523.165,72**, dos quais 62,39% representam despesa com pessoal, 35,97% representam despesa com custeio e 1,64% representa investimentos.

Natureza da Despesa	2013			2014		
	(a) Despesa Autorizada 2013	(a) Despesa Realizada 2013 (Despesa Empenhada)	Relação Percentual (b) / (a)	(c) Despesa Autorizada 2014	(d) Despesa Realizada 2014 (Despesa Empenhada)	Relação Percentual (d) / (c)
<b>Fonte 00</b> Total Fonte	2.520.924.151,00	2.520.701.019,20	99,99%	2.656.983.015,00	2.656.914.182,00	100,00%
Custeio	623.916.320,00	521.691.386,37	83,62%	1.018.412.953,00	907.510.242,74	89,11%
<b>Fonte 10</b> Investimento	234.354.060,00	180.237.794,45	76,91%	62.402.704,00	25.461.160,25	40,83%
<b>Total Fonte</b>	<b>858.270.400,00</b>	<b>701.929.180,82</b>	<b>81,78%</b>	<b>1.080.815.657,00</b>	<b>932.991.402,99</b>	<b>86,32%</b>
<b>Fonte 12</b> Custeio	1.123.526,95	703.427,44	62,61%	450.250,00	235.521,96	52,31%
Investimento	-	-	-	-	-	-
<b>Total Fonte</b>	<b>1.123.526,95</b>	<b>703.427,44</b>	<b>62,61%</b>	<b>450.250,00</b>	<b>235.521,96</b>	<b>52,31%</b>
<b>Fonte 99</b> Pessoal	-	-	-	9.000.000,00	8.596.175,06	95,51%
Custeio	406.190.127,00	366.991.840,71	90,35%	649.830.403,00	629.216.668,38	96,83%
Investimento	27.000.000,00	17.488.246,45	64,77%	62.726.658,00	44.569.215,33	71,05%
<b>Total Fonte</b>	<b>433.190.127,00</b>	<b>384.480.087,16</b>	<b>88,78%</b>	<b>721.557.061,00</b>	<b>682.382.058,77</b>	<b>94,57%</b>
<b>Despesa Total</b> (Pessoal, Custeio e Investimento)	<b>3.813.508.204,95</b>	<b>3.607.813.714,82</b>	<b>94,61%</b>	<b>4.459.805.983,00</b>	<b>4.272.523.165,72</b>	<b>95,80%</b>
<b>Diferença</b>		<b>205.694.490,33</b>			<b>187.282.817,28</b>	

Nota:

1) Foi expurgado da despesa autorizada para custeio, na fonte 10, o valor correspondente aos recursos da descentralização de crédito para o Poder Executivo.

2) Fonte de dados: SIG / SIAFEM-RJ.



## DESPESA DE PESSOAL

A Fonte 00 – Recursos Ordinários Provenientes de Impostos – suporta as despesas com pessoal ativo, com obrigação patronal e outras despesas correntes, tais quais benefícios classificados como verbas indenizatórias.

Ao final de cada quadrimestre, a Lei de Responsabilidade Fiscal impõe a emissão do Relatório de Gestão Fiscal que é um comparativo da Despesa de Pessoal com a Receita Corrente Líquida do Estado do RJ. Para tanto, despesa total com pessoal é apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Na tabela abaixo, são apresentados os percentuais provenientes do comparativo da Receita Corrente Líquida do Estado (RCL) do RJ com a Despesa de Pessoal do TJERJ nos quadrimestres dos exercícios de 2013 e 2014.

Evolução das despesas de pessoal em relação à RCL (LRF) – Período 12 meses:

Período	(a) Receita Corrente Líquida Acumulada – R\$	(b) Despesa de Pessoal Acumulada – R\$	% de ( b ) em relação a ( a ) <sup>1</sup>
1º Quadrimestre 2013	42.259.117.256	2.238.116.928	5,30%
2º Quadrimestre 2013	42.551.053.751	2.288.568.201	5,38%
3º Quadrimestre 2013	47.064.197.575	2.362.244.006	5,02%
1º Quadrimestre 2014	47.388.241.226	2.654.193.354	5,60%
2º Quadrimestre 2014	47.896.309.610	2.651.438.184	5,54%
3º Quadrimestre 2014 <sup>2</sup>	46.045.517.775	2.587.049.513	5,62%

<sup>1</sup> Para cálculo do percentual do limite da RCL uma parte da despesa total é expurgada, como exemplo as despesas de exercícios anteriores e as outras despesas correntes. Apenas a diferença que é confrontada com a Receita Corrente Líquida do Estado, para fins de apuração dos limites impostos pela Lei Complementar n.º 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF.

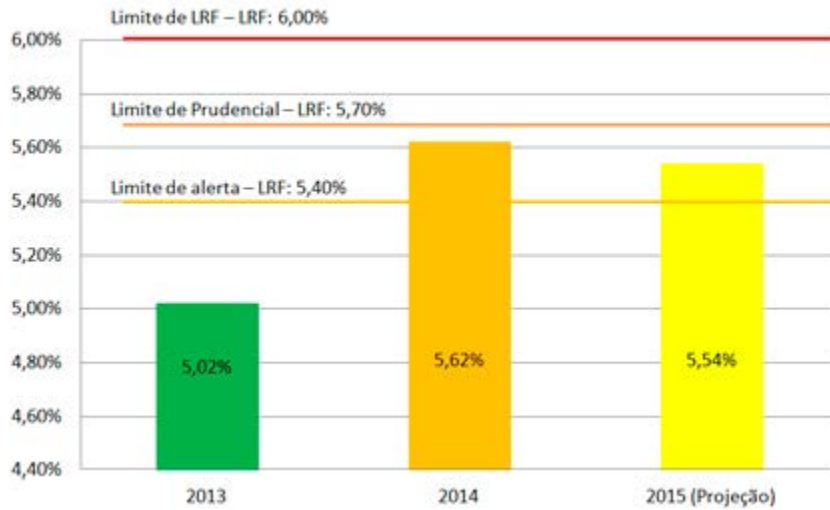
<sup>2</sup> Resultado para o 3º quadrimestre de 2014 conforme RCL extraída do Sistema de Informações Gerenciais (Versão Local) da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro em 14/01/15.

- **Exercício de 2013**

Cabe esclarecer que a redução para 5,02% no último quadrimestre de 2013 deveu-se ao Termo de Compromisso firmado com o Estado do Rio de Janeiro, em decorrência da Lei Complementar nº 147/2013 que viabilizou a quitação de todas as dívidas pertinentes a precatórios judiciais. Aumentado o orçamento estadual com o aporte de R\$ 3.295.945.682,52, o percentual de gastos com pessoal foi reduzido.

- **Exercício de 2014**

Para os valores apresentados em 2014, os resultados de 5,60% para o primeiro quadrimestre e 5,54% para o segundo quadrimestre estão influenciados por duas variáveis atípicas. A primeira, conforme esclarecido no parágrafo acima, aumentou a RCL, e a segunda refere-se à antecipação do pagamento da contribuição patronal ao Instituto Rioprevidência no valor de R\$ 192.777.845,67, o que sensibilizou a despesa dos meses de fevereiro e março de 2014, impactando a apuração do 1º quadrimestre. Para o resultado do terceiro quadrimestre de 2014 não houve influência dessas duas variáveis, uma vez que o repasse citado não compôs a base de cálculo para o cômputo da RCL pelo fato de ter sido realizado em dezembro de 2013, e a despesa que foi antecipada no primeiro quadrimestre, de competência de todo o período, foi diluída durante o exercício de 2014. Mesmo com a despesa de pessoal ficando abaixo do quadrimestre anterior, o resultado desse terceiro aumentou de 0,08 pontos percentuais, alcançando 5,62% devido a RCL do Estado não ter tido a performance projetada pelo Governo Estadual. A projeção foi de R\$ 47.458.856.353 e o realizado de R\$ 46.045.517.775.

**Nota:**

O gráfico acima trata do comparativo da projeção de Despesa de Pessoal do PJERJ com a Receita Corrente Líquida do Estado do RJ para o exercício de 2015, resultando nos percentuais informados. Conforme já enfatizado, para o resultado de 2014 considerou-se a RCL extraída do Sistema de Informações Gerenciais (Versão Local) da Secretaria da Fazenda do Estado do Rio de Janeiro em 14/01/2015.

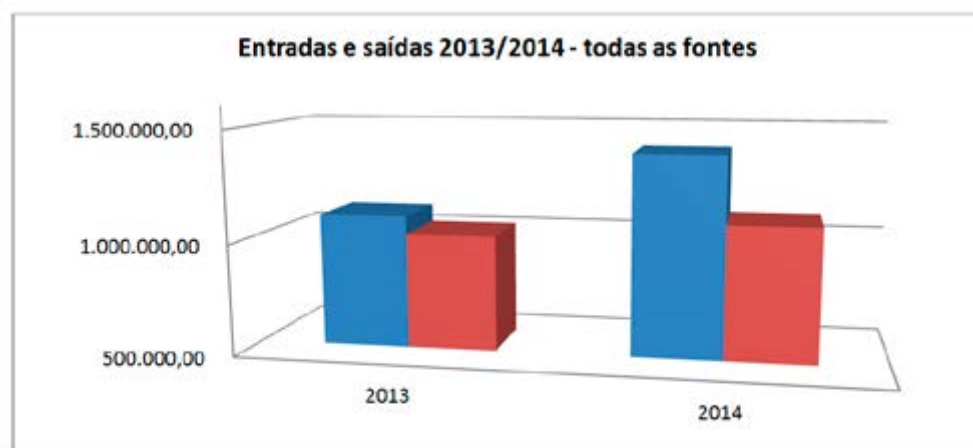
## DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2013/2014

O quadro a seguir demonstra a formação da disponibilidade financeira do biênio:

FORMAÇÃO DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA 2013/2014			
Valores em R\$ mil			
	2013	2014	Variação
<b>Disponibilidade Final no Exercício Anterior (A)</b>	<b>860.667</b>	<b>994.361</b>	<b>15,53%</b>
Fonte 10	453.506	487.405	7,47%
Fonte 99	407.106	506.956	24,51%
<b>Total de Entradas (B)</b>	<b>1.208.889</b>	<b>1402.799</b>	<b>16,04%</b>
Receita Fonte 10	723.080	746.604	3,25%
Receita financeira Fonte 10	33.112	61.746	86,47%
Receita 99	412.356	536.164	30,02%
Receita financeira Fonte 99	37.352	56.636	50,90%
Demais entradas*	2.809	1.649	-41,3%
<b>Total de Saídas (C)</b>	<b>1.075.195</b>	<b>1.186.010</b>	<b>10,31%</b>
Custeio Fonte 10	469.083	530.022	12,99%
Custeio Fonte 99	312.325	426.217	36,47%
Investimento Fonte 10	146.419	16.367	-88,82%
Investimento Fonte 99	9.209	33.053	258,93%
Restos a pagar Fonte 10	101.355	56.995	-43,77%
Restos a pagar Fonte 99	29.152	44.393	52,28%
Decisão CNJ - Depósito Judicial		68.893	-
Demais saídas*	7.651	10.069	31,60%
<b>Resultado do Período (D) = (B) - (C)</b>	<b>133.694</b>	<b>216.790</b>	<b>62,15%</b>
<b>Disponibilidade Final (E) = (A) + (D)</b>	<b>994.361</b>	<b>1.211.151</b>	<b>21,80%</b>
Fonte 10	487.405	686.576	40,86%
Fonte 99	506.956	524.574	3,48%

(\*) As demais entradas e as demais saídas referem-se à execução financeira de valores extra-orçamentários, tais como; depósitos em caução, depósitos diversos, pagamento / retenção de consignações, etc.

<b>Despesas Intra Orçamentárias - Governo do estado</b>	<b>400.000</b>
Fonte 10	200.000
Fonte 99	200.000
<b>Nova Disponibilidade Final 2014</b>	<b>811.151</b>
Fonte 10	486.576
Fonte 99	324.574



Fonte: DGPCF/DECON

Como se verifica no quadro anterior, esta Administração destacou-se pela gestão financeira responsável. Em fevereiro de 2013 a disponibilidade financeira era da ordem de R\$ 860.667.000,00. A economia gerada no biênio foi de R\$ 350.484.000,00, o que elevou a referida disponibilidade para **R\$ 1.211.155.000,00**, ao final de 2014. Entretanto, em virtude da despesa intraorçamentária, de natureza temporária, em favor do Estado do Rio de Janeiro, a mesma foi reduzida para **R\$ 811.151.000,00**.

Cabe esclarecer que relativamente à da disponibilidade apresentada, existem compromisso assumidos, conforme quadro abaixo, resultando num *superávit* financeiro na ordem de **R\$ 653.883.000,00**.

APURAÇÃO DO SUPERÁVIT FINANCEIRO 2014			
Valores em R\$ mil			
	Fonte 10	Fonte 99	Total
Disponibilidade Final 2014	486.576	324.574	811.151
Obrigações a Pagar	134.108	23.160	157.268
Fornecedores	132.519	23.114	155.633
Outras Obrigações	1.589	46	1.635
Superávit Apurado	352.468	301.414	653.883

Fonte: DGPCF/DECON

A DGPCF realizou no biênio 2013/2014 as seguintes atividades complementares:

- criação do folheto “DGPCF em Números”;
- consolidação de todas as despesas de custeio e investimento no novo Plano de Ação Governamental (PAG), conforme Ato Normativo nº 17/2014, cabendo destacar as seguintes inovações:
  - » elaboração do Plano Plurianual (PPA) e da Proposta Orçamentária Anual com base nas ações aprovadas no PAG – “Planejamento Eficiente, Orçamento Transparente”;
  - » estabelecimento de critérios e requisitos para o controle das ações incluídas no PAG, dentre eles a observância dos prazos previstos para o início das mesmas, sob pena de exclusão das ações injustificadamente em atraso.
- criação do Relatório RAC Judicial (informativo célere e analítico do custo dos processos da Justiça Comum, Juizados Especiais e Segunda Instância);
- adoção de novas metodologias de cálculo, amparadas em estudos e projeções econômicas e financeiras, para subsidiar a tomada de decisão da Administração Superior, quanto às iniciativas referentes à política de valorização do servidor;

- elaboração de estudos para alteração das regras de concessão de diárias, que norteou a elaboração do Ato Normativo n.º 05/2013;
- contabilização dos atos e fatos do Fundo Especial de Apoio aos Registradores Civis de Pessoas Naturais – FUNARPEN – criado pela Lei 6.281/2012;
- contabilização das Penas Pecuniárias em conta corrente exclusiva, em atendimento à Resolução CNJ 154/2012;
- elaboração de estudo crítico quanto à Resolução CNJ n.º 195/2014, na parte que estabeleceu que os tribunais devem prever e identificar, na elaboração da proposta orçamentária, as parcelas dos recursos destinados ao primeiro e ao segundo grau de jurisdição, sendo demonstrado que a aplicação do Sistema de Custos revela-se a metodologia ideal no âmbito da Justiça Estadual.

DGPCF EM NÚMEROS Período de Apuração: DEZEMBRO 2014

Orçamento Inicial 2014		Orçamento Dezembro/2014		Orçamento 2014 (C.L.) %	
3.916.512.842,00	Orçamento Inicial 2014	4.517.471.043,00	Orçamento Dezembro/2014	VALOR (R\$)	ORÇAMENTO 2014 (C.L.) %
2.656.983.015,00	Pessoal	2.656.983.015,00	Pessoal		
1.857.438.028,00	Custeio + Investimento (CI)	1.857.438.028,00	Custeio + Investimento (CI)		
3.050.000,00	Descentralização de crédito - Poder Executivo (não considerada para o orçamento)	3.050.000,00	Descentralização de crédito - Poder Executivo (não considerada para o orçamento)		
<b>17.167.347.545,48</b>	<b>Total de Depósitos Judiciais</b>	<b>17.167.347.545,48</b>	<b>Total de Depósitos Judiciais</b>		
12.577.455.195,26	Banco do Brasil	12.577.455.195,26	Banco do Brasil		
4.101.122.775,69	Convênio EB (LC 147/2013)	4.101.122.775,69	Convênio EB (LC 147/2013)		
390.827.129,63	Banco Itai	390.827.129,63	Banco Itai		
97.942.444,90	Caixa Econômica	97.942.444,90	Caixa Econômica		
<b>994.360.911,36</b>	<b>Saldo em Bancos em 31/12/2013 (ano anterior)</b>	<b>994.360.911,36</b>	<b>Saldo em Bancos em 31/12/2013 (ano anterior)</b>		
<b>4.059.782.245,20</b>	<b>Recursos em Arrecadação</b>	<b>4.059.782.245,20</b>	<b>Recursos em Arrecadação</b>		
809.996.646,45	FCTI	809.996.646,45	FCTI		
748.253.942,08	Arrecadação própria (Diretamente Arrecadação)	748.253.942,08	Arrecadação própria (Diretamente Arrecadação)		
61.745.604,40	Recursos Financeira	61.745.604,40	Recursos Financeira		
592.800.583,72	Convênios - Bancos	592.800.583,72	Convênios - Bancos		
536.164.263,20	Resposta	536.164.263,20	Resposta		
56.636.320,52	Recursos Financeira	56.636.320,52	Recursos Financeira		
<b>2.656.983.015,00</b>	<b>Transferência do Tesouro Estadual - Pessoal (dotação orçamentária)</b>	<b>2.656.983.015,00</b>	<b>Transferência do Tesouro Estadual - Pessoal (dotação orçamentária)</b>		
<b>4.242.923.714,45</b>	<b>Despesa Total</b>	<b>4.242.923.714,45</b>	<b>Despesa Total</b>		
<b>2.656.914.182,00</b>	<b>Pessoal</b>	<b>2.656.914.182,00</b>	<b>Pessoal</b>		
457.199.046,44	Magistrados	457.199.046,44	Magistrados		
2.199.715.135,56	Servidores	2.199.715.135,56	Servidores		
<b>1.586.009.532,45</b>	<b>Custeio + Investimento (CI)</b>	<b>1.586.009.532,45</b>	<b>Custeio + Investimento (CI)</b>		
1.536.569.385,48	Custeio	1.536.569.385,48	Custeio		
49.420.146,97	Investimento	49.420.146,97	Investimento		
<b>811.150.609,11</b>	<b>Saldo em 31/12/2014 (Recursos Total - Despesa Total)</b>	<b>811.150.609,11</b>	<b>Saldo em 31/12/2014 (Recursos Total - Despesa Total)</b>		

PLANO DE AÇÃO GOVERNAMENTAL			
Divisões Gerais	Planejado	Executado (Empenhado)	% execução
DODIN	3.110.111,30	1.021.053,88	91,98%
EMERJ	7.369.558,41	7.164.307,09	97,21%
DOTEC	395.230.680,61	95.679.178,86	49,01%
DGPCF	32.931,41	28.657,64	87,02%
DGPES	144.173.275,96	130.257.779,80	90,35%
ESAJ	6.250.220,60	3.915.317,45	62,64%
ODENG	189.711.871,99	158.482.346,70	83,53%
DGCOM	15.596.348,65	12.896.588,23	82,72%
DGSEI	78.951.727,12	63.298.313,50	80,17%
DGUR	12.480.995,79	11.911.226,23	95,36%
DGLOG	326.115.752,99	292.820.718,53	89,79%
CGJ	29.539.303,86	27.166.403,65	91,97%
DGCOH	53.255,00	45.716,00	85,84%
GABPRES	306.492,24	219.631,03	71,66%
Projetos DGAPE	10.928.913,24	8.452.678,07	77,34%
Benefícios - Magistrados e Servidores	335.687.936,03	334.694.481,31	99,70%
PIERI - Encargos Gerais	1.050.489,88	821.745,18	78,22%
Presidência	18.317.059,34	12.419.871,67	67,80%
<b>TOTAL PAG</b>	<b>1.372.910.944,42</b>	<b>1.161.276.011,82</b>	<b>84,58%</b>

FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - FONTE 10			
Exercício	Dentro do Planejamento (99 a 100%)		
	2011	2012	2013
Saldo do Exercício Anterior	599.253.357,40	527.338.736,83	453.506.448,20
Receita	651.560.643,89	703.362.822,55	756.192.341,02
Despesa	723.475.264,46	777.195.111,18	722.293.910,97
Saldo p/ Exercício Seguinte	527.338.736,83	493.506.448,20	487.404.878,25

FUNDO ESPECIAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA - FONTE 10			
Exercício	Acima do Planejamento		
	2011	2012	2013
Saldo do Exercício Anterior	487.404.878,25	487.404.878,25	487.404.878,25
Receita	808.349.220,92	808.349.220,92	808.349.220,92
Despesa	809.177.866,02	809.177.866,02	809.177.866,02
Saldo em 31/12/2014	811.150.609,11	811.150.609,11	811.150.609,11

APLICAÇÃO DOS RECURSOS		VALOR (R\$)	ORÇAMENTO 2014 (C.L.) %
Tecnologia da Informação		94.812.233,85	5,10%
Transporte		40.230.261,37	2,17%
Armazenamento		24.623.173,40	1,33%
Arquivo		12.050.459,79	0,65%
Materiais		12.572.713,61	0,68%
Material de Consumo (compras)		35.555.404,95	1,91%
Segurança		36.011.643,37	1,94%
Concessionárias de Serviços Públicos		45.279.785,03	2,44%
Conservação e Limpeza		60.197.877,93	3,24%
Serviços de Apoio		86.581.973,72	4,66%
Serviços de Engenharia		100.898.111,78	5,43%
Investimento		68.688.741,05	3,70%
(Edificação, Implantação e Recuperação Física TI)		44.560.215,33	2,40%
Material Permanente (compras)		24.119.525,72	1,30%
Benefícios - Magistrados e Servidores		334.694.481,31	18,02%
Auxílio Judiciária Gratuita		38.392.977,71	2,07%
Juizes Leigos		7.664.734,00	0,41%
Ajuda de Custo - Perícia Judicial		2.510.590,18	0,14%
DNA		1.262.258,14	0,07%
Restituição RCPN		26.481.751,48	1,43%
Tradução / Versão / Interconexão		453.643,91	0,02%
Outras Despesas de Custeio		35.544.727,46	1,91%
Assistências		197.929,70	0,01%
Auxílio Doença e Funeral		284.879,13	0,02%
Convênios - Justiça Social e ERJ		48.489.789,34	2,61%
Diárias		644.275,11	0,03%
Locações e Encargos		12.000.634,08	0,65%
Salas Notariais		762.912,33	0,04%
Serviços da Emerj		7.164.307,09	0,39%
Treinamento e Capacitação		5.249.232,13	0,28%
Restituição Previdenciária Lei 6.694/74		76.374.484,92	4,11%
Outras Despesas		8.596.175,06	0,46%
<b>TOTAL RECURSOS APLICADOS</b>		<b>1.161.276.011,82</b>	<b>62,52%</b>



Segue abaixo o Demonstrativo da Receita do FETJ, arrecadada nos exercícios de 2013 e 2014, por categoria, sendo importante perceber que o potencial de crescimento da arrecadação vem diminuindo. Tal redução, em 2014, foi suplementada pela Receita Financeira.

Demonstrativo da Receita do Fundo Especial do TJ - Posição Contábil										
2013	CUSTAS JUDICIAIS (fonte 10)	TAXAS JUDICIAIS (fonte 10)	EMOLUMENTOS +20% (fonte 10)	REMUNERAÇÃO DEPOSITOS BANCARIOS (fonte 10)	SERVICIOS FINANCIEROS (fonte 10)	OUTRAS RECEITAS CORRENTE (fonte 10)	PERMISSÃO DE USO (fonte 10)	ALIENAÇÃO DE BENS (fonte 10)	RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA (fonte 10)	EXECUÇÃO ACUMULADA 2013 - R\$
Jan	13.437.779,96	21.255.457,76	15.185.684,41	2.048.560,46	882.653,03	3.052.732,47	0,00	0,00	0,00	55.852.968,09
Fev	10.492.149,89	17.134.568,23	12.240.673,65	1.075.671,97	735.268,78	2.246.560,26	0,00	0,00	0,00	43.924.912,78
Mar	13.720.590,70	23.361.494,87	16.287.705,80	1.866.940,14	976.974,15	2.762.312,91	0,00	0,00	0,00	58.976.018,57
Abr	14.130.976,24	23.657.714,70	20.488.407,27	2.492.389,53	1.163.188,63	2.937.717,64	0,00	0,00	0,00	64.870.394,01
Mai	15.527.919,72	25.484.196,26	23.412.340,00	2.524.977,20	1.292.862,82	3.236.519,67	0,00	213.569,75	0,00	71.692.365,42
Jun	13.746.422,83	22.346.089,26	20.507.723,65	2.664.821,44	1.139.145,99	2.891.445,33	0,00	0,00	0,00	63.295.648,50
Jul	15.068.693,07	24.266.638,96	19.825.057,38	3.201.820,17	1.105.121,33	3.069.063,48	0,00	0,00	0,00	66.536.394,38
Ago	16.688.295,98	24.190.025,67	20.461.462,65	3.104.797,46	1.166.896,00	3.593.643,31	0,00	0,00	0,00	69.205.121,07
Set	13.749.063,27	21.092.368,99	21.017.097,84	3.230.135,43	1.100.739,15	2.916.260,81	0,00	23.110,00	0,00	63.128.775,49
Out	16.026.022,30	22.882.214,94	24.599.199,17	3.722.884,29	1.219.857,71	3.354.939,35	0,00	6.615,00	0,00	71.811.731,75
Nov	14.281.661,51	20.374.579,51	20.121.347,74	3.384.360,65	1.051.563,90	-1.183.350,89	3.205.273,04	6.140,00	988.907,23	62.230.482,89
Dez	14.415.313,50	20.029.749,02	22.194.566,01	3.794.775,67	1.168.649,86	3.054.602,18	0,00	346,20	0,00	64.658.002,44
TOTAL	171.284.888,97	266.075.098,16	236.341.265,57	33.112.134,41	13.002.921,35	31.932.465,72	3.205.273,04	249.434,75	989.253,43	756.192.735,40
% PART	22,65%	35,19%	31,25%	4,38%	1,72%	4,22%	0,42%	0,03%	0,13%	100%

Fonte: SIAFEMRJ (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios) - Unidade Gestora: 036100 (Fundo Especial)

Demonstrativo da Receita do Fundo Especial do TJ - Posição Contábil										
2014	CUSTAS JUDICIAIS (fonte 10)	TAXAS JUDICIAIS (fonte 10)	EMOLUMENTOS +20% (fonte 10)	REMUNERAÇÃO DEPOSITOS BANCARIOS (fonte 10)	SERVICIOS FINANCIEROS (fonte 10)	OUTRAS RECEITAS CORRENTE (fonte 10)	PERMISSÃO DE USO (fonte 10)	ALIENAÇÃO DE BENS (fonte 10)	RECEITA INTRA ORÇAMENTÁRIA (fonte 10)	EXECUÇÃO ACUMULADA 2014 - R\$
Jan	12.392.393,71	17.594.584,85	19.928.812,13	4.178.379,34	1.075.270,97	3.568.666,75	0,00	0,00	0,00	58.738.106,79
Fev	14.810.363,20	21.752.920,39	21.473.205,80	4.179.392,67	1.150.125,00	3.739.809,68	0,00	0,00	0,00	67.105.816,74
Mar	12.939.598,89	19.752.740,78	15.628.504,64	4.211.945,84	863.509,42	3.058.742,55	169.943,34	0,00	0,00	56.624.985,46
Abr	14.464.242,98	20.457.646,31	20.180.542,81	4.624.394,94	984.509,31	2.894.670,27	6.372,00	0,00	0,00	63.612.378,62
Mai	14.941.328,65	22.143.183,27	21.257.613,39	4.900.262,67	683.723,15	3.133.051,71	0,00	0,00	597.377,79	67.656.540,63
Jun	13.051.957,31	18.059.016,48	19.551.935,71	4.807.309,17	785.026,74	2.208.219,59	456.716,64	0,00	0,00	58.920.181,64
Jul	16.463.538,97	24.143.020,75	22.047.289,44	5.619.411,45	908.945,42	823.629,78	1.685.154,37	0,00	132.090,04	71.823.080,22
Ago	15.910.816,19	23.119.219,79	22.197.471,38	5.332.053,35	873.163,07	2.501.406,42	376.388,33	11.350,00	171.266,58	70.493.135,11
Set	17.535.308,51	23.957.847,43	23.236.115,08	5.768.617,85	4.990.363,47	2.400.384,13	417.399,99	192.133,46	121.098,18	78.619.268,10
Out	21.981.218,71	25.000.943,65	23.822.365,38	6.228.713,37	952.833,55	2.598.267,22	374.524,70	0,00	33.811,72	80.992.678,30
Nov	15.471.414,87	21.452.418,03	18.854.190,81	5.724.494,66	839.425,49	2.206.293,79	345.387,80	0,00	144.973,36	65.038.598,81
Dez	14.513.483,58	21.441.186,75	22.346.477,95	6.170.629,19	991.467,92	2.665.161,52	427.717,95	0,00	168.415,64	68.724.540,50
TOTAL	184.475.665,57	258.874.728,48	250.524.524,52	61.745.604,50	15.098.362,55	31.798.303,41	4.259.605,12	203.483,46	1.369.033,31	808.349.310,92
% PART	22,82%	32,03%	30,99%	7,64%	1,87%	3,93%	0,53%	0,03%	0,17%	100%

Fonte: SIAFEMRJ (Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios) - Unidade Gestora: 036100 (Fundo Especial)

Dos quadros acima, cumpre destacar a redução de 2,71 % na arrecadação das Taxas Judiciárias.

Nesta gestão foi prorrogado, por mais 2 (dois) anos, o Termo firmado com o Banco Bradesco para a administração da folha de pagamento de magistrados e servidores deste PJERJ, resultando em um aporte de R\$ 35.000.000,00, na fonte 99.



A gestão estratégica tem como objetivo o aprimoramento institucional, e o alcance da visão estabelecida para a Instituição<sup>1</sup>.

Iniciou-se com a elaboração do **Plano Diretor de Gestão** (PDG) que documenta os parâmetros máximos da estratégia organizacional, ao definir os princípios, alinhar e orientar os esforços da Organização no contexto da **Gestão Estratégica**<sup>2</sup> e da **Gestão Operacional**<sup>3</sup>, dando suporte à **Governança Corporativa**<sup>4</sup>, e atuando como norteador da revisão do **Planejamento Estratégico** fixado para o PJERJ. Para tanto, foram analisadas as linhas gerais definidas pelo CNJ, observando-se a necessidade de contemplar a realidade do Judiciário fluminense. O PDG está disponível no sítio do TJERJ, no seguinte endereço: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/aceso-informacao/pdg>>.



- 1 Visão: Obter o reconhecimento da sociedade sobre a contribuição do PJERJ para o exercício democrático da cidadania.
- 2 Gestão Estratégica é o conjunto de ações que definem os rumos da Administração, com a finalidade de dar maior unicidade, racionalidade, efetividade e transparência às ações do PJERJ, na prestação de serviços à sociedade.
- 3 Gestão Operacional é o conjunto de atividades de realização, controle e monitoramento dos processos de trabalho, visando à melhoria contínua dos serviços prestados.
- 4 Governança Corporativa é o sistema regido por princípios de transparência, independência e prestação de contas, por meio do qual o PJERJ é dirigido, monitorado e incentivado, envolvendo relacionamento entre os usuários (magistrados, servidores jurisdicionados, os três níveis governamentais, os operadores do direito e demais instituições intervenientes).

A atuação administrativa norteou-se por amplo diálogo institucional, daí ter sido incentivada a participação de magistrados na orientação de projetos estratégicos e presidindo Comissões e Grupos de Trabalho, o que agregou força e motivação às equipes operacionais formadas por servidores, auxiliares do Poder Judiciário e outros membros do Sistema de Justiça.

A **Gestão Operacional** é voltada à eficácia, à eficiência, à efetividade e às melhorias contínuas, mediante a adoção de boas práticas do trabalho cotidiano, decorrentes do conjunto de esforços empreendidos pela Administração Superior, pelos magistrados, pelos servidores e demais parceiros. A Gestão Estratégica deve estar alinhada com a Gestão Operacional.

## 4.1 Direcionadores Estratégicos

Os Direcionadores Estratégicos são os norteadores da estratégia organizacional, sendo o primeiro passo para que se estabeleçam os rumos a serem seguidos pela instituição. São eles:

- **Missão**

Resolver os conflitos de interesses em tempo adequado à sua natureza.

- **Visão**

Obter o reconhecimento da sociedade sobre a contribuição do PJERJ para o exercício democrático da cidadania.

- **Valores**

Conhecimento atualizado, Ética, Objetividade, Melhoria contínua, Foco no usuário, Busca da conciliação para a solução de conflitos, Comprometimento, Transparência.

- **Focos Estratégicos**

Desdobramentos estratégicos, cujos resultados convergem para a gestão.

Premissa máxima para a estratégia institucional – SUSTENTABILIDADE.

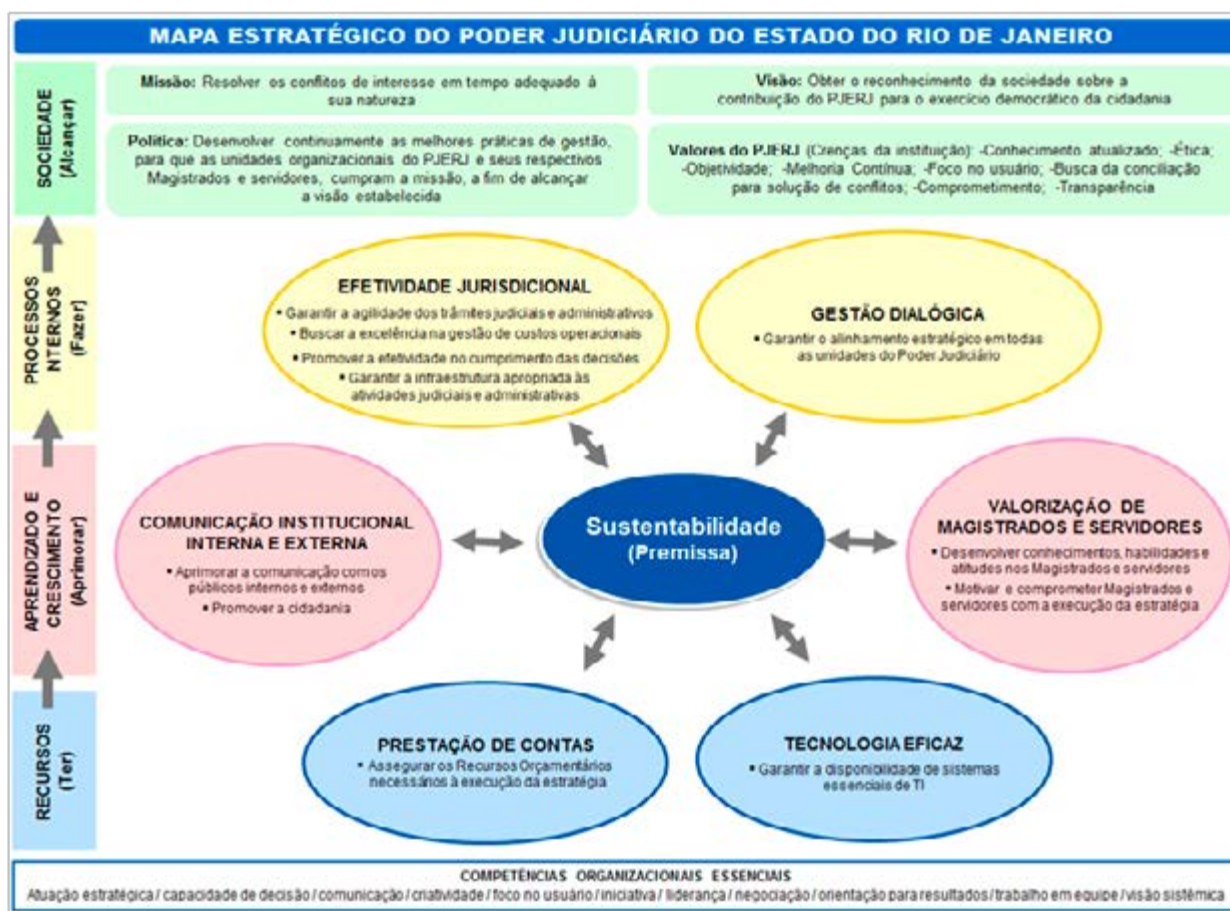
Demais Focos: Efetividade Jurisdicional, Gestão Dialógica, Valorização de magistrados e servidores, Comunicação Institucional Interna e Externa, Tecnologia Eficaz, Prestação de contas.



## 4.2 Mapa Estratégico do PJERJ

O Mapa Estratégico, mostrado a seguir, foi idealizado a partir dos Focos Estratégicos e resume o fluxo lógico dos esforços estratégicos, desde a aplicação dos recursos até o resultado final, concretizado pela melhoria contínua dos serviços jurisdicionais prestados à sociedade.

É a representação gráfica da estratégia organizacional, resumindo suas linhas gerais.



## 4.3 Projetos Estratégicos do Biênio 2013/2014

Os seis Focos Estratégicos estabeleceram as grandes linhas de prioridade do biênio 2013/2014 e constituíram a base para a seleção e a definição dos Projetos Estratégicos que concretizam a estratégia institucional e têm por finalidade organizar as ações necessárias ao aprimoramento da gestão e ao cumprimento das metas relativas à prestação jurisdicional.

A definição formal dos projetos – um total de 38 – foi oficializada pela Resolução TJ/OE nº. 37/2013, publicada em outubro de 2013.

A fim de viabilizar o desenvolvimento dos projetos, foi elaborada a **Cartilha do Gerente de Projeto do PJERJ**, contendo informações para orientar os servidores em sua função de documentar e executar todas as ações relacionadas ao desenvolvimento dos projetos estratégicos. A **Cartilha do Gerente de Projeto** está disponível no sítio do PJERJ, no seguinte endereço: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/aceso-informacao/pdg>>



Para melhor permitir o monitoramento dos resultados dos projetos estratégicos, os mesmos foram alinhados aos Focos Estratégicos, conforme detalhado a seguir:

<b>FOCO EFETIVIDADE JURISDICIONAL</b>
<p><b>PE01 – Efetividade de Jurisdição Cível – Comarca da Capital – Fórum Central</b>  <b>Síntese:</b> organizar as Varas Cíveis do Foro Central, preparando-as para mudança para novas instalações, segundo padrões estabelecidos com a oitiva dos magistrados da área.</p>
<p><b>PE02 – Efetividade de Jurisdição da Infância e da Juventude</b>  <b>Síntese:</b> otimizar a prestação jurisdicional no segmento da Infância e Juventude, bem como as atividades multidisciplinares que a apoiam, buscando, com a oitiva dos magistrados da área, a atenção integral à criança e ao adolescente.</p>
<p><b>PE03 – Efetividade de Jurisdição Penal</b>  <b>Síntese:</b> otimizar a prestação jurisdicional no segmento da jurisdição penal, visando atender à necessidade de enfrentamento da crescente criminalidade, que se encontra em paradoxo com a distribuição atual de feitos criminais.</p>
<p><b>PE04 – Efetividade de Jurisdição da Violência Contra a Mulher</b>  <b>Síntese:</b> Otimizar a prestação jurisdicional especial sobre violência familiar contra a mulher, de modo a prover efetividade ao sistema protetivo instituído pela Lei nº. 11340/06.</p>
<p><b>PE05 – Efetividade de Jurisdição Empresarial</b>  <b>Síntese:</b> Otimizar a prestação jurisdicional na área empresarial, privilegiando o foco sobre ações coletivas.</p>
<p><b>PE06 – Implementação da Estrutura Organizacional</b>  <b>Síntese:</b> Implementação da Estrutura Organizacional aprovada pela Resolução nº. 19/2013, do Órgão Especial.</p>
<p><b>PE07 – Revisão da Estrutura Organizacional</b>  <b>Síntese:</b> Proposição de nova Estrutura Organizacional, de modo a atender às necessidades identificadas e não atendidas durante a implementação da Resolução nº. 19/2013, do Órgão Especial.</p>
<p><b>PE08 – Atualização do Código de Organização Judiciária (CODJERJ)</b>  <b>Síntese:</b> Atualizar a disciplina legal sobre a organização e divisão judiciárias no Estado, assegurando flexibilidade para a Administração traçar macro políticas judiciárias que garantam efetividade da jurisdição, incluindo critérios de criação, manutenção ou extinção de serventias.</p>
<p><b>PE09 – Uniformização da Jurisprudência das Câmaras Cíveis Especializadas e Turmas Recursais</b>  <b>Síntese:</b> Estabelecer sistema de acompanhamento da tendência jurisdicional das Câmaras Cíveis Especializadas e Turmas Recursais do Sistema dos Juizados Especiais, de modo a assegurar não apenas coerência e segurança jurídica às decisões que impactem nas relações de consumo, como também evitar movimentos sazonais de migração de demandas que impeçam ou dificultem as políticas judiciárias de resolução de demandas.</p>
<p><b>PE10 – Fortalecimento das Cinco Câmaras Especializada de Consumo</b>  <b>Síntese:</b> Instalação das cinco novas Câmaras de Consumo no Anexo IV e subsequente acompanhamento da sua composição e produtividade, de modo a garantir efetividade dessa jurisdição especializada.</p>



**PE11 – Unificação dos Protocolos Judiciais e Administrativos**

**Síntese:** Instalação em um único local físico, com sistema unificado de gestão, de todos os protocolos existentes no PJERJ.

**PE12 – Readequação do Complexo Judiciário**

**Síntese:** Elaboração de projeto básico e executivo que permita licitar a adequação das Lâminas I, II e IV, acompanhar e fiscalizar as obras, de modo a propiciar maior qualidade e efetividade de trabalho a magistrados, servidores, advogados e jurisdicionados nas serventias de 1º Grau.

**PE13 – Atualização do Regimento Interno**

**Síntese:** Atualizar a disciplina normativa sobre a organização e funcionamento dos órgãos julgadores do Tribunal de Justiça e estabelecer o Regimento Interno do Tribunal Pleno.

**PE14 – Estratégia Estadual de Autocomposição**

**Síntese:** Estabelecer política judiciária para implementação de meios não adversariais para solução de conflitos, ajuizados ou não, desestimulando demandas oportunistas, de modo a se assegurar redução do estoque e da judicialização.

**PE15 – Fortalecimento da Central de Assessoramento Fazendário**

**Síntese:** Conhecer a problemática e envidar esforços para aumentar a celeridade de julgamento das Ações Cíveis Públicas por atos de improbidade administrativa e Ações Populares, objetos da Meta 18, do CNJ.

**PE16 – Pagamento de Precatórios Judiciais**

**Síntese:** Estabelecer processos de trabalho envolvendo o DPJ, as Varas de Fazenda Pública, a PGE, a SEF e o BB que possibilitem a quitação das dívidas judiciais do Estado do Rio de Janeiro, requeridas até 30/06/2013 até o final do ano de 2013, nos moldes estabelecidos na LC Estadual nº. 19/2013.

**PE17 – Racionalização dos Processos da Secretaria do Tribunal Pleno e do Órgão Especial**

**Síntese:** Implementação do Sistema Integrado de Gestão (SIGA), com foco na gestão por indicadores, com objetivos e metas, com o fim de reduzir o acervo de processos judiciais e administrativos para níveis estabelecidos pela Presidência do PJERJ

**PE18 – Racionalização do Arquivo Central**

**Síntese:** Administração do acervo documental e dos custos decorrentes, mediante eliminação de processos judiciais e administrativos com tempo de guarda vencidos.

**PE36 – Instalação de Sistema de Videoconferência**

**Síntese:** Estabelecer os elementos essenciais ao Projeto de instalação de sistema de videoconferência.

**PE38 – Sistema de Controle de Acesso**

**Síntese:** Estabelecer os elementos essenciais ao Projeto de instalação de Sistema de Controle de Acesso.

### FOCO VALORIZAÇÃO MAGISTRADOS E SERVIDORES

#### **PE19 – Desenvolvimento da Política de Recursos Humanos**

**Síntese:** Concepção e implementação da Política de Recursos Humanos do PJERJ.

#### **PE20 – Elaboração do Plano de Cargos e Salários**

**Síntese:** Alteração do marco legal com o estabelecimento de critérios para vinculação do desenvolvimento na carreira ao desempenho do exercício do cargo efetivo e a capacitação.

#### **PE21 – Fortalecimento do Modelo de Gestão por Competências pela ESAJ**

**Síntese:** Revisão e implementação do modelo atual de Gestão por competências para as áreas judicial e administrativa.

#### **PE22 – Elaboração do Projeto de Universidade Corporativa**

**Síntese:** Concepção do modelo de Universidade corporativa, para estabelecimento de política pedagógica comum à Escola da Magistratura e à Escola de Administração Judiciária.

#### **PE37 – Especialização em Direito Administrativo**

**Síntese:** Implantação do Curso de Especialização “Administração Pública com Enfoque no Judiciário”, em nível de pós-graduação lato sensu, mediante credenciamento da ESAJ no Conselho de Educação do Estado do Rio de Janeiro – CEE/RJ.

### FOCO PRESTAÇÃO DE CONTAS

#### **PE23 – Sistematização da Gestão Orçamentária Plurianual**

**Síntese:** Construção e implementação, de forma participativa, de Modelo de Orçamento Plurianual, com respectivo Plano de Ação Governamental.

#### **PE24 – Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Indicadores Jurisdicionais do PJERJ**

**Síntese:** Concepção do modelo de Universidade corporativa, para estabelecimento de política pedagógica comum à Escola da Magistratura e à Escola de Administração Judiciária.

#### **PE25 – Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Indicadores Administrativos do PJERJ**

**Síntese:** Concepção do modelo de Universidade corporativa, para estabelecimento de política pedagógica comum à Escola da Magistratura e à Escola de Administração Judiciária.

#### **PE26 – Gestão do Patrimônio**

**Síntese:** Concepção e implementação de modelo informatizado de controle patrimonial.

#### **PE33 – Ciclo de Gestão Contratual**

**Síntese:** Proporcionar capacitação conceitual aos gestores e fiscais de contratos sobre o ciclo de formação e execução de contratos administrativos instaurados sob a iniciativa do TJERJ, bem como realizar a revisão e implementação da RAD-DGLOG-005.

**TEMA VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES****PE27 – Implementação da Lei de Acesso à Informação**

**Síntese:** Implementação das prescrições previstas na Lei nº. 12527/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI).

**PE28 – Desenvolvimento de Política de Comunicação Institucional**

**Síntese:** Estabelecimento e implementação de padrões de comunicação institucional interna e externa.

**PE32 – Padronização de Atos de Gestão Administrativa****(Antigo Sistema Normativo Administrativo)**

**Síntese:** Aprimorar e padronizar a elaboração e o uso de atos administrativos no PJERJ.

**TEMA TECNOLOGIA EFICAZ****PE29 – Desenvolvimento e Implementação de Governança de Tecnologia da Informação**

**Síntese:** Desenvolvimento e implementação de Governança de Tecnologia da Informação compatível com os padrões nacionais e internacionais de transparência.

**PE30 – Processo Eletrônico Judicial**

**Síntese:** Desenvolvimento e Implementação do Processo Eletrônico Judicial.

**PE31 – Processo Eletrônico Administrativo**

**Síntese:** Desenvolvimento e Implementação do Processo Eletrônico Administrativo.

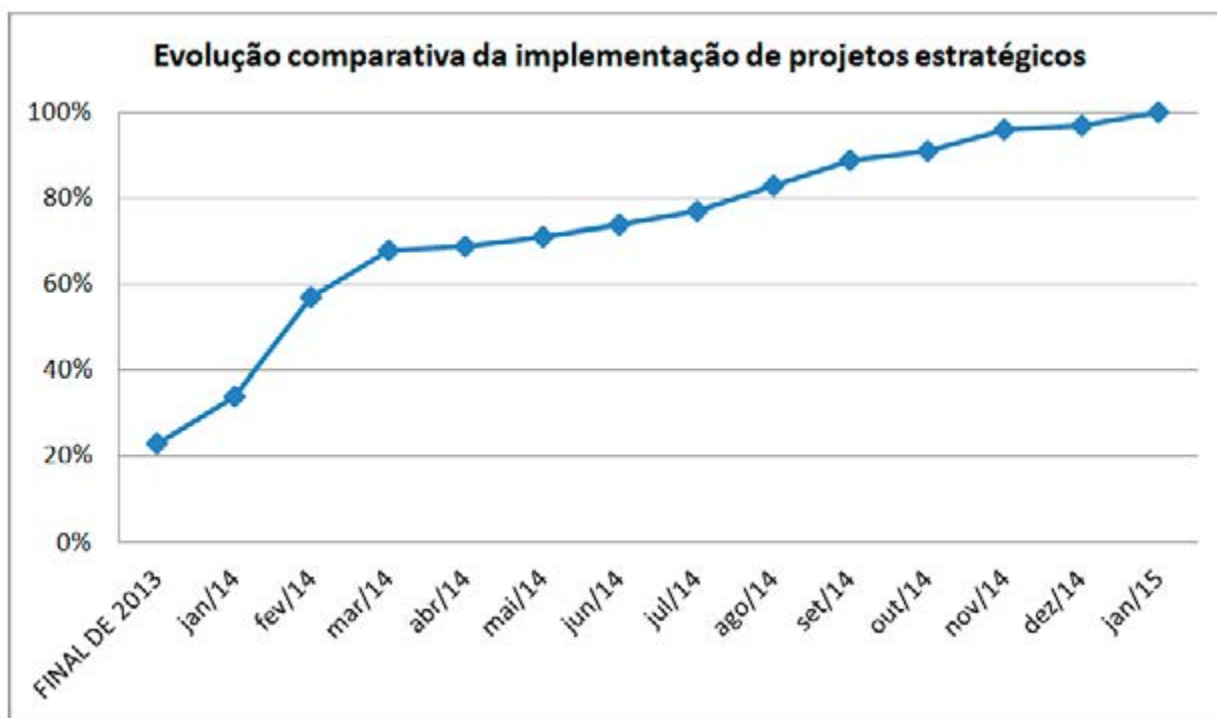
**SUSTENTABILIDADE****PE34 – Guia Verde**

**Síntese:** Instituir e divulgar o guia de material para compras com especificações que evidenciem requisitos de sustentabilidade.

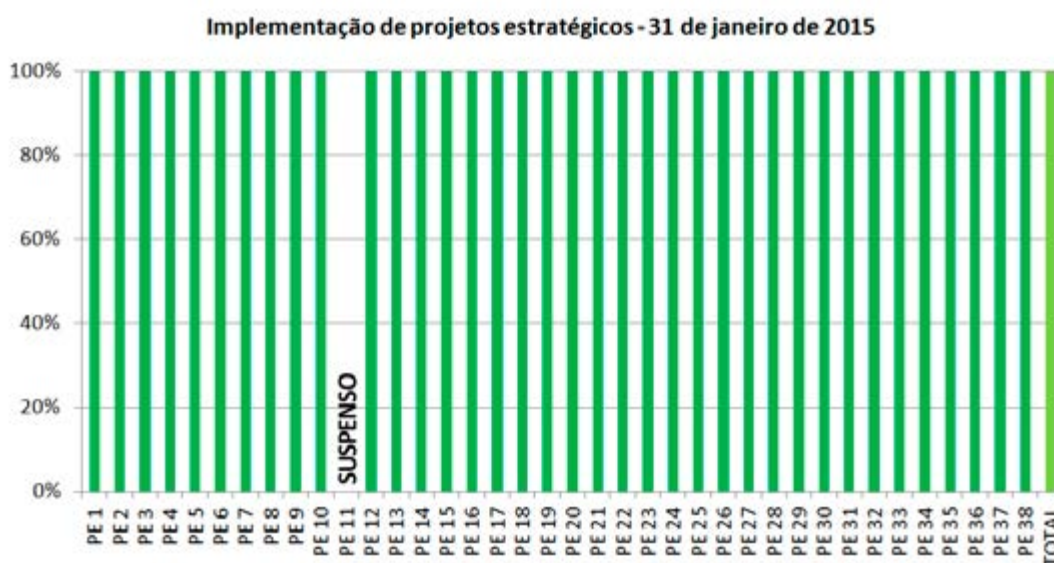
**PE35 – Desenvolvimento de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos do Complexo do Fórum Central**

**Síntese:** Elaborar plano piloto de gerenciamento de resíduos sólidos, decorrentes das atividades jurisdicionais e administrativas do Complexo do Foro Central, com orientações que poderão ser reproduzidas, no que for aplicável, em outras unidades do PJERJ.

O alcance das ações previstas dos projetos deveu-se ao monitoramento mensal e com à adoção de medidas saneadoras que ameaçavam a execução dos projetos. A evolução, mês a mês, ao longo da gestão, pode ser observada no gráfico a seguir:

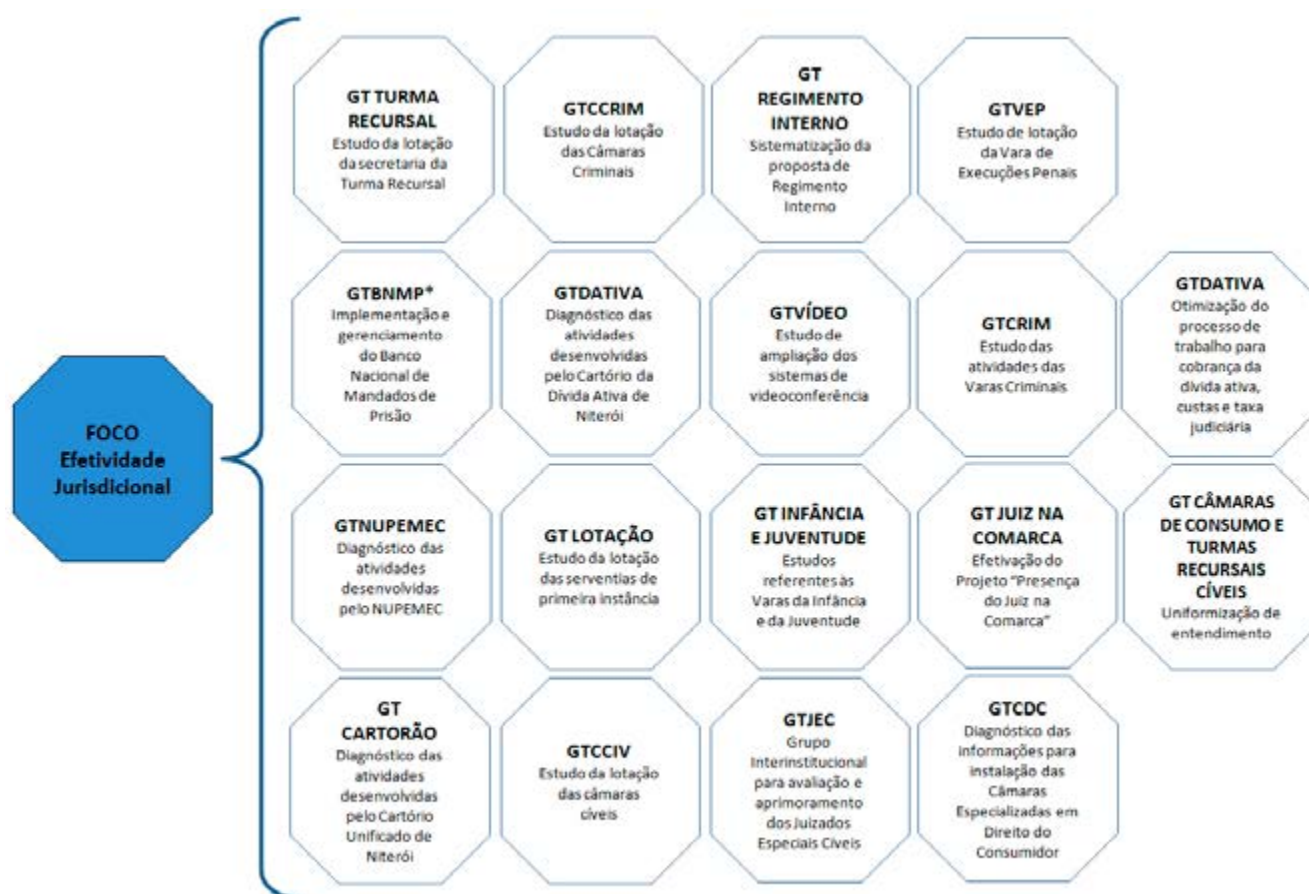


O gráfico a seguir permite visualizar o resultado de cada projeto, individualmente:



Nº	PROJETO
PE 01	Efetividade de Jurisdição Cível
PE 02	Efetividade de Jurisdição da Infância e Juventude
PE 03	Efetividade de Jurisdição Penal
PE 04	Efetividade de Jurisdição da Violência contra a Mulher
PE 05	Efetividade de Jurisdição Empresarial
PE 06	Implementação da Estrutura Organizacional
PE 07	Revisão da Estrutura Organizacional
PE 08	Atualização do CODJERJ
PE 09	Uniformização da Jurisprudência das Câmaras de Consumo e Turmas Recursais
PE 10	Instalação e Fortalecimento das Câmaras de Consumo
PE 11	Unificação dos Protocolos Judiciais e Administrativos
PE 12	Readequação do Complexo Judiciário
PE 13	Atualização do Regimento Interno
PE 14	Estratégia Estadual de Autocomposição
PE 15	Fortalecimento da Central de Assessoramento Fazendário
PE 16	Pagamento dos Precatórios Judiciais
PE 17	Racionalização dos Processos da SETOE
PE 18	Racionalização do Arquivo Central
PE 19	Desenvolvimento de Política de Recursos Humanos
PE 20	Elaboração do Plano de Cargos e Salários
PE 21	Fortalecimento do Modelo de Gestão de Pessoas por Competências
PE 22	Elaboração do Projeto da Universidade Corporativa
PE 23	Sistematização da Gestão Orçamentária
PE 24	Implementação de Sistema de Indicadores Jurisdicionais
PE 25	Implementação de Sistema de Indicadores Administrativos
PE 26	Gestão do Patrimônio
PE 27	Implementação da Lei de Acesso à Informação
PE 28	Desenvolvimento de Política de Comunicação Institucional
PE 29	Governança de TI
PE 30	Processo Eletrônico Judicial
PE 31	Processo Eletrônico Administrativo
PE 32	Padronização de Atos de Gestão Administrativa
PE 33	Ciclo de Gestão Contratual
PE 34	Guia Verde
PE 35	Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o PJERJ
PE 36	Instalação de Sistemas de Videoconferência
PE 37	Especialização em Direito Administrativo
PE 38	Sistema de Controle de Acesso

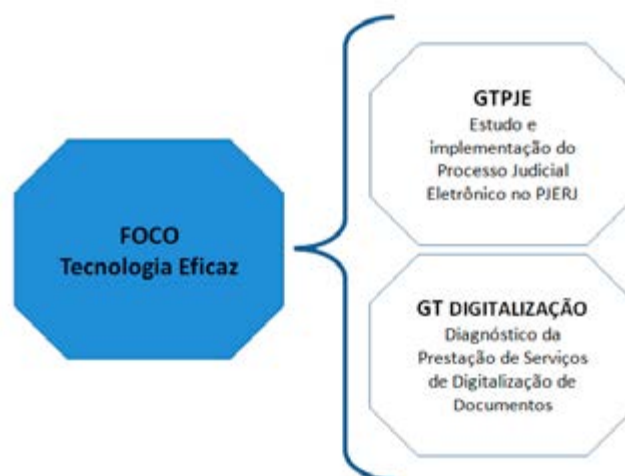
Foram criados 33 Grupos de Trabalho e mantidos 2 Grupos remanescentes de gestões anteriores. Esses Grupos de Trabalho foram liderados por magistrados e contando com a participação de servidores, auxiliares do Judiciário e membros do Sistema de Justiça, que muito contribuíram para o sucesso de diversos Focos Estratégicos, sob as diferentes perspectivas:

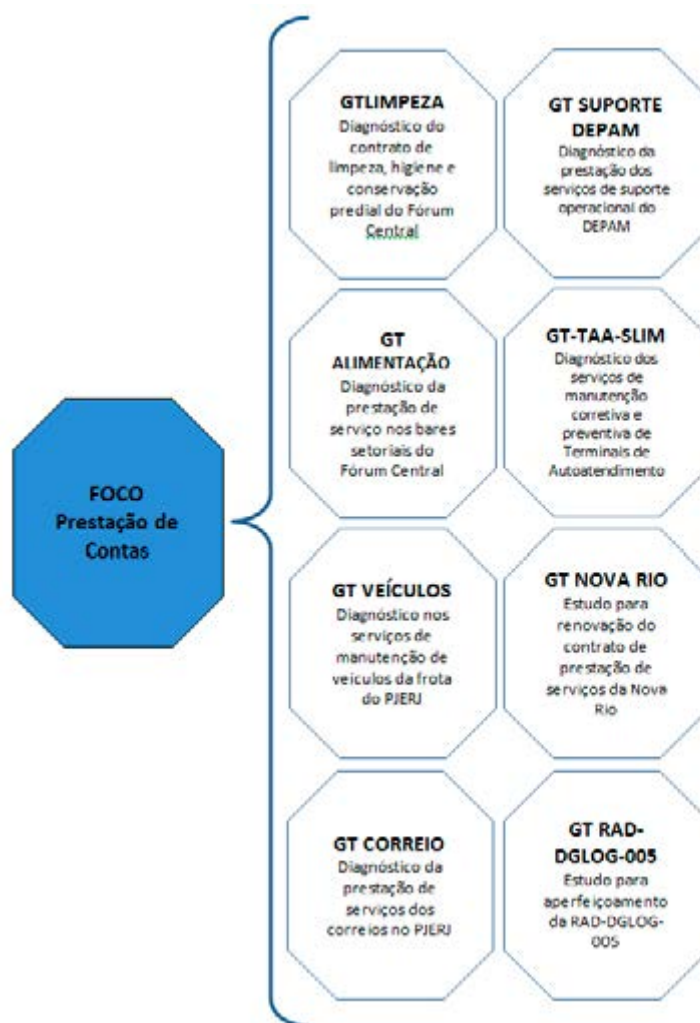


\*Grupo de Trabalho não instituído na atual gestão



\*Grupo de Trabalho não instituído na atual gestão







## 4.4 Indicadores Estratégicos do CNJ

Alinhado com as diretrizes estabelecidas pelo CNJ para o Judiciário nacional, o Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro monitora 36 **Indicadores Estratégicos** que reúnem dados relacionados à produtividade jurisdicional, à administração financeira, aos investimentos referentes à tecnologia da informação e a resultados administrativos pertinentes da gestão de pessoas e seu desempenho, dentre outros.

Os indicadores relacionados a seguir estão vinculados à estratégia institucional e contribuem para os resultados relacionados a cada Foco Estratégico que integra a Gestão Estratégica do PJERJ e constam da **Matriz de Indicadores Estratégicos**, anexa à Resolução TJ/OE nº. 37/2013. A **Matriz de Indicadores Estratégicos** está disponível no sítio do TJERJ, no seguinte endereço: <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/acesso-informacao/pdg>>



## INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “EFETIVIDADE JURISDICIONAL”

INDICADOR
IE01 – Confiança no Poder Judiciário
IE02 – Satisfação do Cliente
IE03 – Taxa de Congestionamento Global (Fase de Conhecimento)
IE04 – Produtividade do Magistrado (Fase de Conhecimento)
IE05 – Atendimento à Demanda
IE06 – Agilidade no Julgamento (Fase de Conhecimento e de Execução)
IE07 – Processos Antigos (Fase de Conhecimento e de Execução)
IE08 – Agilidade na Tramitação Global dos Processos de Aquisição de Bens e Serviços
IE09 – Virtualização dos Processos Judiciais Novos
IE10 – Agilidade na Publicação dos Acórdãos
IE11 – Eficiência Operacional Global
IE12 – Eficiência na Arrecadação de Receitas
IE13 – Redução no Consumo de Papel
IE14 – Redução no Consumo de Água
IE15 – Redução no Consumo de Energia
IE16 – Unidades com Segurança Armada e/ou Eletrônica
IE17 – Satisfação com as Instalações Físicas
IE18 – Taxa de Congestionamento (Fase de Execução)
IE19 – Produtividade do Magistrado (Fase de Execução)

## INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “GESTÃO DIALÓGICA”

INDICADOR
IE20 – Gestão Participativa
IE21 – Sucesso na Execução dos Projetos Estratégicos

## INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL”

INDICADOR
IE22 – Informações Orçamentárias e Financeiras Disponibilizadas na Internet
IE23 – Inserções Institucionais na Mídia
IE24 – Índice de Matérias Institucionais Positivas
IE25 – Pessoas Beneficiadas pelos Projetos Sociais

## INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “VALORIZAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES”

INDICADOR
IE26 – Capacitação nas Competências Estratégicas
IE27 – Orçamento de Custeio Aplicado em Capacitação de Servidores e Magistrados
IE28 – Alcance das Metas (dos Indicadores Estratégicos)
IE29 – Clima Organizacional
IE30 – Absenteísmo no PJERJ

## INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “TECNOLOGIA EFICAZ”

INDICADOR
IE31 – Aderência às Metas do PETI (Plano Estratégico de TI)
IE32 – Disponibilidade de Infraestrutura de Equipamentos de Tecnologia
IE33 – Disponibilidade de Sistemas Online

## INDICADORES VINCULADOS AO FOCO “PRESTAÇÃO DE CONTAS”

INDICADOR
IE34 – Orçamento Estratégico
IE35 – Execução do Orçamento Estratégico
IE36 – Execução do Orçamento Disponibilizado

Em 2013 obteve-se 61,11% do alcance das Metas dos Indicadores Estratégicos do CNJ e, em 2014, o resultado evoluiu para **90%** do alcance das Metas de todos os indicadores, incluindo as subdivisões das medições e outros, cujas metas já estavam cumpridas pelo PJERJ, no momento de sua definição, atingindo-se, assim, o resultado pretendido pelo CNJ.

## 4.5 Metas Nacionais do CNJ

No ano de 2013 o PJERJ conseguiu cumprir satisfatoriamente as metas estabelecidas pelo CNJ como se vê no quadro abaixo:

METAS 2013	RESULTADOS DO PJERJ
<b>Meta 1:</b> Julgar uma quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos em 2013.	96% de cumprimento da meta
<b>Meta 2:</b> Julgar, até 31/12/2013, pelo menos 90% dos processos distribuídos em 2008, nas Turmas Recursais Estaduais e no 2º Grau da Justiça Estadual	111% de cumprimento da meta
<b>Meta 16:</b> Fortalecer a estrutura de controle interno no Tribunal.	82% de cumprimento da meta
<b>Meta 17:</b> Desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos.	61% de cumprimento da meta
<b>Meta 18:</b> Identificar e julgar, até 31/12/2013, as ações de improbidade administrativa e ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública distribuídas até 31/12/2011.	49,50% de cumprimento global da meta, sendo: - Combate à Corrupção: 73% - Ações de Improbidade: 48% - Crimes contra a Adm. Pública: 87%

Fonte: DGJUR/Fonte: DGJUR/DEIGE

O PJERJ superou a Meta nº 02/2013, que estabelecia o julgamento de 90% dos processos distribuídos em 2008, com a marca de 111%.

No que se refere à Meta nº 18/2013 foram julgados 4.295 processos, restando 1.567 pendentes. Atingiu-se 73,27%, bem superior aos 50% esperados pelo CNJ para os tribunais estaduais.

O mesmo bom desempenho observou-se em 2014, no que se refere ao cumprimento das metas estabelecidas pelo CNJ, conforme se observa no quadro a seguir:

METAS	RESULTADO DE 2014
<b>Meta 1:</b> Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.	1º Grau Comum (Varas): 104,50% Juiza dos Cíveis: 96,36% Juiza dos Criminais: 81,23% Juiza dos Fazendários: 83,58% Turmas Recursais Cíveis: 86,56% Turmas Recursais Criminais: 79,35% 2º Grau: 100,30%
<b>Meta 2:</b> Identificar e julgar, até 31/12/2014, pelo menos: na Justiça Federal, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2010, no 1º grau, e até 31/12/2011, no 2º grau, e 100% dos processos distribuídos até 31/12/2011, nos Juizados Especiais e nas Turmas Recursais Estaduais.	1º Grau Comum (Varas): 78,42% Juiza dos Cíveis: 97,78% Juiza dos Criminais: 86,40% Juiza dos Fazendários: 99,42% Turmas Recursais Cíveis: 34,08% Turmas Recursais Criminais: 25,32% Turmas Recursais Fazendárias: 34,12% 2º Grau: 121,70%
<b>Meta 3:</b> Estabelecer e aplicar parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.	Cumprimento da meta (total): 100% - No 1º grau: 100% - No 2º grau: 100%
<b>Meta 4:</b> Identificar e julgar até 31/12/2014 as ações de improbidade administrativa e as ações penais relacionadas a crimes contra a administração pública, sendo que: na Justiça Estadual (...), as ações distribuídas até 31 de dezembro de 2012.	<b>1º Grau comum (Varas):</b> - Combate à Corrupção: 54,97% - Improbidade de Adm.: 29,93% - Crimes c/ Adm. Pública: 60,99% <b>Juizados Criminais:</b> - Crimes c/ Adm. Pública: 6,25% <b>2º Grau:</b> - Combate a Corrupção: 100,00% - Improbidade de Adm.: 100,96% - Crimes c/ Adm. Pública: 96,77%
<b>Meta 6:</b> Identificar e julgar, até 31/12/2014, as ações coletivas distribuídas até 21/12/2011, no 1º grau e no TST, e até 31/12/2012, no 2º grau.	- 1º Grau: 40,76% - 2º Grau: 97,81%

Para o ano de 2015, já foram aprovadas, no VIII Encontro Nacional, realizado nos dias 10 e 11 de novembro de 2014, em Santa Catarina, que reuniu os Presidentes de todos os Tribunais, as metas para o ano de 2015.

Entre as metas apresentadas, seis são relacionadas à Justiça Estadual, conforme quadro a seguir:

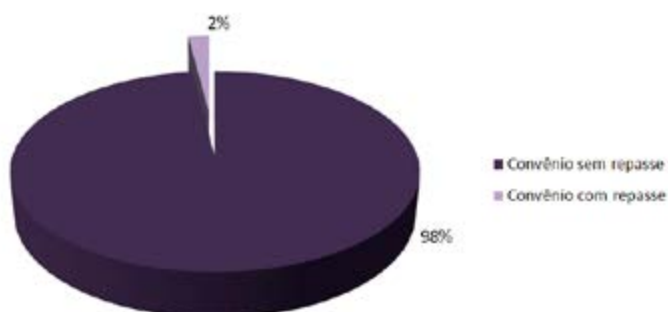
METAS 2015
<p><b>Meta 1:</b> Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente.</p>
<p><b>Meta 2:</b> Julgar processos antigos.  <b>Justiça Estadual:</b>            - 1º Grau - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2011;            - 2º Grau - Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 80% dos processos distribuídos até 31/12/2012;            - Juizados Especiais e Turmas Recursais: Identificar e julgar, até 31/12/2015, 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012.</p>
<p><b>Meta 3:</b> Aumentar os casos solucionados por conciliação:  <b>Justiça Estadual:</b> Impulsionar os trabalhos dos CEJUSCs e garantir aos estados que já o possuem que, conforme previsto na Resolução 125/2010, homologuem acordos pré-processuais e conciliações em número superior à média das sentenças homologatórias nas unidades jurisdicionais correlatas. Aos que não o possuem, a meta é a implantação de número maior do que os já existentes.</p>
<p><b>Meta 4:</b> Priorizar o julgamento dos processos relativos à corrupção e à improbidade administrativa.  <b>Justiça Estadual:</b> Identificar e julgar, até 31/12/2015, pelo menos 70% das ações de improbidade administrativa e das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública distribuídas até 31/12/2012.</p>
<p><b>Meta 6:</b> Priorizar o julgamento das ações coletivas  <b>Justiça Estadual:</b>            - 1º Grau: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2012;            - 2º Grau: Identificar e julgar, até 31/12/2015, as ações coletivas distribuídas até 31/12/2013.</p>
<p><b>Meta 7:</b> Priorizar o julgamento dos processos dos maiores litigantes e dos recursos repetitivos.  <b>Justiça Estadual:</b> Gestão estratégica das ações de massa com identificação e monitoramento do acervo de demandas repetitivas.</p>





## 5.1 Parcerias Estratégicas com Órgãos Públicos e Privados

O gráfico abaixo demonstra a quantidade de convênios ativos no PJERJ, que totalizam 602. Deste total, 588 são convênios sem repasse de verba, que representam 98% dos ativos; aqueles que apresentam maior quantitativo de termos celebrados com o mesmo objeto são: Cooperação de Programas de Monitoramento de Penas e Medidas Alternativas à Prisão (280 termos), Cooperação Técnica para o Mapeamento e Inserção da Criança e do Adolescente na Família — Plano Mater (79 termos) e a Cooperação nos processos de Execução da Dívida Ativa e para o recebimento de Custas e Taxas Judiciárias (65 termos).



### PARCERIAS ESTRATÉGICAS COM ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS EM 2013

- **Supremo Tribunal Federal**

Termo de Cooperação Técnica assinado em 31/01/2013 objetiva integrar o sistema informatizado de processamento das Turmas Recursais dos Juizados Especiais ao sistema informatizado de processo eletrônico do Supremo Tribunal Federal, por meio da solução simplificada de integração SmartClient/Web Service.

- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2)**

Convênio de Cooperação Técnica e de Intercâmbio Tecnológico assinado em 17/12/2013 objetiva a transmissão de tecnologia e adequação do Sistema Integrado de Gestão Administrativa (SIGA-DOC) para o PJERJ, visando ao gerenciamento de expedientes e processos administrativos de qualquer espécie, bem como os concernentes procedimentos necessários ao pleno desenvolvimento de suas ferramentas.

- **Tribunal Regional Federal da 2ª Região (Juizado Especial)**

Convênio assinado em 21/08/2014 objetiva a realização do primeiro atendimento nos Juizados Especiais Cíveis dos aeroportos do Rio de Janeiro, nos casos de competência da Justiça Federal.

- **Tribunal de Justiça do Estado do Paraná**

Convênio assinado em 01/08/2014 objetiva a transmissão e compartilhamento de experiências em tecnologia de informação, particularmente em sistemas e processamento eletrônico de processos judiciais e administrativos, bem como os concernentes procedimentos necessários ao pleno desenvolvimento de suas ferramentas.

- **Ministério do Meio Ambiente**

Termo de Adesão assinado em 23/08/2013 objetiva integrar esforços para desenvolver projetos destinados à implantação do Programa Agenda Ambiental na Administração Pública — A3P, no âmbito do PJERJ, visando à inserção da variável socioambiental no seu cotidiano e a melhoria da qualidade de vida do ambiente de trabalho.

- **Ministério da Justiça**

Protocolo de Intenções assinado em 12/05/2014 objetiva a instituição do Centro de Pronto Atendimento Judiciária em Plantão (SEPRAJUD), ao qual competirá a apreciação de comunicações de prisão em flagrante e medidas cautelares processuais penais, relacionadas a grandes manifestações.

- **Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República**

Termo de Adesão assinado em 26/03/2014 visa à consolidação no âmbito do PJERJ da política nacional e do pacto nacional pelo enfrentamento à violência contra as mulheres, mediante a adesão das partes ao programa Mulher: Viver sem Violência.

- **Banco Central do Brasil (Intercâmbio de Dados – Cadastro Presencial)**

Convênio assinado em 21/10/2014 objetiva permitir acesso ao sistema de cadastro presencial disponibilizado, bem como a utilização do portal para as citações, intimações e comunicações entre o Banco Central do Brasil e o PJERJ.

- **Governo do Estado do Rio de Janeiro**

- **Secretaria de Fazenda** — Convênio assinado em 03/12/2013 com objetivo de viabilizar o pagamento de precatórios judiciais em cumprimento à Lei Complementar 147 de 27/06/2013.
- **Secretaria de Estado da Casa Civil** — Termo de Compromisso assinado em 17/06/2013 com objetivo de Redução do Passivo Judicial graças à racionalização de penhoras judiciais e prevenção de ajuizamento de novas demandas.
- **Secretaria de Estado de Educação** — Termo de Cooperação assinado em 13/06/2013, por meio do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) com objetivo de viabilizar programas de monitoramento de penas e medidas alternativas à prisão.
- **Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, por meio da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro e do Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro** — Convênio de Cooperação Técnica assinado em 10/07/2013 com objetivo de intercâmbio de informações constantes de seus sistemas informatizados, a fim de viabilizar a transmissão de dados processuais para atualização do cadastro criminal da SESEG, possibilitando a transmissão de mandados de prisão e alvarás de soltura, obtenção de folhas de antecedentes criminais, de laudos periciais online, consulta online

a mandados de prisão para cumprimento de alvarás de soltura e solicitação online de agendamento de apresentações de internos da POLINTER.

- **Polícia Civil** — Convênio assinado em 24/10/2013 com objetivo de integrar os sistemas da Polícia Civil e do PJERJ, permitindo o envio eletrônico dos dados entre suas unidades agilizando os trâmites de recebimento e concessão de medidas protetivas nos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher.
- **Secretaria de Estado de Segurança** — Convênio assinado em 12/02/2014 com objetivo de utilização do “Sistema Guardião” nos procedimentos de interceptação de comunicações telefônicas e dados no âmbito da Polícia Civil, conforme disposto na resolução conjunta SESEG/TJ nº 01/2011.
- **Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro** — Termo de Cooperação Técnica e Administrativa na área de Tecnologia da Informação assinado em 07/05/2013 com objetivo de integração entre os sistemas e softwares de processo eletrônico das duas instituições, envolvendo sua criação, tramitação e arquivamento.
- **Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro** — Convênio assinado em 19/10/2013 com objetivo de estabelecer condições de cooperação técnica e científica, para o desenvolvimento de ações voltadas à valorização e proteção do acervo documental cartorário das Serventias Extrajudiciais e dos Distribuidores do Estado do Rio de Janeiro.
- **Companhia Estadual de Água e Esgoto (CEDAE)** — Termo de Compromisso assinado em 17/06/2013 com objetivo racionalizar o cumprimento das penhoras judiciais por meio da utilização do fundo CEDAE.
- **Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPREV)** — Convênio assinado em 26/08/2013 com objetivo de formalizar a situação jurídica do patrocinador do plano RJPREV-CD, sob a administração da entidade.

- **Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro** — Convênio assinado em 10/04/014 com objetivo de fornecer subsídios técnicos aos Magistrados que visam compelir o Estado do Rio de Janeiro ao fornecimento de medicamentos, insumos para a saúde, exames diagnósticos, tratamentos médicos e insumos nutricionais.

- **Município do Rio de Janeiro — Execução Fiscal**

Convênio assinado em 22/05/2013 com objetivo de agilizar o processamento dos Executivos Fiscais, a arrecadação de custas, a implantação do Processo Eletrônico de Execução Fiscal e adoção da guia compartilhada.

Convênios para cobrança de dívida ativa foram firmados com outros 46 municípios, no biênio 2013/2014:

- Angra dos Reis: 22/01/2014
- Araruama: 12/02/2014
- Armação dos Búzios: 29/07/2014
- Arraial do Cabo: 07/11/2014
- Barra do Piraí: 17/12/2013
- Belford Roxo: 17/12/2013
- Bom Jardim: 30/01/2014
- Bom Jesus do Itabapoana: 13/06/2014
- Cachoeiras de Macacu: 28/03/2014
- Cambuci: 18/02/2014
- Campos dos Goytacazes: 27/02/2014

- Carapebus: 02/10/2014
- Cardoso Moreira: 22/01/2014
- Casimiro de Abreu: 03/07/2014
- Conceição de Macabu: 19/08/2014
- Cordeiro: 07/04/2014
- Iguaba Grande: 12/02/2014
- Itaboraí: 06/08/2014
- Itaguaí: 14/04/2014
- Itaocara: 02/10/14
- Macaé: 20/10/2014
- Macuco: 17/12/2013
- Natividade: 11/03/2014
- Nilópolis: 17/12/2013
- Niterói: 13/01/2014
- Nova Friburgo: 16/10/2014
- Paracambi: 08/04/2014
- Paraíba do Sul: 22/07/2014
- Paraty: 28/03/2014
- Paty de Alferes: 03/07/2014
- Petrópolis: 03/07/2014

- Porciúncula: 28/04/2010
- Quissamã: 17/03/2014
- Rio Bonito: 22/07/2014
- Rio Claro: 17/12/2013
- Santa Maria Madalena: 07/04/2014
- Santo Antonio de Pádua: 11/12/2013
- São Gonçalo: 14/01/2014
- São Pedro da Aldeia: 27/02/2014
- São Sebastião do Alto: 22/01/2014
- Saquarema: 27/12/2013
- Três Rios: 30/06/2014
- Volta Redonda: 28/03/2014
- Teresópolis: 07/11/2014
- Cabo Frio: 07/01/2015
- Nova Iguaçu: 28/11/2014

• **Ordem dos Advogados do Brasil – Conselho Federal**

Convênio assinado em 17/01/2014 com objetivo de permitir a consulta ao banco de dados da OAB, para integrar os sistemas informatizados de registro e controle de informações processuais do Poder Judiciário.

- **Ordem dos Advogados do Brasil – Rio de Janeiro**

Convênio de Cooperação Técnica assinado em 22/08/2013 com o objetivo de facilitar o funcionamento integrado e harmônico entre os sistemas e softwares de processos eletrônicos das duas instituições partícipes.

- **Light Serviços de Eletricidade S.A**

- Convênio assinado em 05/07/2013 com objetivo de reduzir o passivo judicial envolvendo a concessionária, referente às reclamações de consumidores e disciplinando outras avenças.
- Convênio assinado em 17/12/2013 com objetivo de viabilizar a consulta via internet, aos cadastros de clientes da LIGHT, facilitando a localização de partes e testemunhas.
- Convênio assinado em 08/12/2014 com objetivo de estabelecer um compromisso de cooperação visando ao desenvolvimento de ações conjuntas para promover o uso eficiente e racional de energia elétrica nas instalações do Tribunal de Justiça.
- Convênio assinado em 08/12/2014 visando ao aprimoramento do sistema dos juizados especiais cíveis, buscando maior eficiência na citação da concessionária, valendo-se da citação eletrônica por meio do portal do tribunal.

- **Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro – Jucerja**

Convênio assinado em 16/10/2014 com o objetivo de possibilitar a consulta a documentos digitais e dados de empresas.

- **Provedor de Talentos Serviços Empresariais**

Convênio assinado em 15/05/2013 com objetivo de oferecer aos adolescentes na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, colocação no mercado de trabalho, mediante encaminhamento para estágio remunerado.



- **Serasa S.A**

Convênio assinado em 03/04/2014 com objetivo de cooperação entre os partícipes de forma que o SERASA EXPERIAN possa acessar o sistema disponibilizado pelo PJERJ, para a captura de ofícios relativos a ordens judiciais que envolvam a realização de alterações cadastrais e/ou exclusão e reinclusão de anotações em seu banco de dados.

- **Clube de Diretores e Lojistas do Rio de Janeiro – CDL Rio**

Convênio assinado em 17/02/2014 com objetivo de promover o intercâmbio de informações, por meio de seus sistemas informatizados, com o fim de facilitar a localização de pessoas e agilização do provimento jurisdicional.

- **Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ**

- Convênio assinado em 21/11/2013 para elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos no PJERJ.
- Convênio assinado em 18/09/2014 com objetivo de oportunizar cursos educacionais diversos aos participantes do Projeto “Estudar Para Qualificar” do DEAPE.

- **Fundação Getulio Vargas – Instituto de Matemática Aplicada**

Termo de Cooperação Técnica, Acadêmica, Científica e Tecnológica assinado em 29/10/2013 com objetivo de produção de conhecimento comum, tendo por foco as questões relativas ao fenômeno do consumo e sua judicialização.

- **Instituto Benjamim Constant**

Convênio de Cooperação assinado em 11/07/2013 com objetivo de fornecer consultoria e confecção de placas de sinalização em braile.

- **PUC-Rio**

- Convênio assinado em 06/06/2014 com objetivo de cooperação técnica para encaminhamento com voluntários de alunos de cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado ministrados pela PUC-RIO.
- Convênio assinado em 24/06/2014 com objetivo de cooperação técnico-científica para a realização de cursos e pesquisas de interesse mútuos dos convenentes com a participação de alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrado e doutorado ministrados pela PUC-RIO.
- Convênio assinado em 27/07/2014 com objetivo de estabelecer um programa de cooperação abrangendo atividades de pesquisas e cumprimento de estágio obrigatório não remunerado, para desenvolvimento de meios não adversariais para resolução de conflito.
- Convênio assinado em 29/07/2014 com objetivo de estabelecer programa de cooperação abrangendo atividades de pesquisa e cumprimento de estágio obrigatório não remunerado por alunos dos cursos de Serviço Social e Psicologia, em atendimento ao disposto na Lei 11.788/2008.
- Convênio assinado em 29/07/2014 com objetivo de estabelecer o programa de cooperação abrangendo atividades de pesquisa e cumprimento de estágio obrigatório não remunerado por alunos do curso de Direito, em atendimento ao disposto na Lei 11.788/2008, para atuação como conciliadores.

- **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA**

Acordo de Cooperação Técnica assinado em 10/12/2014 com objetivo de realização de estudos e pesquisas de interesse mútuo, principalmente a respeito de temas concernentes ao projeto Avaliação da nova Lei de Falências e Recuperação de Empresas.

## 5.2 Destaques e premiações

### PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS PJERJ

- **Prêmio e Homenagem à Produção Científica e Reconhecimento ao Progresso da Sustentabilidade – IX Congresso Nacional de Excelência e Gestão**

O prêmio relativo à Produção Científica e Reconhecimento ao Progresso da Sustentabilidade foi concedido ao PJERJ em 20/07/2013, pela contribuição ao aprofundamento do conhecimento e do desenvolvimento do País e ao progresso da sustentabilidade.



- **Prêmio Responsabilidade Social – Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE/Rio)**

O Prêmio Responsabilidade Social foi concedido ao PJERJ, em 23/10/2013, pelo Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE/Rio), em virtude de o Tribunal de Justiça ter sido considerado uma das três melhores instituições fluminenses para estagiar no ano de 2013.

A entrega da premiação foi feita pelo presidente do CIEE/Rio, Arnaldo Niskier, que agradeceu a parceria com o Judiciário fluminense.



• **PJERJ Recebe Selo Verde do Ministério do Meio Ambiente**

O PJERJ recebeu o Selo Verde comemorativo dos 15 anos da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente. O programa A3P tem por objetivo fomentar a responsabilidade socioambiental nas atividades administrativas e operacionais dos órgãos públicos.

• **Reconhecimento do Cumprimento da Meta 18 – CNJ**



O PJERJ foi apontado pelo CNJ, em 13/01/2014, como o melhor Tribunal do país no cumprimento da Meta 18 de 2013, que prioriza o julgamento dos processos de improbidade administrativa e crimes contra a administração pública distribuídos até o fim de 2011.

- **TJ Fluminense Fica em 3º Lugar no Índice de Desempenho do Judiciário**

Pesquisa realizada pelo Instituto Brasiliense de Direito Público em maio de 2014, sobre o Índice de Desempenho do Judiciário (IDJus), classificou o PJERJ em terceiro lugar. O objetivo do estudo foi conhecer a realidade do Judiciário Brasileiro nas esferas federal, estadual e do trabalho, levando em consideração a gestão orçamentária, de recursos humanos e tecnológicos e de processos.

- **CNJ Reconhece que PJERJ Atingiu Eficiência Máxima em 2013**



O CNJ, no Relatório Justiça em Números 2014, divulgado em 23/09/2014, reconheceu o PJERJ como o primeiro dos sete tribunais que atingiram eficiência máxima em 2013. Em 2013, o PJERJ conseguiu julgar definitivamente 2,4 milhões de processos.

O Judiciário Fluminense ficou no topo do ranking entre os tribunais estaduais de grande porte com pontuação de 100%, bem acima dos 73% verificados na média geral nacional.

- **CNJ Confirma que TJ do Rio Cumpriu 100% da Meta 3 para o Ano de 2014**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) confirma que o PJERJ cumpriu 100% da Meta 3 para o ano de 2014. Tal meta está relacionada à gestão processual, visando

à celeridade do atendimento judiciário e prevê o estabelecimento e aplicação de parâmetros objetivos de distribuição da força de trabalho, vinculados à demanda de processos, com garantia de estrutura mínima das unidades da área fim.

- **Fórum de Niterói Recebe Selo de Eficiência Energética**

O PJERJ recebeu no dia 07/11/2014, a etiqueta Procel-Edifica, outorgada ao Fórum da Comarca de Niterói, na Região Metropolitana do Rio. O selo é concedido pela Eletrobrás, aos prédios que possuam eficiência energética nas suas edificações. .A cerimônia aconteceu na abertura do último dia do Curso de Capacitação da Sustentabilidade na Administração Pública, que foi realizado na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ).



- **TJ do Rio é Homenageado pelo Ministério da Justiça**

Em 18/12/2014, o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro foi distinguido com a Medalha Nacional de Acesso à Justiça, concedida pelo Ministério da Justiça às pessoas físicas e jurídicas que se destacam pelas relevantes contribuições à promoção, ampliação e democratização do acesso à Justiça no Brasil.

- **PJERJ Recebe Selo Justiça em Números do CNJ**

Em 26/11/2014, o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (PJERJ) recebeu o Selo Justiça em Números, categoria Bronze, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O certificado é concedido em reconhecimento aos tribunais que investem na excelência da gestão da informação, pela apresentação de boas práticas de gestão e pela adoção de sistemas informatizados, que contribuem para a geração de estatísticas.



## PRÊMIOS RECEBIDOS PELA PRESIDENTE DO PJERJ

- **Ordem de Mérito da Justiça Militar**

Recebida em 03/04/2013, no Superior Tribunal Militar (STM), em Brasília, a Ordem de Mérito da Justiça Militar (OMJM), no Grau de Alta Distinção, na comemoração dos 205 anos da Justiça Militar da União. A comenda foi criada para celebrar os

150 anos daquela Justiça e destina-se a homenagear integrantes do STM, instituições e personalidades civis e militares, brasileiras ou estrangeiras, em reconhecimento aos serviços prestados à Justiça Militar.



- **Associação dos Funcionários do Banco do Brasil**

Recebida, em 26/04/2013, placa da Associação dos Funcionários do Banco do Brasil (AAFBB), em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.





- **Personalidades Cidadania 2013**

O Prêmio “Personalidades Cidadania 2013” foi recebido em cerimônia organizada pelo jornal Folha Dirigida, pela Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e pela Academia Brasileira de Filosofia em 09/05/2013.

Desde 2005, essa homenagem destina-se a pessoas e instituições, que contribuíram para a defesa dos direitos do cidadão, para o fortalecimento das políticas de promoção social e dos valores éticos.



- **Notável Jurista de 2012**

O prêmio Notável Jurista do Clube dos Advogados de Niterói foi recebido em 14/05/2013, durante as comemorações do 29º aniversário da Instituição, homenageando juristas e personalidades notáveis.



- **Diploma Visconde de Mauá**

O Diploma Visconde de Mauá foi recebido em 21/05/2013 da Associação Comercial do Rio de Janeiro, em homenagem aos 200 anos do bicentenário do patrono da ACRJ.



- **Prêmio Dom Quixote e Sancho Pança**

O Troféu Dom Quixote de La Mancha e Sancho Pança foi recebido em 21/05/2013 da Confraria Dom Quixote. O prêmio é conferido às personalidades que se destacam na defesa da ética, da moralidade, da dignidade, da justiça e dos direitos da cidadania.

Na ocasião, além da Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, foram igualmente agraciadas as seguintes personalidades: Des. Agostinho Teixeira de Almeida Filho, Des. Antonio Carlos Esteves Torres, Des. Antonio José Ferreira Carvalho, Des. Benedicto Ultra Abicair, Des. Cláudio de Mello Tavares, Des. Jessé Torres Pereira Junior, Des. Marco Antonio Ibrahim, Des. Nagib Slaibi Filho, Des. Roberto de Abreu e Silva, Des. José Geraldo da Fonseca, do TRT 1º Reg, Des. Maria de Lourdes Sallaberry, do TRT 1º Reg, Juíza Andréa Pachá, Dr. Felipe Santa Cruz, Presidente da OAB, Prefeito Helil Cardozo, do município de Itaboraí, Gustavo Schmidt, Secretário-chefe do gabinete do Prefeito da cidade do RJ, Dr. Marco Antônio Rossi, Presidente da Bradesco Seguros, Dr. Kátia Junqueira Valverde,

Diretora Jurídica da Gás Natural Fenosa Brasil, Dr. Julio Antônio Lopes, Diretor Jurídico da Rede Calderaro, Dr. Bruno Calfat e Dr. Fernando Oliveira.



- **Medalha D. João VI**

A medalha de mérito D. João VI foi concedida pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro em 13/06/2013. A comenda agracia autoridades, instituições e pessoas físicas civis ou militares, brasileiras ou estrangeiras, que tenham prestado relevantes serviços no sentido de identificar, recolher, divulgar ou fortalecer a cultura e as tradições da Polícia Militar, honrando seus feitos ou realçando seus vultos históricos.



- **Homenagem da Escola Superior de Guerra**

Em 01/08/2013, convidada pela Escola Superior de Guerra, a desembargadora Leila Mariano foi recepcionada pelo comandante da Escola, Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, e palestrou sobre o fenômeno da Judicialização para os participantes do Curso de Altos Estudos de Política Estratégica. Ao final da palestra, a desembargadora foi homenageada com a entrega do diploma da Escola Superior de Guerra.



- **Personalidade Cidadania - 2014**

A Presidente do Pjerj, desembargadora Leila Mariano, foi homenageada, no dia 08/05/2014, como uma das 'Personalidades Cidadania 2014'. Esta foi a segunda vez consecutiva que a magistrada recebeu o prêmio. O reconhecimento foi celebrado em uma cerimônia organizada pelo jornal Folha Dirigida, a Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e a Academia Brasileira de Filosofia realizada na Associação Comercial do Rio, no Centro.



- **Homenagem do Rotary Clube do Rio de Janeiro**

No dia 11/06/2014, a Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, foi homenageada durante almoço realizado pelo Rotary Clube do Rio de Janeiro, ocasião em que recebeu placa condecorativa.



- **Homenagem do Tribunal de Contas do Município do Rio**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, recebeu no dia 04/11/2014, o Colar do Mérito Ministro Victor Nunes Leal, oferecido pelo Tribunal de Contas do Município do Rio. Em discurso de agradecimento em nome de todos os agraciados a magistrada ressaltou a importância dos Tribunais de Contas de todo o país e destacou fatos da vida do ministro Victor Nunes Leal.



- **Medalha Tiradentes**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargadora Leila Mariano, foi homenageada com a Medalha Tiradentes, condecoração mais alta concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. A medalha foi entregue na quinta-feira, em 01/01/2015, pelo presidente da ALERJ, deputado Paulo Melo.



## PRÊMIOS CONCEDIDOS PELO PJERJ

- **Selo de responsabilidade social do projeto “Começar de Novo” do CNJ**



Entregue à empresa Masan o selo de responsabilidade social do projeto “Começar de Novo”, outorgado pelo Conselho Nacional de Justiça, em reconhecimento ao esforço empreendido na reinserção de egressos prisionais no mercado de trabalho.

A solenidade foi realizada no Salão Nobre do PJERJ, no dia 29/04/2013, com a participação do Corregedor Nacional de Justiça, Ministro Francisco Falcão.

- **Colar do Mérito Judiciário – 2013**

Na comemoração ao Dia da Justiça, realizado em 06/12/2013, foi entregue o Colar do Mérito Judiciário aos novos desembargadores do Tribunal de Justiça e às personalidades que prestaram relevantes serviços à Justiça.



- **Conselheiro do CNJ Recebe Colar do Mérito Judiciário**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano, entregou no dia 30/05/2014 o Colar do Mérito Judiciário ao procurador de justiça e conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) Gilberto Valente Martins. Representante do Ministério Público no CNJ.



- **TJ do Rio comemora Dia da Justiça com homenagens**

Um dia de homenagens a quem contribuiu para referendar o Poder Judiciário como fundamental e relevante para a sociedade e a democracia. Assim foi a solenidade em alusão ao Dia de Justiça, celebrada no dia 08/12/2014, no plenário da Lâmina Central do Tribunal de Justiça do Rio. O evento também foi marcado pela entrega do Colar do Mérito Judiciário a 46 personalidades que, de forma direta ou indireta, tenham prestado relevantes serviços ao Judiciário fluminense.



## PRÊMIOS CONCEDIDOS A MAGISTRADOS

- **Prêmio Fórum Mundial de Direitos Humanos – Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República**



O Prêmio Fórum Mundial de Direitos Humanos foi concedido em 11/12/2013 pela Secretaria Nacional de Direitos Humanos da Presidência da República, à juíza Raquel Santos Chrispino, da 1ª Vara de Família de São João de Meriti. A magistrada recebeu o prêmio na categoria Erradicação do Sub-Registro de Nascimento.



- **Juíza Adriana Ramos de Mello vence Prêmio Innovare**

O Projeto Violeta, criado pela juíza Adriana Ramos de Mello, no 1º Juizado de Violência Doméstica contra a Mulher do PJERJ, foi o vencedor da XI edição do Prêmio Innovare, na categoria Juiz. O anúncio foi feito em 16 de dezembro de 2014, no STF, em Brasília. Com o objetivo de acelerar o acesso à justiça pelas mulheres em situação de violência doméstica e que estão em situação de risco grave de morte ou a sua integridade física, o projeto também aprimora a qualidade da informação destinada à vítima, levando em conta que a assistência jurídica às vítimas de violência se configura como instrumento fundamental para a efetividade do princípio do livre acesso à justiça e do direito à informação.



## RELACIONAMENTO INSTITUCIONAL

- **Presidente do PJERJ e Corregedor-Geral da Justiça reúnem-se com juízes dirigentes**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, e o Corregedor-Geral da Justiça, desembargador Valmir de Oliveira Silva, reuniram-se, no dia 18/02/2013, com os juízes dirigentes dos núcleos regionais. Trataram das atribuições dos juízes dirigentes e a importância da participação de todos na administração.



- **Reunião com Magistrados**

Também foram realizadas, no biênio de 2013/2014, as seguintes reuniões com magistrados:

- Reunião com os Juízes das Varas de Fazenda Pública – Citações Eletrônicas – 17/05/2013;
- Café da Manhã com os Juízes das Varas Criminais, Juizados Especiais Criminais e do Plantão Judiciário – 19/07/2013;
- Reunião com os Juízes dos Juizados Especiais Fazendários e das Varas de Fazenda Pública – 14/08/2013;
- Reunião com os Desembargadores Concorrentes e Itinerantes e Câmaras Novas – 19/08/2013;
- Reunião com os Presidentes das Câmaras Cíveis (1ª a 22ª) – 26/08/2013;
- Café da Manhã com os Juízes das Varas Cíveis – 27/09/2013;
- Reunião com Juízes de Competência Fazendária – 05/11/2013;
- Reunião com os Desembargadores das Câmaras de Consumo – 26/11/2013;
- Reunião com os Juízes dos JEC's e Turmas Recursais – 27/11/2013;

- Reunião com os Juízes Supervisores do Vitaliciamento e Presidente da Comissão – 18/03/2014;
- Reunião com Juízes das Varas Cíveis da Comarca da Capital – 21/07/2014.

- **Reunião com Prefeitos para Falar Sobre Precatórios**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Rio, desembargadora Leila Mariano, reuniu-se em 01/03/2013 com prefeitos e representantes de 51 Prefeituras fluminenses para falar sobre três assuntos de grande importância tanto para o Tribunal quanto para as Prefeituras: precatórios judiciais, executivo fiscal e programas da infância e juventude.



- **Comitê Estadual de Precatórios Reúne-se no Tribunal de Justiça do Rio**

Em 17/04/2013, a presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, esteve presente na reunião do Comitê Estadual de Precatórios na qual se discutiu ajustar os procedimentos para pagamento dos precatórios.



- **Apresentação do Plano de Gestão do Judiciário Fluminense do Biênio 2013/2014**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano, apresentou o Plano de Gestão e Análise Estratégica do Judiciário fluminense para o biênio 2013/2014. A apresentação reuniu desembargadores juízes auxiliares da Presidência e da Corregedoria Geral, diretores-gerais e representantes da Associação dos Magistrados do Estado do Rio (Amaerj) e do Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio (Sindjustiça/RJ), além de líderes dos projetos estratégicos e dos grupos de trabalho que colaboram com a administração do Tribunal.



- **Discussão para a Implantação de Videoconferência nos Presídios**

Em 05/11/2013, a Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, compareceu a reunião com o governador Sérgio Cabral, representantes do Ministério Público e da Defensoria Pública e Secretários da área de Segurança e Administração Penitenciária, para discutirem a redução do transporte de presos e a implantação do sistema de videoconferência nos presídios estaduais para a realização de audiências com presos de alta periculosidade.



- **PJERJ Realiza Reunião com Magistrados, Promotores e Defensores para Avaliar a Utilização de Videoconferência**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, realizou no dia 06/11/2013, reunião aberta com magistrados, promotores de Justiça e defensores públicos, visando ao levantamento das questões que envolveram a segurança dos prédios do Poder Judiciário com a utilização de videoconferência.

- **Encontro de Presidentes dos Tribunais de Justiça**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, participou do 98º Encontro do Colégio Permanente de Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil, em Palmas, no Tocantins, de 27/03/2014 a 29/03/2014. Também esteve presente ao 100º Encontro realizado na Bahia, de 25/09/2014 a 27/09/2014 e do 101º Encontro ocorrido em São Paulo, de 04/12/2014 a 06/12/2014.

Os eventos reúnem representantes de todos os Tribunais de Justiça do país, com o objetivo de promover a integração e o intercâmbio de experiências funcionais e administrativas entre os Tribunais.



- **PJERJ Implanta Novo Projeto de “Efetividade de Jurisdição Empresarial”**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, esteve presente, em 22/01/2014, em reunião com juízes e servidores das varas empresariais e representantes da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN), em que

foi lançado o projeto “Efetividade de Jurisdição Empresarial” e a metodologia de implementação do Sistema Integrado de Gestão (SIGA).



- **Justiça do Rio Lança Selo Eletrônico para Substituir o de Papel**

No dia 18/02/2014, a Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano, esteve presente no evento em que o Corregedor-Geral da Justiça, Desembargador Valmir de Oliveira Silva, lançou o Selo de Fiscalização Eletrônico. O novo modelo substituiu os selos de papel utilizados pelos serviços notariais e de registro do estado.



- **Presidente Reúne Juizes de Varas de Fazenda Pública**

Dando continuidade à política de gestão dialógica, a Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, reuniu-se em 26/03/2014, com juizes das varas da Fazenda Pública para tratar de assuntos pertinentes àqueles juizes, além de ouvir sugestões e relatos de magistrados da área.



- **Juízes Criminais Participam de Reunião sobre Videoconferência**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano, o desembargador Antonio Boente, presidente da Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário fluminense, e as juízas Alessandra Bilac e Adriana Moutinho, membros da Comissão, reuniram-se, em 14/05/2014, com os juízes em exercício nas varas criminais da capital e das regionais, a fim de avaliar o sistema de videoconferência instalado nos presídios estaduais para a realização de audiências com presos.



- **Apresentação aos Juízes o Projeto de Readequação do Fórum Central**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, reuniu-se em 05/06/2014, com os juízes das Varas Cíveis, Varas de Órfãos e Sucessões e Varas de Família para dar a conhecer o Projeto de readequação do Fórum Central e informá-los sobre as mudanças que aconteceriam em breve.



- **Reunião com Representantes do 8º NUR**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, reuniu-se em 08/08/2014 com juízes e servidores do 8º Núcleo Regional. No encontro, que ocorreu no Fórum de Itaguaí e contou também com a participação de representantes da OAB e procuradores municipais, a Presidente reafirmou a busca por uma gestão participativa e ouviu relatos sobre as dificuldades enfrentadas pelas comarcas e sugestões de melhorias.





- **PJERJ Recebe Representantes da Light e FGV**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, recebeu no dia 16/09/2014 os representantes da Light e da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Eles apresentaram os resultados da pesquisa “Prevenção, Tratamento e Redução de Litígios de Consumo no Setor Elétrico”, feito para a companhia elétrica pela FGV.



## EVENTOS

- **Dia Internacional da Mulher: Presidente Faz Palestra sobre Participação Feminina na Vida Pública**

No Dia Internacional da Mulher, comemorado em 08/03/2013, a Escola da Magistratura do Estado do Rio (EMERJ) sediou a palestra “A evolução da participação feminina na vida pública”, proferida pela Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano.



- **Encerramento da Primeira Turma do Curso de Extensão de Direito Médico da EMERJ**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, participou do encerramento da primeira turma do curso de extensão de Direito Médico da Escola da Magistratura do Rio, em 14/03/2013. “Com tal aprofundamento, este curso é inédito no Rio de Janeiro. Quando inauguramos a Escola, achei que deveríamos juntar outros saberes, outras titulações”, explicou a presidente.



- **Palestra aos Novos Juízes no Dia Mundial do Meio Ambiente**



Na data em que foi comemorado o Dia Mundial do Meio Ambiente, 05/06/2013, a Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano, tratou da sustentabilidade em palestra sobre o Poder Judiciário fluminense, proferida aos 21 novos juízes empossados

à época. A magistrada falou sobre a economicidade e alertou sobre a necessidade de evitarem gastos desnecessários de papel e de outros materiais e que fosse racionalizado o consumo de água e energia elétrica nas dependências dos fóruns.

- **Encerramento do Curso de Especialização em Direito para a Carreira da magistratura**

Alunos da turma Poul Erik Dyrland, do CP VI – 1º semestre de 2013, da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, concluíram o Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura (*lato sensu*). A solenidade que ocorreu em 11/06/2013, contou com a presença da desembargadora Leila Mariano, que parabenizou os formandos.



- **Seminário sobre Sustentabilidade na ALERJ**



A Presidente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano discorreu no dia 12/06/2013 sobre sustentabilidade durante a abertura do seminário “Compras Públicas Sustentáveis no Rio de Janeiro: Fazendo Acontecer”, realizado no plenário do Palácio Tiradentes, no Centro.

O evento fez parte do Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado Jornalista Roberto Marinho, da Assembleia Legislativa do Rio (ALERJ).

- **Ministro Lewandowski Defende Federalismo e Autonomia da Magistratura Local em Palestra no PJERJ**

O federalismo é instrumento para o fortalecimento da democracia. A afirmação foi feita em 14/06/2013, pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, na época vice-presidente, durante palestra sobre Federalismo no Direito Brasileiro, proferida no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A abertura do seminário foi feita pela Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, que destacou que o dia ficara marcado na história do Poder Judiciário fluminense.

- **Novos Juízes Assistem à Palestra “Os desafios do Estado de Direito na Contemporaneidade”**

Os 21 novos magistrados que tomaram posse no início do mês de junho/2013, no cargo de juiz substituto do PJERJ, assistiram em 16/07/2013 a palestra da Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, no auditório da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). O evento fez parte do curso de formação dos novos magistrados e teve como tema “Os desafios do Estado de Direito na Contemporaneidade”.

- **Comemoração dos 25 Anos da Procuradoria-Geral da UERJ**



A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, participou em 06/08/2013, de mesa-redonda comemorativa dos 25 anos da Procuradoria-Geral da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Fizeram parte da mesa solene o vice-reitor da universidade, Paulo Roberto Volpato Dias; o procurador-geral da UERJ, Leonardo

Rocha de Almeida; o procurador da UERJ, Renato Eduardo Ventura; e o diretor da faculdade de Direito, Carlos Eduardo Guerra.

- **Inaugurada Exposição que Destaca Protagonismo da Mulher na Sociedade**

O protagonismo da mulher na sociedade e suas conquistas ao longo da história em diferentes esferas, principalmente no Judiciário, forma tônica da exposição “Mulher, Direito e Sociedade: o feminino na construção da Justiça”, inaugurada em 07/08/2013, data na qual se comemoraram os sete anos da promulgação da Lei Maria da Penha.



- **Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil**

A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, participou no dia 09/08/2013 do I Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Civil (IBDCivil) sobre tendências interpretativas, problemas e controvérsias do direito contemporâneo em torno do tema “Liberdades e Tecnologias”.

- **Comemoração dos 25 Anos do Museu da Justiça**

O PJERJ, em parceria com os Correios, lançou em 23/08/2013, carimbo comemorativo em homenagem aos 25 anos do Museu da Justiça. O lançamento contou com a apresentação da Orquestra Infanto-Juvenil das Comunidades Pacificadas, um dos projetos da Ação Social pela Música do Brasil (ASMB) que muito tem ajudado a transformar a vida de crianças e adolescentes das comunidades pacificadas. No mesmo dia, houve a inauguração de quatro espaços dentro das dependências do museu: o da Biblioteca de Obras Raras (sala 320); o de exposições do Ambiente Judiciário nas décadas de 1950 a 1970 (sala 307) e de Mobiliário Forense (sala 309); e o da Sala de Ação Educativa (sala 305).



- **Discussão Sobre a Ressocialização de Jovens em Conflito com a Lei**

A execução de medidas socioeducativas foi o tema do encontro promovido em 19/09/2013 pela Comissão Judiciária de Articulação das Varas de Família, Infância e Juventude e Idoso (CEFIJ), do PJERJ. A presidente ressaltou que “os programas de atendimento aos menores carentes ou infratores dependem do envolvimento dos Poderes. Temos trabalhado para melhorar as condições das varas de família, infância e juventude e do idoso, assim como de todo o primeiro grau”.



- **Palestra na EMERJ Inicia Eventos Relativos aos 25 Anos da Constituição Federal**

“Fazer com que os direitos humanos sejam concretizados é uma responsabilidade do magistrado desde a Constituição Federal de 1988”. A afirmação foi feita pela Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), desembargadora Leila Mariano, na abertura da palestra “Constituição – 25 anos”, realizada em 03/10/2013, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro.



- **Seminário sobre Constituições Brasileira e Francesa**

A Presidente do PJRJ, desembargadora Leila Mariano, participou em 21/10/2013 do seminário “A jurisdição constitucional no Brasil e na França: o novo modelo constitucional francês e a questão prioritária de constitucionalidade”. O encontro foi presidido pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Joaquim Barbosa, reunindo juristas nacionais e representantes do Judiciário francês.



- **Seminário sobre o Negro e o Judiciário**

“O Negro e o Judiciário: um Panorama da Inserção” foi o título do seminário promovido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro no dia 28/11/2013, no Salão do Tribunal Pleno. A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, lembrou que o Brasil é um país mestiço. “Somos um mix de todos aqueles povos que estão aí. Estes preconceitos e posturas que causam dificuldades precisam ser superadas. É hora de superar isto em todos os níveis”, afirmou a magistrada.



- **Encerramento do Curso de Especialização da EMERJ**



A Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ) promoveu, em 17/12/2013, a cerimônia de formatura de 88 alunos que concluíram o Curso de Especialização em Direito para a Carreira da Magistratura (*lato sensu*). A presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano,



participou da solenidade. “Vocês estão aqui porque se dedicaram efetivamente. Agora, estão habilitados para um objetivo maior, a aprovação no concurso. Acredito que, a partir desse momento, todos vocês tem uma missão: buscar um Brasil melhor, mais justo, onde as desigualdades sejam minoradas”, disse a presidente.

- **Formatura pela EMERJ da Primeira Turma de Pós-graduação em Direito Administrativo**



A Presidente do PJERJ, Desembargadora Leila Mariano, participou em 31/01/2014, da cerimônia de formatura da primeira turma de pós-graduação *lato sensu* em Direito Administrativo da Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), sob a coordenação do Desembargador Jessé Torres.

- **Semana Nacional do Tribunal do Júri e Mutirão Carcerário**

Foi aberta em 17/03/2014, em solenidade realizada no Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), a I Semana Nacional do Tribunal do Júri na qual foram realizadas 150 sessões de júri. O evento também marcou o início do mutirão carcerário no estado, no qual foram analisados cerca de 13 mil processos referentes a presos do sistema penitenciário.



- **Seminário sobre Liberdade de Expressão**

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ) sediou, em 07/04/2014, o seminário organizado pelo Supremo Tribunal Federal intitulado “A Liberdade de Expressão e o Poder Judiciário”. A cerimônia de abertura, realizada no Plenário da Lâmina Central, foi presidida pelo ministro Joaquim Barbosa.



- **Presidente Leila Mariano Ministra Palestra para os Juízes do Curso de Formação Inicial**

A Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, desembargadora Leila Mariano, realizou em 07/05/2014, uma palestra para os 26 novos juízes participantes do 34º Curso de Formação Inicial, aprovados no 45º Concurso para Ingresso na Carreira da Magistratura fluminense, cujo resultado final foi homologado no dia 31/03/2014. O evento foi realizado na EMERJ.



- **Exposição sobre a História da Escravidão no Mundo**

O Museu da Justiça do Rio de Janeiro inaugurou em 14/05/2014, a exposição “Forever Free – Livres para sempre” para contar a história do tráfico de escravos no mundo. A amostra decorreu da parceria entre o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro e o Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio).



- **Comemoração do Dia do Assistente Social**



Para marcar o Dia do Assistente Social, o TJERJ realizou em 16/05/2014 exposição e debate sobre o tema “Serviço Social – 68 anos: História, Projetos e Perspectivas Contemporâneas”. O evento reuniu assistentes sociais da capital e do interior no Auditório Antônio Carlos Amorim.

- **Solenidade de Curso de Preparação à Magistratura**



A Presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, participou do evento e destacou que o curso de especialização da EMERJ pode representar o início de um período duradouro para os alunos. “Eu costumo dizer que, se tudo der certo, a EMERJ estará presente na vida de vocês, no mínimo, pelos próximos 30 anos”, afirmou.

- **Conclusão do Projeto sobre Ciclo de Gestão da Contratação**

Em 03/09/2014, com palestra do desembargador Jessé Torres Pereira Júnior, foram divulgados os procedimentos de contratação de compras, obras e serviços, que deverão ser adotados pelo TJERJ. O trabalho foi resultado do “Projeto Estratégico sobre o Ciclo de Contratação” que, durante mais de um ano, reuniu esforços das áreas envolvidas, sob a liderança do desembargador Jessé e a coordenação da Diretoria Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN).



- **Encerramento do Curso de Formação de Magistrados**

A desembargadora Leila Mariano realizou em 05/09/2014 a palestra de encerramento do 34º Curso de Formação de Magistrados. Na cerimônia, ocorrida na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), foram diplomados 24 novos juízes, aprovados no 45º Concurso para Ingresso da Magistratura.



- **Encontro Estadual de Mediação de Conflitos**



Nos dias 18, 19 e 20 de setembro de 2014, o Centro Judiciário de Solução de Conflitos (CEJUSC) de Nova Friburgo, promoveu o 1º Encontro Estadual de Mediação de Conflitos. No evento, foram não só debatidas as novas tendências da Política Pública em mediação judicial e conciliação, como também apresentadas as

boas práticas que estão sendo implementadas na área.

- **Palestra na Universidade Estácio de Sá**

A Presidente Leila Mariano participou no dia 25/09/2014 do seminário “A Questão da Discricionariedade nos Sistemas Jurídicos Contemporâneos”, realizado na Universidade Estácio de Sá, no Campus Menezes Côrtes, Centro do Rio, com a presença do Professor Rodolfo Arango, da Universidade de Los Andes, em Bogotá, na Colômbia.

- **Semana Nacional de Conciliação e Lançamento de Cartilha**

Em 24/11/2014, com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Ricardo Lewandowski, da Corregedora Nacional de Justiça e ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nancy Aldrighi, do ministro do STJ, Marco Aurélio Buzzi, foi aberta pela Presidente do PJERJ a Semana Nacional de Conciliação de 2014. A coordenadora do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (Nupemec), desembargadora Jacqueline Montenegro, falou a respeito do desenvolvimento da política de soluções não adversariais no TJERJ e das expectativas de realizações durante a semana de Conciliação.

Na mesma ocasião, foi lançada a “Cartilha sobre Conciliação e Mediação”, produzida em parceria com as Organizações Globo que se fez representar por seu diretor jurídico, Dr. Carlos Araújo.



- **Mediation Global/Rio**



O TJERJ recepcionou o maior evento mundial em mediação, o Global Mediation Rio. A abertura do evento foi realizada em 24/11/2014, no Plenário da Lâmina Central e contou com a presença do Presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ministro Ricardo Lewandowski, e da Corregedora Nacional de Justiça, Ministra Nancy Andrighi, e da Presidente do TJERJ, desembargadora Leila Mariano.

- **Palestra Desembargador José Renato Nalini, Presidente do TJSP**



O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, desembargador José Renato Nalini, defendeu uma mudança cultural para a redução da judicialização excessiva existente hoje no Brasil. A observação foi feita durante palestra na

29ª Reunião do Fórum Permanente de Direito Urbanístico, Notarial e Registral, realizada nesta segunda, dia 01/12/2014, na Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro. A palestra foi precedida pela saudação da desembargadora Leila Mariano, que destacou a busca do Judiciário estadual por soluções que confirmem maior celeridade às execuções judiciais. A magistrada lembrou que, do acervo atual de 9,5 milhões de ações em andamento na Justiça fluminense, houve mais de 6 milhões de execuções.

## VISITAS RECEBIDAS

---

- **Presidente do PJERJ Recebe Visita de Militares**



A desembargadora Leila Mariano recebeu em 07/05/2013, em seu gabinete, o chefe da assessoria de Assuntos Jurídicos do Comando do Exército, coronel Silva Júnior. A visita institucional serviu para estreitar relações entre as duas instituições e, dentre outros assuntos, falaram do trabalho humanitário

realizado, desde 2004, pelos militares no Haiti e da participação do Exército no processo de pacificação do Complexo do Alemão.

- **Visita de Embaixador da Polônia**

A desembargadora Leila Mariano recebeu no dia 26/11/2013 a visita do embaixador da Polônia, Andrzej Braiter. Os dois abordaram as semelhanças e diferenças entre o Judiciário brasileiro e o do país do Leste Europeu.





- **Visita da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará**



Em 05/12/2013, o TJERJ recebeu a visita da Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento. As Presidentes conversaram sobre assuntos comuns, relativos às suas gestões, como o aumento do número de processos e a utilização do sistema de videoconferência

para realização de audiências. Ao final da visita, a desembargadora Leila Mariano entregou à magistrada a medalha do Tribunal de Justiça do Rio.

- **PJERJ Recebe Visita do Cônsul-Geral do Japão no Rio**

A desembargadora Leila Mariano recebeu em 06/03/2014 a visita do Cônsul-Geral do Japão no Rio de Janeiro, Yasushi Takase. Durante o encontro, eles conversaram sobre a estrutura do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, o funcionamento da Justiça no Japão e as relações bilaterais entre as nações brasileira e japonesa.



### • **Visita do Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná**

O Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, desembargador Guilherme Luiz Gomes, visitou o TJERJ no dia 18/03/2014, com o objetivo de discutir sobre os assuntos em comum relativos às suas gestões, tendo o desembargador demonstrado especial interesse em conhecer o modelo do Fundo Especial do TJERJ, além do funcionamento das áreas Orçamentária, de Finanças e de Infraestrutura do Tribunal, assim como as contratações na área de Tecnologia da Informação.

Ao final da visita, a desembargadora Leila Mariano entregou ao magistrado uma medalha do Tribunal de Justiça do Rio.



### • **Visita do Vice-Cônsul dos EUA**



No dia 20/03/2014, a Desembargadora Maria Regina Nova, presidente da Comissão Judiciária Estadual de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CE-JEM), recebeu visita do vice-cônsul dos Estados Unidos, John Callan. Durante o encontro, eles conversaram sobre a atuação do

Poder Judiciário fluminense na área de violência doméstica, tendo a desembargadora apresentado as iniciativas e progressos na área, destacando a Central de

Abrigamento Provisório da Mulher Vítima de Violência Doméstica (Cejuvida), criada para atender às vítimas em situação emergencial, fora do horário forense.

- **Visita dos Ministros do STJ**

Em 01/08/2014, foram recebidos pela presidente do TJERJ, os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Francisco Falcão, Luís Felipe Salomão e Benedito Gonçalves. Na ocasião, o ministro Francisco Falcão entregou à desembargadora Leila Mariano o convite de sua posse ao cargo de presidente do STJ.



- **Visita de Professores de Coimbra**

No dia 15/08/2014, a desembargadora Leila Mariano recebeu visita de cortesia dos professores José Gomes Canotilho, Manuel Porto, e José Manuel Quelhas, todos da Universidade de Coimbra, em Portugal. A comitiva também era integrada por membros do Conselho Acadêmico do Instituto de Pesquisa e Estudos Jurídicos Avançados (IPEJA) e outras autoridades.



- **Visita da Ministra do Supremo Tribunal da Espanha**

A desembargadora Leila Mariano recebeu, em 19/11/2014, a ministra do Supremo Tribunal da Espanha Lourdes Arastey Sahún. A presidente do TJERJ entregou à magistrada, como lembrança, uma medalha institucional do Poder Judiciário fluminense.

A ministra Lourdes Sahún, que desde 2010 é presidente da Sección Española del Grupo Europeo de Magistrados Pro-Mediación (Gemme), palestrou sobre o tema “A mediação Judicial Espanhola”, a convite da desembargadora Jacqueline Montenegro, presidente do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Soluções de Conflitos do TJERJ (Nupemec).



## LANÇAMENTO DE LIVROS

- **Ministro Carlos Velloso Lança Livro no Tribunal de Justiça do Rio**

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) sediou, em 30/09/2013, o lançamento do livro do ministro (aposentado) do Supremo Tribunal Federal (STF),

Carlos Velloso. A obra “Estudos: Direito Público”, em um compêndio de mil páginas, artigos e doutrinas de 50 especialistas, apresenta o prefácio do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso.



- **Ministro do STF Gilmar Mendes Lança “Comentários à Constituição do Brasil” no PJERJ**

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (TJERJ) sediou, em 09/12/2013, o lançamento do livro “Comentários à Constituição do Brasil”, organizado pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Ferreira Mendes. A sessão de autógrafos foi realizada no Foyer do Órgão Especial, no 10º andar da Lâmina I do Fórum Central.



- **PJERJ Lança Anuário da Justiça 2014**

O Salão Nobre do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro sediou o lançamento do Anuário da Justiça do Rio de Janeiro de 2014, em 17/02/2014, editado pela revista eletrônica Consultor Jurídico. A publicação, cujo tema é “Além da Meta: Judiciário do Rio se destaca por julgar muito, bem e rápido”, mostra quem são e como julgam os 180 desembargadores do PJERJ.

- **Ministro Luis Felipe Salomão Lança Livro sobre Direito Privado no PJERJ**



O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Luís Felipe Salomão, lançou em 25/08/2014, a 2ª edição do livro “Direito Privado - Teoria e Prática”. O evento foi realizado no Foyer do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Na ocasião, foi realizada uma sessão de autógrafos, com apoio da FGV Projetos e da Editora Forense.

grafos, com apoio da FGV Projetos e da Editora Forense.

- **Ministro Luiz Fux Lança Teoria Geral do Processo Civil no PJERJ**



O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro sediou em 01/12/2014, o lançamento do novo livro do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, “Teoria Geral do Processo Civil”, da Editora Forense. A obra foi elaborada a partir da experiência profissional do ministro e tem como objetivo fornecer aos profissionais

do Direito uma perspectiva sobre os desdobramentos com que poderão se deparar ao longo de sua vida acadêmica e profissional.







## 6.1 Efetividade Jurisdicional

Na intenção de suprir as deficiências e melhorar a qualidade dos serviços judiciais, foi fundamental o estabelecimento de parcerias internas com os demais membros da Alta Administração, pelo que devo desde já agradecer a colaboração efetiva do Exmo. Corregedor-Geral da Justiça, Des. Valmir de Oliveira e Silva com quem partilhei diversas preocupações e decisões, como se verá no curso deste Relatório; dos Exmos. Des. Antonio Póvoa Vaz, Des. José Carlos de Figueiredo e Des. Maria Inês da Penha Gaspar que se sucederam na titularidade da 1ª. Vice-Presidência, assumindo, de maneira exitosa, a condução da digitalização e indexação dos processos eletrônicos; do Exmo. 2ª Vice-Presidente, Des. Nametala Machado Jorge e Des. Sérgio Lúcio de Oliveira e Cruz, a quem deleguei, na forma da Resolução TJ/OE nº 18/2013 a execução das decisões proferidas em processos criminais de competência originária do Órgão Especial. Ressalto, também, a atuação profícua da Des. Nilza Bitar, 3ª. Vice-Presidente, que, além de dar conta da complexidade de seu mister no exame das condições de admissibilidade de Recursos Especiais e Extraordinários colaborou intensamente para o sucesso de toda a Administração.

### PJERJ EM NÚMEROS

---

No sentido de se dar a conhecer nosso Poder procedemos ao agrupamento de informações variadas que resumem a estrutura orgânica do PJERJ, num único documento denominado “PJERJ em Números”, cuja apresentação é exposta de forma resumida a seguir.

## UNIDADES JURISDICIONAIS

FONTE: DGJUR

## NÚMEROS GERAIS

- Municípios: 92
- Comarcas: 81 instaladas e 1 não instalada (Comarca de Tanguá) = 82
- Fóruns: 101
- Câmaras: 35 (22 Cíveis; 5 Consumo; 8 Criminais)
- Varas: 515
- Juizados: 106
- Juizados Adjuntos: 126
- Turmas Recursais: 8 (5 cíveis; 2 criminais; 1 Fazendária) + 2 não instaladas (fazendárias)

## QUANTIDADE DE VARAS + JUIZADOS NO PJERJ

Vara Cível	Vara Criminal	Vara Família	Vara Empres.	Vara Faz. Pública	Vara Inf. Juvent.	Vara Inf. Juv Id.	Vara Órfãos
197	86	91	7	15	1	12	9
Vara Única	1ª Vara	2ª Vara	VEP	Vara Fam. Inf Juv. Id.	Vara Reg. Publ.	Audit. Militar	
38	19	19	1	19	1	1	
JE Fazenda	JE Cível	JE Criminal	JE Viol. Dom. Mulher e Esp. Cri.	JE Viol. Dom. Fam. Mulher	Juizado Adj. Crim. e Viol. Doméstica	Juizado Adjunto Cível	
3	70	17	4	10	72	54	

Obs: Unidades com competência cumulativa : 421 (Comarcas de Entrância Especial e 2ª Entrância) + 38 (Comarcas de 1ª Entrância) = 459 (quatrocentos e cinquenta e sete).

## PESSOAL

FONTE: DGPES / DGPCF / DGLOG

Mag.	1ºG	2ºG	Adm	Total
	664	176	---	840
Serv.	1ºG	2ºG	Adm	Total
	12.025	1.548	1.730	15.303
Estag.	1ºG	2ºG	Adm	Total
	4.336	189	187	4.712

Prest. Serv. Resid.	1ºG	2ºG	Adm	Total
	---	---	---	3.842
Total	1ºG	2ºG	Adm	Total
	17.025	1.911	1.917	<b>24.697</b>

MAGISTRADOS						
Ano	Desem-bargadores	Desem-bargadores Emposados	Desem-bargadores Aposentados	Juízes	Novos Juízes Empossados	Juízes Aposentados
2013	177	13	16	664	22	09
2014	174	13*	14	672	26	04
2015	-	-	-	-	36	-

\*Até 31/01/2015, inclusive

AUXILIARES DA JUSTIÇA				
Servidores	Estagiários	Distribuição de Pessoal (Servidores) (%)		
		1º Grau	2º Grau	Administ.
15.303	4681	81,7%	8,7%	9,6%

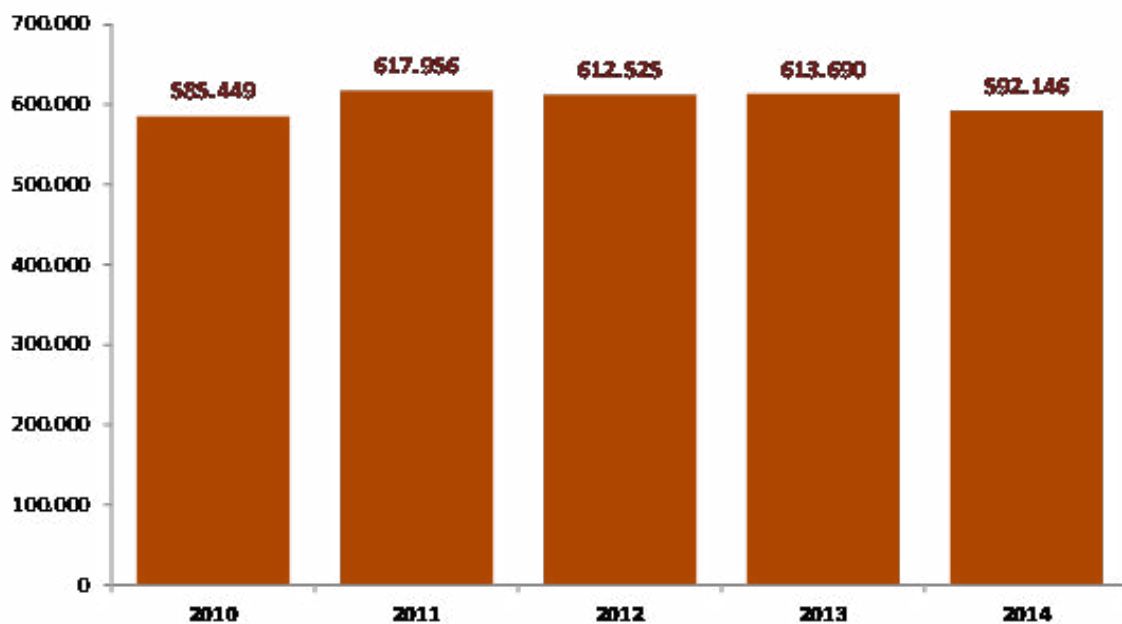
Fonte: DGPES – atualizada em 31/12/2014

## MELHORIAS NA JURISDIÇÃO

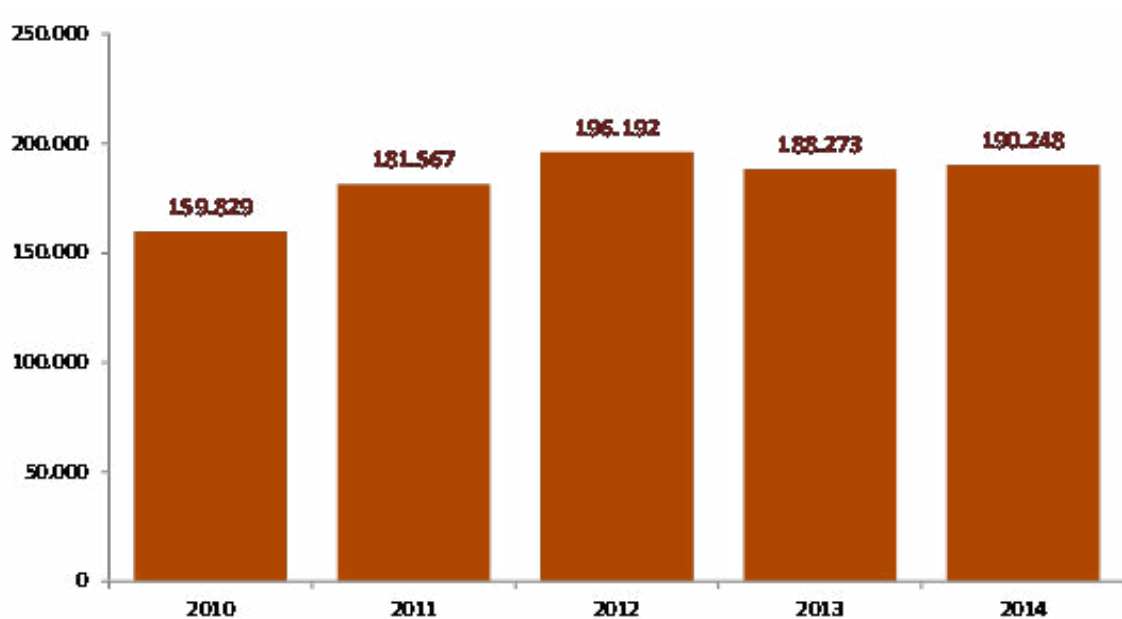
Para se atingir a melhoria da entrega da prestação jurisdicional, o maior esforço da Administração foi dar condições aos magistrados e servidores para exercerem com qualidade as suas atividades.

Em dezembro de 2012, na fase de conhecimento tínhamos em estoque 2.386.842 processos em 1º grau, e 97.487 em 2º grau. Ao final de 2013, o estoque no 1º grau passou para 2.539.674, e no 2º Grau se manteve estável, com 97.394 processos, sendo que, em final de 2014, esses números são respectivamente: 3.174.980 e 90.797, o que representa redução de 6,7% do acervo no 2º grau.

## CRESCIMENTO DA DEMANDA NO 1º GRAU – FASE DE CONHECIMENTO



## CRESCIMENTO DA DEMANDA 2º GRAU



### • Medidas Tomadas na Área de Pessoal

A preocupação primeira foi com a lotação das serventias, já que a carência de pessoal é um dos maiores problemas. Para tanto foi estabelecido Grupo de Trabalho destinado à fixação da Lotação ideal – GT Lotação – para as serventias de 1º grau e Gabinetes de Juízes e para as Secretarias e Assessorias de Desembargadores, objetivando-se, com isso, a redistribuição da força de trabalho.

Com a implementação do Programa de Incentivo à Aposentadoria (PIA) obteve-se a aposentadoria de 444 servidores, graças ao que se conseguiu dar posse a 937 concursados.

Com tais providências cumpriu-se a exigência constante da Resolução nº 194 do CNJ, de 26 de maio de 2014, na parte que privilegia a destinação da maior força de trabalho para o 1º grau.

DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO				
Servidores	Estagiários	Distribuição de Pessoal (Servidores) (%)		
		1º Grau	2º Grau	Administ.
15.303	4.712	79%	10%	11%

Para tornar eficaz essa força de trabalho a Escola de Administração do Poder Judiciário (ESAJ) atuou na formação dos novos servidores e na capacitação dos demais, bem como dos estagiários e auxiliares, através de cursos presenciais e a distância, buscando implementar a administração por competências. A política educacional continuada será tratada no Foco “Valorização de Magistrados e Servidores”.

### • Medidas Referentes às Instalações Físicas

Buscou-se também dar condições físicas de trabalho a magistrados, servidores, demais membros do sistema de justiça e aos jurisdicionados em geral com instalações de novas unidades jurisdicionais, inauguração de Fóruns, reformas e readequações. Quanto a estas é de se destacar a relativa ao embasamento e as

Lâminas I e II do Fórum Central<sup>1</sup>, o que irá beneficiar 52 Varas Cíveis, 16 Varas da Fazenda Pública, 13 Varas de Família e a da Vara de Registro Público.

Dando continuidade a obras iniciadas pelas Administrações anteriores pudemos inaugurar os seguintes Fóruns:

- Fórum Desembargador Osny Duarte Pereira – Anexo a Lâmina III do complexo do Foro Central da Comarca da Capital Anexo – 30/10/2013;
- Fórum Juiz Ivo de Carvalho Werneck – Comarca de Teresópolis – 08/11/2013;
- Anexo ao prédio do Foro Regional de Bangu da Comarca da Capital – 29/11/2013;
- Fórum Juíza Rute Viana Lins – Comarca de Mesquita - 13/12/2013;
- Fórum Regional Juíza Patrícia Lourival Acioli – Alcântara – Comarca de São Gonçalo – 25/03/2014;
- Fórum Desembargador Alcides Carlos Ventura – Comarca de Nilópolis – 11/07/2014;
- Fórum Alberto de Seixas Martins Torres – Comarca de Itaboraí – 25/07/2014.



Em cumprimento à Lei Estadual nº 6.375/2012, em 13/05/2013 e 02/09/2013 foram instaladas sete Câmaras, sendo duas cíveis e cinco com competência especializada em Direito do Consumidor, iniciativa inédita na Justiça brasileira, que veio atender à demanda crescente de ações nessa área.

<sup>1</sup> Maiores esclarecimentos quanto a essa readequação encontram-se no capítulo "Obras, Inaugurações e Instalações".

Graças a efetiva e intensa atuação da COMAQ – Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais – puderam ser monitorados os órgãos julgadores de 1ª instância e tomadas posições para a melhoria de sua eficiência. Assim foram apresentados ao E. Órgão Especial estudos que redundaram na edição das Resoluções, possibilitando desinstalações de alguns deles e as subsequentes instalações de novos que melhor atenderiam as necessidades dos jurisdicionados. Com tais medidas pudemos instalar, sem aumento de despesa, diversos órgãos jurisdicionais, que estão devidamente informados no Capítulo “Assessoramento aos Órgãos Colegiados”, no item destinado à COMAQ.

- **Medidas Tomadas na Área de Tecnologia da Informação**

Em 2013, o 2º Grau do PJERJ tornou-se totalmente eletrônico. Consolidando essa política, em julho do mesmo ano os Colegiados Julgadores passaram a receber somente petições eletrônicas, reduzindo o esforço e o custo com a digitalização. Assim, vimos o índice de virtualização no 2º grau atingir **99,92%**.

Ampliou-se essa política para o 1º grau de jurisdição. A partir de meados de 2013, nas Varas Cíveis e da Fazenda da Capital só ingressam processos eletrônicos. Além disso, os processos físicos remetidos ao 2º grau são convertidos em eletrônicos e baixam como eletrônicos, o que redundou maior rapidez e efetividade cartorárias.

Assim, do total dos processos em andamento, atingimos **21,82%** de virtualização, havendo todavia, muito a prosseguir. Nesse sentido, buscamos parceria com o Tribunal de Justiça do Paraná que nos cedeu gratuitamente o sistema **Projudi**. Graças à consultoria da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC/RIO) esse sistema foi adequado para a Vara de Execução Penal, possibilitando melhor captação dos dados relativos a essa competência e sua disponibilização de forma amigável para todos que atuam nessa complexa área.

A previsão final para sua implementação é julho de 2015 após deverão ser feitas as adaptações necessárias à extensão para as Varas de Infância, Juventude e Idoso da Comarca da Capital e Juizados de Violência Doméstica. Esse será um projeto legado à Administração.

ÍNDICE DE VIRTUALIZAÇÃO DE CASOS NOVOS		
	2013	2014
1º Grau	3,07%	17,82%
2º Grau	76,71%	99,92%
Juizados Especiais	11,90%	13,21%
Turmas Recursais	0,00%	12,92%
<b>Total do PJERJ</b>	<b>10,63%</b>	<b>21,82%</b>

Fonte: DGJUR

Outro desafio superado, que colaborou para a eficiência do 2º grau, foi a consistência dos dados existentes em nosso banco com a consequente facilitação na emissão das estatísticas, permitindo aos Desembargadores o monitoramento das atividades dos órgãos em que atuam e, com isso, a melhoria da produtividade, que culminou na redução congestionamento para 31,6%, a menor taxa dos últimos anos.

TAXA DE CONGESTIONAMENTO NO 2º GRAU				
Ano	Casos Novos	Baixados	Pendentes	Congestionamento
2010	159.829	155.141	75.488	32,7%
2011	181.567	162.308	94.747	36,9%
2012	196.192	193.452	97.487	33,5%
2013	188.273	188.366	97.394	34,1%
2014	190.248	196.845	90.797	31,6%

Fonte: Sistema EJUD

No período de transição para o sistema de processos eletrônicos, a extração de dados ficou prejudicada; porém, em 2013, com sua regularização, voltou-se à



emissão de gráficos comparativos e à publicação mensal no DJERJ as estatísticas referentes à produtividade dos Órgãos Julgadores e dos Desembargadores, conforme determina o Art. 37 da LOMAN. O acompanhamento trimestral desses resultados serve para orientar o Planejamento Estratégico do Poder Judiciário.

Dentre as melhorias conquistadas, os dados relativos a Casos Novos, Baixados e Pendentes tiveram desvios da ordem de 14% reduzidos a zero.

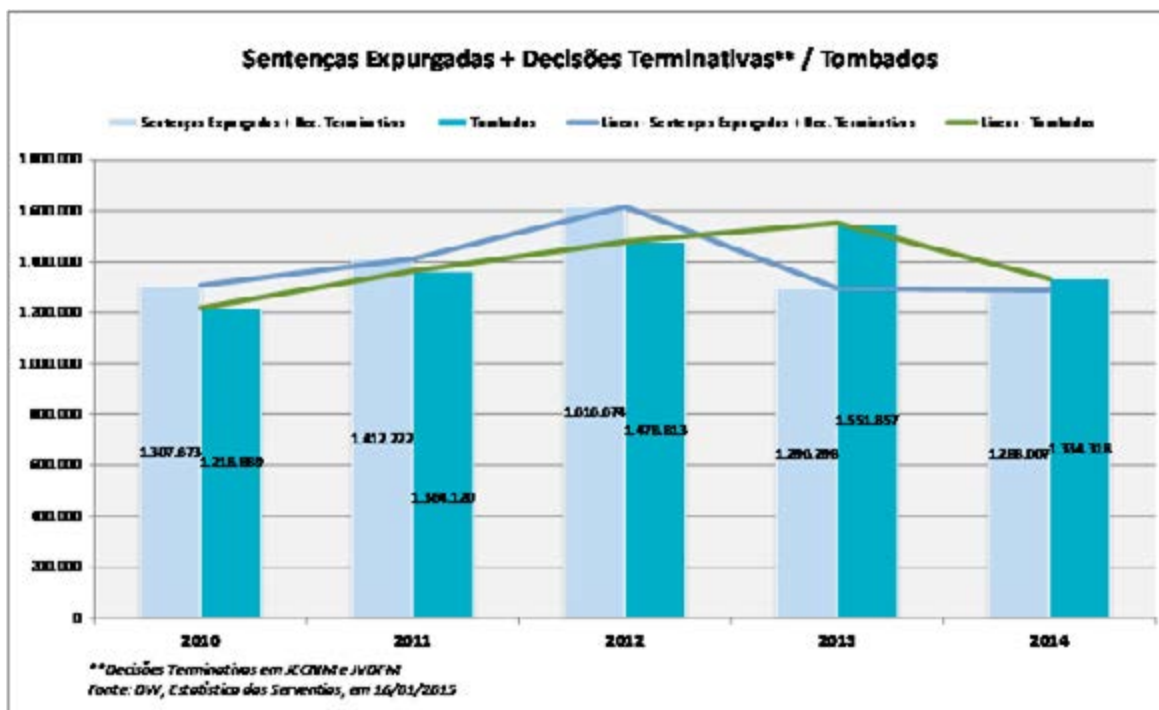
INDICADORES PROCESSUAIS EM 2013				
Indicador	1º Grau	2º Grau	JE	TR
Casos Novos (Fase de Conhecimento)	613.690	188.273	835.000	118.895
Casos Novos (Fase de Execução)	1.012.484	<b>N/A</b>	44.486	<b>N/A</b>
Casos Novos – Executivo Fiscal		<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>
Taxa de Congestionamento (Fase de Conhecimento)*	74,17%	34,1%	43,51%	19,84%
Taxa de Congestionamento (Fase de Execução)*	95,13%	<b>N/A</b>	58,18%	<b>N/A</b>
Processos Baixados	1.106.923	188.366	950.169	116.402
Casos Pendentes**	3.065.588	97.394	931.024	37.052
Casos Pendentes (+) Executivo Fiscal**	9.072.444	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>	<b>N/A</b>

\*Período de 12 meses | \*\*Ao final do período – N/A: Não aplicável

Fonte: DGJUR

INDICADORES PROCESSUAIS EM 2014				
Indicador	1º Grau	2º Grau	JE	TR
Casos Novos (Fase de Conhecimento)	594.083	190.248	855.697	119.343
Casos Novos (Fase de Execução)	667.864	N/A	43.304	N/A
Casos Novos – Executivo Fiscal	574.467	N/A	N/A	N/A
Taxa de Congestionamento (Fase de Conhecimento)*	74,31%	31,6%	45,35%	24,10%
Taxa de Congestionamento (Fase de Execução)*	93,61%	N/A	58,47%	N/A
Processos Baixados	1.264.873	196.845	984.655	118.710
Casos Pendentes**	3.174.980	90.797	956.945	46.112
Casos Pendentes (+) Executivo Fiscal**	9.367.151	N/A	N/A	N/A

\*Período de 12 meses | \*\*Ao final do período – N/A: Não aplicável  
Fonte: DGJUR



Em que pese a produtividade significativa de nossos magistrados, a taxa de congestionamento é elevada principalmente no que se refere à fase de execução e aos executivos fiscais. Essa taxa é um indicador importante, pois nos permite verificar os “gargalos” da atividade jurisdicional, possibilitando estabelecer estratégias e focar os esforços nos segmentos que requeiram maior atenção. Assim agindo, foram tomadas as providências a seguir.

### **| Medidas Tomadas com Relação às Execuções de Decisões Judiciais**

Ao verificar que, do estoque de processos existentes, a sua maioria se refere a execuções judiciais e execuções fiscais; nossa preocupação inicial foi encontrar meios legais para reduzir esse quantitativo.

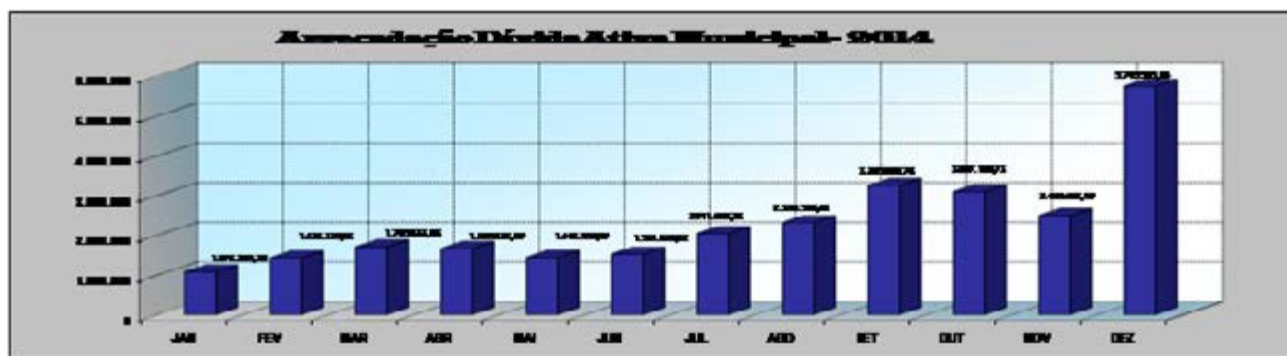
Tendo como motivação a política aplicada pela Corregedoria do Tribunal de Justiça de São Paulo, sob o comando do Desembargador Renato Nalini, que possibilitou aos cartórios extrajudiciais a execução de sentenças de natureza imobiliária, foi discutido e ao final expedido o Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, pelo qual é possibilitado ao exequente, após a liquidação do seu crédito, optar por extrair certidão de dívida e levar esse título a protesto extrajudicial. Essa foi uma das iniciativas pioneiras desta Administração.

### **| Medidas Tomadas com Relação às Execuções Fiscais**



O monitoramento do acervo da dívida ativa possibilitou a redução do estoque de processos de execução fiscal e elevação da arrecadação de custas e taxa judiciária. Foram tomadas diversas medidas para racionalização das atividades cartorárias e formalização de convênios com Prefeituras.

O quadro a seguir apresentado destaca, mensalmente, a evolução da arrecadação de custas e taxa judiciária em 2014:



### DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – 12VFP

Com objetivo de aprimorar o processamento no segmento, foi instituído o Grupo de Trabalho GTDATIVA, por meio do Ato Executivo nº 181/2014, composto por magistrados, procuradores e serventuários

A atuação do grupo se iniciou pelo levantamento do acervo da 12ª Vara de Fazenda Pública o que selecionou grande volume de processos para tratamento em lote, tais como dívidas prescritas, processos pendentes de pagamento de custas etc.

Na primeira fase, foram identificados cerca de 50.000 processos que puderam ser arquivados definitivamente de forma automatizada. No momento seguinte, a equipe apurou 46.000 executivos fiscais para cobrança de custas e taxa judiciária, e mais 150.399 executivos fiscais para declaração de prescrição de custas, baixa e arquivamento. No biênio, o estoque da referida Vara reduziu em 174.545 ações.



Identificando os gargalos na referida serventia, a Administração entendeu ser imprescindível a criação de um processo eletrônico automatizado, que permite a movimentação de processos em lote, com pouca ou nenhuma intervenção de funcionários. Essa verdadeira revolução, considerando a complexidade do sistema e o grande número de ações em tramitação (**672.894**), só foi possível graças à perfeita integração entre os Órgãos de Administração do Poder Judiciário e do Município do Rio de Janeiro.

A metodologia de movimentação automatizada em lote está sendo disponibilizada aos demais cartórios que processam Dívida Ativa, dada a redução de esforço que o procedimento proporciona.

Outra medida de iniciativa do Tribunal na busca da não judicialização das execuções fiscais, foi a edição do Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 07/2014, que permite o protesto da Certidão de Dívida Ativa, sem ônus para o credor.

Com a edição do referido Ato, a Presidência do Tribunal, a Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX) e o município de Duque de Caxias se reuniram com intuito de levar a protesto 27.000 certidões de dívida, de forma a evitar o ajuizamento. A solução encontrada foi a celebração do Termo Aditivo que alude ao Ato Normativo TJ nº 11/2010,

estabelecendo-se o prazo de 30 dias para o pagamento voluntário pelo contribuinte, antes do início do procedimento de protesto. Estima-se que cerca de 15.000 notificações surtiram efeito e que 12.000 execuções fiscais foram ajuizadas.

### **DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI**

O Grupo de Trabalho GTDATIVA também envidou ações para tornar mais eficiente a cobrança da dívida ativa do município. A iniciativa buscou a redução do número de ações em trâmite na Central da Dívida Ativa, que hoje conta com cerca de 500 mil processos. O Grupo integrou ações promovidas em conjunto com a Procuradoria-Geral de Niterói e a Secretaria de Fazenda de Niterói.

### **DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU**

A Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR), em parceria com a Procuradoria de Nova Iguaçu, identificou 147.826 execuções fiscais que podem ser julgadas extintas, visando à baixa e arquivamento, com a concordância da Prefeitura em não recorrer.

A equipe da DGTEC desenvolveu uma ferramenta de importação de dados que, dispensando a alimentação unitária dos processos, possibilitará a um único serventuário realizar a tarefa em poucas horas.

### **DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE BELFORD ROXO**

O Ato Executivo nº 19/2014 instalou uma Central de Dívida Ativa, na Comarca de Belford Roxo, com a finalidade de absorver integralmente o acervo relativo aos processos da sua competência.

### **DÍVIDA ATIVA DO MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**

A Administração do PJERJ promoveu reunião com a Procuradoria de Petrópolis, presidida pelo Juiz titular da 4ª Vara Cível da Comarca, Procuradores do Município, Secretário Municipal de Fazenda, e o Presidente da Câmara Municipal, visando à otimização do processamento da Dívida Ativa na Comarca.

A serventia conta com um acervo de 931.568 execuções fiscais, sendo certo que metade dos processos é muito antiga, tornando inviável a sua cobrança. Em reunião, o Município propôs buscar a edição de lei de processo antieconômico, que autorize ao município cancelar a certidão de dívida, possibilitando a baixa e arquivamento dos autos.

### **I Medidas Tomadas para o Arquivamento de Processos Judiciais**

O PJERJ possui um dos mais modernos arquivos da América Latina, com 5 prédios dotados de climatização e tecnologia de ponta. A rede de arquivos do PJERJ, composta pelo Arquivo Central de São Cristovão e pelos Arquivos Regionais de Itaipava e de Rio Bonito, tem capacidade para armazenar cerca de 10.5 milhões de processos, garantindo segurança ao acervo e estrutura logística para proceder ao desarquivamento de 20 mil processos por mês em até dois dias úteis.

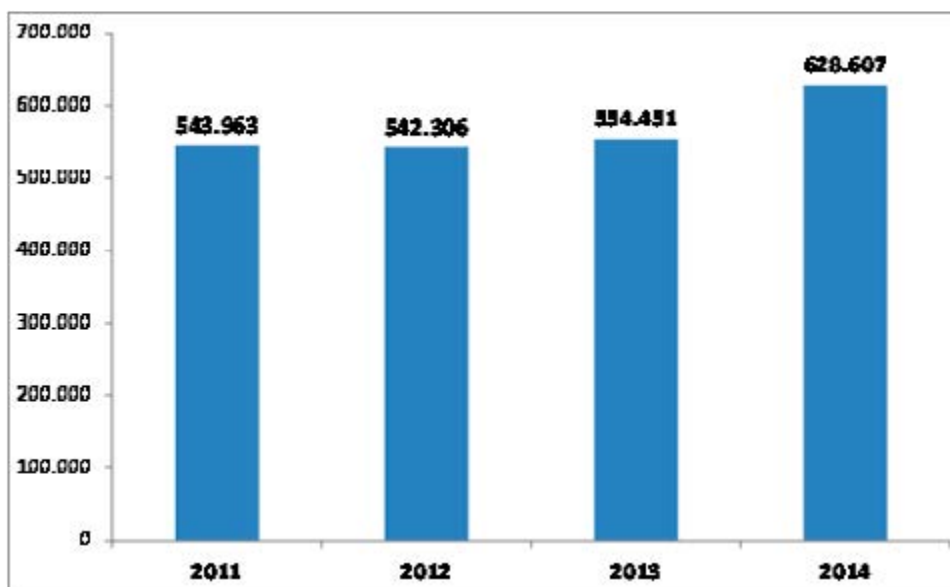
Entretanto, os cerca de 95 mil metros lineares disponíveis para armazenamento não são suficientes para acondicionar todo o acervo de processos e documentos produzidos pelo PJERJ no desenvolvimento de suas atividades. Por este motivo, tornou-se necessária a manutenção de contrato com empresa especializada na guarda de documentos, gerando relevante despesa ao PJERJ.

Com objetivo de reduzir os custos com a guarda do acervo arquivístico, o PJERJ desenvolveu uma série de ações que foram consolidadas no Projeto Estratégico nº 18/2013 — "Racionalização do Arquivo Central". Dentre estas destaca-se a revisão geral dos prazos e destinação final dos documentos definidos na tabela de Temporalidade de Documento (TTD) recomendada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), atividade realizada por meio de análise detalhada da documentação produzida pelo PJERJ efetuada por magistrados e servidores, sob a supervisão da Comissão Permanente de Avaliação Documental (COPAD). O resultado desta iniciativa foi a publicação do Ato Normativo Conjunto nº 1/2015, que aprovou as atualizações da TTD do PJERJ.

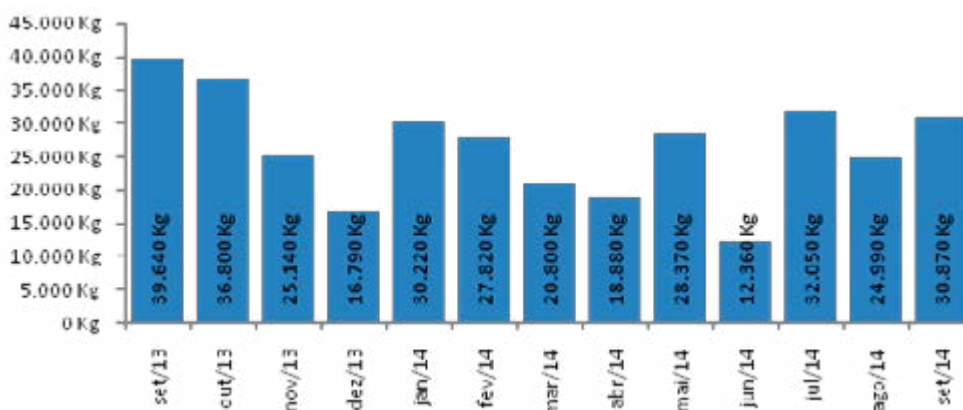
A redução dos prazos de guarda definidos na revisão da TTD permitirá o incremento da atividade de descarte de documentos, medida que, em médio prazo, ensejará na redução dos custos com guarda de acervo arquivístico.

Os quadros a seguir apresentam a quantidade de processos descartados nos últimos quatro anos, mantendo esforço da Equipe do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos da DGCOP, em especial em 2014, na busca pela racionalização do acervo documental do TJERJ e a sua contribuição para o objetivo de sustentabilidade, ao promover a reciclagem do papel selecionado para descarte.

#### Quantidade de Processos Descartados



#### Quantidade de papel enviado para reciclagem





## I Medidas Tomadas quanto às Perícias Médicas

A Resolução 03/2011, do E. Conselho da Magistratura, estabeleceu normas, orientações e procedimentos para a realização de perícias em processos com deferimento de gratuidade de justiça, de forma a permitir a entrega da prestação jurisdicional.

O Serviço de Perícias Judiciais da Diretoria-Geral de Apoio aos Órgãos Jurisdicionais (DGJUR), competente para cumprir a referida Resolução, otimizou a atividade ao criar o Cadastro Único de Peritos por área de atuação, permitindo aos magistrados a indicação direta desses técnicos. A DGJUR desenvolveu um programa de capacitação, promoveu divulgação e recrutou profissionais de diversas especialidades para o Curso de Peritos, visando renovar e suprir carência no Cadastro.

## POLITICA DE AUTOCOMPOSIÇÃO DE CONFLITOS



Uma das metas da atual administração foi o fortalecimento dos meios não adversários de solução de conflitos, tendo para isso sido instalado o **Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania**, em 23/07/2014, que recebeu o nome da Juíza Eduarda Monteiro de Castro Souza Campos, para atendimento às unidades judi-

ciais da capital. Nas regionais e comarcas do interior, as instalações dos CEJUSCS foram reformuladas e ampliadas.



Por meio da Resolução TJ/OE/RJ nº 16/2014 foi aprovado o Plano Estadual de Autocomposição de Conflitos, revisando a regulamentação da atividade do Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC) e dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs), atualmente com 19 unidades já implantadas no Estado: Capital, Bangu, Barra da Tijuca, Belford Roxo, Duque de Caxias, Jacarepaguá, Leblon, Leopoldina, Madureira, Méier, Niterói, Nova Friburgo, Nova Iguaçu, Petrópolis, Santa Cruz, São Gonçalo, São João do Meriti, Três Rios e Volta Redonda.

A política judiciária proposta pelo NUPEMEC<sup>2</sup> abrange conflitos judicializados e ainda não judicializados, desestimulando demandas oportunistas.

2 Composição do NUPEMEC: Desembargadora Jacqueline Lima Montenegro (Presidente), Juíza Auxiliar da Presidência Valéria Pachá Bichara, Juiz Auxiliar da Corregedoria Rafael Estrela Nóbrega, Diretor-Geral DGJUR, Carlos Henrique Mendez Gralato e Chefe de Serviço do SEAMA Cláudia Maria Ferreira de Souza.

Outra iniciativa de grande relevância foi o lançamento da Cartilha de Conciliação e Mediação, editada com o apoio do Grupo Globo, trazendo informações acerca da utilização dos meios autocompositivos de resolução de conflitos e do funcionamento dos CEJUSCs.

- **Medidas Tomadas para Gerenciamento de Processos de Massa**

No desenvolvimento de suas atividades o NUPEMEC faz a identificação, seleção e segmentação por caso e por empresa e reunião para estabilização das propostas de adesão ao programa, com a consequente formalização do compromisso, no intuito de cessar o fluxo de novos processos em assuntos já pacificados pelo Tribunal.

- **Medidas Tomadas quanto Mediação Pré-Processual**

Na página do PJERJ, encontra-se o acesso à Mediação Pré-Processual, possibilitando a todos aqueles que vivenciam ou pretendem evitar uma situação conflituosa a alternativa de alcançar um entendimento satisfatório e célere, sem a necessidade de submeter-se ao desgaste financeiro e emocional de um processo judicial.



Além disso, o NUPEMEC propôs a assinatura de convênios com universidades, através dos quais são divulgados nos cursos de formação em Direito os referidos métodos autocompositivos. Em contrapartida, as universidades conveniadas disponibilizam estudantes para atuarem como conciliadores e mediadores.

O Centro Judiciário de Conciliação dos Juizados Especiais Cíveis, coordenado pelo Juíz Flávio Citro Vieira de Mello, titular do 2º Juizado Cível da Capital, busca a pacificação da sociedade, por meio desta forma alternativa de fazer justiça, mediante a realização permanente de mutirões de conciliação.

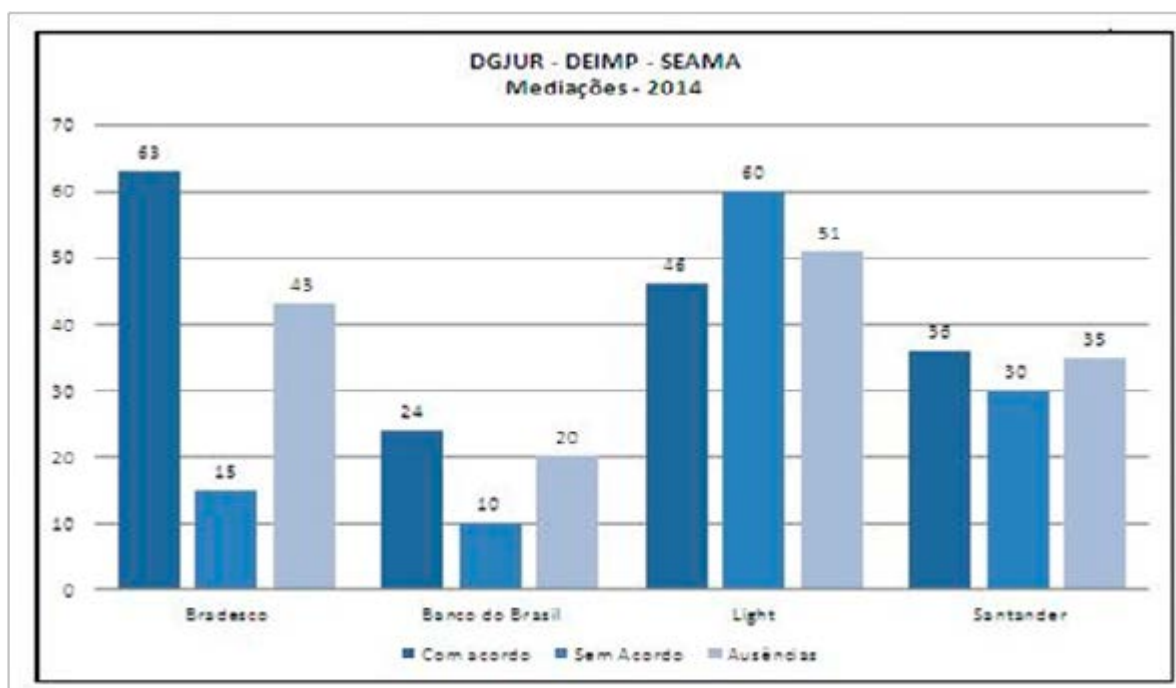
A campanha de solução de conflitos pela conciliação convida empresas e fornecedores a adotarem uma política de incentivo à conciliação, já que a experiência do Tribunal confirma que grande número de consumidores preferem a solução conciliatória e já vêm sendo atendidos pelo Projeto de Solução Alternativa de Conflitos – Conciliação Pré-Processual.

Na “Semana Nacional Não Adversarial da Conciliação” (2 a 6 de dezembro de 2013), foram realizadas **1.330** audiências de conciliação, chegando-se a 834 acordos. Em apenas um dia, foram realizadas 70 audiências de pré-conciliação, solucionando conflitos que ainda não haviam sido sequer judicializados.

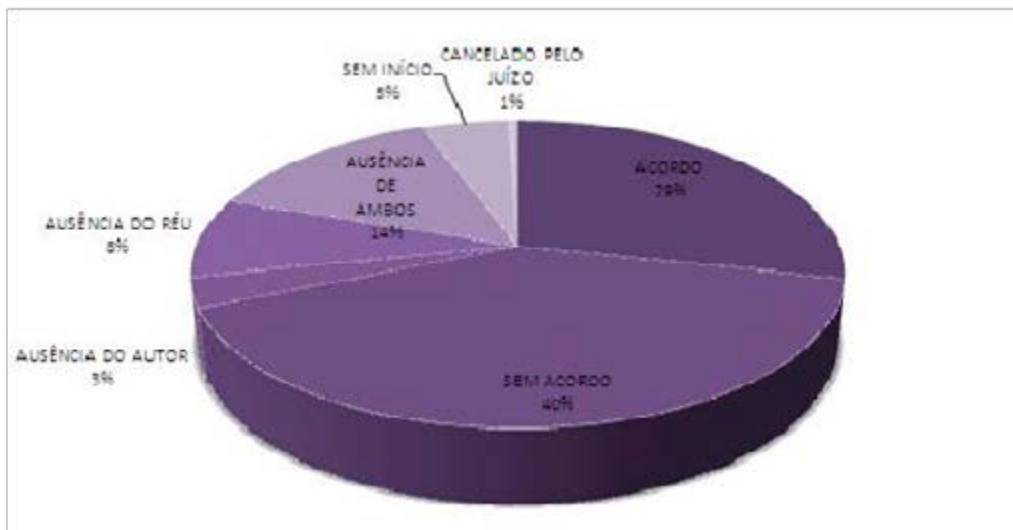
Em 2014, foi realizada nova “Semana Nacional da Conciliação” (24 a 28 de novembro de 2014). Os resultados podem ser observados nos quadros a seguir apresentados.

Data	Audiências Realizadas	Acordos Efetuados	% Acordos	R\$ Homologado
24/11/2014	1.477	670	45,36%	R\$ 1.024.078,23
25/11/2014	890	737	82,81%	R\$ 1.344.658,92
26/11/2014	1.402	642	45,79%	R\$ 1.213.278,21
27/11/2014	1.098	545	49,64%	R\$ 908.051,91
28/11/2014	906	484	53,42%	R\$ 1.026.233,54
<b>2014</b>	<b>5.773</b>	<b>3.078</b>	<b>53,32%</b>	<b>R\$ 5.516.300,81</b>

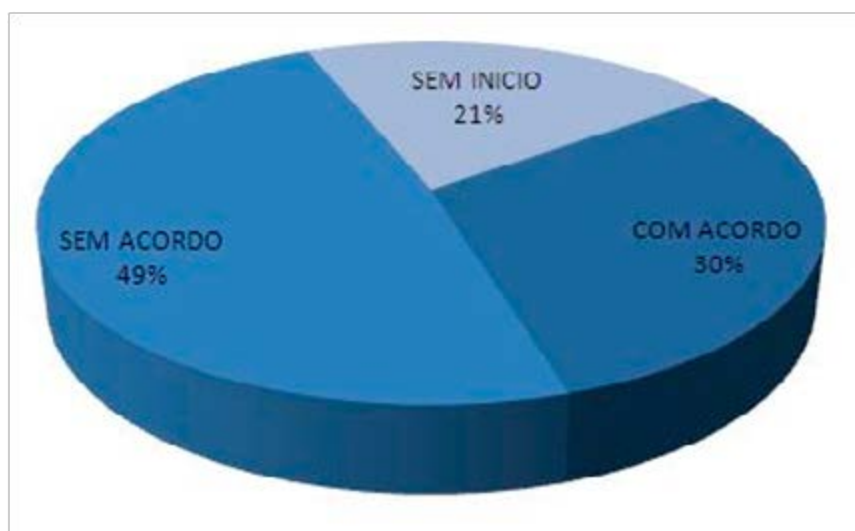
DGJUR - DEIMP - SEAMA				
RESULTADOS QUANTITATIVOS DE MEDIAÇÕES				
SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO 11/2014				
Empresas	Bradesco	Banco do Brasil	Light	Santander
Com acordo	63	24	46	36
Sem acordo	15	10	60	30
Ausências	43	20	51	35
Totais	121	54	157	101



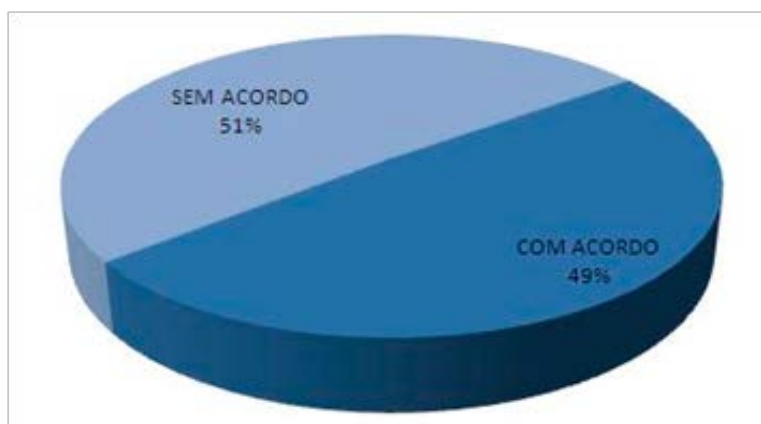
RESULTADO DA MEDIAÇÃO 2014							
Acordo	Sem Acordo	Ausência do Autor	Ausência do Réu	Ausência de Ambos	Sem Início	Cancelado pelo Juízo	Total
350	498	39	103	175	64	6	1235



NUPEMEC – SEAMA PRÉ-PROCESSUAIS			
Com Acordo	Sem Acordo	Sem Início	Total de Processos
33	53	23	109



NUPEMEC – SEAMA PRÉ-PROCESSUAIS		
Com Acordo	Sem Acordo	Total de Processos
174	180	393



## JUSTIÇA ITINERANTE

A Justiça Itinerante vai ao encontro de cidadãos, principalmente os mais necessitados ou menos favorecidos, utilizando ônibus adaptados para realização de atendimentos que ocorrem semanal, quinzenal ou pontualmente, contando com a presença de um Juiz de Direito, membro do Ministério Público, da Defensoria Pública, servidores, estagiários e técnicos.

Por meio de convênios celebrados entre o PJERJ e os municípios são 20 postos de funcionamento regular da Justiça Itinerante no Estado do Rio de Janeiro:

Nº	LOCALIDADES/POSTOS
01	Tanguá
02	Areal
03	Levy Gasparian
04	Macuco
05	Mesquita – Substituído pelo posto de Vila de Cava em 2014
06	Carapebus
07	J. Primavera – Duque de Caxias
08	Tocos – Campos dos Goytacazes
09	Santo Eduardo – Substituído pelo posto de Morro de Coco em 2014

10	Jardim Catarina – São Gonçalo
11	Manilha – Itaboraí
12	Cidade de Deus – Suspenso provisoriamente – 2º sem. 2014.
13	Complexo do Alemão – Suspenso provisoriamente – 2º sem. 2014
14	Vila Cruzeiro – 2º sem. 2014
15	Batan – 2º sem. 2014
16	Rocinha – 2º sem.2014
17	Quatis
18	Jardim Gramacho – Duque de Caxias
19	Nova Sepetiba / Santa Cruz
20	Sub-registro – Praça Onze – Capital

Em 2014, a Justiça Itinerante chegou à localidade de Vila de Cava, em Nova Iguaçu, na Baixada Fluminense. A medida foi prevista no Ato Executivo Conjunto nº 16/2014, publicado em 28/08/2014.

Também em 2014, pelo Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 14/2014, foi criada a Justiça Itinerante Especializada na Erradicação do Sub-registro de Nascimento com o objetivo de diminuir o número de nascimentos que não são registrados no próprio ano de nascimento ou no 1º trimestre do ano subsequente. A atuação da Justiça Itinerante aprimorará a atuação jurisdicional no combate ao problema, que atinge cerca de 6,6% dos brasileiros, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Em 28 de maio de 2014, foram suspensas as atividades da Justiça Itinerante no Complexo do Alemão, Vila Cruzeiro, Rocinha, Batan e Cidade de Deus, após deliberação da Comissão de Segurança Institucional (COSEG), em razão do momento de grande instabilidade e possibilidade de conflitos violentos nas comunidades onde funcionam Unidades de Polícia Pacificadora.

Após a apresentação do relatório pela Divisão da Justiça Itinerante, nos quais foram apresentados locais com maior segurança para o atendimento da população,



o coordenador de Polícia Pacificadora, emitiu o parecer autorizativo do restabelecimento do atendimento nos postos da Justiça Itinerante da Rocinha e Vila Cruzeiro. Permanece a suspensão da atividade no Complexo do Alemão e na Cidade de Deus.

## RESULTADOS JURISDICIONAIS

As iniciativas para a melhoria da prestação jurisdicional e das práticas de gestão de recursos contribuíram para que o PJERJ fosse reconhecido pela eficiência máxima em 2013, atingindo 100% no IPC-Jus, índice do CNJ que compara a produtividade de tribunais do mesmo ramo.

O IPC-Jus, estabelecendo uma relação entre o que foi produzido e os recursos disponíveis para cada tribunal, destaca aqueles que mais baixam processos em relação aos seus insumos. O TJERJ, no período, conquistou o resultado com 2,4 milhões de processos julgados.

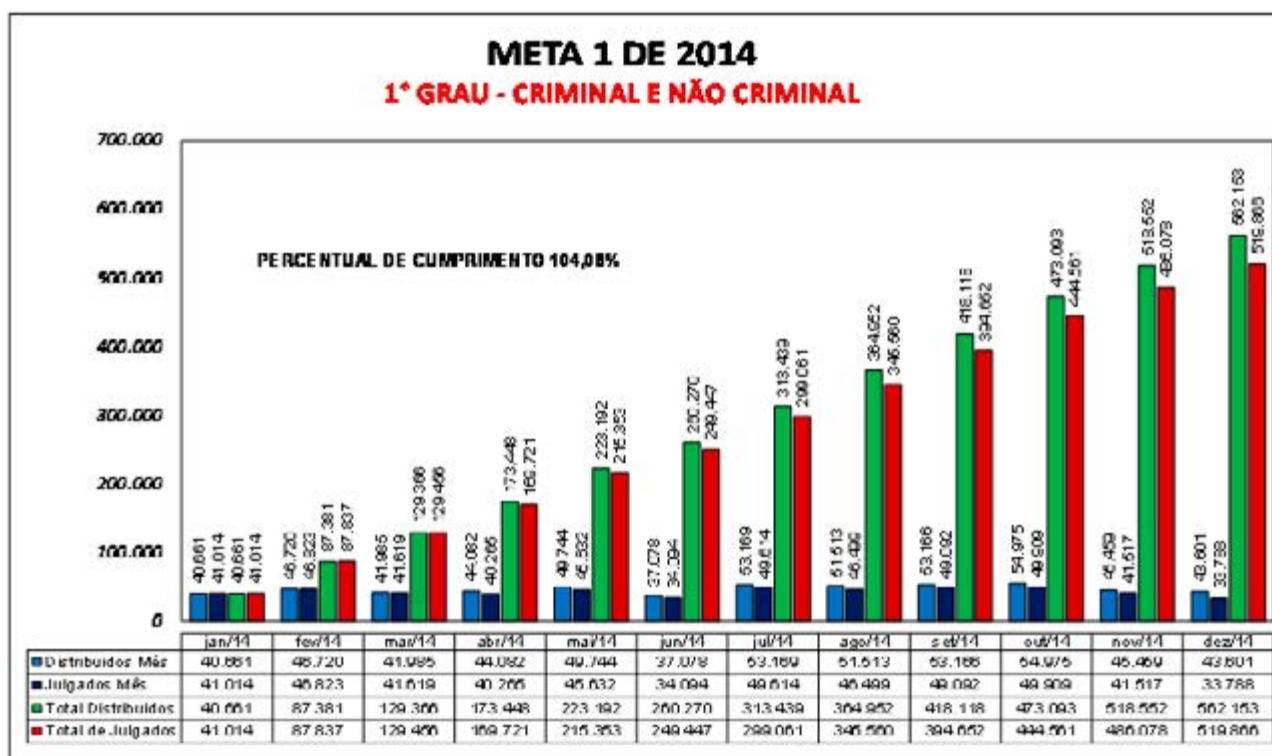
Em 2013 o PJERJ foi reconhecido pelo CNJ, juntamente com o TJRS, como o Tribunal de grande porte de maior produtividade, tendo, em 2014, sido considerado pelo mesmo Conselho como o tribunal mais eficiente e produtivo do país.

O monitoramento das metas do CNJ e dos indicadores jurisdicionais foi fator importante para obtenção de bons resultados, devendo-se destacar o fortalecimento do Grupo de Sentença<sup>3</sup> criado pela resolução TJ/OE nº 12/2011, alterada pela resolução TJ/OE nº 41/2013, com o objetivo de prover meios para o alcance da Meta 1. Os resultados desse grupo são os seguintes:

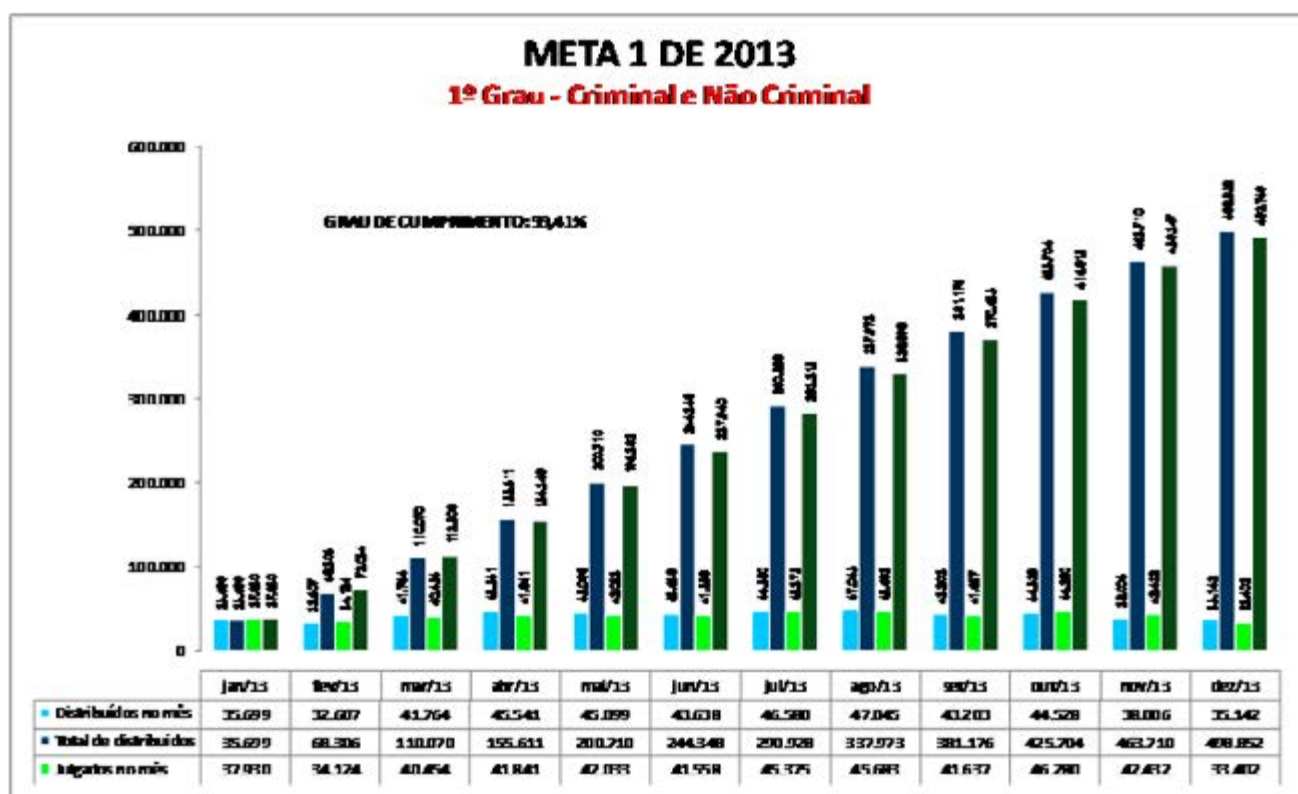
SENTENÇAS PROLATADAS	
2013	29.578
2014	38.619

3 Coordenadora do Grupo de Sentença: Juíza Fernanda Xavier de Brito.

- Cumprimento das Metas do CNJ



Quanto a Meta 1 de 2013 (Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano), o 1º Grau apresentou 99,41% de cumprimento. Em 2014, quanto à mesma meta, o 1º Grau apresentou 104,08% de cumprimento.



META DE 2013		GRAU DE CUMPRIMENTO
Meta 1		97,31%
Meta 2		111,04%
Meta 18	Combate à Corrupção	75,28%
	Ações de Improbidade	43,19%
	Ações Contra a Adm. Pública	90,58%

META DE 2014		GRAU DE CUMPRIMENTO
Meta 1		99,35%
Meta 2	1º Grau	79,34%
	Juizados	97,48%
Meta 4	Combate à Corrupção	67,22%
	Improbidade Administrativa	34,79%
	Crime Contra a Adm. Pública	73,58%
Meta 6		37,79%

As iniciativas para melhoria da prestação jurisdicional contribuíram para que o PJERJ alcançasse, em 2013, o segundo lugar no ranking brasileiro de acesso à justiça<sup>4</sup> (Índice Nacional de Acesso à Justiça – INAJ), apurado pelo Ministério da Justiça, tendo em 2014 conquistado o segundo lugar em âmbito nacional. Dentre os Tribunais Estaduais foi considerado pelo referido Ministério como aquele com maior acesso à justiça.

- **Cumprimento das Metas da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp)**

A Enasp tem o objetivo de promover a articulação dos órgãos responsáveis pela segurança pública, reunir e coordenar as ações de combate à violência e traçar políticas nacionais na área. Lançada em fevereiro de 2010, a iniciativa é resultado de parceria entre os Conselhos Nacionais do Ministério Público (CNMP) e de Justiça (CNJ) e o Ministério da Justiça (MJ).

Em 2014, o TJERJ obteve para a “Meta de Persecução Penal de ações penais em tramitação”, o resultado de 31,2% de processos julgados, se mantendo na média nacional, que foi de 29,1%. Verificou-se que as Varas com competência de Júri que apresentam um maior número de processos são a 1ª Vara Criminal de Campos dos Goytacazes e a 4ª Vara Criminal de Nova Iguaçu. Dos 811 processos da Meta que não foram julgados 353 estão concentrados nos juízos referidos, representando um percentual de cerca de 44%. Por esta razão é que a Comarca de Nova Iguaçu foi indicada para realização de esforço concentrado, com objetivo de limpar a totalidade de pautas de júris até o final de outubro de 2015.

A “Meta de Persecução penal de ações penais suspensas” foi duramente criticada pelos representantes dos Tribunais de Justiça presentes a reunião ocorrida no CNJ em 12/11/2014, tendo em vista que não parece razoável que se estabeleça uma meta para que sejam julgados processos que se encontram suspensos em razão de comando legal.

---

4 Índice Nacional de Acesso à Justiça

Há que se destacar que o cumprimento das Metas Enasp não depende somente do TJERJ. A falta de promotores, de defensores públicos e a demora na realização de perícias são fatores que contribuem para o atraso no julgamento dos processos. Portanto, é um desafio para a próxima Administração o fortalecimento e a implementação de ações para o cumprimento das referidas Metas.

#### • Certidões Criminais Online do 2º Grau

A Administração Superior e o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI) se reuniram com a DGJUR para definir a adequação das certidões criminais do 2º Grau de Jurisdição, emitidas online pelo portal do PJERJ.

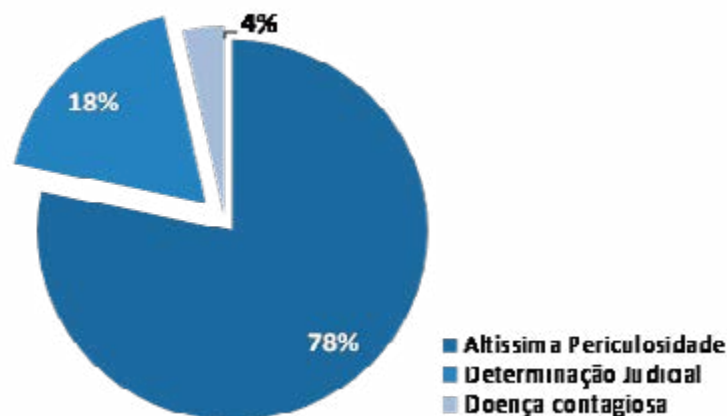
A partir de 2015 os interessados poderão emitir ou validar online as certidões de 2ª Instância, para fins eleitorais ou para cumprimento à exigência da Resolução nº 156, do CNJ.

#### • Sistema de Audiências por Videoconferência

O TJERJ inaugurou, em maio de 2014, cinco salas multiuso de videoconferência, para a realização das audiências que envolvem presos de alta periculosidade.

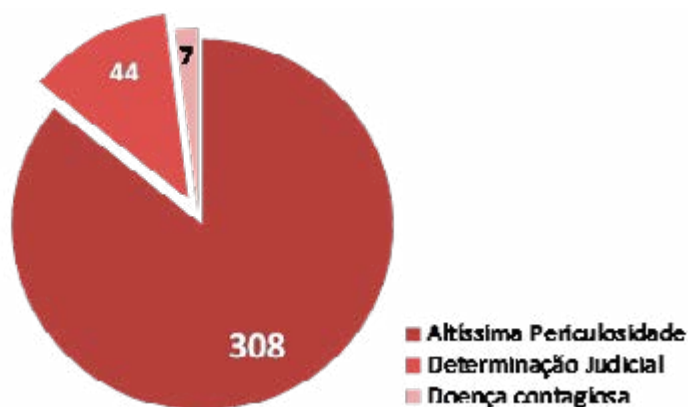
Permitindo interação com o Complexo Penitenciário de Gericinó, em Bangu, com a Unidade Prisional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro e com os Presídios Federais, a estratégia diminui a circulação de presos nos fóruns do estado e reduziu a despesa com o transporte de detentos.

Motivo de realização de videoconferência



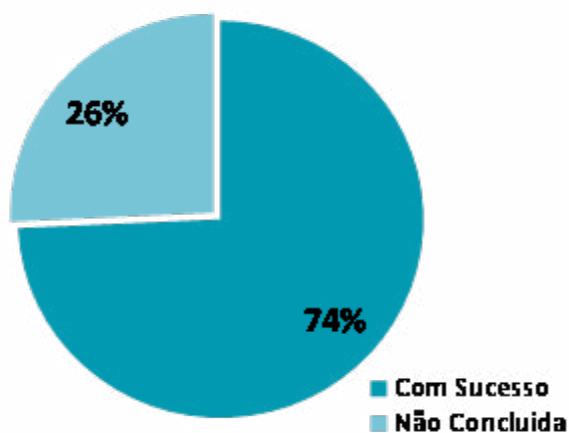
Em 2014, os juízes realizaram 175 audiências pelo sistema, dispensando, ao todo, o transporte de 359 presos.

#### Perfil dos presos videoconferenciados



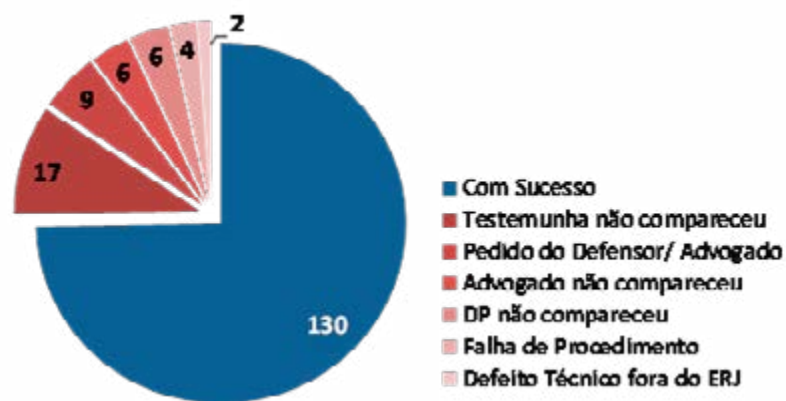
A moderna tecnologia garantiu a realização das audiências, sem interrupções de ordem técnica nos equipamentos do Estado do Rio de Janeiro.

#### Índice de sucesso na realização de Audiências



Dos problemas registrados, o não comparecimento da defesa e de testemunhas foi a principal causa da interrupção de audiências transmitidas, que precisaram ser remarçadas.

#### Falhas na realização de audiências



#### • Medidas Tomadas quanto ao Plantão Judiciário

As normas sobre a prestação jurisdicional a serem observadas pela equipe do Plantão Judiciário foram consolidadas na Resolução TJ/OE nº 33/2014. Essas regras permitem maior visibilidade na designação de magistrados de primeiro e segundo grau para o exercício das atividades jurisdicionais em plantão, além de manter a característica da excepcionalidade do atendimento ao jurisdicionado, de modo a preservar o princípio do Juiz natural e coibir abusos no exercício do direito durante o plantão.

Uma das medidas adotadas para coibir os abusos do direito está prevista no parágrafo 5º do art. 1º da referida Resolução que considera ato atentatório à dignidade da justiça a litigância de má fé.

Destacam-se as seguintes medidas decorrentes da Resolução TJ/OE nº 33/2014, as quais o Plantão Judiciário não se destina:

- à reiteração de pedido já apreciado no órgão judicial de origem ou em plantão anterior, nem a à sua reconsideração ou reexame ou à apreciação de solicitação de prorrogação de autorização judicial para escuta telefônica;
- comunicação de prisão em flagrante ou matérias relacionadas a direito do consumidor, à exceção dos pedidos de autorização para internações que envolvam risco para a vida humana;
- pedido de levantamento de importância em dinheiro ou valores, ou a liberação de bens apreendidos.

Embora, aparentemente tenha ocorrido uma restrição das matérias sujeitas à apreciação no Plantão Judiciário, certo é que o que se objetiva retirar da apreciação matérias que não possuem caráter de urgência ou que o objetivam apenas a reforma de uma decisão já proferida anteriormente, permitindo-se assim que o magistrado de plantão tenha melhores condições para análise das matérias que realmente necessitam apreciação em caráter de urgência.

## PRECATÓRIOS JUDICIAIS

---

Uma das políticas mais importantes da gestão que se encerra foi, juntamente com o Poder Executivo, a elaboração do Projeto, após convertido na Lei Complementar 147/13, que autorizou a utilização de até 25% do saldo dos depósitos judiciais para o pagamento de precatórios judiciais.

Dessa forma, foram pagos precatórios judiciais emitidos há até mais de 14 anos, solucionando um grave problema para as contas públicas e beneficiando milhares de pessoas que obtiveram êxito em suas ações judiciais contra o Estado, mas que não conseguiram receber os valores que lhes são devidos.



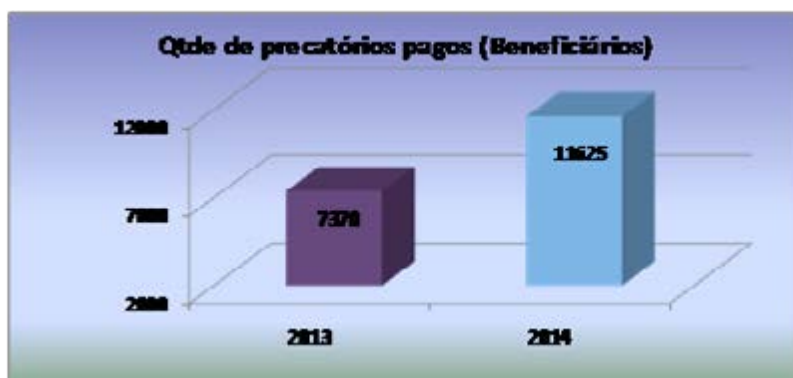
Em 2013 foram quitados 4.858 créditos, no total de R\$ 1.068.376.730,32 e em 2014, 9.775 créditos, totalizando R\$ 2.408.073.873,59, entre pagamentos diretos aos credores e créditos de precatórios compensados com dívidas tributárias.

Assim, mediante o recebimento de recursos advindos dos depósitos judiciais o Estado do Rio de Janeiro, suas autarquias e fundações honraram 6.948 créditos, no total de R\$ 1.959.196.687,53. Desta forma, 81,35% dos créditos quitados pelo Estado do Rio de Janeiro em 2014 foram pagos com recursos garantidos pela Lei Complementar 147/2013.

Quanto aos outros entes públicos, em 2014 foram pagos 1.850 créditos, no valor total de R\$ 126.803.797,86, comparado com respectivamente, 2.512 créditos e R\$ 143.156.594,63 em 2013. Nessa categoria, estão incluídos o INSS, os Municípios que não estão em mora e aqueles Municípios que estão enquadrados no Regime Especial de Pagamentos de Precatórios, introduzido pela EC Nº 62/2009. Nessa modalidade, o acervo da dívida deverá ser quitado em até 15 anos, ressalvando que há uma expectativa que esse prazo seja reduzido quando for feita a modulação dos efeitos da ADI que revogou alguns artigos da EC Nº 62/2009.

Vale ressaltar a bem sucedida integração dos Sistemas Informatizados da DIPRE e do Banco do Brasil que deu celeridade tanto na abertura das contas judiciais quanto aprocessamento dos depósitos.

Graças a esse fato histórico, o Governo do Estado do Rio de Janeiro quitou integralmente suas dívidas com precatórios, sendo o único a fazê-lo em nosso País.





## ATUAÇÃO DA SECRETARIA DO ÓRGÃO ESPECIAL E TRIBUNAL PLENO (SETOE)

A produtividade do Órgão Especial e do Tribunal Pleno foi registrada pela SETOE nos quadros abaixo:

Relatório Administrativo

SESSÕES DE JULGAMENTO		
Ano	Órgão Especial	Tribunal Pleno
2013	43 sessões	6 sessões
2014	44 sessões	3 sessões

RESOLUÇÕES APROVADAS		
Ano	Órgão Especial	Tribunal Pleno
2013	39 resoluções	--
2014	37 resoluções	1 resolução*
2015	5 resoluções	

\*Resolução que trata das regras para eleição dos membros da administração do TJERJ (Res.TJ/TP 01/2014)

ANTEPROJETOS DE LEI APROVADOS		
Ano	Órgão Especial	Tribunal Pleno
2013	7	--
2014	7	1*

\*Anteprojeto de Lei de Organização Judiciária do PJERJ

PROMOÇÕES E REMOÇÕES - FEVEREIRO/2013 A 25/11/2014		
	Desembargador	Entrâncias Especial e Comum (1º Grau)
Promoção	23	82
Remoção	59	143

Os números apresentados foram fornecidos pelo DEMOV.

#### Informações Judiciais

ACERVO DE PROCESSOS JUDICIAIS COM DISTRIBUIÇÃO A RELATORES		
Data	Quantidade	Varição
Fevereiro / 2013	2.016 processos	Menos 640 processos (32%)
Dezembro / 2013	1.376 processos	
Dezembro / 2014	2.023 processos	Mais 07 processos

Observações: Dezembro/2014

a) Dos 2.023 processos do acervo atual, 367 são conflitos de competência entre câmaras cíveis e câmaras especializadas (Direito do Consumidor) em andamento. Conseqüentemente, 1.656 são processos de outras classes distribuídos a relatores, em trâmite nos setores de processamento cível e criminal.

b) Não se incluem nos números referentes ao acervo atual do ÓE:

- I. Processos de competência da Presidente do Tribunal de Justiça (Execuções Criminais, Cumprimento de Sentença, Embargos à Execução, Processos Administrativos, Cartas Precatórias, Cartas de Ordem);
- II. Processos da competência do Corregedor Geral de Justiça (Processo Administrativo Disciplinar em face de Magistrado – 1ª fase); e
- III. Processos de competência da 3ª Vice-Presidência (Agravos Regimentais previstos no § 1º-A do art. 200 do Regimento Interno)

**PROCESSOS RECEBIDOS E ARQUIVADOS PELO ÓRGÃO ESPECIAL**

Ano	Recebidos	Arquivados
2013	2172	1595
2014	3934	1563

**PROCESSOS JULGADOS PELO ÓRGÃO ESPECIAL**

Ano	Julgados
2013	680 processos
2014	538 processos

Excluem-se destes números os julgamentos monocráticos e "em mesa"

**CONFLITOS DE COMPETÊNCIA (CONSUMO) DISTRIBUIÇÃO MENSAL - 2014**

Mês	Distribuição mensal	Arquivados
Janeiro	25	-
Fevereiro	49	4
Março	73	5
Abril	126	10
Maio	236	14
Junho	136	22
Julho	171	171
Agosto	138	255
Setembro	134	147
Outubro	117	59
Novembro	63	35
Dezembro	54	79

CONFLITOS DE COMPETÊNCIAS	
Recebidos	1.322 conflitos
Julgados	955 conflitos
Em andamento	367 conflitos
Média de distribuição mensal	110 conflitos
Média de conflitos julgados monocraticamente	85%
Média de conflitos julgados "em mesa"	15%
Enunciados sumulares editados e publicados	17 súmulas
Enunciados não sumulares	59

PRECATÓRIOS JUDICIAIS ELETRÔNICOS EXPEDIDOS	
Ano	Total
2013	2.200
2014	367

PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES CONTRA MAGISTRADOS				
Ano	Não Instaurados	Instaurados (ainda não julgados)	INSTAURADOS (JULGADOS)	
			Com aplicação de penalidade	Com determinação de arquivamento
2013	02	02	03	09
2014	04	01	03	01

Observações:

a) Tramitaram 8 processos administrativos disciplinares em face do Juiz de Direito Dr. Carlos Otávio Teixeira Leite, julgados em conjunto em 2013;

b) Tramitaram 2 processos administrativos disciplinares em face do Juiz de Direito Dr. João Carlos de Souza Correa, julgados em conjunto em 2013.

## ATUAÇÃO DA SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA

A produtividade Conselho da Magistratura foi registrada pela Secretaria do Conselho nos quadros abaixo:

Audiência de distribuição	305
Sessões de julgamento	43
Autuação de feitos	1668
Distribuição	1896

Processos entrados	2005
Processos julgados	1745
Processos arquivados na Secretaria do Conselho da Magistratura	503
Processos baixados aos órgãos de origem	1287
Processos em andamento (acervo)	211
Processos referentes à promoção e remoção de Magistrados	450

## ATUAÇÃO DO DEPRE

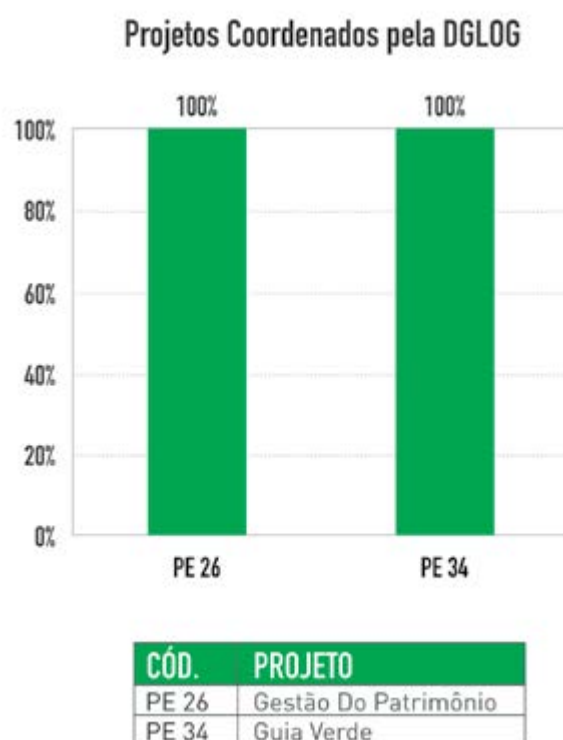
As atividades realizadas pelo Departamento de Apoio à Presidência (DEPRE) são resumidas no quadro abaixo:

PROCEDIMENTO	2013	2014
Mensagens enviadas à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro	7	7
Informações prestadas aos Tribunais Superiores	571	410

## LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA

A Diretoria Geral de Logística (DGLOG), buscando o devido alinhamento à gestão estratégica do PJERJ desenvolveu suas atividades obedecendo aos conceitos norteadores da sustentabilidade.

Os Projetos Estratégicos que ficaram sob a responsabilidade da DGLOG alcançaram os seguintes resultados em 2014:



Buscando alcançar a excelência na gestão dos custos operacionais, desenvolvemos as seguintes ações: redução do Consumo de Água, Energia, Papel, Descarte de Resíduos, Coleta Seletiva Solidária, Lixo Mínimo, Informativo “DGLOG em Foco” e Relatório dos Gestores.

Os graves problemas ambientais e de desenvolvimento que a sociedade atual é chamada a enfrentar tem origem em uma ordem econômica mundial caracterizada por produção e consumo crescentes além de esgotamento e contaminação de recursos naturais. Para enfrentar tais problemas são necessários novos valores culturais e éticos, bem como a reorientação de estilos de vida.

É notório que as atividades do Poder Público demandam grande consumo de recursos naturais e acabam por gerar grandes quantidades de resíduos recicláveis. Diante do gigantismo da máquina do Estado e do seu potencial para gerar enormes impactos negativos, é dever do Poder Público posicionar-se como modelo para a sociedade quanto à adoção de novos referenciais para produção e consumo de bens materiais, pautados nos quesitos de desenvolvimento sustentável adotados no País. Alcançar tal objetivo não é tarefa fácil e requer o comprometimento dos servidores públicos que nele trabalham visando à construção de uma nova cultura institucional voltada para qualidade de vida no trabalho, adoção de critérios ambientais corretos e práticas sustentáveis.

Critérios sustentáveis podem ser encontrados nos editais elaborados pelas equipes técnicas do PJERJ por meio das metas de redução em obediência ao Art. 3º da Lei nº 8.666, de junho de 1993.

As recomendações do Tribunal de Contas da União, dispostas no Acórdão nº 1752, que trata de medidas de eficiência e sustentabilidade por meio do uso racional de energia, água e papel adotado pela Administração Pública, estão presentes no PJERJ, por meio das metas de redução daqueles recursos naturais.

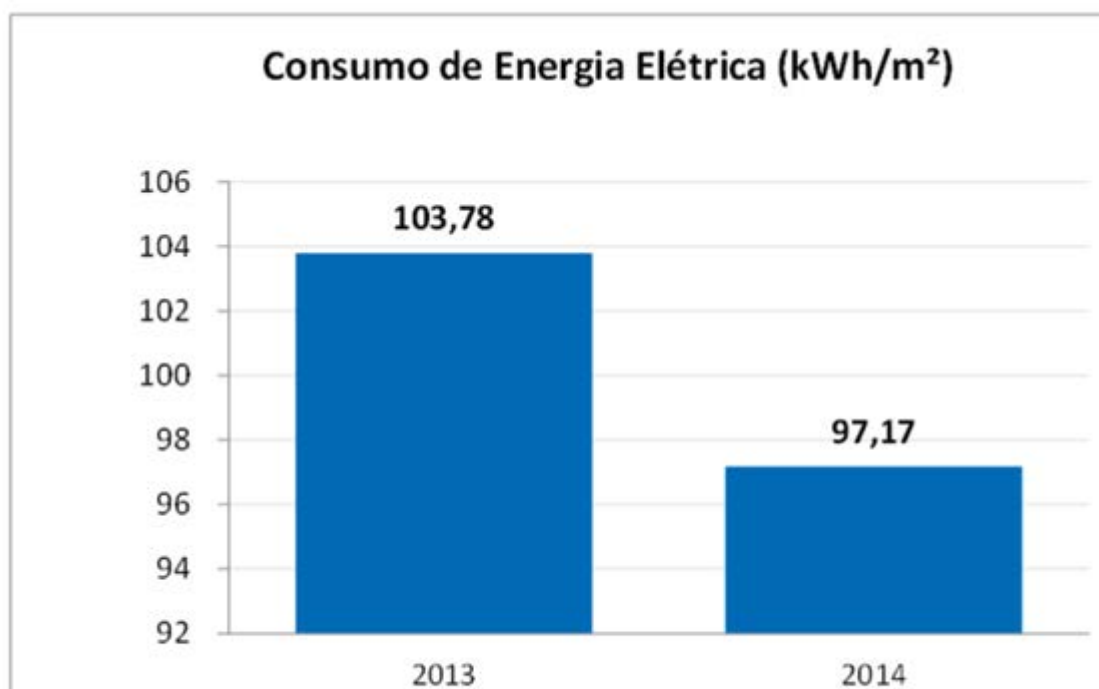
### • **Redução do Consumo de Água e Energia Elétrica**

Os Indicadores Estratégicos de energia elétrica e água adotados pelo PJERJ utilizam como indexador a força de trabalho que é o somatório de magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviços. Este indexador não é representativo para a realidade do PJERJ, pois não considera Promotores de Justiça, Defensores Públicos, advogados, estagiários de escritórios de advocacia e o público que frequenta as



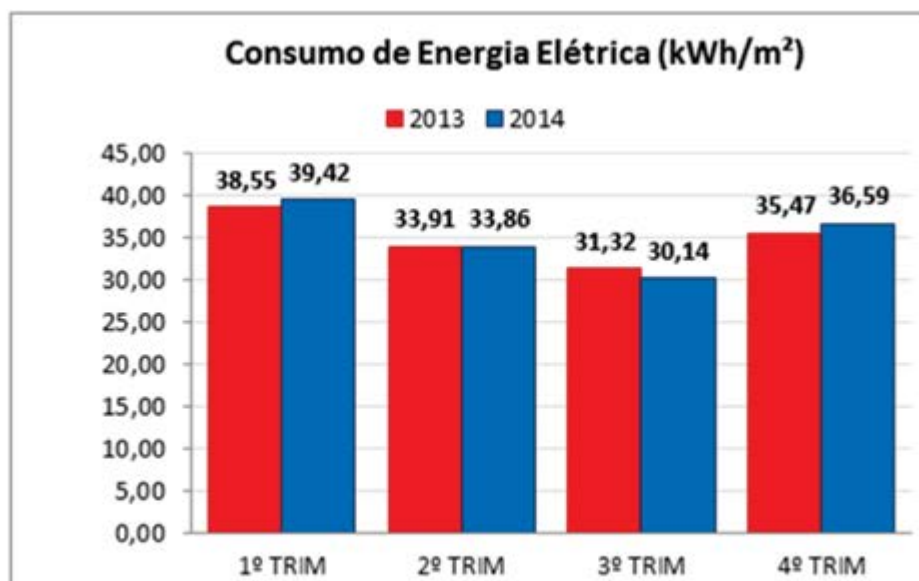
dependências dos prédios. Como sugestão, foi proposta a utilização como indexador da área construída, uma vez que o tamanho dos prédios deve estar de acordo com a população que frequenta e trabalha em suas instalações.

De janeiro de 2013 a setembro de 2014, houve aumento de 16% da área construída no PJERJ sendo que mais da metade desse aumento ocorreu no terceiro trimestre de 2014, por meio da inauguração de novos Fóruns e da transferência das Varas Cíveis para o prédio Anexo Cidade Nova.



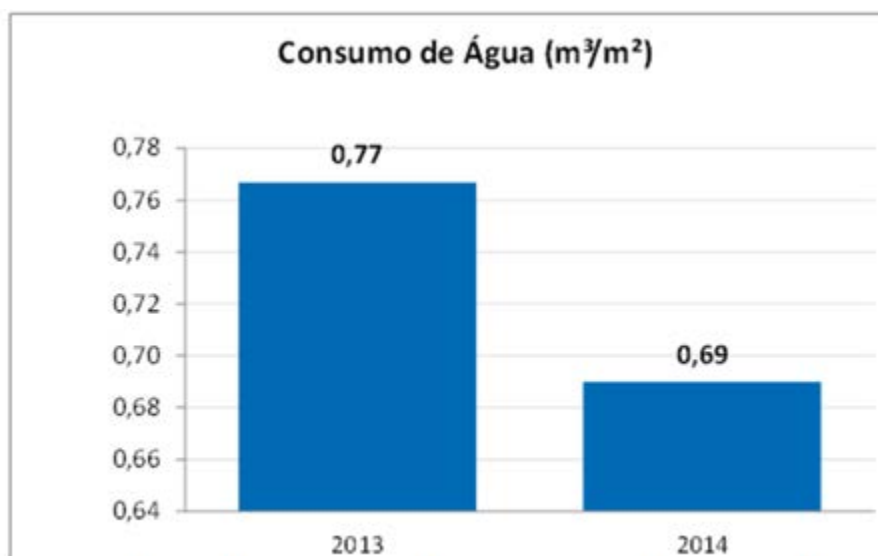
*Gráfico de consumo de energia elétrica por m<sup>2</sup> construído*

Analisando o gráfico de consumo de energia elétrica relativizado pela metragem total de todos os prédios que compõem o PJERJ pode ser observada redução de 6,37% de consumo de energia elétrica de 2013 para 2014.



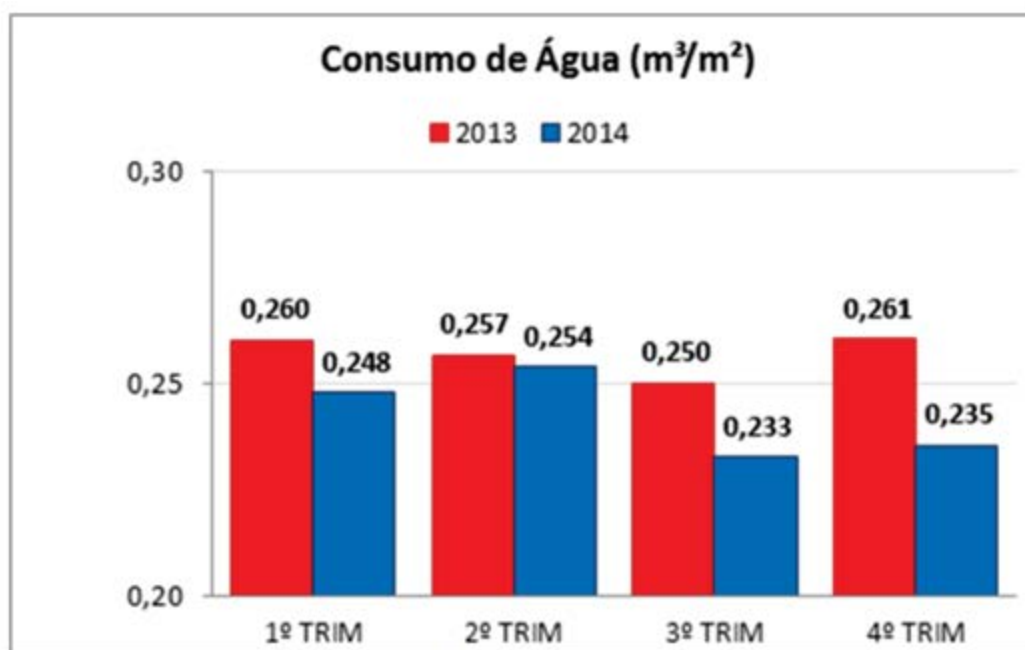
*Gráfico de consumo de energia elétrica por m<sup>2</sup> com relação aos trimestres de 2013 e 2014*

Analisando o gráfico comparativo de consumo de energia elétrica relativizado pela metragem total de todos os prédios que compõem o PJERJ, pode-se observar uma tendência de redução do consumo nos trimestres de 2014 com relação ao mesmo período de 2013. Embora para o primeiro trimestre tenha sido observado aumento de 2,28% para o consumo de energia elétrica, ao passo que no segundo trimestre o consumo foi 0,17% menor e no terceiro trimestre, 3,76% menor.



*Gráfico de consumo de água por m<sup>2</sup> construído*

Analisando o gráfico de consumo de água relativizado pela metragem total de todos os prédios que compõem o PJERJ pode ser observada redução de 10,39% de consumo de água de 2013 para 2014.



*Gráfico de consumo de água por m<sup>2</sup> com relação aos trimestres de 2013 e 2014*

Analisando o gráfico comparativo de consumo de água relativizado pela metragem total de todos os prédios que compõem o PJERJ pode ser observada tendência de redução do consumo nos trimestres de 2014 com relação ao mesmo período de 2013. No primeiro trimestre, observou-se que o consumo foi 4,75% menor do que o de 2013, no segundo trimestre o consumo foi 1,11% menor e no terceiro trimestre, 6,94% menor.

Os quatro informativos eletrônicos com dicas para redução do consumo de energia elétrica e água foram distribuídos entre abril e agosto de 2014 e o relatório dos gestores, que fornece subsídios para a tomada de decisão quanto ao consumo responsável de recursos naturais, foi distribuído em junho e agosto de 2014. Acredita-se que estes dois fatores tenham sido responsáveis pelos maiores percentuais de redução observados no biênio.

Ainda em relação à água, o Serviço de Gerenciamento Ambiental e de Resíduos (SEGAM) solicitou às concessionárias de água que realizassem revisão na categorização das economias das contas de água dos prédios que compõem o PJERJ. Até outubro de 2014, das 89 contas de água da concessionária Nova CEDAE, 48 foram revisadas, o que corresponde a 54% das contas daquela concessionária. Esta revisão resultou em economia mensal de aproximadamente R\$ 12.000,00, sem que necessariamente tenha ocorrido redução de consumo.

- **Descarte de Resíduos**

Atento aos grandes desafios do nosso século, o PJERJ buscou a implementação da coleta seletiva solidária em suas dependências e lançou o projeto Lixo Mínimo.

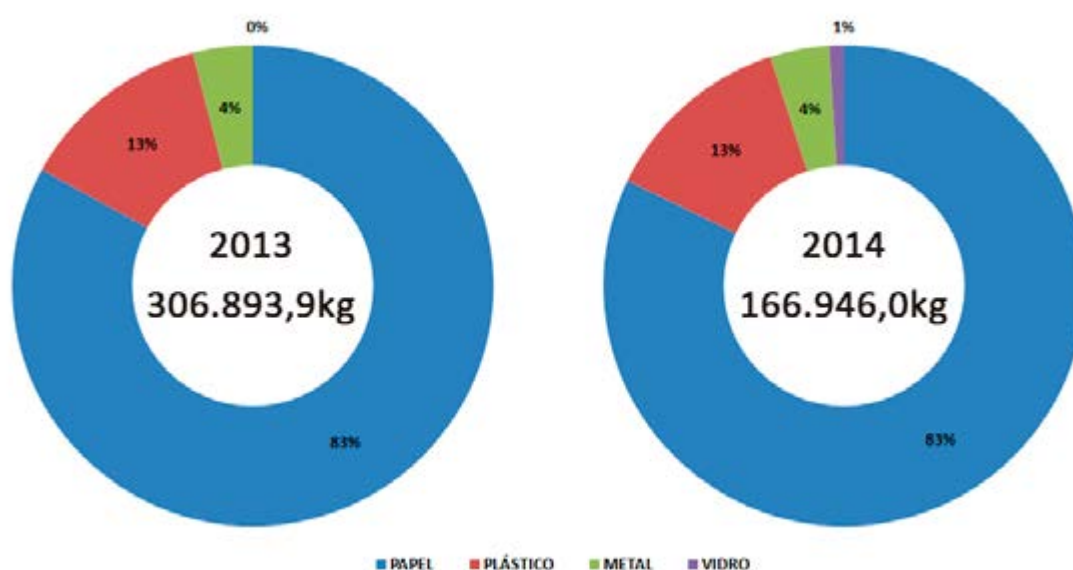
### | **Coleta Seletiva Solidária**

O objetivo da coleta seletiva solidária é implementar a coleta seletiva na fonte geradora e a destinação dos resíduos recicláveis para Associações e Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis. Os resíduos que podem ser destinados às Cooperativas e Associações são: papel branco, revistas, plásticos, metais, divisórias e restos de reforma no prédio.

A Diretoria-Geral de Logística, por meio do Departamento de Infraestrutura Operacional, iniciou contato com a COMLURB para viabilizar a implementação da coleta seletiva no Complexo do Fórum da Capital e há possibilidade de sua expansão para o 12º e 13º NUR. Cumpre informar que já existe coleta seletiva sendo realizada em alguns prédios do 5º NUR por iniciativa da Divisão de Gestão Ambiental do Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade.

A segregação dos resíduos descartados no PJERJ foi realizada no Centro de Tratamento de Resíduos (CTR) até agosto de 2014, quando este teve suas atividades finalizadas em função das obras de readequação das Lâminas I e II do prédio do Fórum da Capital. Durante o período de sua atividade, uma vez que a segregação de resíduos não era realizada na origem, ocorria mistura de resíduos recicláveis

com rejeito e isto resultava em perda de recicláveis por contaminação. Mesmo assim, em 2013, foram segregados 306.893,90 Kg de resíduos recicláveis e, até agosto de 2014, 166.946,00 Kg. Em outras palavras, em relação às atividades do extinto CTR, de janeiro de 2013 a agosto de 2014, o PJERJ devolveu 473.839,90 Kg de resíduos ao ciclo de produção.



Gráficos com valor total e percentuais de papel, plástico, metal e vidros segregados no CTR em 2013 e 2014

Se forem analisados em detalhe os resíduos encaminhados à reciclagem pelo extinto CTR, em 2013, foram encaminhados para reciclagem 253.323,50 Kg de papel, 39.509,60 Kg de plásticos, 12.832,60 Kg de metais e 1.228,20 Kg de vidros. Em 2014, foram encaminhados para reciclagem 139.353,60 Kg de papel, 21.782,80 Kg de plásticos, 4.749,00 Kg de metais e 1.829,40 Kg de vidros.

## I Projeto Lixo Mínimo

O Projeto Lixo Mínimo foi elaborado pela Diretoria-Geral de Logística para alinhar o descarte de resíduos realizado nas instalações do PJERJ com a Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305.

O Projeto Lixo Mínimo tem o objetivo de introduzir o hábito da segregação de resíduos descartados no ponto de origem e subsequente encaminhamento para o destino final correto, de forma a reduzir a contaminação de resíduos recicláveis. Um dos objetivos deste projeto é a conscientização dos servidores e do público que frequenta as dependências dos prédios que compõem o PJERJ para a necessidade de reduzir a quantidade de resíduos que é enviada para os aterros sanitários. Além disso, o descarte adequado dos resíduos, isto é, a segregação no ponto de origem, é fator de melhoria das condições de higiene nos ambientes de trabalho e gera produto mais valioso e capaz de incrementar e estabilizar a indústria de recicláveis, fonte de emprego e renda para a população.

O escopo inicial para a implementação do projeto foram o prédio do Centro Administrativo do PJERJ e os prédios dos Fóruns de Volta Redonda, Barra Mansa, Resende, e Rio das Flores, localizados no 5º NUR onde os Municípios oferecem serviço de coleta seletiva de resíduos.

O Projeto Lixo Mínimo prevê a instalação de coletores diferenciados para o descarte de resíduos. Nos corredores foram instalados coletores nas cores azul para papel, vermelha para os demais resíduos recicláveis e cinza para os rejeitos não recicláveis. Nas copas foram instalados coletores com adesivos nas cores vermelha para resíduos recicláveis e cinza para rejeitos. Sobre cada um dos coletores, sejam eles de corredor ou de copa, foram afixados cartazes explicativos com o intuito de orientar serventuários e público em geral sobre o descarte correto dos resíduos e rejeitos. Nas serventias dos prédios onde foi instalado o projeto Lixo Mínimo foi distribuído panfleto explicativo contendo orientações para que a coleta seletiva seja feita corretamente.

O projeto também prevê a divulgação da importância da realização da coleta seletiva através do informativo eletrônico DGLOG em Foco.

A dinâmica do projeto Lixo Mínimo está demonstrada no diagrama a seguir



Cartazes para orientação dos servidores e público em geral



### • Campanhas de Divulgação

O conceito de sustentabilidade está relacionado ao termo “desenvolvimento sustentável” e este significa que o desenvolvimento da geração atual deve atender às suas necessidades sem gerar comprometimento às necessidades das gerações futuras. Diante dos riscos provocados por estilos de vida e de produção incompatíveis com a manutenção dos recursos naturais, a sustentabilidade passou a ser principal desafio para o desenvolvimento humano. A Administração Superior do PJERJ está ciente que alcançar estes objetivos não é tarefa fácil e requer o comprometimento de todos visando à construção de uma nova cultura institucional voltada para a qualidade de vida no trabalho. Nesta esteira, surgiu a necessidade de se desenvolver ferramentas eficazes para divulgar informações sobre a sustentabilidade e o comprometimento desta E. Corte com o tema. Assim foi elaborado o informativo eletrônico “DGLOG em Foco” e foi reestruturado o Relatório dos Síndicos que passou a ser chamado de “Relatório dos Gestores”.

### | DGLOG em Foco

“DGLOG em Foco” é o informativo eletrônico elaborado pelo Serviço de Gerenciamento Ambiental e de Resíduos (SEGAM) para divulgar de forma didática, informações úteis e necessárias visando à conscientização do maior número possível de servidores para a importância do tema sustentabilidade.

Até o dezembro de 2014 foram distribuídos, quinzenalmente, por meio eletrônico 17 “DGLOG em Foco”. O primeiro distribuído em 15 de abril de 2014 trouxe breve explanação sobre o tema sustentabilidade e a partir deste foram elaborados textos breves sobre temas de grande relevância, tais como dicas para redução do consumo de água, energia e papel; limpeza de caixas d’água; coleta seletiva e incentivo ao uso da Ecofonte. Todos os exemplares já distribuídos podem ser encontrados no endereço eletrônico <<http://www.tjrj.jus.br/web/guest/institucional/dir-gerais/dglog/dglog/dglog-em-foco>>.



A seguir são apresentados alguns exemplos do "DGLOG em Foco" distribuídos:



## | Manual da Direção do Fórum



O "Manual da Direção do Fórum", elaborado pela DGLOG, em sua primeira edição, tem por objetivo orientar, de forma objetiva, os serventuários do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro que atuam diretamente na assessoria das Direções dos Fóruns do Interior, dos Fóruns Regionais e das Serventias Isoladas, na prática de atos e rotinas concernentes aos procedimentos comuns administrativos.

O Poder Judiciário vem passando por reestruturações, adequando suas Rotinas Administrativas (RAD) e desenvolvendo novos métodos informatizados de trabalho. Neste sentido, foi elaborado um manual a fim de contribuir com a uniformização dos procedimentos administrativos, visando às necessidades imediatas atreladas às atividades de cada Direção, priorizando dois importantes fatores: a distância existente entre as Comarcas do Interior, Fóruns Regionais e Serventias Isoladas em relação ao Centro Administrativo do PJERJ, na Comarca da Capital; bem como a dimensão estrutural do PJERJ, compreendendo inúmeros serviços, atrelados a diversas Diretorias caracterizadas por especificações próprias para cada área de atuação.

O "Manual da Direção do Fórum" fornece, de forma clara e objetiva, informações com relação à comunicação visual, movimentação de mobiliário, mudanças, ma-lote, solicitação de material, transferência de bens patrimoniais, pedido de adian-tamento, manutenção predial, brigada de incêndio, vigilância predial, dentre ou-tros assuntos além de apresentar um capítulo dedicado às emergências.

É sabido que as rotinas das Serventias isoladas e das Direções dos Fóruns não se exaurem com a elaboração de um Manual. Ao contrário, este representa um primeiro passo, já que o trabalho de uniformização e auxílio é permanente. Pro-põe-se o diálogo entre as unidades e a DGLOG, de modo a assegurar a constante atualização do "Manual da Direção do Fórum" cujas revisões e alterações serão periodicamente submetidas à apreciação da Administração Superior do PJERJ.

## **| Relatório dos Gestores**

O SEGAM divulgava informações relativas ao consumo de água e energia elétrica mediante planilha eletrônica chamada Relatório dos Síndicos, remetida mensal-mente aos síndicos que deveriam encaminhar cópias para as Direções dos Fó-runs. Esta planilha era muito simples contendo apenas valores de consumo dos recursos naturais referentes a um determinado mês.

A forma de divulgação de informações gerenciais sobre consumo de água e ener-gia elétrica foi significativamente alterada e hoje é encaminhado, eletronicamente, o "Relatório dos Gestores" a todas as pessoas que possuem poder de gestão sobre o consumo de água e energia elétrica, a saber: Presidente do Tribunal de Justiça, Juízes Dirigentes de NUR, Juízes Diretores de Fórum, Juízes de Serventias Isola-das, Síndicos Regionais, Direção dos Fóruns e Responsáveis pelo Expediente das Serventias Isoladas.

Os "Relatórios de Gestores" são elaborados por NUR e cada um deles contém gráficos que apresentam:

- classificação dos NUR conforme o consumo de recursos naturais;
- consumo do mês corrente com relação ao mesmo mês do ano anterior;
- consumo acumulado de janeiro ao mês corrente com relação ao mesmo período do ano anterior;
- evolução do consumo mensal do ano corrente e dos dois anos anteriores;
- comparativo do consumo anual do ano corrente e dos dois anos anteriores;
- evolução do consumo mensal do ano corrente e dos dois anos anteriores de cada prédio que compõe o NUR.

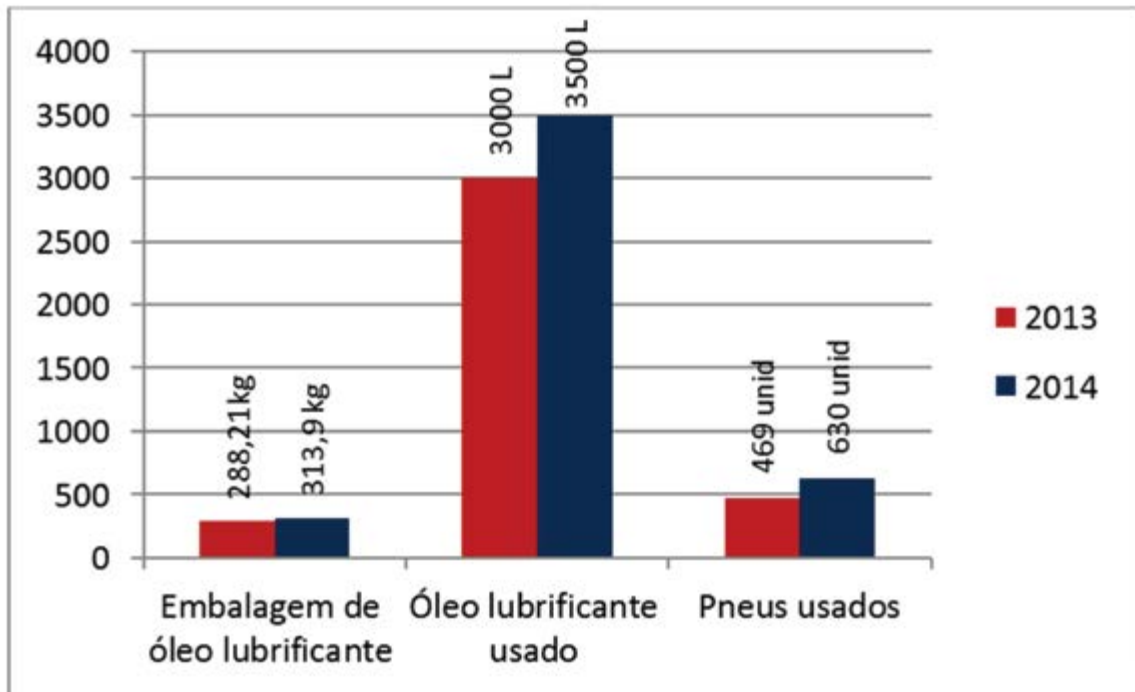
Estes gráficos são acompanhados de análises de dados, cujo objetivo consiste no exame de conjuntos de resultados numéricos, observando valores instantâneos e tendências, comparando-os com referências estabelecidas a fim de fundamentar a tomada de decisão.

### I Destinação de Resíduos Perigosos

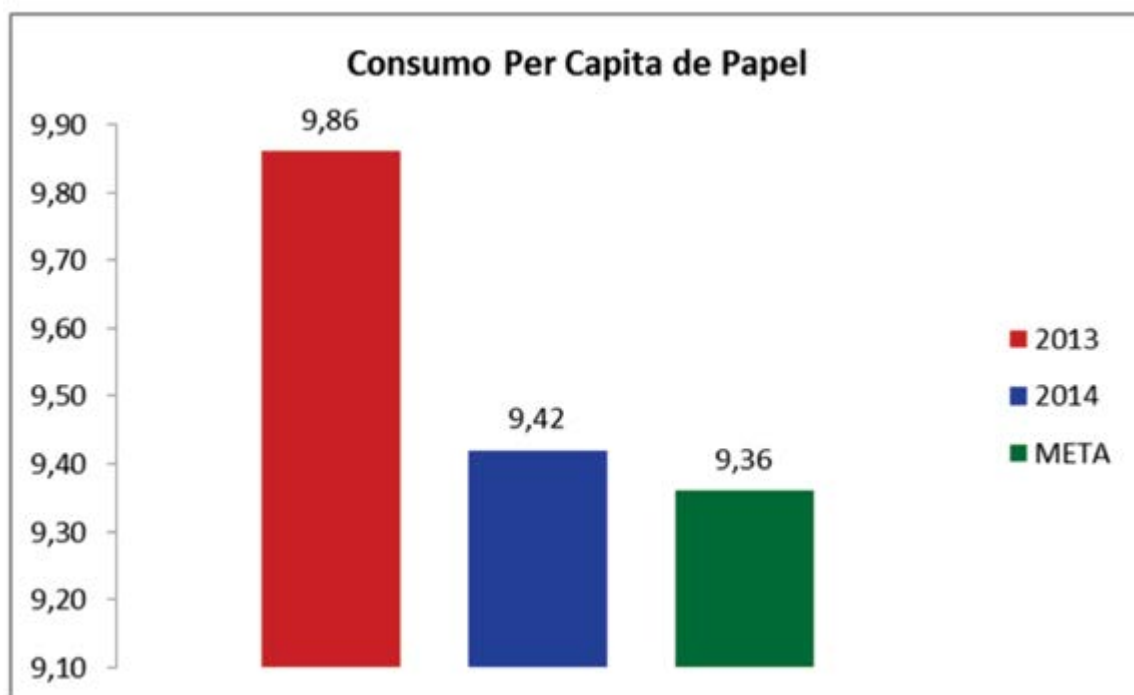
O Departamento de Transportes (DETRA) busca a destinação ambientalmente correta dos resíduos gerados em suas atividades:

- a logística reversa das embalagens de óleo usadas é realizada por meio do Programa Jogue Limpo, que as recolhe com veículo devidamente equipado de modo a evitar a contaminação do ambiente, sem ônus para este PJERJ que oportunamente recebe o manifesto.
- os pneus e óleos lubrificantes usados também são descartados por meio de empresas especializadas, sem ônus para o Tribunal, e com a emissão do devido manifesto.

MATERIAL	DESTINADOS EM 2013	DESTINADOS EM 2014
Embalagem de óleo lubrificante	288,21kg	313,9kg
Óleo lubrificante usado	3.000L	3.500L
Pneus usados	469 unid.	630 unid.



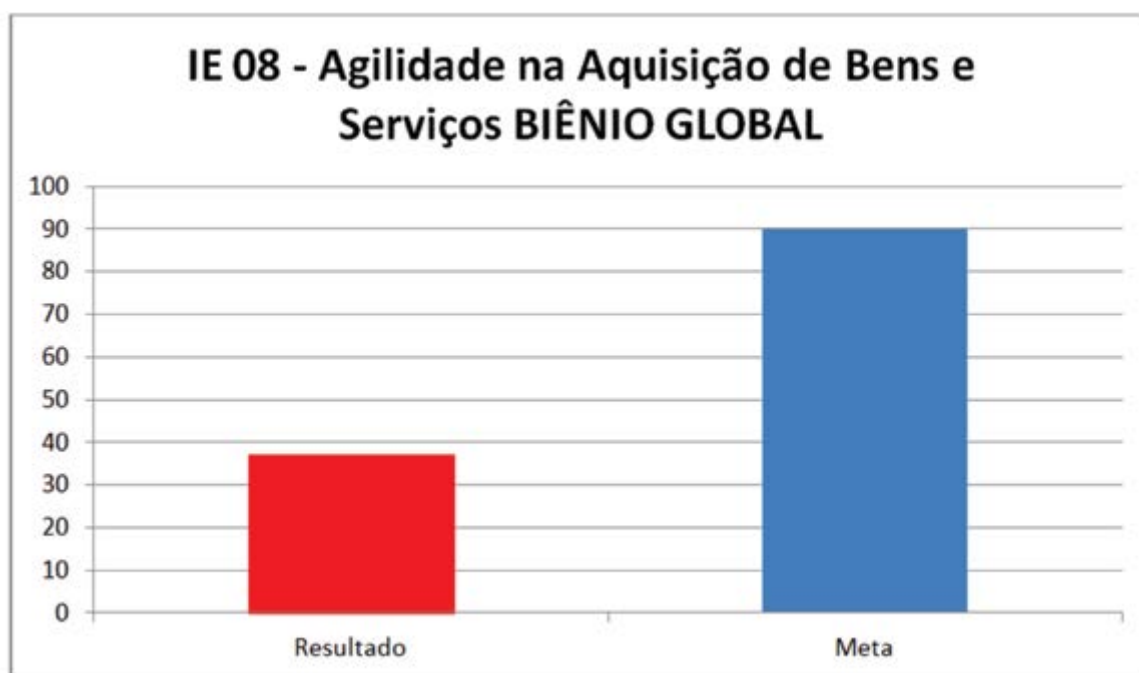
### | Redução do Consumo de Papel



Para promover a redução do consumo de papel, diversas medidas foram adotadas no âmbito da DGLOG, dentre as quais se destacam: consolidação do controle das solicitações de alteração de perfil deste material por unidade organizacional e por NUR, mediante a criação de planilhas em EXCEL, tendo em vista que o Sistema de Materiais não possui relatórios gerenciais; realização de campanha para o consumo consciente de papel, por meio de dicas divulgadas na intranet e correio eletrônico pelo “DGLOG em foco”; estreitamento e fortalecimento do vínculo com as unidades demandantes, possibilitando que muitas solicitações de alteração de perfil fossem realizadas em quantidade menor do que as originariamente demandadas; aferição das circunstâncias que ensejaram os aumentos pontuais de consumo, visando à transmissão das informações à Administração Superior; ação conjunta com a PUC visando à alteração e à melhoria do Sistema de Materiais, que redundou na solicitação e no estabelecimento de diversas solicitações de alterações em sistemas (*backlogs*) para a criação de relatórios gerenciais.

No que tange à meta definida de redução, de 9,86 resmas per capita em 2009 para 9,36 resmas em 2014, esta pode ser considerada praticamente atendida, tendo em vista a dispersão de menos de 1% sobre o valor do consumo definido. O alcance da meta torna-se ainda mais relevante caso se considere o grande aumento da produtividade do PJERJ, que lhe garantiu, inclusive, o atingimento do parâmetro definido pelo Colendo CNJ. Some-se a este fato o próprio incremento da demanda jurisdicional e os convênios firmados com as Dívidas Ativas das Prefeituras, que impactaram diretamente no aumento do número de feitos nas Varas de Fazenda Pública. Desta forma, se analisarmos os números em termos relativos, considerando o crescimento mencionado, pode-se afirmar que a meta definida logrou o êxito pretendido.

- **Redução do Ciclo da Contratação**

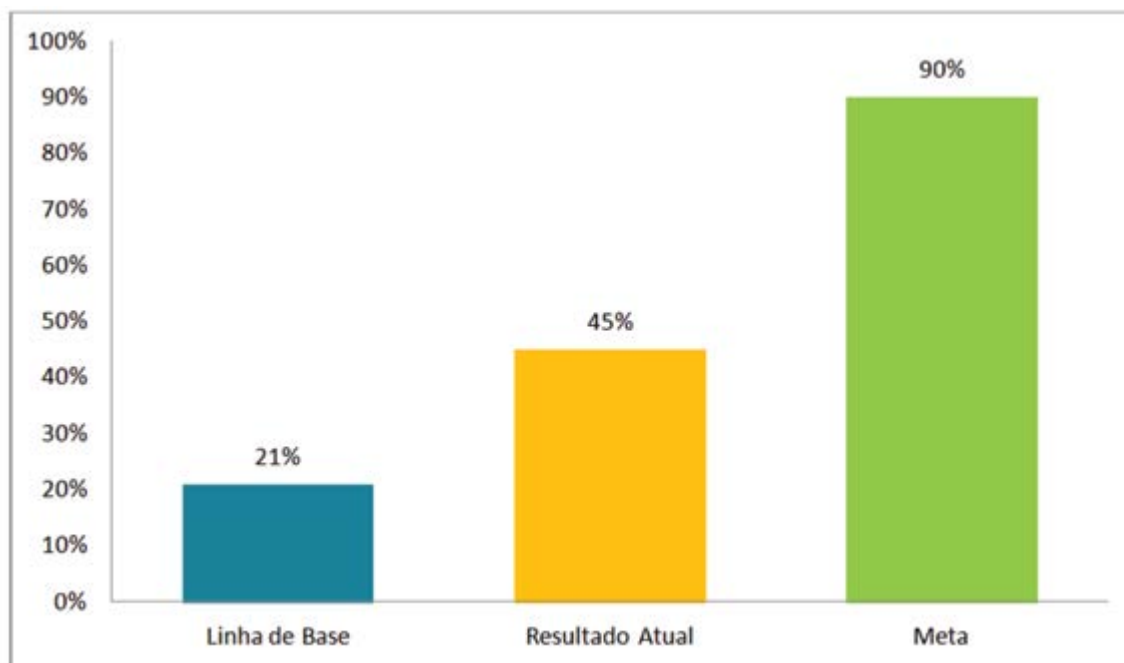


O indicador do ciclo da contratação tem a finalidade de revelar o tempo do ciclo de duração de cada licitação, por modalidade, contado da autorização para licitar até a homologação ou termo assinado.

O resultado geral médio das modalidades registrou 37% dos processos administrativos de contratação tramitando no prazo padrão estabelecido, sendo 120 dias para concurso e concorrências do tipo empreitada integral, técnica ou técnica e preço; demais concorrências em 105 dias; demais tomadas de preços em 50 dias, convites e pregão em 50 dias; dispensa e inexigibilidade em 15 dias.

O resultado geral do prazo de trâmite dos processos de aquisições ficou abaixo da meta; no entanto, medidas que foram tomadas para correções nos procedimentos, embora já tenham produzido efeitos, não são ainda suficientes para compensar resultados anteriores às novas rotinas.

## IE 08 – Agilidade na aquisição de bens e serviços – 3º trim/14

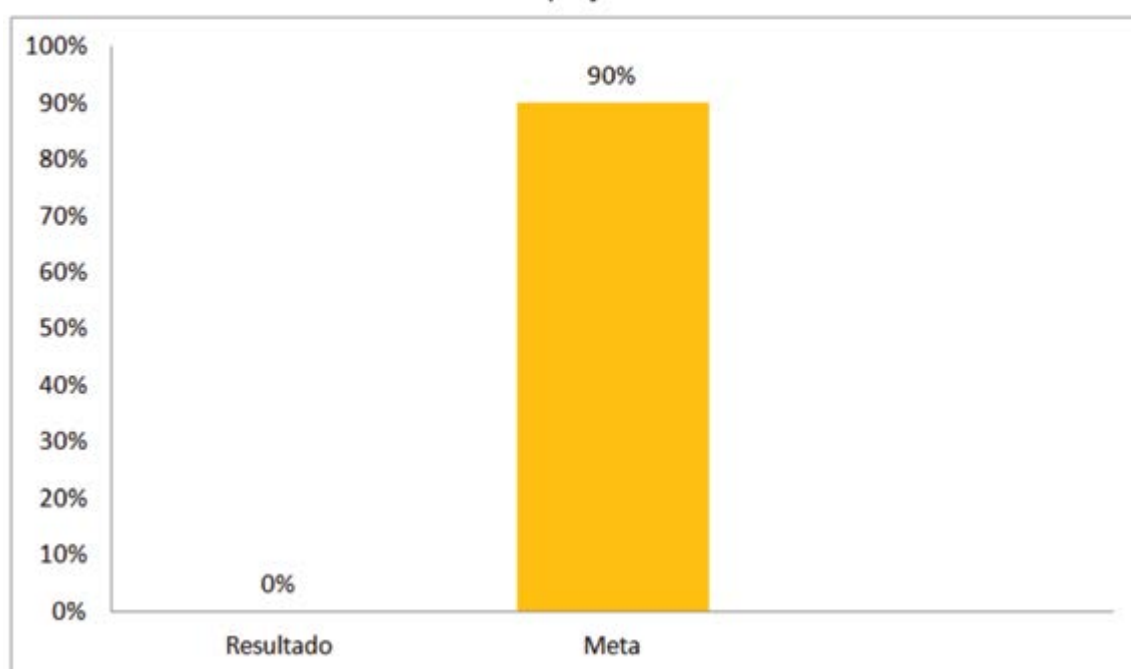


No terceiro trimestre de 2014, constata-se melhor resultado do biênio (45% de processos no prazo) ao se comparar com os dois trimestres anteriores (21,74% e 22,45%). A quantidade de processos em tramitação (76) é maior do que cada um dos trimestres anteriores (49 e 46), o que equivale a um salto de qualidade quanto aos que finalizaram no prazo, aproximadamente três vezes maior aos trimestres anteriores (3º trim. 2014 – 34; 2º trim. 2014 – 10; 1º trim. 2014 – 11).

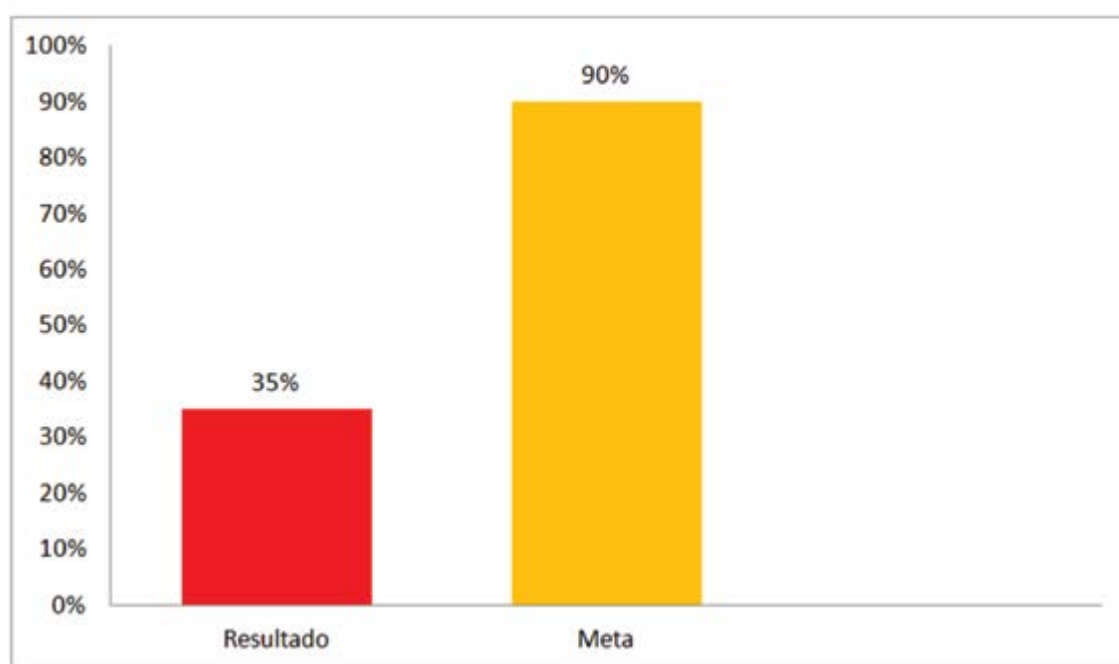
Mediante este resultado, concluiu-se que as unidades organizacionais envolvidas com o ciclo de contratação buscaram a otimização do tempo – em destaque, o ajuste de procedimento proposto pela RAD-DGLOG-005 – Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos. Isto fez com que o momento da autorização para licitar ocorresse após a juntada do edital e, assim, a fase interna se finalizasse por meio da autorização imediata publicação do ato convocatório. O mesmo se procederia quanto à autorização para contratação direta, sendo dada após junção aos autos da minuta do contrato a ser formalizado.



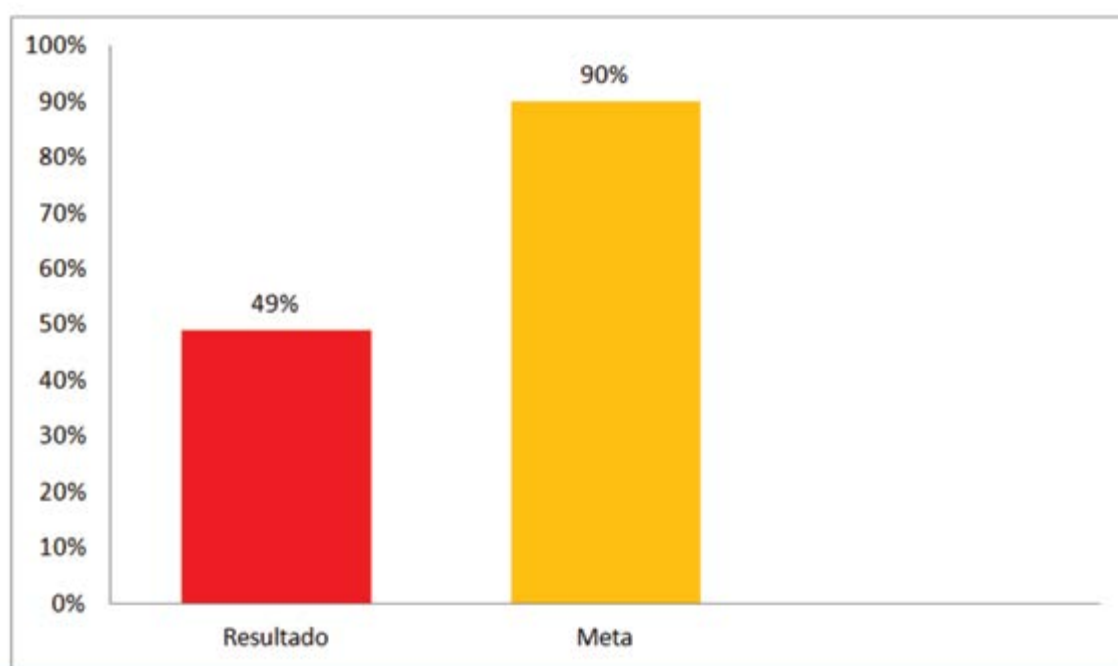
**IE 08 - Agilidade na Aquisição de Bens e Serviços por  
Concorrências e tomada de preços dos tipos técnica e técnica  
e preço - BIÊNIO**



O resultado apresentado em 0% para a modalidade Concorrência reflete o histórico dos procedimentos anteriores à revisão da RAD-DGLOG-005, porque não ocorreram licitações novas nesta modalidade após a adoção das atuais práticas.

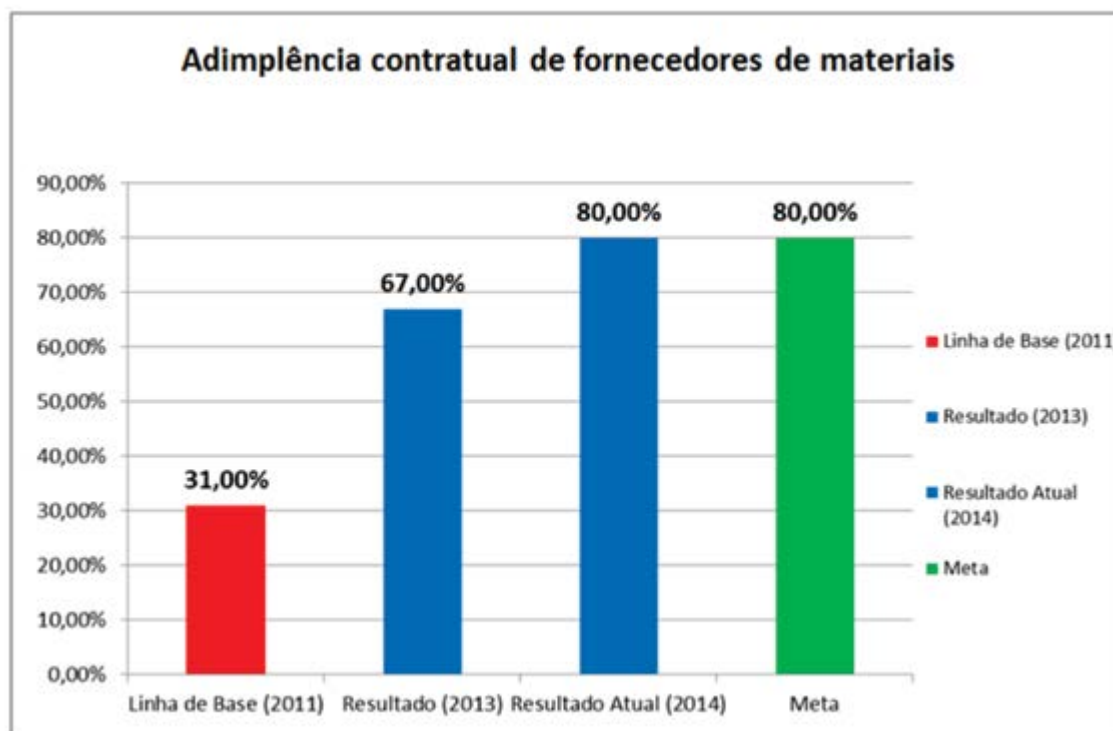
**IE 08 - Agilidade na Aquisição de Bens e Serviços Convites e Pregão - BIÊNIO**

No que tange ao resultado de convites e pregão, foi alcançada a média geral de 35%; no entanto, medidas que foram tomadas para correções nos procedimentos, embora já tenham produzido efeitos, não são ainda suficientes para compensar resultados anteriores às novas rotinas.

**IE 08 - Agilidade na Aquisição de Bens e Serviços por Dispensa e Inexigibilidade - BIÊNIO**

Nas contratações por dispensa e inexigibilidade, o resultado alcançado em 49% das licitações no prazo padrão aconteceu mediante a adoção dos novos procedimentos decorrentes da revisão da RAD-DGLOG-005, que levou o momento da autorização para depois da juntada da minuta do contrato e aprovação da assessoria jurídica.

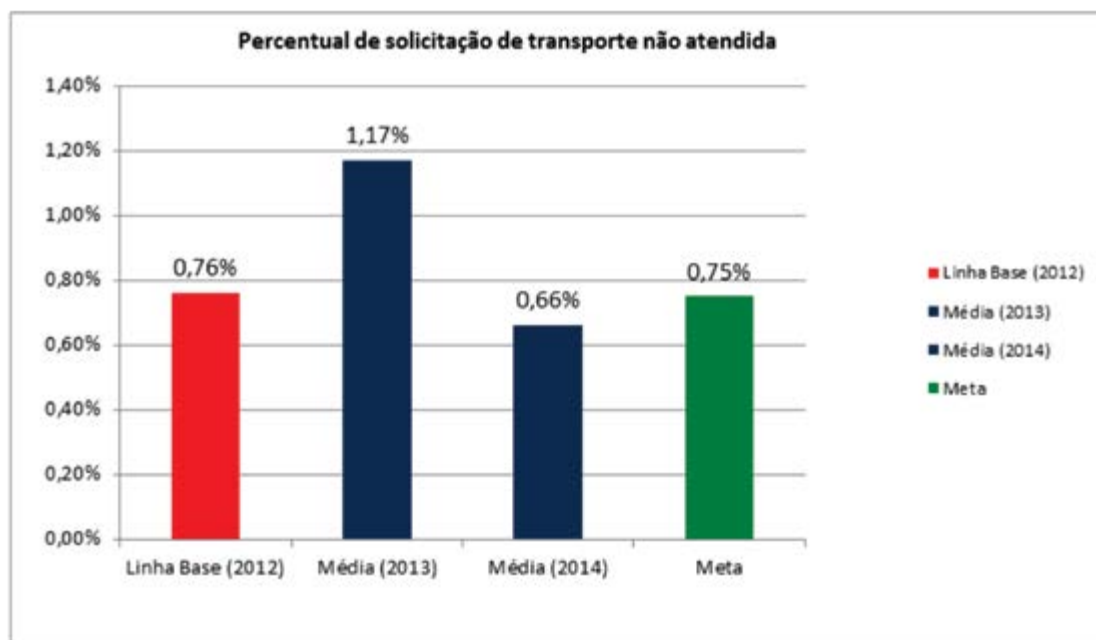
- **Adimplência Contratual dos Fornecedores de Materiais**



A primeira medição do cumprimento dos prazos de entregas de materiais pelos fornecedores ocorreu em 2011 e o resultado foi de 31%. Em maio de 2013, iniciou-se o procedimento de alinhamento das entregas em almoxarifado ao estabelecido em contrato, registrando-se um percentual inicial de 44% de cumprimento de prazos de entrega de materiais pelos fornecedores. Mediante a adoção de cobrança efetiva e rígida junto aos fornecedores, estabilizou-se o índice na faixa dos 80%, atingindo a meta estabelecida. Analisando a curva de crescimento do presente indicador, inferiu-se que houve, inicialmente, em função das penalidades advindas do descumprimento dos prazos, uma alteração na forma de agir das contratadas, que passaram a se preocupar em cumprir suas obrigações dentro do prazo contratual.

Essa conscientização faz com que, antes de participarem do certame licitatório, as sociedades empresárias deem atenção necessária ao prazo de entrega estipulado no edital, o que era totalmente irrelevante para elas.

- **Percentual de Solicitação de Transporte não Atendida**



Comparando o percentual anual médio de indisponibilidade de transporte apurado em 2012, em torno de 0,76%, com o registrado em 2013, de 1,17%, observa-se significativa elevação. A indisponibilidade de motoristas e veículos, no ano de 2013, foi decorrente da redução de 20% dos recursos previstos inicialmente, gerando impacto direto sobre o atendimento do usuário. A frota encontrava-se desgastada pelo tempo, ocasionando maior dispêndio em manutenção. Após a liberação dos recursos contingenciados, ocorreu uma melhoria na parte de manutenção e recomposição nos quadros de motoristas, o que proporcionou o resultado apresentado.

Em 2014, pode-se perceber significativa melhora no índice em 0,66%, uma vez que ao longo deste ano diversas medidas foram implementadas, cada uma a seu turno, dando causa a esta melhoria crescente:

- o preenchimento dos postos de condutores de veículos;
- a contínua manutenção dos veículos;
- a racionalização das rotas/saídas, agrupando-se, sempre que possível, os usuários com o mesmo destino.

- **Guia Verde**

No que se refere às aquisições de bens e serviços, foi divulgado na intranet, no *link* licitações, o "Guia Verde" para compras com especificações que evidenciam requisitos de sustentabilidade, em conformidade com as normas publicadas pelos órgãos reguladores competentes e legislação aplicável. O rol de materiais é de uso obrigatório pelas unidades organizacionais que iniciam um processo de compra de materiais. O "Guia Verde" é frequentemente revisado e alimentado, por meio de pesquisa de mercado junto a diversos fabricantes, a cada solicitação de material encaminhada ao Departamento de Patrimônio e Material da DGLOG. Uma vez aferida a existência do bem com características sustentáveis, há a sua inserção no Sistema de Materiais, com a aposição das justificativas que o enquadram nesta categoria; da mesma forma, a eventual perda da característica que ensejou o seu enquadramento no Guia Verde implica a retirada do bem da listagem e do sistema.

No âmbito gerencial, foi também criada a respectiva RAD de especificação de materiais, que contempla, dentre outros procedimentos, aqueles concernentes à manutenção e melhoria permanente do "Guia Verde", garantindo assim sua evolução contínua. Da mesma forma, foi estreitada a comunicação com as unidades demandantes, de forma a sempre alertá-las acerca da existência de determinado bem com características sustentáveis, sendo requerida, inclusive, justificativa para as hipóteses de recusa da opção proposta.

Por fim, foi também solicitada, em parceria com a PUC-Rio, a melhoria do Sistema de Materiais no que se refere à criação de relatórios gerenciais acerca da atividade de especificação de bens, bem como foi promovida a capacitação dos servidores e colaboradores que atuam nesta fase da compra, visando à melhoria das atividades desenvolvidas.

- **Gestão do Patrimônio**

Diante da constatação de fragilidades nos sistemas de gestão do patrimônio, foi desenvolvido projeto pela DGLOG, com o apoio da Diretoria Geral de Tecnologia da

Informação e da PUC-Rio, que objetiva aprimorar as funcionalidades dos referidos sistemas e possibilitar a integração entre as áreas de gestão patrimonial, almoxarifado e compras, ao extrair informações gerenciais com agilidade e confiabilidade de dados, de forma a subsidiar a tomada de decisões da direção, impactando positivamente a prestação de contas da Administração Superior ao Tribunal de Contas do Estado, no que se refere ao inventário anual de bens.

As fases referentes ao ano de 2014 foram concluídas em 100% do planejado, tendo sido identificadas e formalizadas as alterações necessárias aos sistemas do Departamento de Patrimônio e Material, estabelecidas as prioridades de atendimento, definidos os pacotes, cronogramas de desenvolvimento de novas funcionalidades e capacitação dos servidores e prestadores de serviços em sistemas corporativos e em cursos de especialização na área de patrimônio e material.

Em 2015 há previsão de desenvolvimento, treinamento e entrega de todos os pacotes dos sistemas do Departamento de Patrimônio e Material.

- **Automatização do Fluxo de Processos – Sistema de *Workflow* de Compras**

Um sistema de *workflow* se destina ao controle do fluxo de quaisquer processos de trabalho. Com relação à Logística, foi elaborado em conjunto com a DGTEC e a PUC-Rio o Termo de Referência para licitação do sistema de controle dos processos de pré-compra, visando ao gerenciamento das atividades de aquisição de bens e serviços, desde o aparecimento de uma necessidade apresentada por um setor qualquer da organização, até o início da contratação direta de um fornecedor, ou a licitação.

Esse controle abrange todos os passos entre esses dois extremos e todos os atores envolvidos na análise de mérito, oportunidade, custos e suporte orçamentário de uma demanda.

O sistema pode ser integrado aos sistemas de controle de estoques, de gestão de manutenção e de gestão de orçamento, para verificar se uma demanda pode ser atendida por itens em estoque, mediante um serviço pré-contratado e se possui suporte orçamentário.

Ainda assim, possibilita a anexação de todo o tipo de arquivo ao processo, tais como documentos, planilhas, desenhos, plantas, imagens, vídeos etc.

Atualmente, o PJERJ não dispõe de um sistema desse tipo. A sua adoção trará ganhos de transparência, celeridade, segurança, controle operacional e gerencial.

- **Padronização dos Editais e Contratos**

Em busca de qualidade e celeridade em minutas de Editais e Contratos, o Ato Normativo nº 04 de 2013, atualizado pelo Ato Normativo 06/2014, de 03/4/2014, padronizou os Atos Convocatórios e Termos de Contratos com observância aos critérios de sustentabilidade, e, paralelamente, atendeu ao quesito 17.4 da Meta 17 de 2013 do CNJ (“desenvolver, nacionalmente, sistemas efetivos de licitação e contratos”).

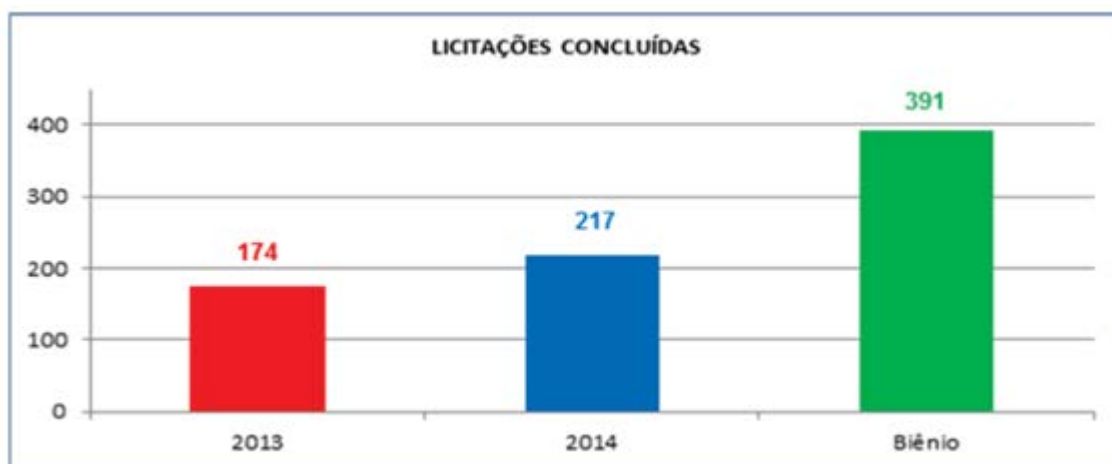
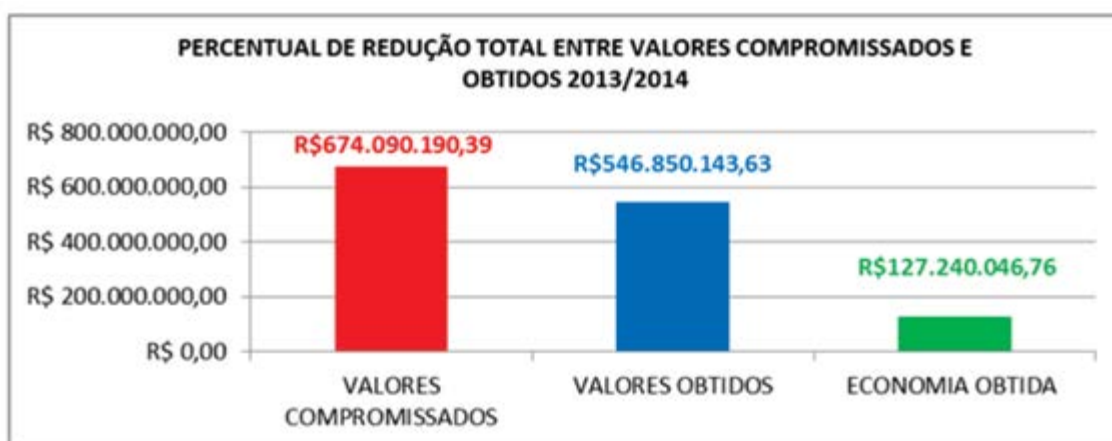
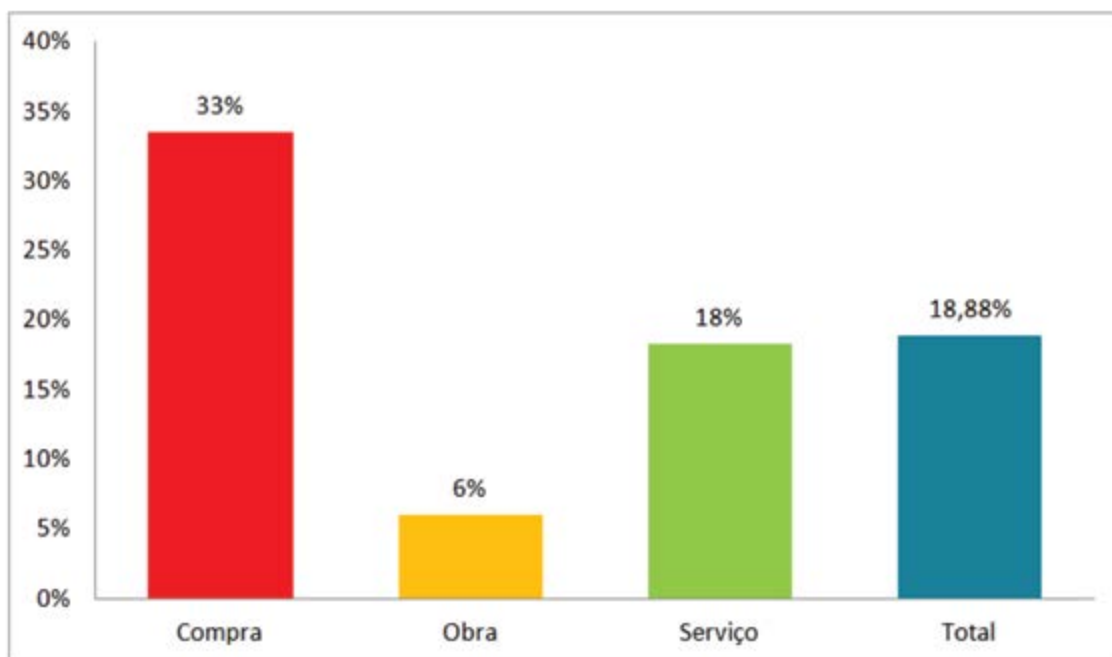
Outrossim, foi criado quadro de registro das melhorias nos padrões de editais e contratos publicados pelo Departamento de Licitações e Formalização de Ajustes (DELFA), que permite acompanhamento das alterações aplicadas nos modelos de editais e contratos, seja qual for a origem; isto é, adequações às recomendações do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, novas normas legais e entendimentos firmados pelo Tribunal de Contas da União.

- **Economicidade nas Licitações**

No biênio 2013/2014, foram realizadas 391 licitações nas diversas modalidades, sendo que, na busca das propostas mais vantajosas para a Administração, obteve-se uma economia no percentual de 33,44% em compras, 5,99% em obras, 18,26% em serviços a partir das cotações prévias, totalizando 18,88% em média, gerando a economia de R\$ 127.240.046,76, conforme demonstrativos abaixo:



## Índice de economicidade por objeto no Biênio 2013/2014



- **Principais Contratações do Biênio**

No biênio 2013/2014, foram formalizados 155 contratos de prestação de serviços, gerando a liberação de 9.270 faturas pelo Departamento de Contratos e Atos Negociais.

- **Adequações Contratuais Voltadas à Eficiência das Contratações**

O Serviço de Apoio Administrativo (SEADM), criado pela Resolução TJ / OE Nº 17/2014, publicada em 09/07/2014, tem por uma de suas atribuições estudos e redação dos aspectos técnicos dos Termos de Referência e Projetos Básicos para contratação de serviços e outorga de permissão de uso. No biênio 2013/2014 este serviço elaborou 45 documentos de referência para licitar serviços e outorgas de permissão de uso, que foram ajustados aos critérios de sustentabilidade nas suas faces ambiental, social e econômica e, em busca de maior primor e concisão, a redação está sendo aperfeiçoada sob orientação do Excelentíssimo Desembargador Jessé Torres Pereira Júnior, Presidente da Comissão de Políticas Institucionais para a Promoção da Sustentabilidade.

Relativamente aos contratos de limpeza, controle de pragas e vetores, inclusive jardinagem, tais estudos constataram a fragilidade estrutural das contratadas sendo certo que dos 13 contratos de limpeza em vigor neste biênio, os servidores do PJERJ gerenciaram os reflexos das crises financeiras de 06 contratadas. Destes 13 contratos, 3 foram rescindidos e outros 3 estão a caminho da rescisão. Estes números representam 46% de contratos fracassados que atingiram mais de 40 prédios das comarcas fluminenses, comprometendo as condições de higiene e salubridade mínimas para o exercício de suas atividades judicantes e administrativas, além de trazer prejuízos ao público que frequenta as instalações destes prédios. As razões para a rescisão destes contratos é a mesma: atraso no pagamento de salários e benefícios, além de descumprimento do cronograma de entrega de materiais. À parte o já exposto, a rescisão de contratos de tal natureza e envergadura exigiu contratações emergenciais, com evidentes impactos no orçamento.

Evidenciada a constância de empresas que vencem licitações sem capacidade financeira para sustentar os compromissos com a Administração, o SEADM realizou pesquisas diversas, que concluíram pela recorrência de tal situação em todas as esferas da administração pública. Assim também entendeu o vasto e minucioso estudo do Tribunal de Contas da União (TCU) que, por decisão plenária datada de 22/05/2013, entendeu que a adoção de qualificadoras mais rigorosas para as contratações públicas não representam óbice à ampla participação das competidoras.

Examinando os dados consolidados pelo SEADM, a Administração Superior autorizou a inserção das qualificadoras técnico-operacionais e econômico-financeiras recomendadas pelo TCU, com o objetivo de firmar contratos saudáveis, com prestadoras de serviços dotadas de gestões operacional e financeira satisfatórias para que o ajuste se conduza por todo período aprazado.

Com relação aos serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos automotivos, foi elaborado Termo de Referência para contratação de serviços de manutenção, com vistas a dar continuidade aos que atualmente são prestados por meio do Processo nº 112.463/2010, em que foi incluída a previsão de mecânico a diesel e mecânico de ar condicionado, a fim de melhor atender à frota a diesel e aos usuários das viaturas, sem onerar o contrato em vigência.

Com relação ao Departamento de Transportes foi proposta a criação do posto de apontador, como apoio do posto de Supervisor, no intuito de suprir deficiências no controle e supervisão da prestação do serviço de condução de viaturas, tais como: abertura de Boletins Diários de Transporte (BDT); lançamento de Km por parte dos condutores de viaturas; controle das chaves e documentação das viaturas; controle dos cartões de combustível individualizados, utilizados pelos condutores para abastecer as viaturas; identificação interna e cadastro dos condutores em atividade no sistema informatizado de gerenciamento de transporte da contratante, mantendo o mesmo atualizado diariamente; elaboração diária da “Escala de Motoristas e Viaturas” e demais planilhas que são utilizadas pelo Supervisor para planejar a rotina de trabalho dos condutores e receber diariamente as solicitações de saídas de viaturas.

Ademais, ainda no âmbito do serviço de transportes, foi proposto Termo de Referência para contratação de empresa de modo a prestar serviços de suporte operacional na execução das atividades inerentes à manutenção preventiva e corretiva da frota, por meio de modelo que visa ao alinhamento às manifestações recentes do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE-RJ), não envolvendo relação de interessoalidade entre os servidores e os prestadores do serviço, uma vez que as tratativas entre o Tribunal de Justiça e a contratada será em função, exclusivamente, da demanda do serviço.

Podemos também acrescentar a proposição de Termo de Referência visando à contratação de serviço de rastreamento com a possibilidade de Rastreamento e Monitoramento 24 horas com o diferencial da instalação de sensores e travas nas portas do Baú – porta lateral e porta traseira.

No que se refere aos serviços de distribuição de bens de almoxarifado, a modificação da frequência de entrega de materiais e alteração da rota dos caminhões que atendem à Divisão de Almoxarifado, de mensal para bimestral, que gerou economia mensal no contrato de entrega de materiais em torno de R\$ 10.000,00.

A extinção dos contratos de apoio administrativo possibilitou a racionalização, conseqüentemente, à prestação de serviços de apoio apenas operacional.

### • **Melhoria dos Processos de Serviços de Transporte**

Procurando estabelecer uma gestão eficiente, o Departamento de Transportes objetivou o melhor atendimento aos usuários com o menor custo, mediante a readequação de demandas, gerenciamento de combustível e rotas, bem como a renovação parcial dos veículos da frota, conforme procedimentos elencados a seguir:

- readequação da demanda do Serviço de Atendimento de Solicitações de Transportes, de forma a possibilitar a disponibilização de viaturas, postos de condução e cotas de combustível necessárias ao atendimento das Equi-

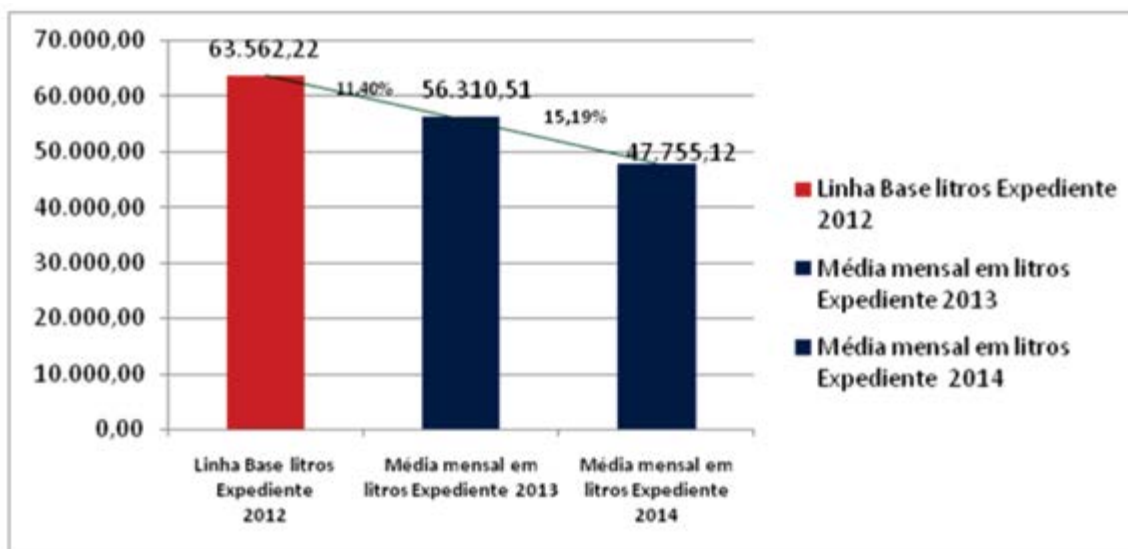
pes Técnicas Interdisciplinares Cíveis (ETIC) localizadas em Valença, Teresópolis, Nova Iguaçu e Friburgo, sem acréscimo da Frota e dos contratos de prestação de serviços;

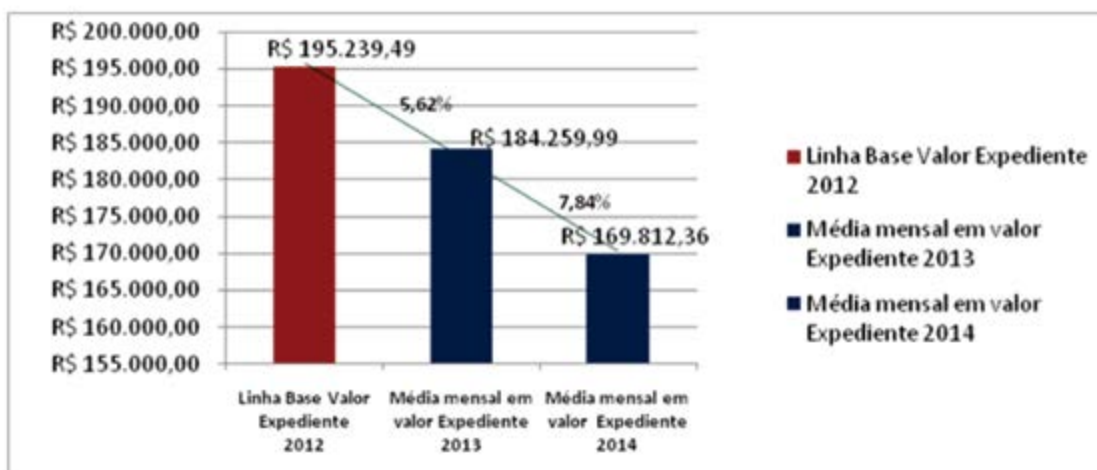
- elaboração de *folder* contendo os principais serviços do DETRA, provendo orientações acerca de procedimentos de manutenção de viaturas, combustível, seguro e TAG eletrônico, dirigido aos Desembargadores por ocasião de sua posse e entregue juntamente com o cartão de abastecimento e documento da viatura;
- disponibilização de condutores de viaturas para atendimento de 14 saídas pela manhã e 14 à tarde para atendimento ao Anexo Cidade Nova;
- renovação parcial da Frota de Expediente — Proc. 2014-084.130, com a aquisição de 70 viaturas modelo Gol e 09 (nove) viaturas modelo Jetta entregues em 2014, em fase de alocação;
- pregão visando à renovação parcial da frota de utilitários (30 modelo van e 10 modelo furgão — Proc. 2014 — 115.675);
- renovação parcial da frota de caminhões modelo Baú de alumínio (04 unidades — Proc. 2014-107.107), tendo em vista o declínio da performance da frota de expediente nos últimos anos. Em fase de montagem, entrega prevista para final de dezembro/janeiro de 2015;
- em 2013, foi realizado leilão de 25 viaturas, arrecadando o valor de R\$215.400,00, o que perfaz acréscimo de 130,37% em relação ao valor de avaliação;
- em 2014, foi realizado leilão de 17 viaturas arrecadando o valor de R\$185.700,00, o que perfaz acréscimo de 81,17% em relação ao valor de avaliação;
- leilão de 11 cilindros de Gás Natural Veicular (GNV) obsoletos, realizado em 24/04/2014 — Processo administrativo 34.442/2013 — arrematado por R\$2.900,00, representando um acréscimo de 75,76% em relação ao valor avaliado;

- instalação da Central de Atendimentos a Autoridades usuárias dos serviços do Departamento de Transportes, que resultou na redução no pagamento de encargos trabalhistas em relação ao ano de 2012, atingindo o índice de redução de 94% no final do exercício de 2013;
- em fase de análise da viabilidade e custos de implantação de lavagem a seco das viaturas que atendem ao serviço de expediente;
- em fase de realização dos procedimentos necessários para a disponibilização das viaturas anti-econômicas/inservíveis para a realização de leilão.

- **Melhor Aproveitamento de Combustível**

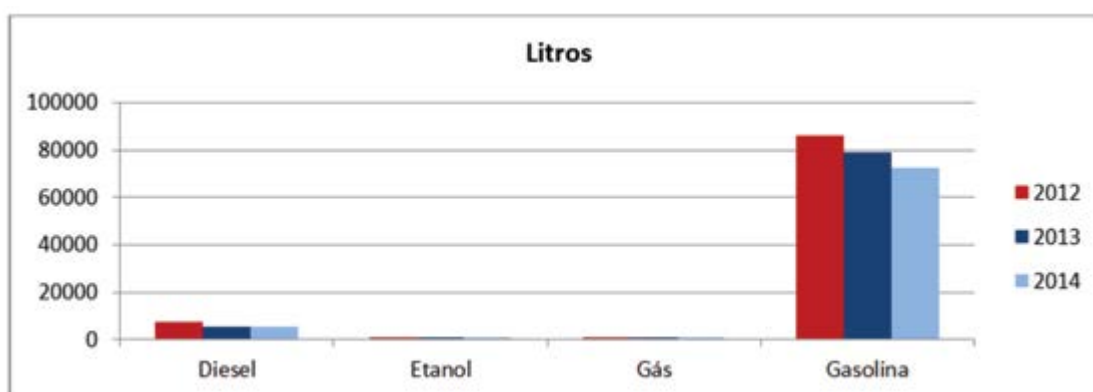
- | **Consumo em Litros e Reais – Veículos de Expediente**





### I Consumo por Tipo de Combustível – Expediente e Comarca Média Mensal em Litros

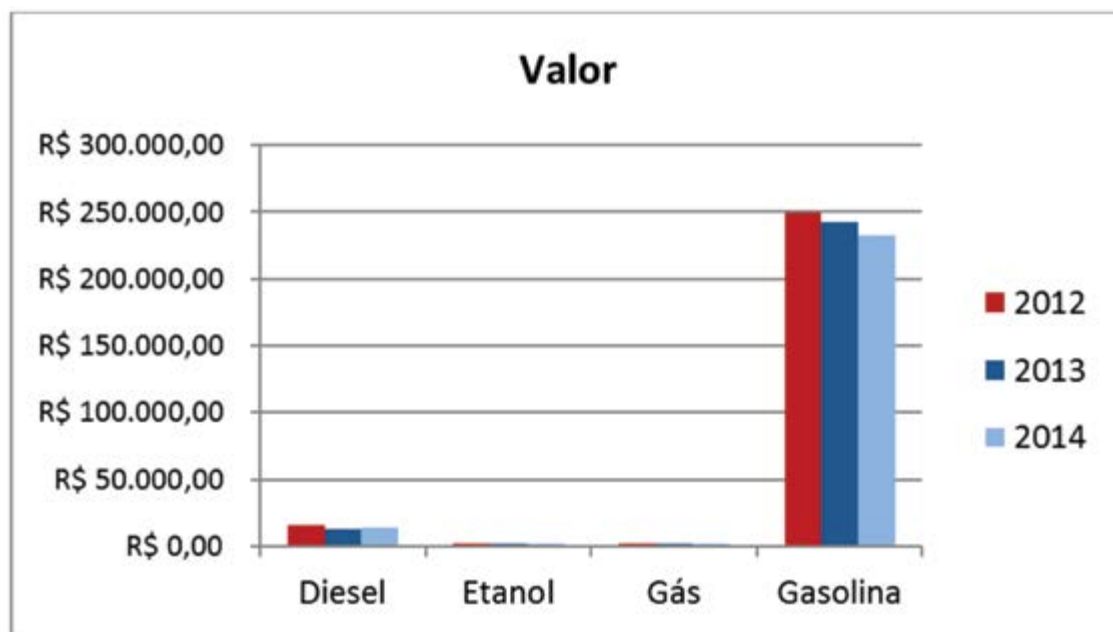
Analisando o consumo médio mensal do Expediente em litros juntamente com o das Comarcas, por tipo de combustível, pode-se observar no geral uma redução de 9,5% em 2013 em relação a 2012 e de 9,63% em 2014 em relação ao ano anterior.



	2012	2013	2014
Diesel	7476,53	5451,53	5165,27
Etanol	377,44	236,08	108,53
Gás	295,22	246,53	119,77
Gasolina	85919,64	79164,7	71513,19
<b>Total mensal - médio</b>	<b>94068,83</b>	<b>85098,84</b>	<b>76906,76</b>

### | Consumo por Tipo de Combustível – Expediente e Comarca Média Mensal em R\$

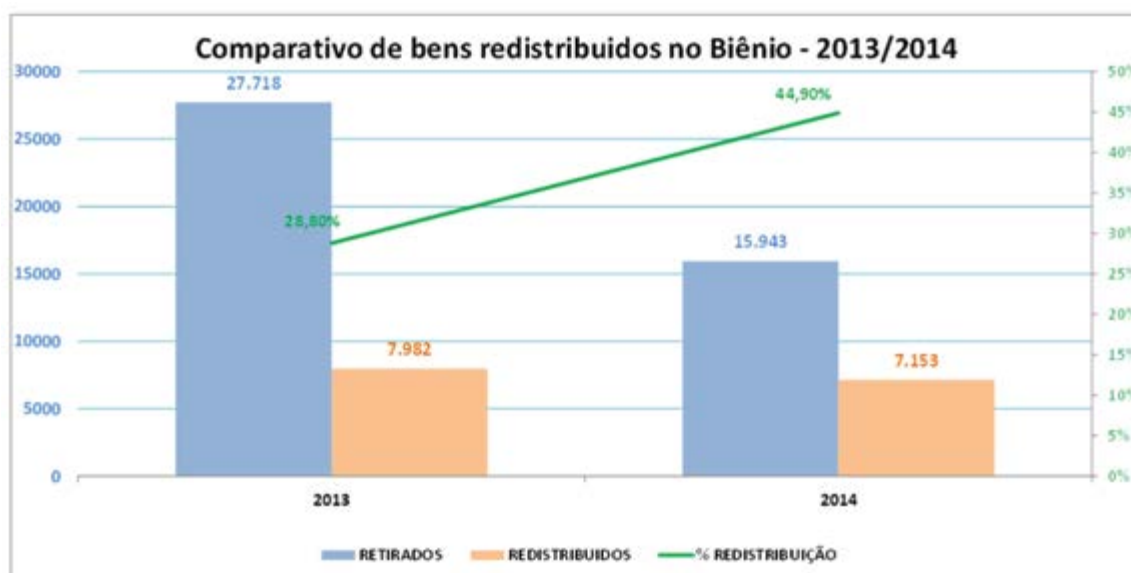
Em reais, analisando-se em conjunto o consumo médio mensal do Expediente junto com o das Comarcas, por tipo de combustível, a redução é de 3,88% em 2013 em relação a 2012 e de 4,55% em 2014 se comparado ao ano anterior.





	2012	2013	2014
Diesel	R\$ 15.588,86	R\$ 12.825,05	R\$ 13.631,87
Etanol	R\$ 836,89	R\$ 550,94	R\$ 270,58
Gás	R\$ 542,39	R\$ 457,74	R\$ 229,19
Gasolina	R\$ 249.358,23	R\$ 242.159,41	R\$ 230.221,30
<b>Total mensal - médio</b>	<b>R\$ 266.326,37</b>	<b>R\$ 255.993,14</b>	<b>R\$ 244.352,94</b>

- **Redistribuição de Bens Permanentes, Mobiliários Usados e em Bom Estado de Conservação**



Os bens retirados de unidades organizacionais que estejam em bom estado de conservação são reformados, se necessário, e redistribuídos para outras unidades, segundo a diretriz da Administração Superior inserta no artigo 10, da Resolução TJ/OE nº 24/2012. Em 2013, registra-se a redistribuição de 28,80% de mobiliário e, em 2014, de 50,57%, ressaltando que a opção adotada significa racionalização de recursos, com atendimento às sustentabilidades ambiental e econômica.

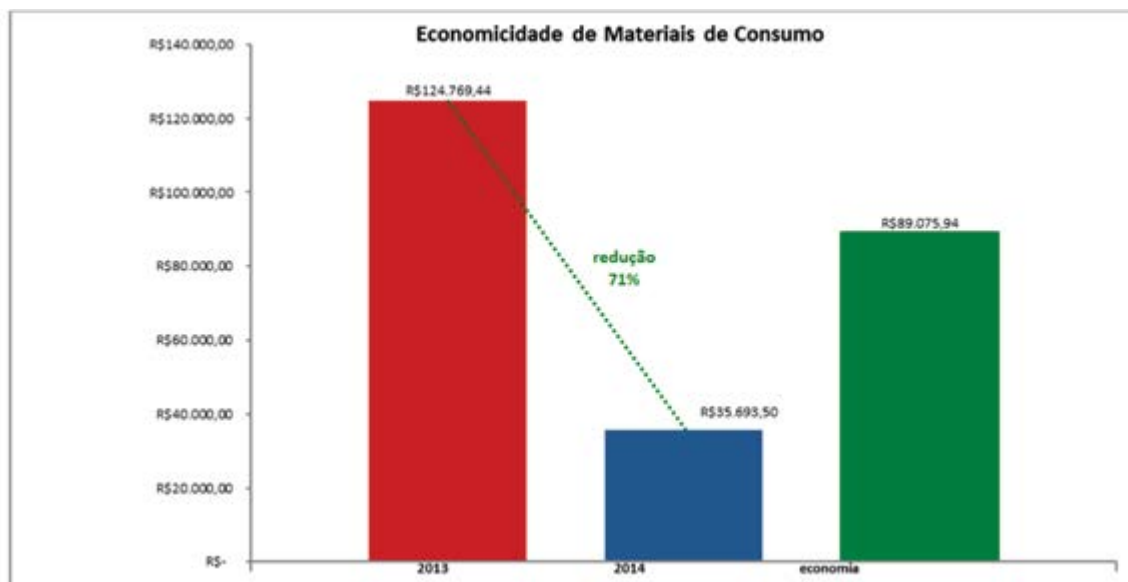
- **Leilões de Bens Obsoletos e Irrecuperáveis**

LEILÕES HOMOLOGADOS- 2013/2014		
Descrição de Bens	Quant. total de bens	Valor arrematado
compressores de ar condicionado	224	R\$ 1.900,00
ar condicionado	450	R\$ 22.600,00
cadeiras	211	R\$ 3.240,00
secadro, serra, balança, grampeador, fragmentador de papel	1815	R\$ 2.950,00
micro computador e impressoras	430	R\$ 4.280,00
micro auto atendimento, <i>switch</i> , impressoras, estabilizador, câmera digital, monitor e scanner	4591	R\$ 3.375,00
máquina de calcular, de escrever, forno de micro-ondas / elétrico e aparelhos de fax	399	R\$ 510,00
relógio, datador, ventilador, fragmentador, máquina de café, parafuseira, poltrona, cadeira, estante, sist. linha, banco de ferro, cofre, fichário de aço, numerador, prateleira etc	1157	R\$ 1.860,00
bebedouros, purificador de água e refrigerador	505	R\$ 2.400,00
unidades condicionadora de ar <i>self-contained</i> condensadores	28	R\$ 2.700,00
cilindros de gás GNV obsoletos	11	R\$ 2.900,00
válvula gaveta / niples / mangotes / quatro elétrico bomba / bomba base luva / flange / evaporadora de câmara frigorífica / seção ventiladora de fancoil / motores elétricos e caixa redutora para torre de arrefecimento	149	R\$ 1.359,00
aparelhos de ar condicionado	82	R\$ 1.640,00
seção ventiladora / seção evaporadora	14	R\$ 4.200,00
compressor para ar condicionado / motor elétrico para ar condicionado janela / motor elétrico trifásico	172	R\$ 1.505,50
placas de pisos elevados, placas de forro, painéis de madeiras, bancadas de granito com cuba e vasos sanit. com caixa acoplada e assento	14.028	R\$ 8.100,00
maq. escrever, calculadoras, forno micro-ondas, aparelho de fax, videocassete	410	R\$ 1.025,00

cadeiras, estantes, fichários, armários, sistema de linha, escada, carrinho dobrável	1064	R\$ 2.600,00
relógio para protocolo, ventilador, fragmentador, furadeiras, cadeiras, armários, mesas, sistema em linha etc	2895	R\$ 3.000,00
partes de aparelho de ar condicionado	120	R\$ 2.680,00
relógio protocolo / ventilador / furadeira / bomba hidráulica / compressor de ar / fragmentadora / cafeteira / parafuseira / máquina de serra / costura / arquivo aço / cadeira sistema linha / poltrona / armário / estante / pedestal / carrinho rodas / placa de mesa	1067	R\$ 2.134,00
estação de tratamento de cartuchos / estação coletora de pó toner / centrífuga limpeza cartuchos / lupa iluminação máquina para lavagem e limpeza cartuchos / deionizador / abridor tampa cartuchos / compressor ar / balança eletrônica / soprador térmico / testador cartucho / suporte acrílico / caixas papelão / bandejas / galões vazios / caixas tinta	96	R\$ 4.400,00
estabilizador, impressora, leitor de código, impressora, nobreak, conversor, monitor, microcomputador	3402	R\$ 6.000,00
viaturas de expediente e veículos oficiais	25	R\$ 215.000,00
viaturas de expediente e veículos oficiais	17	R\$ 185.700,00
bebedouros elétricos / refrigeradores / geladeiras / purificador de água	188	R\$ 1.280,00
<b>RECEITA TOTAL</b>		<b>R\$ 489.338,50</b>

Segundo as melhores práticas de sustentabilidade, foram concentrados esforços na identificação de bens enquadrados como obsoletos e irrecuperáveis para fins de alienação onerosa, tendo sido leiloados no biênio o quantitativo de 33.550 materiais gerenciados pela Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação, Diretoria Geral de Engenharia, Diretoria-Geral de Segurança Institucional e Diretoria-Geral de Logística, auferindo-se a receita de R\$ 489.338,50.

- **Racionalização da Compra de Materiais de Consumo**



Mediante pesquisa, avaliou-se que um rol de itens que apresentavam características específicas, como alta durabilidade ou baixo consumo, poderia ter sua aquisição racionalizada; por exemplo, marcador de texto verde e amarelo, perfurador de papel, tesoura de aço inoxidável e grampeadores. Com esta medida, a economia em compras dos referidos itens de 2013 para 2014 representou uma redução de gastos em torno de 71%.

- **Devolução de Imóveis de Propriedade de Terceiros**

UNIDADE ORGANIZACIONAL	ENDEREÇO	DATA DEVOLUÇÃO	MOTIVO DEVOLUÇÃO
XII Juizado Especial Cível	Rua Manuel Vitorino, nº 533 (sob o parque aquático) - Piedade - Rio de Janeiro	02/08/2013	Transferência para as dependências do fórum do Meier
Posto avançado da central de medidas e penas alternativas da capital	Rua Camerino, nº 27 (antigo 49 a 57 - números ímpares) - Centro - Rio de Janeiro	24/09/2013	Devolvido ao Estado do Rio de Janeiro

Cartório da Dívida Ativa	Av. Presidente Lincoln, nº 911 - Lj. M - Jardim Meriti - São João de Meriti	01/11/2013	Mudança do Cartório da Dívida Ativa para as dependências do Fórum de São João de Meriti
I Juizado da violência doméstica e familiar contra a mulher	Rua da Carioca, nº 72, 74 e 76 - CENTRO - Rio de Janeiro	09/04/2014	Mudança para o interior do Fórum Central
XXVI Juizado Especial Cível	Rua Amaral Costa, nº 360 - Campo Grande - Rio de Janeiro	27/03/2014	Mudança dos Jec para o Fórum de Campo Grande
Posto de atendimento do V Jecrim	Rua Arquias Cordeiro, s/nº, Sl. 16 a 47 Stor Norte (Estádio João Havelange) - Engenho de Dentro - Rio de Janeiro	14/02/2014	Estádio encontra-se em obra
Fórum Antigo	Rua Desembargador Itabaiana de Olivera, nº 95 - Centro - Rio Bonito	30/04/2014	Construção de novo fórum da referida comarca
Juizados Especiais (Antiga sede do fórum)	Rua Dr. Francisco Portella, nº 2814 - Zé Garoto - São Gonçalo	04/09/2014	Construção de novo fórum da referida comarca
Fórum e anexo (antiga sede)	Av. Lúcio Meira, nº 375 - Centro - Teresópolis	07/04/2014	Construção de novo fórum da referida comarca
Jec e Adj. Criminal e Juizado da Infância e Juventude	Rua Carmela Dutra, nº 475 - Agriões - Teresópolis	10/04/2014	Construção de novo fórum da referida comarca

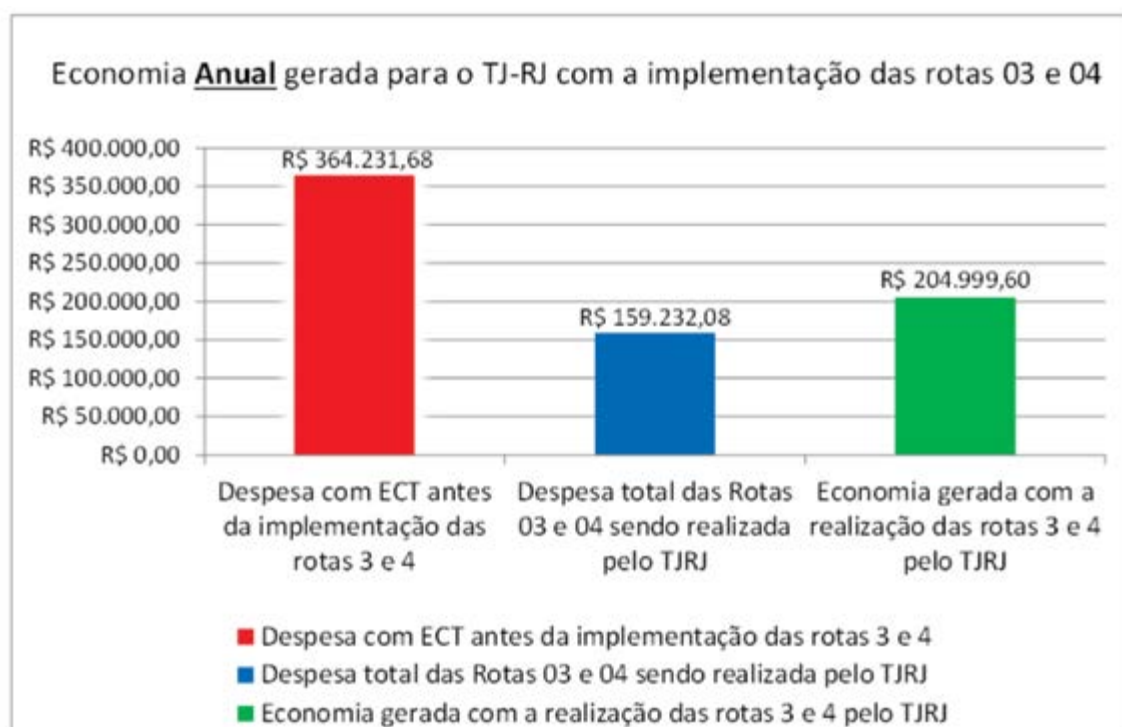
Objetivando adequar melhor a estrutura física das unidades jurisdicionais, foram efetivadas no biênio 10 devoluções de imóveis cedidos ao TJRJ por órgãos públicos.

#### • Realização do Inventário de Bens Permanentes em 2013

Realização do inventário de bens permanentes pelas unidades, sendo que em um total de 2.546 unidades patrimoniais, cerca de 79,30% (2.019 unidades) finalizaram a tarefa.

No que tange ao inventário de bens permanentes em 2014, foi publicado o Aviso nº 94/2014 que divulga a relação de agentes natos e delegados de unidades patrimoniais e estabelece o prazo de lançamento destes bens em sistema corporativo.

- **Criação das Rotas 3 e 4 do Serviço de Malote**

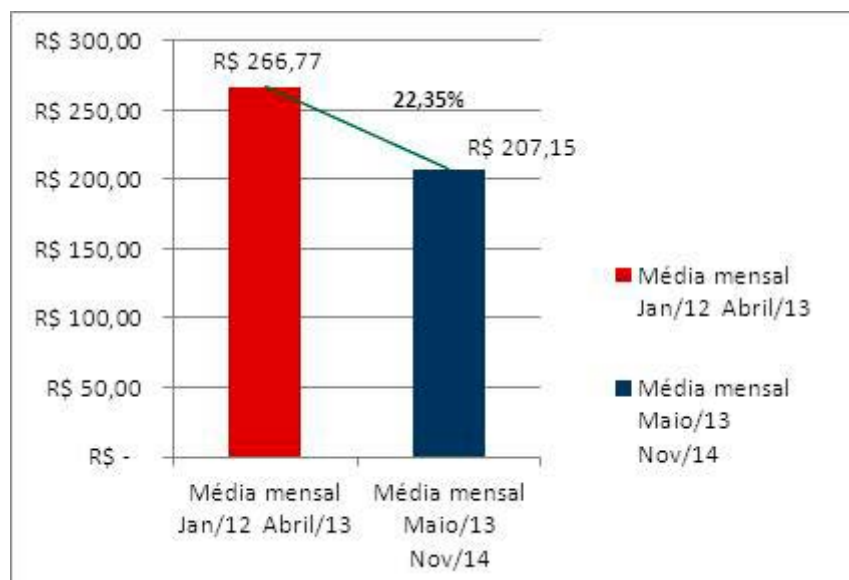


No primeiro semestre de 2013, as rotas que se destinam ao transporte de processos e expedientes judiciais e administrativos das unidades integrantes das Comarcas de Niterói, São Gonçalo, Região Oceânica e Juizados de Alcântara (Rota 3); das Comarcas de Duque de Caxias, Nova Iguaçu, São João de Meriti, Belford Roxo e Nilópolis (Rota 4) foram identificadas pela Divisão de Movimentação de Expedientes como de alto risco, pela ocorrência de índices elevados de sinistros (roubos) de viaturas da ECT, não raro contendo expedientes judiciais dessas Comarcas. A partir do segundo semestre de 2013, as Rotas 3 e 4 passaram a ser executadas pelo Departamento de Transportes (DETRA) o que determinou uma economia mensal na Rota 3 de R\$ 9.935,88 e na Rota 4 de R\$ 7.147,42, totalizan-

do uma previsão de economia anual de R\$ 204.999,60, não tendo sido registrado qualquer sinistro envolvendo viaturas do PJERJ no período.

- **Normatização do Uso de Estacionamento com TAG Eletrônico**

Decorridos 17 meses da normatização – Ato nº 7 de maio de 2013 – do uso de estacionamentos com o dispositivo eletrônico, o valor médio mensal desta despesa diminuiu 22,35%.



- **Suporte Operacional às Inaugurações de Unidades Judiciais**

A DGLLOG tem provido os recursos de infraestrutura necessários ao bom funcionamento e a adequada prestação jurisdicional das serventias judiciais, visando à manutenção do clima organizacional, com ênfase no estímulo proporcionado por adequadas condições de trabalho.

No biênio 13/14, foi realizado o provimento de serviços de infraestrutura nas unidades inauguradas, englobando os serviços de limpeza, recepção, zeladoria, condução de elevadores, malote, permissão de uso de reprografia e/ou cantina, apa-

relhecimento de lixeiras comuns, coletores de resíduos e rejeitos, fornecimento de mobiliário e materiais de consumo nos Fóruns de Teresópolis, Anexo de Bangu, Mesquita, Alcântara, Nilópolis, Itaboraí, Anexo Cidade Nova, Anexo da Lâmina III, 23ª a 27ª Câmaras Cíveis Especializadas em Direito do Consumidor, 21ª e 22ª Câmaras Cíveis do Tribunal de Justiça, V Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher da Comarca da Capital, Salas Multiuso de Videoconferência, Centro de Pronto Atendimento Judiciário (CEPRAJUD), Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania — Juíza Eduarda Monteiro de Castro Souza Campos.

- **Aperfeiçoamento de Processos pela Criação de Grupos de Trabalho**

As ações efetivadas pelo Grupo de Trabalho — Correios resultaram em economicidade e eficiência, registrando-se uma redução média de gastos de 56%. Foram estabelecidas rotas de entrega de expediente e malotes, por meio de veículos próprios, realizadas pelo Departamento de Transportes (DETRA), em substituição ao serviço prestado pela Empresa de Correios e Telégrafos.

Da mesma forma, as ações efetivadas pelo Grupo de Trabalho — Alimentação resultaram em economia de gastos, demonstrando controle efetivo sobre os serviços prestados.

A criação do Grupo de Trabalho — Limpeza contribuiu com a adoção de novas metodologias, o que trouxe resultados progressivos na prestação do serviço de limpeza, no que se refere à alteração do horário dos serviços, de noturno para diurno, proporcionando flexibilização das equipes para o desenvolvimento das atividades em locais mapeados como críticos.

O Grupo de Trabalho — Inventário de Bens propôs a discussão de uma nova metodologia de inventário, o estabelecimento de critérios para a definição dos materiais permanentes que devam compor o acervo patrimonial do Tribunal de Justiça, de forma a garantir a exatidão do balanço patrimonial contribuindo para a esmerada prestação de contas da Administração Superior aos órgãos de controle externo.



Dentre as ações deliberadas pelo Grupo de Trabalho – Inventário de Bens registra-se a publicação do Ato Normativo nº 19/2014 que trata da uniformização de regras sobre a gestão patrimonial, adequando a classificação de bens permanentes e de consumo, de acordo com o entendimento adotado pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro.

## **OBRAS, INAUGURAÇÕES E INSTALAÇÕES**

---

A Diretoria-Geral de Engenharia (DGENG), responsável pela construção e pela manutenção predial das edificações ocupadas pelo PJERJ, realizou, no biênio 2013/2014, um conjunto expressivo de atividades, de acordo com a priorização estabelecida pela Administração Superior do PJERJ.

Com o fim de facilitar a compreensão do todo relatado, as principais atividades realizadas foram organizadas, para efeito de apresentação neste Relatório, da seguinte forma:

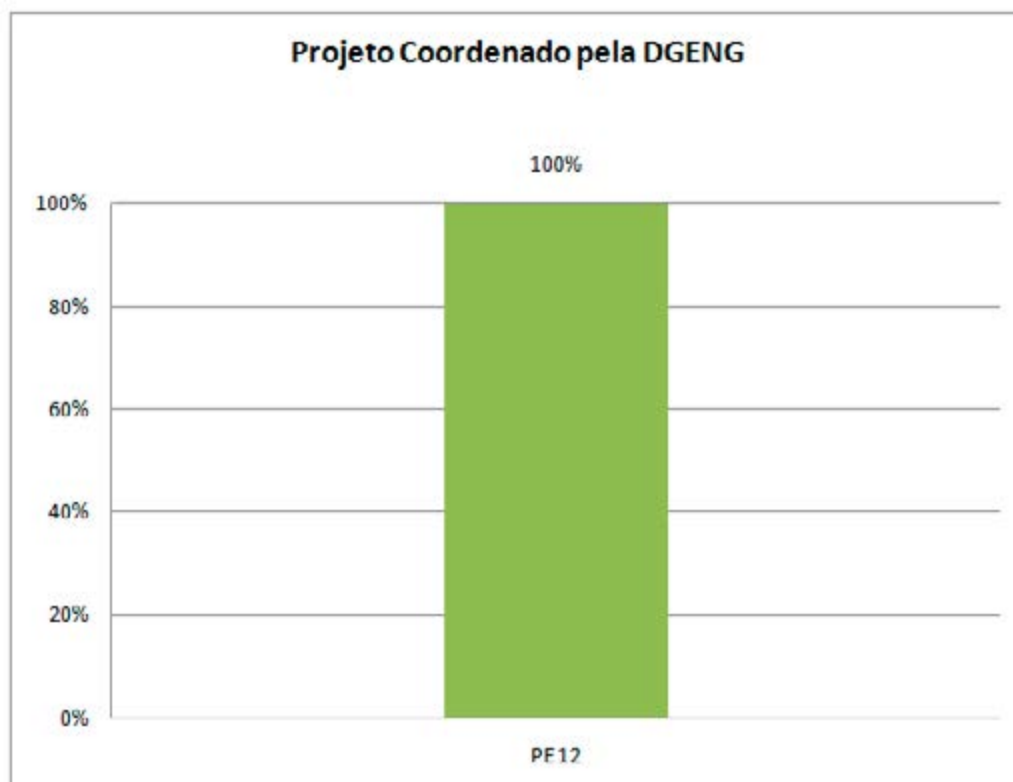
- Projeto Estratégico PE 12 – Readequação do Complexo Judiciário;
- Obras concluídas no período relatado;
- Instalação de novas serventias e remanejamentos de serventias existentes para novas instalações;
- Obra de Readequação do Complexo Judiciário (Foro Central);
- Anexo Cidade Nova;
- Projetos Executivos – Licitações em andamento;
- Plano de Obras;
- Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico – Aprovação CBMERJ – Fórum Central;

- Estudos de viabilidade física para ocupação de instalações provisória para serventias.

Nos próximo tópicos são apresentadas as informações sintéticas pertinentes a cada uma das atividades supra mencionadas.

- **Projeto Estratégico PE 12 – Readequação do Complexo Judiciário**

Como parte da Gestão Estratégica do PJERJ, a Diretoria-Geral de Engenharia (DGENG) desenvolveu o Projeto Estratégico PE 12 – Readequação do Complexo Judiciário, cujo progresso, pertinente à Fase 1, referido a 04/12/2014, apresentava o seguinte progresso:



Atividades desdobradas do PE 12 - Readequação do Complexo Judiciário:

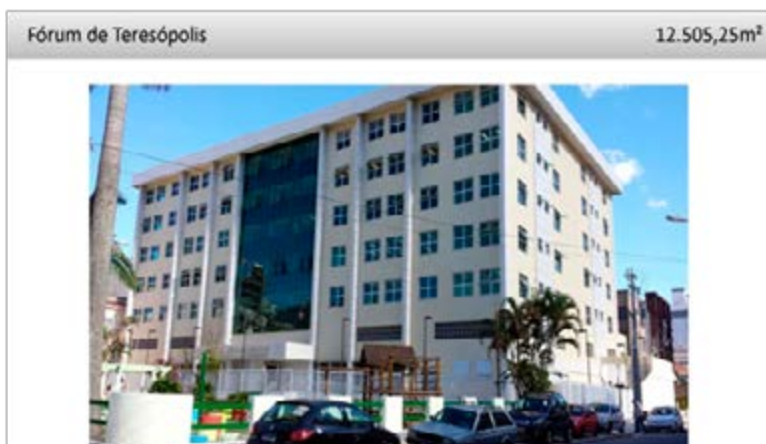
- Readequação das Serventias de matéria Cível, Família, Fazenda Pública, Registro Público, Execução Penal, PROGER e Plantão Judiciário do Fórum Central da Capital – OBRA LICITADA;
- Adequação na Lâmina I para transferência provisória da DGTEC;
- Readequação na Lâmina V para transferência das Turmas Recursais;
- Readequação no 12º pavimento da Lâmina II para transferência definitiva do I JVDFM e instalação do V JVDFM;
- Readequação no 13º pavimento da Lâmina II para transferência definitiva da Auditoria Militar;
- Regularização do Fórum Central junto ao CBMERJ;
- Readequação das Serventias Criminais do 4º ao 12º pavimentos da Lâmina II;
- Readequação no Centro Administrativo (CONAB) para transferência definitiva da DGTEC nas áreas reintegradas após a desocupação da Maternidade Oswaldo Nazareth (A LICITAR).

• **Obras Concluídas**

- Fórum de Teresópolis – 12.505,25 m²;
- Fórum Regional de Alcântara – 11.058 m²;
- Fórum de Nilópolis – 8.247,60 m²;
- Fórum de Mesquita – 11.262,45 m²;
- Fórum de Itaboraí – 11.550 m²;
- Anexo do Fórum de Bangu – 12.505,25 m²;

- Remanejamento das Turmas Recursais e Centro de Solução Não Adversarial de Conflitos – Lâmina V;
- Remanejamento de 44 Varas Cíveis para o Anexo Cidade Nova;
- Remanejamento do IX Juizado Especial Cível – Praça da Bandeira (prédio alugado);
- Remanejamento da Vara de Infância e Juventude (Infrator) – Fórum da Leopoldina;
- Readequação da Lâmina II, que compreende a readequação do 4º ao 13º pavimentos, implementando:
  - » Reorganização e reordenação das Serventias nos pavimentos;
  - » Instalação de estrutura para videoconferência em todas as Salas de Audiências das Varas Criminais;
  - » Ampliação da CAC menor com a mesma estrutura da maior, além da construção de celas que atenderão às duas CACs;
  - » Ajuste de condução e permanência de presos nas audiências que antes ficavam algemados nos corredores às vistas dos magistrados, e em alguns pavimentos cruzavam área de público (CAC);
  - » Instalação das portas dos elevadores de condução de presos à Auditoria Militar;
  - » Climatização de toda a carceragem, além do remanejamento da Auditoria Militar e do remanejamento do I Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher para o Fórum Central;
  - » Instalação do V Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher.

A seguir são apresentadas fotos de algumas das obras concluídas:



Fórum de Mesquita 11.262,45m<sup>2</sup>



Fórum de Itaboraí 11.550,00m<sup>2</sup>



Anexo do Fórum de Campo Grande 8.098,18m<sup>2</sup>



Anexo Fórum de Bangu 12.505,25m<sup>2</sup>



- **Instalação de Novas Serventias e Remanejamento de Serventias Existentes para Novas Instalações**

- | **Novas Instalações**

- IV Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher – Fórum Bangu;
- V Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher – Fórum Central;
- VII Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher – Fórum da Barra da Tijuca;
- IV Juizado Especial Cível Virtual no Fórum de Nova Iguaçu;
- XXIX Juizado Especial Cível no Fórum de Bangu;
- 3ª Vara de Família no Fórum Leopoldina;
- 3ª Vara no Fórum de Rio das Ostras;
- 3ª Vara Cível no Fórum de Itaboraí;
- 5 Câmaras Cíveis do Consumidor na Lâmina IV;
- 2 Novas Câmaras Cíveis – Lâmina III;
- Salas de Videoconferência na Lâmina II;
- Videoconferência em todas as salas de audiências de 31 Varas Criminais;
- 2ª Vara da Infância, Juventude e Idoso na Praça Onze.

- | **Remanejamentos**

- Turmas Recursais e Centro de Solução Não Adversarial de Conflitos para a Lâmina V;
- I Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra Mulher para o Fórum Central;

- Auditoria Militar para o Fórum Central;
- Vara de Infância e Juventude (Infrator) para o Fórum da Leopoldina;
- 44 Varas Cíveis para o Anexo Cidade Nova;
- IX Juizado Especial Cível para a Praça da Bandeira (prédio alugado).

### • **Obra de Readequação do Complexo Judiciário (Foro Central)**

O Projeto de “Readequação do Fórum Central”, cujo escopo é delineado nas figuras que se seguem, contempla reforma de expressiva parte do Foro Central. A obra está planejada para 900 dias de duração. O projeto tem por finalidade ampliar os espaços físicos destinados às serventias judiciais, modernizando, dentre outros: iluminação, equipamentos elétricos e eletrônicos com maior eficiência energética, sistema de climatização das serventias e dos corredores, construção de banheiros privativos nas serventias e gabinetes, construção de pequenas copas para servidores e reforma dos banheiros públicos. A área total de intervenção é de 37.773,28 m<sup>2</sup> e abrange sistemas hidráulico, elétrico, telefonia e rede lógica, além da regularização e substituição do sistema de esgoto sanitário e águas pluviais do Fórum Central.



Figura: Delineamento do escopo da obra (Embasamento e Lâmina II)



## I Obras no Embasamento do Complexo Judiciário

A figura a seguir mostra o arranjo de leiaute das obras a serem realizadas no Embasamento:



## I Obras na Lâmina II

O projeto da “Readequação da Lâmina II” engloba a redistribuição das Varas Criminais, dos Juizados Criminais, dos Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, da Central de Assessoramento Criminal, da Central de Mandados Criminais, da instalação das salas de videoconferência e a Auditoria Militar.

O projeto de readequação das Varas Criminais consiste na criação do Gabinete de Juízos. Estes espaços foram criados a partir da retirada das salas da Defensoria Pública, localizada no corredor interno, concentrando as instalações em uma única sala do Ministério Público.

O projeto prevê a instalação de equipamentos de videoconferência em todas as Salas de Audiência de Varas Criminais, assim como salas de reconhecimento, e a ampliação da Central de Assessoramento Criminal.

### • Anexo Cidade Nova

Em face da necessidade de liberação de espaço no Complexo Judiciário para as obras do Embasamento e da Lâmina II, tornou-se necessário ocupar, em termos provisórios, outras instalações. Dentre as poucas opções existentes, adequadas para o serviço jurisdicional e aptas para locação, o PJERJ contratou o aluguel de cinco pavimentos de um prédio novo, situado na Avenida Presidente Vargas nº 2.555, que passou a ser denominado Anexo Cidade Nova.

Decorrente da análise das instalações do prédio, tornou-se necessário a realização de várias intervenções, de modo a adequar as instalações ao serviço judiciário previsto para o local.



O edifício disponibiliza 5 pavimentos, totalizando uma área de 11.295,00m<sup>2</sup>, que comporta 44 serventias e serviços, acesso exclusivo do TJ pela Av. Presidente Vargas com recepção, controle de acesso e 4 elevadores de uso exclusivo e 100 vagas de estacionamento no 5º subsolo com acesso pela Rua Benedito Hipólito

O Projeto Executivo de readequação do Anexo Cidade Nova foi organizado prevenindo o sequenciamento de remanejamento das serventias, de modo a compatibilizar as condicionantes das variáveis em jogo (desocupação do Embasamento e Lâmina II, obras do Anexo Cidade Nova, menor prazo possível de interrupção das atividades das serventias, recursos disponíveis etc).

A seguir, as duas fases para a realização dos remanejamentos:

### | 1ª Fase de Obra – Serventias Remanejadas

- 2º Pavimento – 8 Varas Cíveis, CCM Cível, Defensoria Pública, DGSEI, Ministério Público, Bar dos Magistrados;
- 3º Pavimento – 9 Varas Cíveis, Perícia Judicial (consultórios);
- 4º Pavimento – 9 Varas Cíveis, Perícia Judicial (administração);
- 5º Pavimento – 9 Varas Cíveis, OAB, DGENG, DGTEC, REPROG;
- 6º Pavimento – 9 Varas Cíveis, Copa dos Funcionários.

### | 2ª Fase de Obra – Serventias Remanejadas

- 2º Pavimento – 8 Varas de Família, CCM de Família, Ministério Público, Defensoria Pública, DGSEI, Bar dos Magistrados;
- 3º Pavimento – 4 Varas de Fazenda Pública, 4 Varas de Família, Núcleo Psicologia, NAT, Serviço de Apoio, Ass. Social;
- 4º Pavimento – 9 Varas de Fazenda Pública, Procuradoria do Município, CCM de Fazenda Pública, CAF;
- 5º Pavimento – 9 Varas Cíveis, OAB, DGENG, DGTEC;
- 6º Pavimento – VEP.

A figura a seguir mostra o arranjo típico dos pavimentos do Anexo Cidade Nova:



- **Projetos Executivos – Licitações em Andamento**

### | Auditórios da EMERJ

Reforma geral do Auditório Antônio Carlos Amorim e do Auditório Nelson Ribeiro Alves, ambos da Escola de Magistratura do Estado do Rio de Janeiro, ambos situados no 4º pavimento do Complexo do Fórum Central, formando área total do projeto de 1.770,40m<sup>2</sup>.



## | Centro Administrativo do Tribunal de Justiça



Em face da necessidade de proporcionar às Turmas Recursais instalações adequadas, somado à necessidade de liberação de área para ampliação das serventias de 1º grau, a Administração Superior Alta Administração decidiu instalá-las em caráter definitivo na Lâmina V.

Em decorrência, houve necessidade de transferir a Diretoria de Tecnologia da Informação (DGTEC) para o prédio do Centro Administrativo, que já abrigava várias Diretorias Gerais, em áreas antes ocupadas pela Maternidade Oswaldo Nazareth, que foram, recentemente, reintegradas ao PJERJ.

O Centro Administrativo possui sete pavimentos (Térreo, Mezanino, 1º Pavimento, 2º Pavimento, 3º Pavimento, 4º Pavimento e 5º Pavimento) que requerem obras de readequação com intervenções nos sistemas de lógica, elétrica e ar condicionado, de modo a adaptá-los à operação das unidades administrativas que devem funcionar nesta edificação.

## I Fórum de Angra dos Reis

A adesão do PJERJ à Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), do Ministério do Meio Ambiente, tem o objetivo de alinhar a operação jurisdicional e administrativa às Leis Ambientais e Políticas do Meio Ambiente.

De acordo com esse conceito, o projeto da construção do novo Fórum de Angra dos Reis foi provido com vários recursos sustentáveis, a exemplo de: cobertura verde; ar condicionado central com distribuição setorizada e áreas de maior relevância individualizada; utilização de luminárias de alta eficiência reduzindo o consumo de energia elétrica; valorização da iluminação natural nas circulações e hall de entrada; coleta seletiva de lixo; reservatório para água de reuso; bicicletário, dentre outros.

A obra teve início em 01/11/2011, com prazo de execução de 11 meses, prevista para ser concluída em 25/10/2012. A empresa Engefort Engenharia Ltda., vencedora da licitação, descumpriu o contrato assinado em 02/09/2011, inclusive quanto aos encargos trabalhistas de seus funcionários, subempreiteiros e fornecedores. O Poder Judiciário rescindiu o contrato e instaurou procedimento apuratório.

A DGENG realizou inspeção para avaliar todos os saldos remanescentes da obra e das depredações no imóvel e elaborou o inventário para nova licitação para complementação das obras do fórum. Somado a isso, um novo processo licitatório será realizado.

Em cumprimento à Resolução nº 09/2014 do Órgão Especial do TJRJ, todas as obras do Judiciário fluminense deverão ser licitadas com Projeto Executivo. Os de Arquitetura, Instalações e Estrutura estão sendo desenvolvidos a partir do projeto aprovado pelos magistrados da comarca, em 12/09/2014. O Projeto Executivo contempla revisões solicitadas pela DGSEI para a condução de presos, incluindo os necessários reposicionamentos de serventias. A obra de complementação do Fórum encontra-se em fase final para encaminhamento à licitação.

### **| Fórum de Arraial do Cabo e Iguaba Grande**

A obra do novo Fórum de Arraial do Cabo, com área de 1.929,61m<sup>2</sup>, à data da emissão deste relatório encontrava-se em andamento. Como decorrência de decisões da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro, o projeto foi alterado de acordo com os novos padrões do DESEP/DGSEI, que engloba tanto a modificação do portão de acesso (alteração das medidas das novas viaturas da SEAPE) quanto a da carceragem, no que tange à acessibilidade e aos fluxos e fechamento de janelas e/ou grades.

A obra do novo Fórum de Iguaba Grande, com área de 1.642,32m<sup>2</sup>, também estava em andamento, sofrendo alterações de projeto similares às obras do Fórum Central de Iguaba.

Ambas as obras fizeram parte de uma única licitação, cuja vencedora foi a empresa Tecnol. Em janeiro de 2015 a empresa informou que encaminhará carta solicitando a rescisão contratual. A DGSEI assumiu a segurança da área de obras e nova licitação deverá ser feita para a finalização da obra, no novo formato determinado pela Resolução nº 09/2014 do Órgão Especial do TJRJ, ou seja, com Projeto Executivo.

### **| Praça do Expedicionário**

Licitação para recuperação estrutural do subsolo.

### **| Leopoldina**

Licitação para prolongamento da escada metálica de acesso à carceragem e construção de nova escada.

### **| Arquivo de São Cristóvão**

Licitação para construção da Central de Destruição Segura de Documentos.



- **Plano de Obras**

O Conselho Nacional de Justiça determinou, mediante a Resolução CNJ 114, regulamentada pela Resolução TJ/OE nº 09/2014, a realização de avaliações técnicas dos prédios, consistindo de inspeções de Engenharia, Arquitetura e Adequação à Prestação Jurisdicional, visando estabelecer o Índice de Prioridade (I.P.), a serem utilizados como informações objetivas para o planejamento das intervenções estruturais nos prédios do PJERJ, consolidadas no Plano de Obras do PJERJ, também por determinação pelo CNJ.

O Plano de Obras foi elaborado na forma da Resolução TJ/OE nº 09/2014. O estudo técnico foi iniciado em maio de 2014, contemplando vistorias em 100 prédios utilizados pelo PJERJ. Para tal, foram organizadas oito equipes multidisciplinares, integradas por participantes de quatro Diretorias Gerais: DGENG, DGLOG, DGSEI e DGTEC. O trabalho foi desenvolvido por mais 50 colaboradores, entre servidores e funcionários, nas várias especialidades requeridas para as vistorias.

Os cálculos para obtenção do Índice de Prioridades foram realizados nos estritos termos das diretrizes estabelecidas pelas normas da Resolução TJ/OE nº 09/2014, exceto pela exclusão do subitem “B3” (“Coeficiente de Participação Populacional”), do item “B” (“Adequação à Prestação Jurisdicional”), em face da constatação de inconsistências no resultado final das avaliações.

O resultado final do trabalho, consolidado no Plano de Obras do PJERJ, Processo nº 2014.196067, foi aprovado e publicado na Resolução TJ/OE/RJ 36/2014.

As informações pertinentes à DGENG para compor o Plano de Ação Governamental (PAG) 2015/2016 foram elaboradas e encaminhadas à DGPCF, compatibilizando as obras em fase de licitação e as obras elencadas no Plano de Obras, com orçamentos estimativos para composição.

- **Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico**  
**Aprovação CBMERJ – Fórum Central**

Os estudos e projetos para o Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico de todo complexo do Fórum Central estão sendo ultimados, de modo a atender às exigências do Corpo de Bombeiro Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ). A área total impactada pelo sistema abrange 136.380,00m<sup>2</sup>.

Este projeto está sendo organizado nas seguintes etapas:

- Etapa 1
  - » Área total: **39.659,51m<sup>2</sup>**.
  - » Prazo de entrega: **60 dias** a partir do Memorando de Início.
    - › **Área de 37.773,28m<sup>2</sup>** – Projeto Executivo do Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Detecção e Alarme correspondente ao Projeto Executivo da Obra de Readequação do Fórum Central, incluindo Projeto Executivo de Proteção Passiva da estrutura metálica com 52.401,50Kg;
    - › **Área de 1.131,88m<sup>2</sup>** – Projeto Executivo do Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Detecção e Alarme correspondente aos auditórios localizados no 4º pavimento do Embasamento do Fórum Central;
    - › **Área de 754,35m<sup>2</sup>** – Projeto Executivo do Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Detecção e Alarme correspondente ao Plantão Judiciário.
- Etapa 2
  - » Área total: **96.719,88m<sup>2</sup>**.
  - » Prazo de entrega: **160 dias**, contados a partir do Memorando de Início.

- › Projeto Executivo do Sistema de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Detecção e Alarme do Fórum Central.

Observação: as etapas 1 e 2 correspondem às áreas do Complexo do Fórum Central (Embasamento, Lâmina I, Lâmina II e Central), contemplando todas as suas edificações.

- Etapa 3
  - » Entrega do Projeto Executivo Completo de Segurança Contra Incêndio e Pânico, Detecção e Alarme do Complexo do Fórum Central (Embasamento, Lâmina I, Lâmina II e Central), aprovados com o respectivo Laudo de Exigências emitido pelo CBMERJ, viabilizando a execução da obra.

Aguarda-se, como resultado final desses empreendimentos, a obtenção do Certificado de Aprovação do CBMERJ para o Fórum Central, edificações situadas à Av. Erasmo Braga, 115.

## I Resumo das Aprovações de Laudos já Consumados pelo Corpo de Bombeiros

### PROJETOS APROVADOS COM LAUDO DE EXIGÊNCIAS E CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

- Itaboraí — aprovado C.A. 05677/14;
- Alcântara — aprovado C.A. 05676/14;
- Rio Bonito — aprovado C.A. 05675/14;
- Teresópolis — aprovado C.A. 09631/13;
- Mesquita — aprovado C.A. 05906/13;
- Rio das Ostras — aprovado C.A. 06904/13;
- Bangu — aprovado C.A. 09674/13;

- Petrópolis — aprovado C.A. 00799/14 (autorizando o uso de gás);
- Dom Manoel, 25 — aprovado C.A. 02946/13;
- Três Rios — aprovado C.A. 02448/14;
- Anexo Cidade Nova — aprovado C.A. 12496/14.

#### PROJETOS APROVADOS COM LAUDO DE EXIGÊNCIAS

- Lâmina III — L.E. P-Nº 06170/13;
- Cidade Nova — L.E. P-Nº 07748/14 ;
- Niterói / Barreto — L.E. P-Nº 03351/13;
- Senador Furtado, nº 08 — L.E. P-Nº 08619/14;
- Av. Padre Leonel França, nº 248 (EMERJ) — L.E. P-Nº 08683/14;
- Itaperuna — L.E. P-Nº 0582/06;
- Niterói / Praça da República — L.E. P-Nº 04031/14;
- Angra dos Reis — L.E. P-Nº 09595/14;
- Praça Onze — L.E. P-Nº 10186/14.

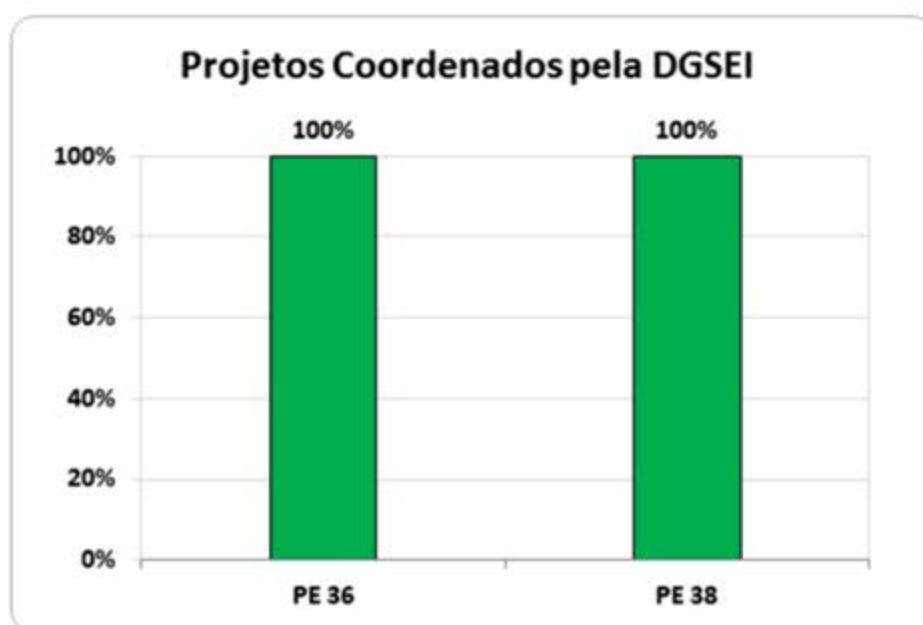
- **Estudos de Viabilidade Física para Ocupação de Instalações Provisória para Serventias, a fim de Desocupar Área de Obra de Readequação do Fórum Central**

Estes estudos tornaram-se imprescindíveis em face da necessidade de espaços para as unidades impactadas pelas obras de readequação do Complexo Judiciário, durante o período de serviços de engenharia, que culminou com a contratação de andares do Edifício Centro Empresarial Cidade Nova, na Av. Presidente Vargas. Após a readequação, o prédio passou a denominar-se Anexo Cidade Nova. Foram realizados estudos sobre a situação das instalações dos seguintes prédios:

- EDIFÍCIO ACADEMIA NACIONAL DE MEDICINA – O edifício disponibiliza 6 pavimentos, totalizando uma área de 3.585,88m<sup>2</sup>, que comportaria 20 serventias e serviços
- EDIFÍCIO SULAMÉRICA – O edifício disponibiliza 4 pavimentos, totalizando uma área de 11.226,88m<sup>2</sup>, que comportaria 33 serventias e serviços.
- EDIFÍCIO SERRADOR – O edifício disponibiliza 20 pavimentos, totalizando uma área de 13.434,19m<sup>2</sup>, que comportaria 53 serventias e serviços.
- EDIFÍCIO MARIO BHERING – O edifício disponibiliza 22 pavimentos, totalizando uma área de 8.606,24m<sup>2</sup>, que comportaria 32 serventias e serviços.
- EDIFÍCIO VARGAS – O edifício disponibiliza 18 pavimentos, totalizando uma área de 13.419,72m<sup>2</sup>, que comportaria 48 serventias e serviços.
- EDIFÍCIO CENTRO EMPRESARIAL CIDADE NOVA – O edifício disponibiliza 4 pavimentos, totalizando uma área de 11.480,00m<sup>2</sup>, que comportaria 44 serventias e serviços. *Projeto realizado até a fase de “projeto executivo”.*

## SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Os Projetos Estratégicos que ficaram sob a responsabilidade da Diretoria-Geral de Segurança Institucional (DGSEI) alcançaram os seguintes resultados em 2014:



CÓD.	PROJETO
PE 36	Instalação de Sistemas de Videoconferência
PE38	Sistema de Controle de Acesso

A seguir são apresentadas as principais contribuições da DGSEI para o biênio 2013/2014:

- **Instalação de Sistemas de Videoconferência**

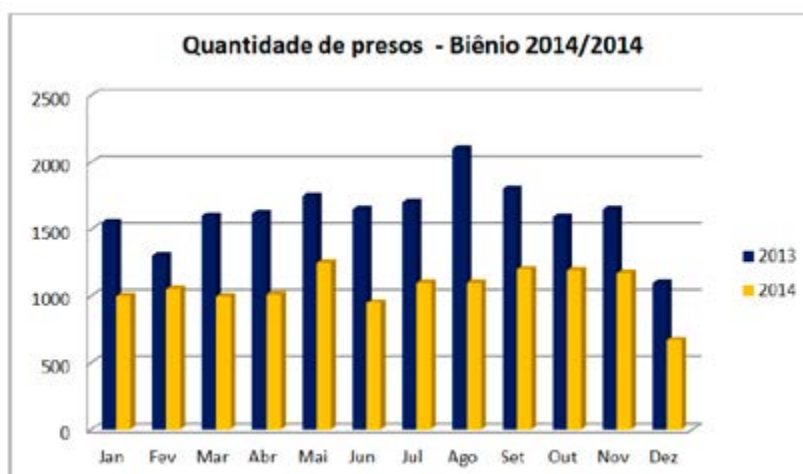
Uma importante conquista do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, no biênio 2013/2014, foi a implementação do Sistema de Videoconferência, nas salas de audiências da 42ª e 43ª Vara Criminais, bem como a instalação de 03 salas no Complexo Penitenciário de Gericinó, 01 sala na Unidade Prisional da PMERJ, 01 sala na AJMERJ.



Com a referida implantação, além dos quesitos de segurança, pode-se constatar uma redução drástica de apresentação de detentos nas unidades do PJERJ, de acordo com o demonstrado nos quadros a seguir:

2013	
Mês	Presos
<b>Total</b>	<b>20.047</b>

2014	
Mês	Presos
<b>Total</b>	<b>13.101</b>



O PJERJ conta, também, com a implantação de 04 polos avançados de equipamentos de videoconferência, para a realização de treinamentos de servidores ministrados pela ESAJ, nas seguintes cidades: Saquarema, Angra dos Reis, Macaé e Itaocara, além de mais 05 salas multiuso no Fórum Central e 01 sala de imprensa da Presidência.



- **Sistemas de Controle de Acesso**

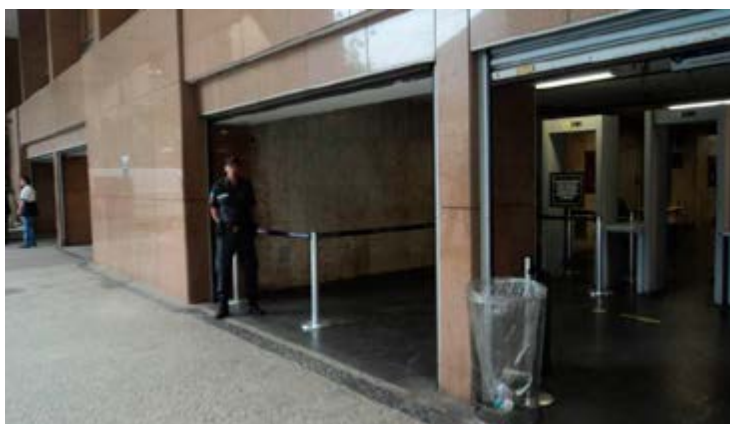
### | Segurança Patrimonial

Foram instalados portais detectores de metais e scanner de Raio X, a fim de implementar o controle de acesso, nas seguintes unidades do PJERJ:

**2013**

Duque de Caxias





## 2014

Volta Redonda  
Barra Mansa  
Belford Roxo  
Petrópolis  
Meier  
Magé  
Madureira  
Araruama  
Cabo frio  
Guapimirim  
Jacarepaguá

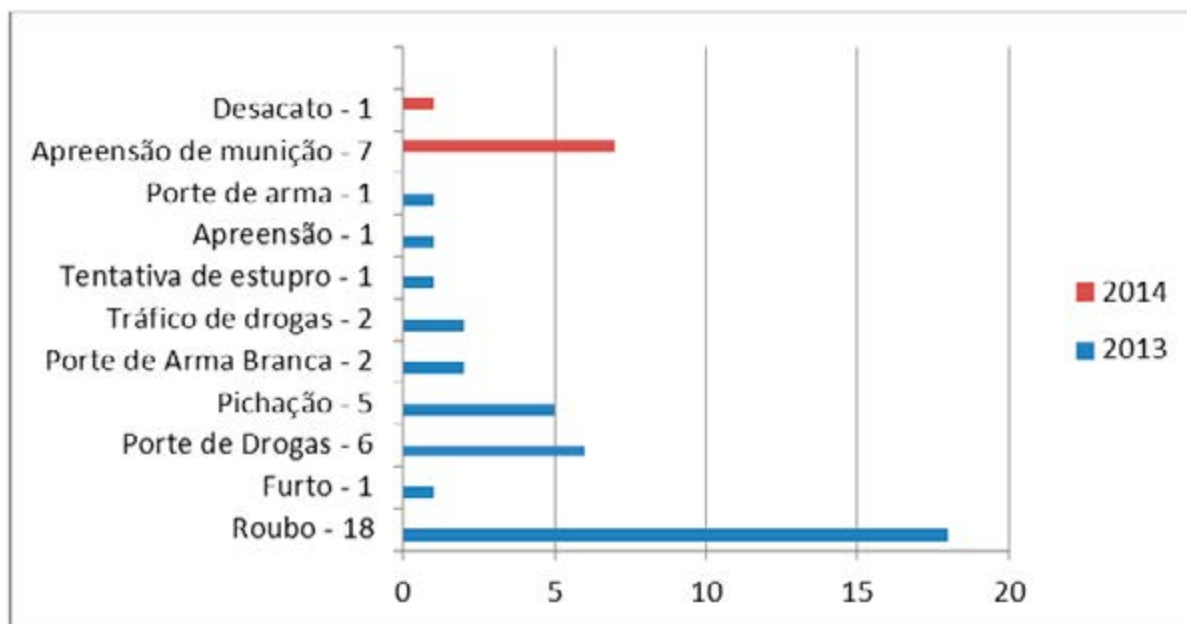
Queimados  
Resende  
São João de Meriti — ANEXO  
Gamboa  
Itaipava  
Três Rios  
Búzios  
São Pedro da Aldeia  
Niterói — secretarias  
Itaguaí

No Fórum Central foram efetuadas apreensões de munições pelas equipes que realizam o controle de acesso, demonstradas a seguir:

DATA	DELEGACIA	OCORRÊNCIA	Nº
16 de janeiro	5ª DP RO nº 005-00635/2014	1 munição cal. 9mm	1
09 de abril	5ª DP RO nº 005-04398/2014	1 munição cal. 9mm luger	2
10 de abril	5ª DP RO nº 005-04434/2014	1 munição cal. 45	3
21 de maio	1ª DP RO nº 004-03751/2014	1 munição de fuzil cal. 556	4
01 de julho	5ª DP RO nº 005-07781/2014	6 munições cal. 38	5
26 de agosto	5ª DP RO nº 005-10372/2014	1 munição cal. 7,62	6
02 de outubro	5ª DP RO nº 005-11985/2014	1 munição cal. 38	7

Na região do Complexo Judiciário foram realizadas 35 prisões em flagrante, com um total de 45 meliantes, no período de janeiro de 2013 a outubro de 2014. O gráfico a seguir informa as motivações das referidas prisões:

### Motivações das Prisões





- **Prevenção e Combate a Incêndio**

- Foram observadas um total de 997 ocorrências atendidas no Complexo do PJERJ, tais como: apoio operacional de salvamento, parada cardiorrespiratória, arrombamento, auxílio técnico, escoamento (manobras de água), escapamento de gás, prevenção a pouso e decolagem de helicóptero, resgate em elevador, dentre outras. No link <<http://youtu.be/LTCPKBwlTz0>> podem ser vistas imagens de um dos atendimentos realizados (salvamento em via pública e edificações).
- Foram ministrados os seguintes cursos:
  - » 19 Cursos de Brigadista Voluntário de Incêndio (BRI de 30 horas), totalizando 790 servidores/funcionários treinados;
  - » 8 Cursos Básicos de Prevenção e Combate à Incêndio (IFT de 04 horas);
  - » Implementação de Plano de Escape com evacuação total do prédio em 50 comarcas.



- **Infraestrutura e Tecnologia**

- | **Inovação e Renovação Tecnológica na Telefonia**

No biênio 2013/2014 foram instaladas 20 novas centrais telefônicas adquiridas por licitação, em substituição às que se encontravam obsoletas. A medida possibilitou a redução do contrato de manutenção com a empresa Damovo e a Nec, pela desativação e substituição de centrais telefônicas Ericsson e Nec, obtendo economia de R\$200.000,00 anuais. O serviço de manutenção das novas centrais telefônicas será executado por técnicos do Departamento de Segurança Eletrônica e de Telecomunicações (DGSEI/DETEL).

- | **Ampliação do Sistema de Tarifação Centralizado SUMUS para Alcançar todos os Fóruns**

O Sistema de Tarifação Centralizado que atendia a 40 Unidades Organizacionais do PJERJ foi ampliado, passando a operar com capacidade para servir a 120 unidades, contemplando todo o Poder Judiciário.

A ferramenta é uma solução de software e hardware que permite o registro remoto de toda a bilhetagem (informações referentes a cada chamada) gerada por uma central telefônica. Por meio dela, é possível supervisionar todo o tráfego telefônico gerado nas unidades interligadas, utilizando uma equipe mínima instalada no Fórum Central.

- | **Implantação de Call Center no Disque-custas**

O Sistema de Call Center foi implantado na Diretoria-Geral de Administração da Corregedoria Geral da Justiça, para atender ao serviço de “disque custas”, com unidade de resposta audível (URA), a fim de permitir a interação com o usuário antes do atendimento telefônico pelo operador.

## I Despesas com Telefonia

As despesas com telefonia têm sido reduzidas desde 2009. A partir dos valores de consumo já apurados, pode-se observar uma diminuição de custos desse serviço superior a 12% em relação ao biênio anterior.

ANO	DESPESA ANUAL EM REAIS	REDUÇÃO EM RELAÇÃO AO ANO ANTERIOR
2009/2010	15.950.117,00	--
2011/2012	8.998.343,00	43%
2013/2014	7.896,000, 00	12,25%

### • Segurança Institucional

Foram realizados os seguintes atendimentos e medidas, referentes ao Serviço de Escortas e de Segurança Institucional:

- 4128 atendimentos mediante interação com órgãos conveniados;
- 711 atendimentos contingenciais;
- 652 atendimentos a ministros do STJ, STF e autoridades de outros estados;
- 1138 atendimentos a eventos especiais;
- gestão de medidas protetivas institucionais e por risco ou ameaça;
- avaliação de risco pessoal e institucional;
- promoção de orientações de segurança preventiva a magistrados e servidores.

### • Cursos Realizados

#### I Capacitação do Efetivo da DGSEI

- Foram ministrados internamente 17 cursos e 11 instruções para capacitação do efetivo interno, oficiais de justiça e magistrados;

- Foram realizados treinamentos semanais em defesa pessoal, para a equipe da DGSEI;
- 9 cursos de capacitação em órgãos externos.

#### **| Curso de Direção Defensiva e Evasiva**

- Capacitação de equipes de proteção, proporcionando uma redução no custo em relação ao aplicado na iniciativa privada, além de uma adequação à realidade das autoridades judiciárias.

## 6.2 Gestão Dialógica

### OUVIDORIA E LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

---

Através da Resolução TJ/OE/RJ/nº 17/2014 foi aprovada a nova estrutura organizacional da Ouvidoria-Geral, que passou a contar com uma Assessoria e com os Serviços de Apoio à Ouvidoria e de Informação ao Cidadão. A Resolução manteve a vinculação hierárquica desse órgão à Presidência do PJERJ, e o cargo de Ouvidor-Geral<sup>5</sup> passou a ser ocupado por magistrado em atividade.

A missão da Ouvidoria-Geral é o aprimoramento do processo de interlocução entre o PJERJ e o cidadão, sendo seus dados utilizados pela Administração para aprimorar os processos de trabalho internos.

O Serviço de Informação ao Cidadão foi criado com o objetivo de dar cumprimento à meta da Administração Superior de implantar a Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação - LAI) no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Para tanto, foi criado o Projeto Estratégico - “Implantar a Lei de Acesso a Informação no Tribunal de Justiça” - que teve como primeira providência a normalização da referida Lei, sendo editado o Ato Executivo nº 4.021/2013.

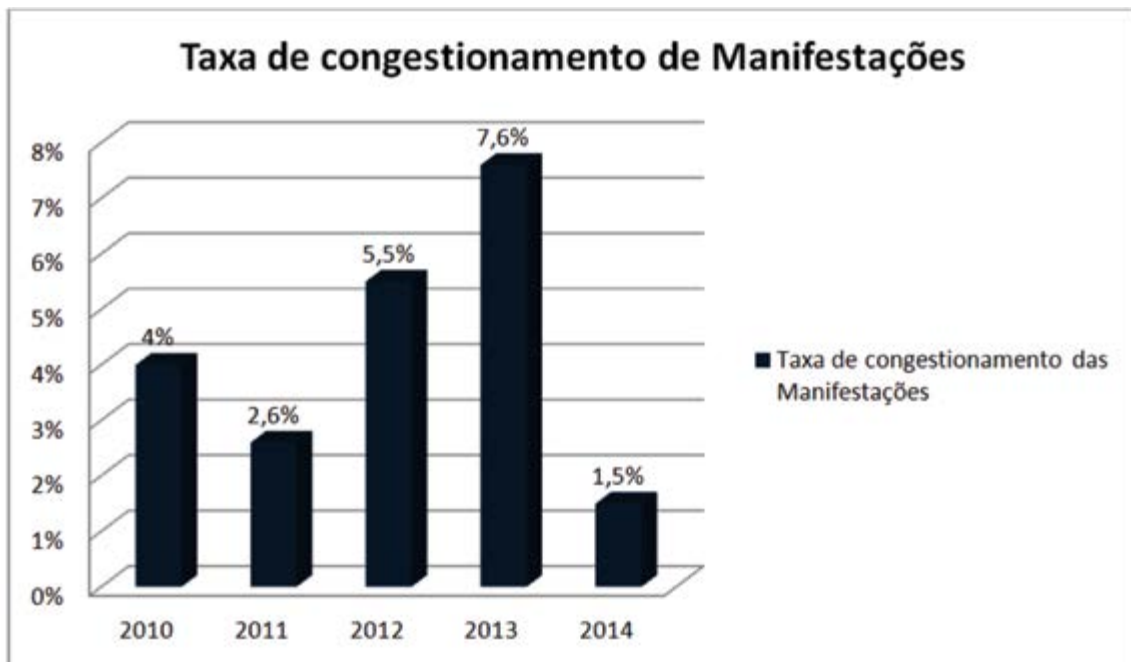
Além das manifestações baseadas na LAI, a Ouvidoria-Geral também recebe rotineiramente reclamações, sugestões, dúvidas e elogios de jurisdicionados, advogados e do público interno e externo.

A produtividade da Ouvidoria-Geral no biênio 2013/2014 é observada através dos seguintes indicadores:

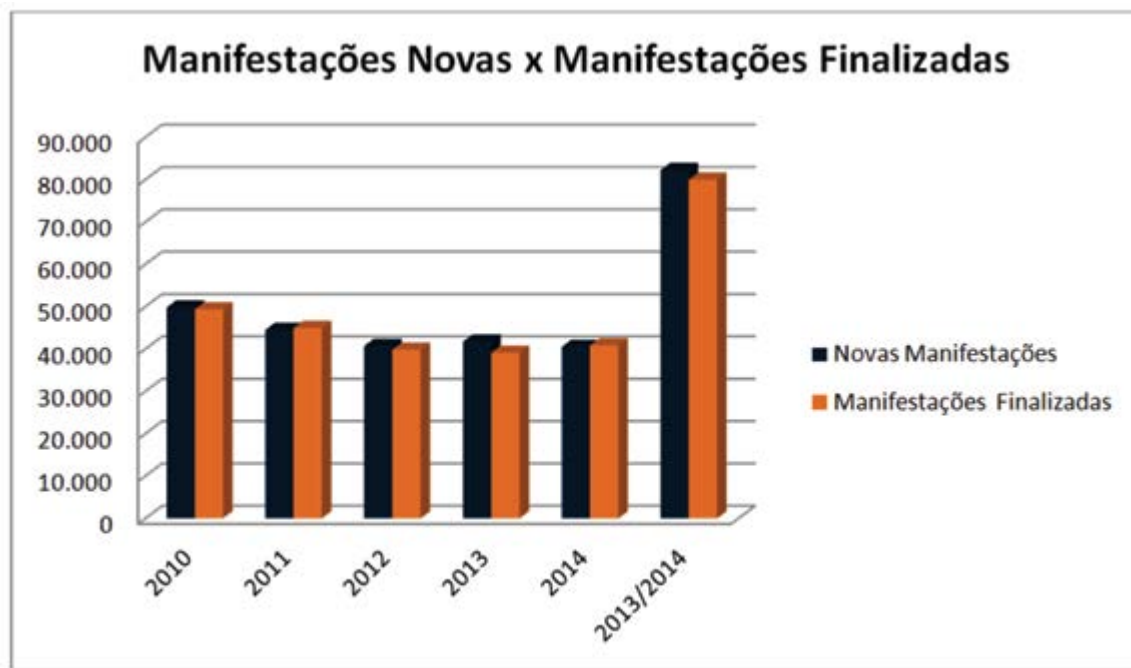
---

<sup>5</sup> Ouvidor-Geral: Juíza Andréa Maciel Pachá.

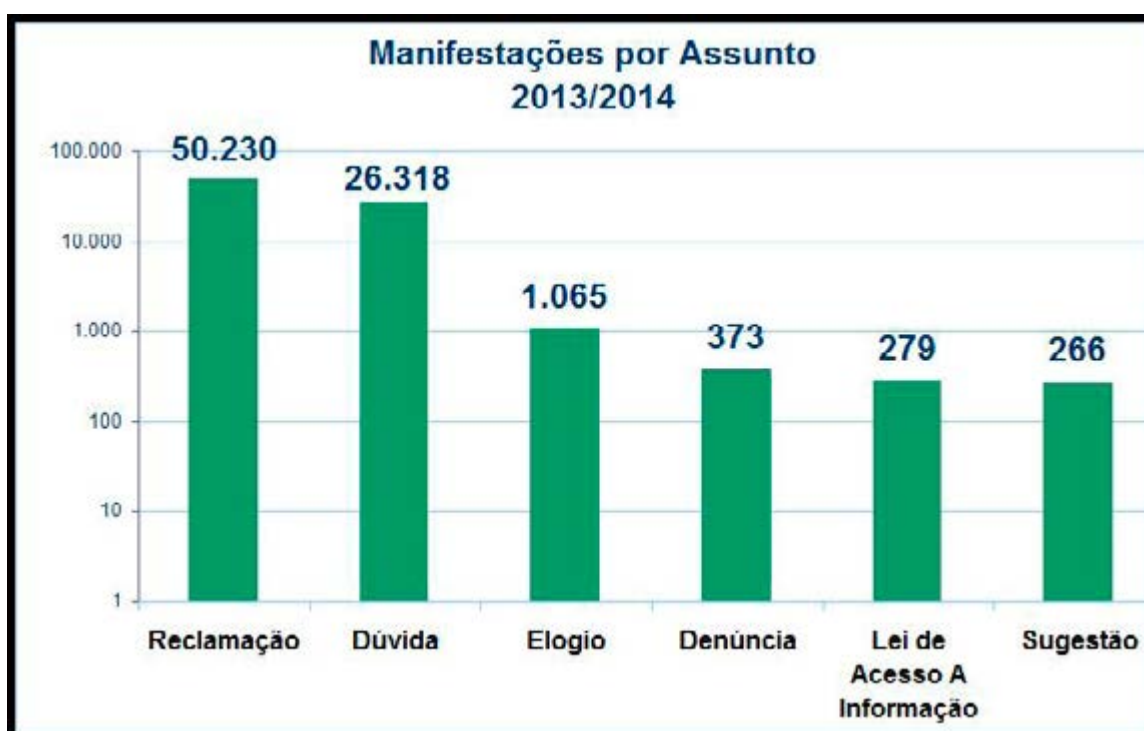




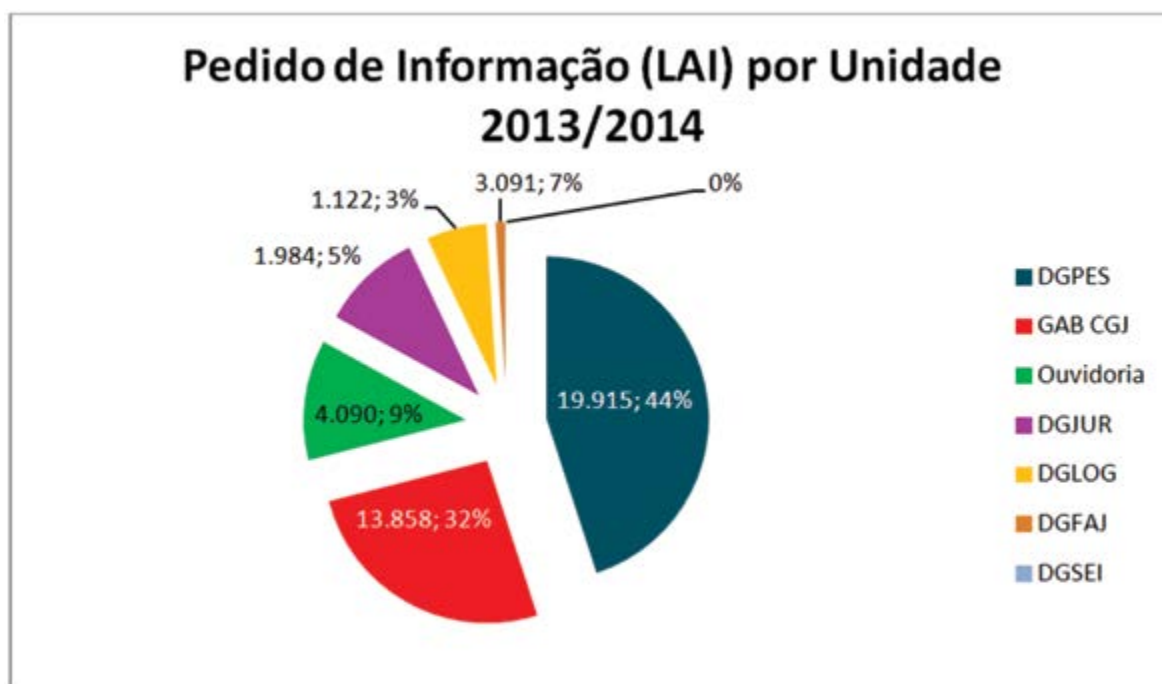
A Taxa de Congestionamento é um indicador largamente utilizado pelo Conselho Nacional de Justiça, e serve para medir a eficiência da unidade analisada. Observa-se que depois de um aumento do indicador no primeiro ano do biênio, em 2014 o desempenho da Ouvidoria-Geral foi positivamente expressivo, sendo considerado o melhor da série histórica, desde 2010.



Este indicador traduz a relação entre as manifestações resolvidas e as apresentadas no período em análise. Observou-se diminuição do total de manifestações recebidas em 2014 em relação a 2013, o que pode ser explicado pelos eventos que ocorreram durante o ano, em especial a Copa do Mundo. No entanto, em 2014 o número de manifestações finalizadas foi maior do que as novas manifestações. No biênio 2013/2014 o percentual de atendimento alcançou a marca de 97%, o que se afigurou como um excelente resultado.

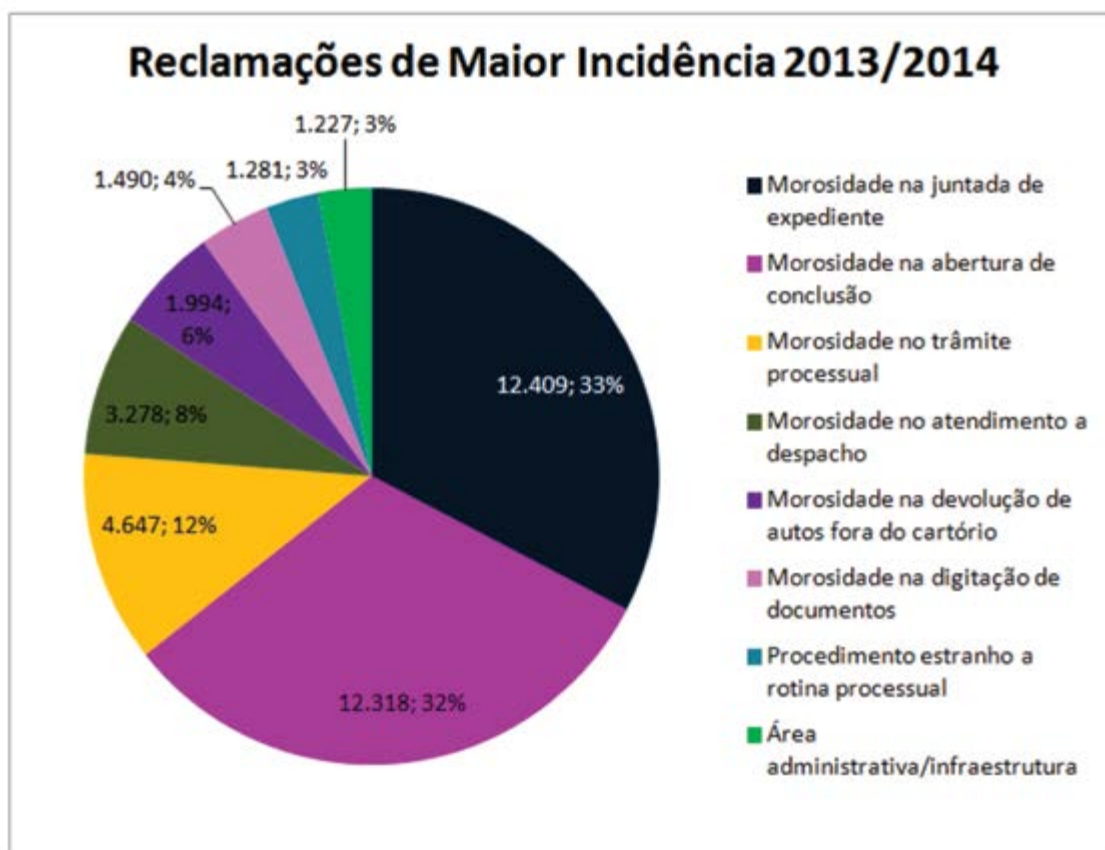


O gráfico apresenta a quantidade de manifestações formuladas no período, separada por assunto. Destaca-se o volume elevado de reclamações em relação aos demais assuntos. Quanto ao total de pedidos de informação baseados na Lei de Acesso a Informação, em 2013 foram recebidos 99 pedidos e, em 2014, alcançaram o número total de 279, o que representa um aumento de 281%. Esse aumento se deve ao cumprimento integral do Projeto Estratégico "Implantar a Lei de Acesso à Informação no PJERJ", que possibilitou maior divulgação desse instrumento no PJERJ.

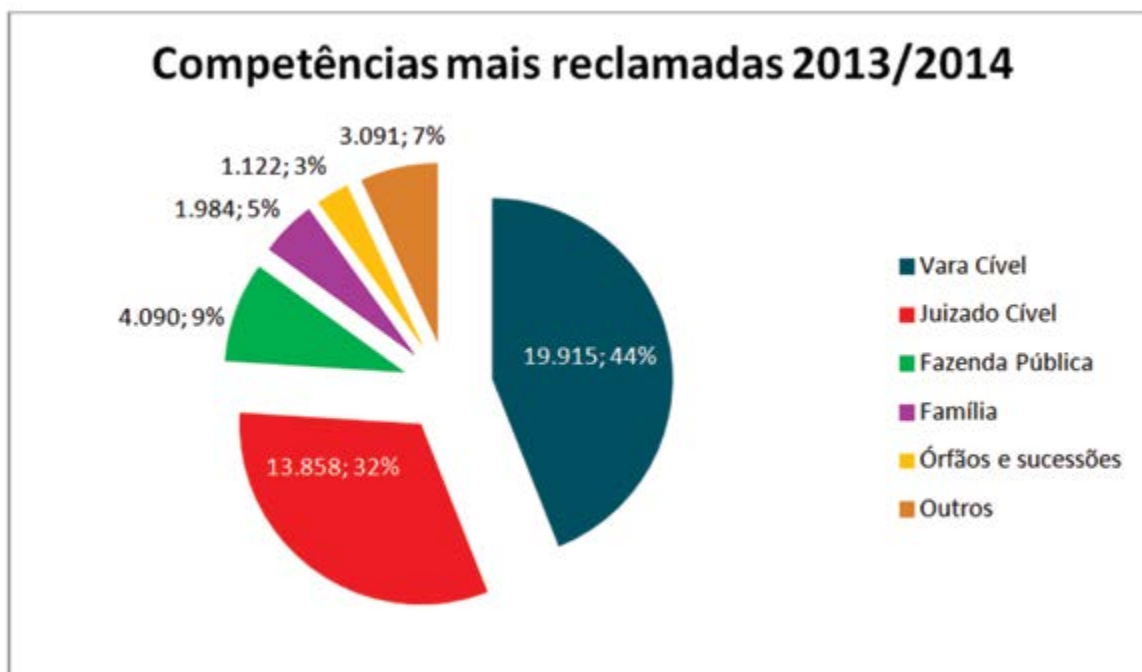


O indicador mostra a distribuição dos pedidos de informação baseados na Lei de Acesso pelas diversas unidades administrativas do PJERJ. Observa-se que a Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas – DGPES e o Gabinete da Corregedoria-Geral da Justiça (GAB-CGJ) foram os destinatários da maioria dos pedidos de informação, e esta supremacia se deve ao fato de que a maioria das indagações se referia a questões relativas ao Concurso para Servidores do Poder Judiciário.

Como informação complementar, nos dias 10 e 11 de novembro de 2014, a Fundação Getulio Vargas divulgou os resultados da avaliação do uso da LAI pelo Poder Judiciário Brasileiro, no seminário “Avaliação Nacional de Transparência Governamental: Usos e Desafios da Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527/2011”. O resultado para o PJERJ foi considerado positivo, pois ficou situado em 9º lugar, levando em conta todos os ramos da Justiça brasileira e o 2º lugar no âmbito da Justiça Estadual.



O gráfico demonstra o número de reclamações de maior incidência no biênio 2013/2014. Observa-se a flagrante predominância de protestos relacionados à morosidade nas mais variadas fases do processo judicial, que ocupam as seis primeiras posições no ranking e alcançam o percentual de 95% do total de reclamações.



O indicador agrupa, por competências, as reclamações recebidas contra as serventias, com o objetivo de indicar as mais acionadas. Verifica-se que as Varas Cíveis são as mais acionadas, seguidas pelos Juizados Especiais Cíveis, Varas da Fazenda Pública e de Família.

## DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

### • Gestão Estratégica e Operacional

O desenvolvimento institucional e a melhoria contínua da gestão foram, desde o início, priorizados pela atual Administração, especialmente considerando que a unicidade do PJERJ exige diretrizes institucionais claras e objetivas para nortear suas atividades.

À Diretoria-Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN) cabe a responsabilidade de dar concretude às diretrizes institucionais, desde a Gestão Estratégica até a Gestão Operacional.

Em relação à Gestão Estratégica, cujas linhas gerais já foram apresentadas neste relatório, coube especialmente à DGDIN a operacionalização dos desdobramentos, controles e monitoramento dos resultados estratégicos e do desenvolvimento dos projetos institucionais.

Após a publicação, em outubro de 2013, da Resolução TJ/OE nº. 37/2013 (e seus anexos), que formalizou o planejamento estratégico institucional, a DGDIN deu início às iniciativas necessárias à documentação, ao apoio e ao monitoramento dos projetos estratégicos. Assim, em novembro do mesmo ano, todos os 38 projetos definidos pela Administração Superior já tinham sido documentados e foram apresentados, inclusive em relação aos primeiros resultados observados, em Reunião de Análise da Estratégia (RAE), realizada em 22/11/2013.

A realização das RAE é recomendação do CNJ e ferramenta integralmente adotada pela atual Administração, como um dos impulsionadores da Gestão Dialógica. Em 2013, foram realizadas 2 RAE e, em 2014, 4 RAE, atingindo a meta definida pelo CNJ. Participaram da RAE a Administração Superior, os diretores e os representantes do Sindicato dos Servidores e da Associação de Magistrados, entre outros.

Especificamente em relação aos projetos estratégicos, cabe destacar, também, que foi desenvolvida uma nova metodologia, para a qual foram designados os gerentes de projetos, responsáveis por sua operacionalização, e magistrados, que passaram a atuar como orientadores, como mais uma iniciativa de reforço da Gestão Dialógica na Instituição.

Cabe destacar que a DGDIN, além das atribuições relacionadas ao desenvolvimento da Gestão Estratégica na Instituição, também foi responsável pela coordenação de 5 projetos estratégicos, 100% implementados, já detalhados neste relatório, a saber:

- implementação da Estrutura Organizacional;

- revisão da Estrutura Organizacional;
- desenvolvimento e implementação do Sistema de Indicadores Administrativos do PJERJ;
- ciclo de Gestão Contratual;
- padronização de Atos Formais de Gestão Administrativa.

No que se refere à Gestão Operacional, ainda na busca do alinhamento com a Gestão Estratégica, foi criada a figura dos Projetos de Inovação da Gestão Operacional (PIGO), possibilitando às unidades do PJERJ desenvolverem projetos “operacionais”, cujos benefícios seriam mais limitados às respectivas áreas, contribuindo para a melhoria da gestão de forma individualizada.

Além dos 38 projetos estratégicos definidos pela Administração Superior, foram desenvolvidos, ao longo dos anos de 2013 e 2014, pelo menos, 10 PIGO, em diversas áreas do PJERJ.

Um bom exemplo do alinhamento da estratégia com a operação é o projeto estratégico “Padronização dos Atos Formais de Gestão Administrativa”, instituído pela Resolução TJ/OE nº 06/2014, com a finalidade de estabelecer e organizar as regras para elaboração e utilização dos atos e documentos que veiculam todas as diretrizes institucionais do PJERJ, em seus aspectos essenciais, contribuindo, inclusive, para o fortalecimento da identidade institucional.



O mesmo alinhamento se evidencia com os projetos estratégicos “Implementação e Revisão da Estrutura Organizacional”, que, mais do que a adequação estrutural do PJERJ, se preocupou com a integração dos processos de trabalho e sua alocação, com foco na busca dos melhores resultados institucionais.

Outra medida de impacto para a estratégia institucional foi a elaboração do Plano de Comunicação da Estratégia, que identifica os eventos, público-alvo, unidades responsáveis e os meios de divulgação necessários para disseminar a cultura estratégica no PJERJ. O Plano coordena a produção e classificação das informações relacionadas à estratégia institucional.



Por fim, uma iniciativa importante visando a transparência e o conhecimento igualitário dos resultados e informações institucionais, coordenado pela DGDIN, foi a idealização de um informativo interno, denominado “PJERJ em Números”, que contém dados oriundos de diferentes Diretorias-Gerais, consolidados em um único documento, simples e de fácil consulta. Este documento, de atualização mensal, resume informações sobre:

- Unidades jurisdicionais (quantitativo geral);
- Virtualização processual;



- Indicadores processuais;
- Metas Nacionais do CNJ;
- Pessoal;
- Comunicação;
- Gestão Estratégica e operacional;
- Orçamento e finanças;
- Tecnologia da informação;
- Segurança;
- Logística e sustentabilidade.

Os quadros a seguir demonstram a estrutura de informações constantes do "PJE-RJ em Números":

UNIDADES JURISDICIONAIS							
Fonte:							
<b>NÚMEROS GERAIS</b>							
<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Municípios:</li> <li>○ Comarcas:</li> <li>○ Fóruns:</li> <li>○ Câmaras:</li> <li>○ Varas:</li> <li>○ Juizados:</li> <li>○ Juizados Adjuntos:</li> </ul>							
QUANTIDADE DE VARAS + JUIZADOS NO PJE/RJ							
Vara Cível	Vara Criminal	Vara Família	Vara Empers.	Vara Fat. Pública	Vara Inf. Juvent.	Vara Inf. Juv. M.	Vara Órfãos
Vara Única	1ª Vara	2ª Vara	VEP	Vara Fam. Inf. Juv. M.	Vara Rep. Publ.	Audit. Militar	
JJ Fazenda	JJ Cível	JJ Criminal	JJ Viol. Dom. Mulher e Esp. Cít.	JJ Viol. Dom. Fam. Mulher	Juizado Adj. Crim. e Viol. Doméstica	Juizado Adjunto Cível	

VIRTUALIZAÇÃO PROCESSUAL			
Fonte:			
Casos Novos Especificos no mês*	Total Elet. + Fil.	Elet.	% Elet.
1º Grau			
Juizados Especiais			
Turmas Recursais			
2º Grau			
<b>Total no PJE/RJ</b>			

\* Casos Novos Põe Desembargos + Põe Exatidão + Execução Final

## PJERJ EM NÚMEROS

Agosto de 2014



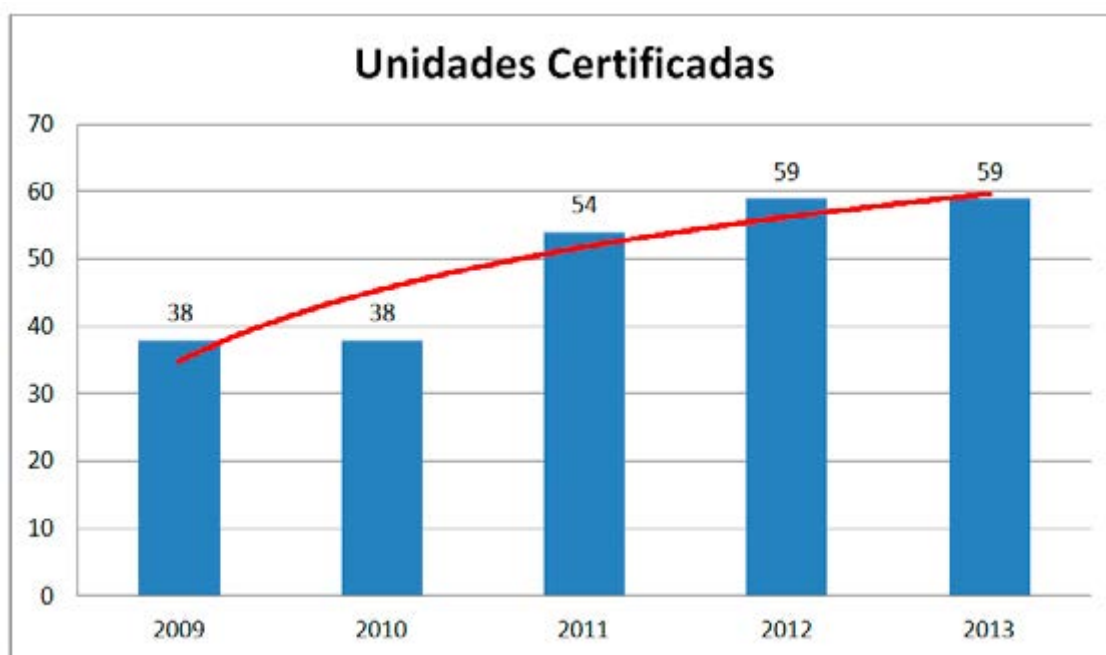
INDICADORES PROCESSUAIS Fonte:					PESSOAL Fonte:				GESTÃO (ESTRATÉG./OPERAC.) Fonte:				TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO Fonte:																											
Informações	1º G	2º G	JE	TR	Mag.	1º G	2º G	Adm.	Total	Proj.	1º G	2º G	Adm.	Total	Equipamentos	Virtualização	Segurança																							
Causas Novas (sem Confec.)																																								
Causas Novas (sem Rec.)		N/A		N/A																																				
Causas Novas (Definit. Final)		N/A	N/A	N/A																																				
Temp. Congest. (Proc. Confec.)																																								
Temp. Congest. (Proc. Rec.)		N/A		N/A																																				
Processos Retardados																																								
Causas Pendentes (1º Grau, Final)		N/A	N/A	N/A																																				
<b>METAS DO CNI (2014)</b> Fonte:					<b>COMUNICAÇÃO</b> Fonte:				<b>ORÇAMENTO E FINANÇAS</b> Fonte:				<b>LOGÍSTICA E SUSTENTABILIDADE</b> Fonte:																											
<b>METAS 2018 (S):</b> ○ Meta 1: Divulgar + Próc. Confec. do curso de direito em 2018; ○ Meta 2: Divulgar 80% Proc. distr. até 2012 no 1º Grau, 80% distr. até 2012 no 2º Grau e 100% distr. até 2012, em Juizados e TR; ○ Meta 3: (Parâmetros Distr. força trabalho vinculados à demanda de Processo); ○ Meta 4: Divulgar 22/22/24 as Ações Constitucionais: até 2012-1º Grau e as distr. até 2012-2º Grau; ○ Meta 6:					<b>COMUNICAÇÃO</b> ○ Demanda Externa (Mês): ○ Demanda Interna (Mês): <b>BANCO DO CONHECIMENTO</b> Total de Acesso/Mês: <b>ABRECAD, ASSINAT./PUBLIC.</b> ○ Assinaturas OREI: ○ Publicação de Editais: <table border="1"> <thead> <tr> <th>Total</th> <th>Museu</th> <th>CMem. Ilumini</th> <th>CCPI</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Visitantes</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Participantes</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Visita</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Guia/Inter</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>Participações</td> <td></td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>				Total	Museu	CMem. Ilumini	CCPI	Visitantes				Participantes				Visita				Guia/Inter				Participações				<b>ORÇAMENTO:</b> ○ Fonte 00: ○ Fonte 10: ○ Fonte 99: <b>DESPESAS:</b> ○ Fonte 00: ○ Fonte 10: ○ Fonte 99: <b>RECEITA TOTAL:</b> ○ Fonte 00: ○ Fonte 10: ○ Fonte 99: Fonte 00: Recursos do Estado do Rio de Janeiro, destinados ao pagamento de magistrados e servidores ativos; O Rio Previdência reatou o pagamento do plano de saúde; Fonte 10: Fundo Especial do Tribunal de Justiça; Fonte 99: Comissões com instituições financeiras.				<b>CONSUMO DE ÁGUA</b> ○ Água/Per Capita: ○ Água/Área Construída: ○ Valor Total Pago: <b>CONSUMO DE ENERGIA</b> ○ kWh/Per Capita: ○ Energia/Área Construída: ○ Valor Total: <b>CONSUMO DE PAPEL</b> ○ Remanes/Total: ○ Consumo/Setor: 1º Grau: 2º Grau: Administração: <b>TELEFONIA</b> ○ Valor Total Pago:			
Total	Museu	CMem. Ilumini	CCPI																																					
Visitantes																																								
Participantes																																								
Visita																																								
Guia/Inter																																								
Participações																																								

### • Certificação ISO e Auditorias de Gestão

A certificação de sistemas de gestão com base na NBR ISO 9001, prática iniciada em 2004 no contexto do Projeto de Fortalecimento e Modernização da Gestão do PJERJ, com efetiva participação da presidente do PJERJ, desembargadora Leila Mariano, foi mantida e ampliada ao longo dos anos.

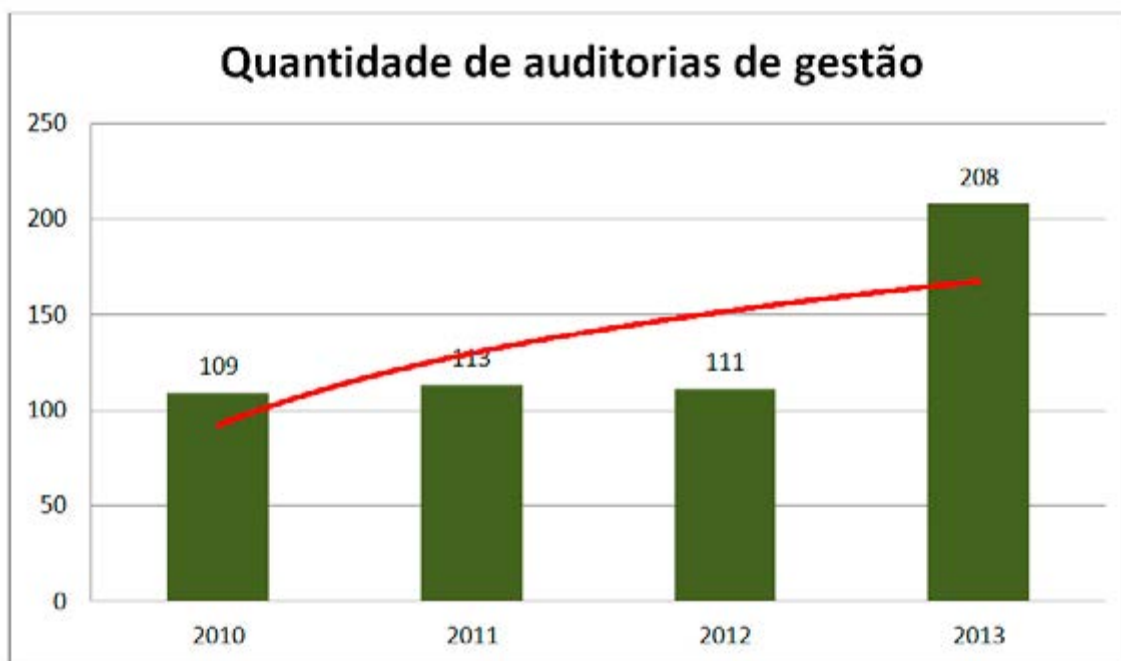
Depois de 10 anos do projeto, o PJERJ acumula 58 unidades certificadas (42 jurisdicionais e 16 administrativas), com selos da qualidade - obtidos por meio de auditorias realizadas por instituições certificadoras isentas e independentes, credenciadas pelo INMETRO - renovados a cada três anos, sem interrupção ou perda de certificados, o que significa uma internalização dos instrumentos de gestão difundidos pela Norma Internacional.

Dentre as unidades jurisdicionais temos 1 câmara cível, 28 varas cíveis, 6 varas criminais, 3 juizados especiais (1 criminal e 2 cíveis), 1 vara de órfãos e sucessões e 1 vara empresarial, 2 centrais (1 Central da Dívida Ativa e 1 de cumprimento de mandados) e 1 secretaria de Turma Recursal.



A diminuição do número de sistemas certificados deve-se ao fato da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital ter sido desinstalada.

No biênio 2013/2014, em cumprimento ao programa de auditorias de gestão, foram realizadas 449 auditorias (336 internas e 113 externas), sendo esta uma das principais ferramentas de aferição da qualidade.

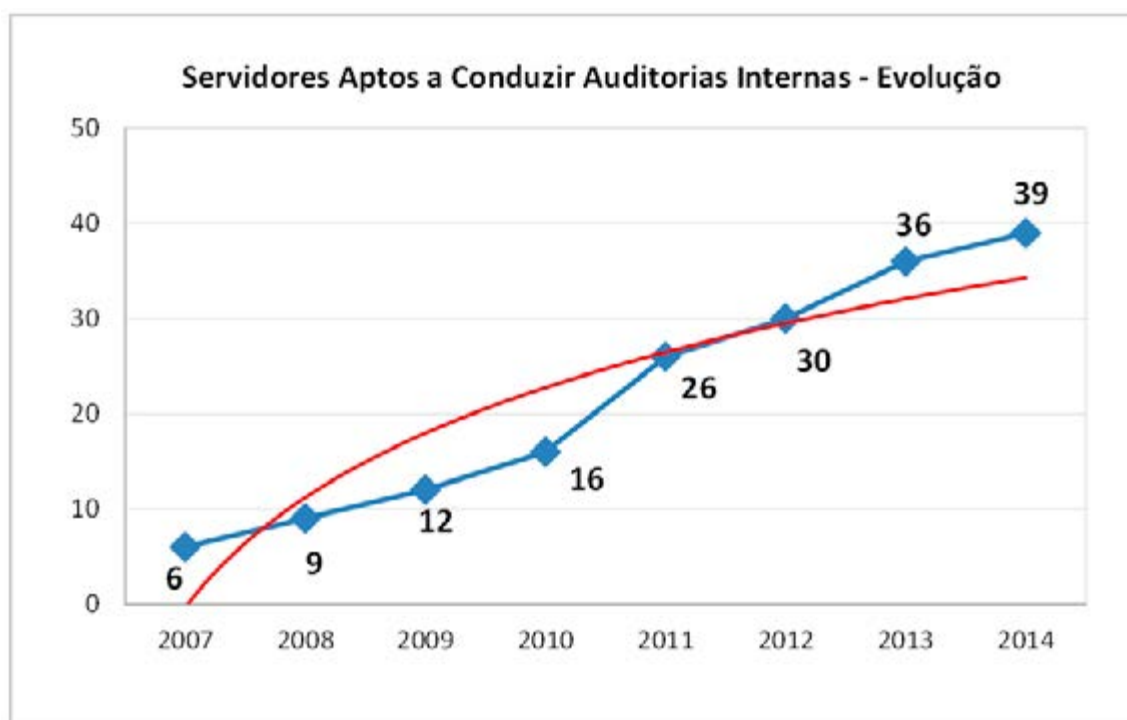


Das 336 auditorias internas realizadas, 218 verificaram o grau de implementação do SIGA em unidades jurisdicionais, 01 constatou a implementação do SIGA da 3ª Vice-Presidência e 117 ocorreram em unidades envolvidas no processo de certificação.

A partir dos desvios detectados e registrados nos relatórios de auditoria das unidades envolvidas no processo de certificação, são implementadas ações corretivas para a solução ou redução das falhas apontadas. Tal sistemática, por colocar em evidência pontos críticos da gestão, principalmente a cartorária, faz com que as unidades empreendam esforço extra e busquem manter vigilância no seu desempenho.

Estimulando-se iniciativas de redução dos custos, o PJERJ investe continuamente na formação de auditores internos. Após tornarem-se aptos, esses servidores multiplicam o conhecimento adquirido na sua área de atuação, desenvolvem a visão sistêmica e facilitam a comunicação interna e a integração entre as diversas unidades.

O PJERJ conta com 39 auditores internos aptos a liderarem equipes de auditoria, número que vem evoluindo ao longo de vários anos. A economia total gerada no biênio 2013/2014 ultrapassou R\$ 65.000,00.



- **Sistema Integrado de Gestão (SIGA)**

Paralelamente ao projeto de certificação, o Sistema Integrado de Gestão (SIGA), também com base nos requisitos estabelecidos pela NBR ISO 9001, porém de forma simplificada, está previsto para ser implementado em todas as unidades jurisdicionais e administrativas do PJERJ.

O SIGA, que independe da certificação, é implementado de forma gradual em todo o Estado, sendo dividido em três níveis – básico, planejado e gerenciado – dependendo do índice de utilização e aderências das práticas de gestão por cada unidade, tratando-se de uma ferramenta auxiliar a mudança que se pretende levar a termo no PJERJ.

Na área jurisdicional, atualmente, o SIGA vem sendo mantido em 89 unidades no segmento cível do 2º, 3º, 4º, 6º, 11º, 12º e 13º Núcleos Regionais e, em 2014, foi ampliado para 6 (seis) Varas Empresariais, 2 (duas) Centrais de Cumprimento de Mandados do foro da capital, 15 (quinze) Varas de Família do 12º Núcleo Regional e 5 (cinco) varas de atribuição mista dos 3º e 11º Núcleos Regionais.

Em 2014, o sistema totalizou 217 unidades, aí incluídas as 58 certificadas pela NBR ISO 9001, alcançando, ainda, 22,13% dos servidores e colaboradores do PJERJ.



O ligeiro decréscimo percentual em relação ao ano de 2013, observado no gráfico acima, está relacionado, entre outros pontos, à reestruturação da área de pessoal.

Cabe destacar que, em sua formulação inicial, o SIGA era igualitário para unidades administrativas e jurisdicionais. Atualmente, entretanto, sua implementação se dá de modo separado e diferenciado por segmento, de forma que as ferramentas de gestão mais úteis ao cotidiano das unidades sejam especificamente implementadas, demonstrando a preocupação constante da Administração Superior

com a efetividade e com o melhor aproveitamento do SIGA. Considera-se, ainda, o grau de complexidade e a diferenciação dos processos de trabalho realizados pelas unidades organizacionais.

Além disso, a implementação do SIGA era preliminarmente mensurada por meio de avaliações, sem regressão de um nível para outro e, atualmente, se dá por meio de auditorias internas, a partir de critérios pré-estabelecidos e conhecidos pelas unidades, prevendo a possibilidade de alteração do nível de implementação, caso não se mantenha a aplicação periódica das ferramentas de gestão e das boas práticas inerentes.

Atualmente, a configuração do SIGA implementa as seguintes práticas:

#### **| Unidades Jurisdicionais**

- Conhecimento do SIGA (incluindo tópicos de gestão estratégica e ferramentas de gestão);
- Análise de indicadores e gestão por relatórios;
- Gestão por processos de trabalho;
- Organização do ambiente de trabalho;
- Pesquisa de opinião (canal de comunicação).

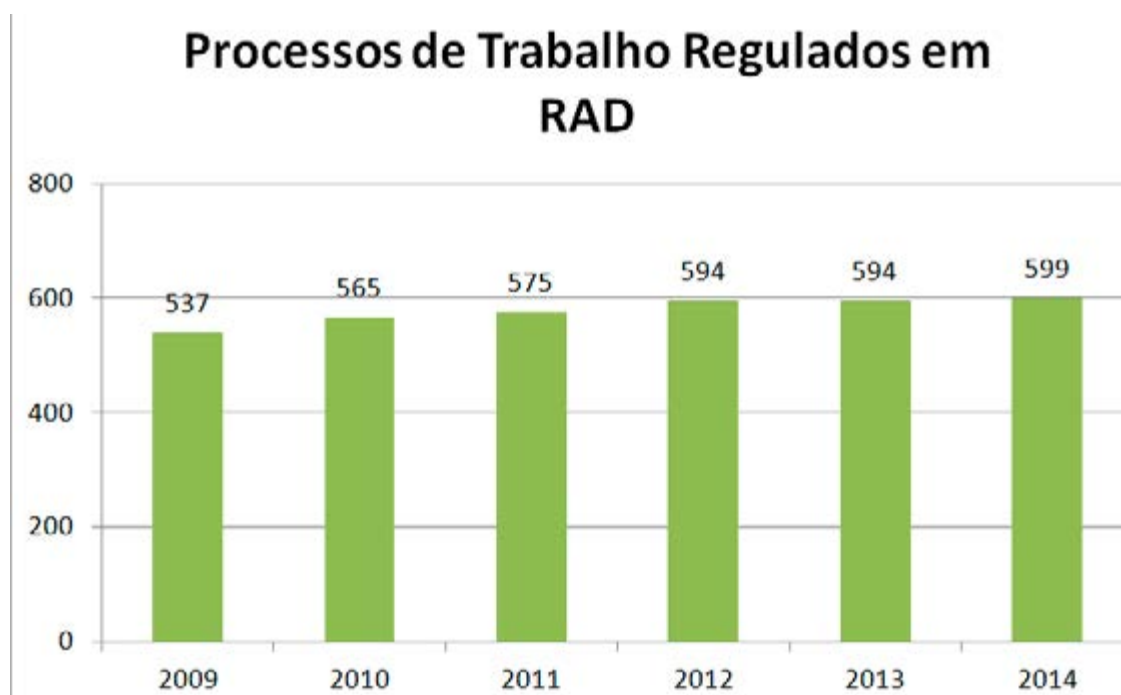
#### **| Unidades Administrativas**

- Conhecimento do SIGA (incluindo tópicos de gestão estratégica e ferramentas de gestão);
- Gestão por processos de trabalho;
- Pesquisa de opinião;
- Pesquisa de satisfação do usuário (canal de comunicação);

- Gestão de competências;
- Análise de dados (e indicadores);
- Produto nãoconforme;
- Ação corretiva;
- Análise crítica;
- Projetos;
- Relatórios de Informações Gerenciais.

#### • Gestão por Processos de Trabalho

No que diz respeito à gestão por processos de trabalho, o PJERJ conta com 599 Rotinas Administrativas (RAD) documentadas, cuja atualização é realizada em intervalo não superior a 1 ano, com o intuito de promover a eficiência administrativa. Atualmente, cerca de 80% dos processos de trabalho documentados em RAD estão revisados, o que evidencia a vitalidade da documentação do SIGA no PJERJ.





Para atender às novas rotinas de trabalho, geradas com a implantação do processamento eletrônico, foram mapeados e documentados em RAD os processos eletrônicos das varas cíveis, da Central de Assessoramento Criminal, da 2ª Vice-Presidência e da 3ª Vice-Presidência.

Os processos de trabalho da Central de Cumprimento de Mandados de Vara de Família e da Central de Cumprimento de Mandados de Vara de Fazenda Pública estão em elaboração.

Alinhado com o conceito de economicidade e também com o fim de dar maior celeridade ao trâmite dos documentos, iniciou-se o projeto de virtualização de RAD, com a eliminação da impressão de rotinas administrativas no seu fluxo de análise e aprovação. Ao final de 2013, o PJERJ já contava com 5 unidades administrativas trabalhando na nova sistemática. Em 2014, todas as unidades, tanto administrativas quanto judiciais, analisam e aprovam as RAD virtualmente.

Cabe destacar que, entre os projetos estratégicos definidos para o atual biênio, o projeto “Ciclo de Gestão Contratual” reconheceu a importância do mapeamento e da documentação dos processos de trabalho para a melhoria e o desenvolvimento da gestão institucional.

A partir deste projeto, foram promovidas, pela DGDIN, mais de 20 reuniões com as unidades envolvidas neste processo de trabalho, com o intuito de redesenhar e aprimorar o ciclo de contratação do PJERJ.

A RAD-DGLOG-005 (Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos) foi redesenhada, inclusive em atendimento às recomendações dos Tribunais de Contas e do CNJ. Também foi documentada a RAD-DGTEC-041 (Ciclo de Formação e Execução de Contratos de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação), para atender às mesmas recomendações, em uma clara demonstração da preocupação da Administração com a transparência dos processos de trabalho.

Para facilitar o entendimento acerca das questões técnico-institucionais, foi elaborado o "Manual de Gestão de Contratos", dando transparência às linhas gerais sobre o tema.



Outro projeto que evidencia a importância da gestão de processos de trabalho é o "Desenvolvimento e Implementação do Sistema de Indicadores Administrativos do PJERJ", que contribui para o monitoramento da gestão operacional, na medida em que identifica os produtos e os indicadores de cada processo de trabalho, com a finalidade de aprimorar seus respectivos controles e resultados.

Ao final da gestão, todas as Diretorias-Gerais do PJERJ já contam com uma "Árvore de Processos de Trabalho, Produtos e Indicadores", que resumem em um "quadro de bordo" os elementos básicos da gestão dessas unidades.

## ASSESSORAMENTO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

A administração de um Poder com a complexidade do Judiciário só é possível com a cooperação de agentes internos e externos, bem como de outras instituições.

Tendo eleito a administração participativa como um dos objetivos da gestão, foi muito importante o trabalho realizado pelos Colegiados Administrativos, dos quais 21 Comissões internas e 33 Grupos de Trabalho instituídos no biênio 2013/2014, como se demonstrará. Outrossim, deve-se registrar que o PJERJ participa de 21 colegiados externos e de 1 subcomissão externa. Todas as comissões e grupos de trabalho receberam apoio administrativo do Departamento de Apoio e Assessoramento Técnico aos Órgãos Colegiados Administrativos (DEACO) da Diretoria-Geral de Desenvolvimento Institucional (DGDIN).

### A seguir são informados os Colegiados Externos:

- Comitê Estadual para Prevenção e Combate à Tortura do Rio de Janeiro<sup>6</sup>;
- Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado do Rio de Janeiro<sup>7</sup>;
- Comitê Executivo do Estado do Rio de Janeiro do Fórum Nacional de Saúde do Conselho Nacional de Justiça<sup>8</sup>;
- Comissão Especial de Segurança da Mulher<sup>9</sup>;
- Comissão Estadual de Erradicação do Trabalho Escravo do Estado do Rio de Janeiro<sup>10</sup>;

6 Des. Marcelo Castro Anatócles da Silva Ferreira

7 Des. Marcelo Castro Anatócles da Silva Ferreira

8 Juíza Maria Paula Gouveia Galhardo -Vice-presidente

9 Juíza Adriana Ramos de Mello

10 Des. Marcelo Castro Anatócles da Silva Ferreira

- Conselho Gestor do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte no Estado do Rio de Janeiro (PPCAAM/RJ)<sup>11</sup>;
- Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos do Estado do Rio de Janeiro<sup>12</sup>;
- Conselho Deliberativo do Programa de Proteção a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas do Estado do Rio de Janeiro - CONDEL/RJ (PROVITA-RJ)<sup>13</sup>;
- Comissão Intersectorial Estadual de Convivência Familiar e Comunitária<sup>14</sup>;
- Comitê Gestor do Segmento da Justiça Estadual junto ao Conselho Nacional de Justiça<sup>15</sup>;
- Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor (CONDECON)<sup>16</sup>;
- Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (ENASP)<sup>17</sup>;
- Gabinete de Gestão Integrada do Estado do Rio de Janeiro (GGIE-RJ)<sup>18</sup>;
- Conselho Estadual da Juventude (COJUERJ)<sup>19</sup>;
- Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ)<sup>20</sup>;
- Conselho Deliberativo da Fundação de Previdência Complementar do Estado do Rio de Janeiro (RJPREV)<sup>21</sup>;

11 Juiz Marcius da Costa Ferreira e Juiz Rodrigo Faria de Sousa

12 Des. Denise Levy Tredlere, Des. Marcelo Castro Anatocles da Silva Ferreira

13 Des. Marcelo Castro Anatocles da Silva Ferreira E Sra. Rosilea Di Masi Palheiro

14 Sem Membro Designado

15 Des. Joaquim Domingos de Almeida Neto

16 Juiz Flavio Citro Vieira De Mello e Des. Joaquim Domingos De Almeida Neto

17 Juíza Alessandra de Araujo Bilac Moreira Pinto

18 Sr. Edgard Renato Oliveira de Carvalho e Sr. Francisco Costa Matias De Carvalho

19 Juiz Marcius da Costa Ferreira E Juiz Pedro Henrique Alves

20 Sr. Marcio Ronaldo Leitão Teixeira e Sr. Marcus Vinicius Domingues Gomes

21 Des. Agostinho Teixeira de Almeida Filho E Des. José Roberto Portugal Compasso

- Comitê Gestor Estadual de Políticas de Erradicação do Sub-Registro Civil de Nascimento e Ampliação do Acesso à Documentação Básica<sup>22</sup>;
- Conselho de Administração do Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (RIOPREVIDÊNCIA)<sup>23</sup>;
- Conselho de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (CONSPERJ)<sup>24</sup>;
- Comitê Executivo Estadual da Rede Nacional de Cooperação Judiciária<sup>25</sup>;
- Subcomitê Gestor do Seguimento da Justiça Estadual junto ao Conselho Nacional de Justiça<sup>26</sup>.

**A seguir são informados os Colegiados Internos com suas principais realizações no Biênio:**

**I Comissão de Legislação e Normas (COLEN)<sup>27</sup>**

- Elaboração de parecer e do texto final do Anteprojeto de Lei de Organização Judiciária;
- Elaboração de pareceres sobre propostas de Projetos de Lei e de Resoluções aprovados pelo Órgão Especial;
- Elaboração de pareceres às propostas de alterações do Regimento Interno;
- Elaboração de pareceres aos estudos apresentados pela COMAQ ao Órgão Especial relativos a desinstalações, instalações e criações de órgãos julgadores.

22 Juíza Raquel Santos Pereira Crispino e Juiz Sergio Ricardo de Arruda Fernandes

23 Des. Carlos Santos de Oliveira, Des. Camilo Ribeiro Ruliere; Des. Jose Roberto Portugal Compasso; Sr Rodrigo Ferreira Coelho

24 Juiz Mario Henrique Mazza

25 Juíza Marcia Correa Hollanda

26 Juíza Valeria Pachá Bichara e Sra. Maria Deures Martins Ferreira

27 Des. Monica Maria Costa Di Piero; Des. Andre Gustavo Correa de Andrade; Des. Claudio Brandão de Oliveira; Des. Maria Angelica Guimaraes Guerra Guedes e Des. Cezar Augusto Rodrigues Costa.

### I Comissão do Regimento Interno (COREG)<sup>28</sup>

- Sistematização e parecer quanto às novas regras para o processo eleitoral no âmbito do PJERJ, devidamente aprovadas pelo Tribunal Pleno;
- Atualização do Regimento Interno (Resoluções nº 10, 14, 22 e 34/2013 e 14/2014).

### I Conselho de Vitaliciamento (COVIT)<sup>29</sup>

- Prestação de orientação e aconselhamento aos Juízes Vitaliciandos pelos Desembargadores Conselheiros;
- Análise das sentenças apresentadas, avaliação dos 6 relatórios trimestrais e do relatório conclusivo das atividades desenvolvidas pelo Vitaliciando;
- Escolha, orientação e coordenação dos Juízes Supervisores que exercerão atividade permanente no acompanhamento e troca de experiências com o Vitaliciando, emitindo relatório conclusivo que integrará o processo de vitaliciamento;
- Encaminhamento ao Conselho da Magistratura do relatório final sobre a atuação de cada juiz vitaliciando;

28 Des. Claudio Mello Tavares; Des. Odete Knaack de Souza; Des. Antônio Carlos Nascimento Amado; Des. Heleno Ribeiro Pereira Nunes; Des. Alexandre Antonio Franco Freitas Câmara.

29 Des. Gabriel De Oliveira Zefiro; Des. Katia Maria Amaral Jangutta, Des. Agostinho Teixeira de Almeida Filho, Des. Heleno Ribeiro Pereira Nunes, Des. Marco Aurelio Bezerra de Melo, Des. Wagner Cinelli de Paula Freitas, Des. Rosa Helena Penna Macedo Guita, Des. Antoniolloizio Barros Bastos, Des. Adolpho Correa De Andrade Mello Junior, Des. Paulo De Oliveira Lanzellotti Baldez, Des. Cezar Augusto Rodrigues Costa, Des. Valeria Dacheux Nascimento, Des. Luciano Silva Barreto, Des. Alcides da Fonseca Neto, Des. Maria Helena Pinto Machado Martins, Juiz Sergio Ricardo de Arruda Fernandes, Juíza Maria Da Gloria Oliveira Bandeira de Mello, Juiz Andre Ricardo De Franciscis Ramos, Juíza Rosa Maria Cirigliano Maneschy, Juíza Maria Tereza Donatti, Juiz Alberto Salomão Junior, Juiz Renata Gil de Alcantara Videira, Juíza Andrea de Almeida Quintela da Silva, Juíza Ana Lucia Vieira do Carmo.

- Vitaliciamentos em andamento:
  - » Concurso XLIII, com 36 Juízes Vitaliciandos que foram nomeados em 05.07.2012. Em fase de finalização, com o envio dos Processos de Vitaliciamento ao Conselho da Magistratura;
  - » Concurso XLIV, com 21 Juízes Vitaliciandos que foram nomeados em 03.06.2013. Em fase de entrega do 4º Relatório Trimestral pelos Desembargadores Conselheiros;
  - » Concurso XLV, com 26 Juízes que foram nomeados em 08.05.2014. Em fase de entrega do 4º Relatório Mensal pelos Desembargadores Conselheiros.

#### **I Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (CEJEM)<sup>30</sup>**

- Apoio na implantação do Projeto de Integração de Sistemas dos Juizados de Violência Doméstica e das Delegacias de Polícia Legais, desenvolvido pela DGTEC e pela DTI da PCERJ, iniciado pelos Juizados da Região Metropolitana;
- Divulgação da Política de Proteção à Mulher;
- Atualização do texto da Cartilha da Lei Maria da Penha;
- Apoio na efetivação dos convênios entre o PJERJ com a “ONG Entre Amigas”, o Grupo dos Alcoólicos Anônimos e a Secretaria Estadual de Saúde (disponibilização de psicólogos e assistentes sociais para integrarem as Equipe Técnica dos Juizados de Violência Doméstica, contempladas pelo Convênio);
- Apoio à Administração Superior na instalação dos IV, V e VII Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na Comarca da Capital e do Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;

<sup>30</sup> Des. Maria Regina Fonseca Nova Alves, Des. Marcelo Castro Anatocles da Silva Ferreira, Juíza Ane Cristine Scheele Santos, Juiz Marcel Laguna Duque Estrada, Juiz Alberto Fraga, Juíza Alessandra de Araujo Bilac Moreira Pinto, Juiz Alfredo Jose Marinho Neto

- Representação do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro na VIII Jornada da Lei Maria da Penha, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça com apoio do Tribunal de Justiça do DF, entre os dias 07 e 08/08/2014 em Brasília/DF, com a confecção de relatório circunstanciado apresentado à Presidência do Tribunal de Justiça, protocolado sob o nº 2014-0138897;
- Atualização do Protocolo de Atuação da Rede de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência em razão da publicação da Resolução TJ/OE nº 35/2014, que modificou as competências territoriais dos JVDFMs;
- Participação em evento denominado “Dia do Sim”, casamento comunitário realizado no dia 30.11.2014, no Ginásio do Maracanãzinho, onde foram distribuídas 2.000 (duas mil) cartilhas da Lei Maria da Penha, no momento em que os casais retiravam suas certidões de casamento;
- Participação nos eventos da campanha “16 dias de Ativismo pela Lei Maria da Penha” entre os dias 18.11.2014 e 05.12.2014, com a presença em seminários realizados pela Subsecretaria Estadual de Políticas para as Mulheres da Secretaria Estadual de Assistência Social e Direitos Humanos e no Ministério Público, com a distribuição de Cartilhas da Lei Maria Penha;
- Supervisão do CEJUVIDA, na prestação de apoio ao encaminhamento de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar e de seus filhos menores.

#### | Comissão Mista de Comunicação Institucional (COMCI)<sup>31</sup>

- Elaboração do Projeto da Resolução TJ/OE nº 07/2014 que estabeleceu a Política de Comunicação Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro e dispõe sobre a atuação integrada da Comissão Mista de Comunicação Institucional e da Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM);
- Análise do Relatório apresentado pela DGCOM, com a formatação do Plano de Comunicação Institucional a ser validado pela próxima Administração.

<sup>31</sup> Des. Jessé Torres Pereira Junior, Des. Fernando Foch de Lemos Arigony da Silva, Des. Claudia Telles de Menezes, Juíza Andrea Maciel Pachá, Juiz Luiz Roberto Ayoub, Sr Guilherme Fiuza, Sr Joel Rufino dos Santos, Dr Sergio Francisco de Aguiar Tostes



### I Comissão Estadual Judiciária de Adoção internacional (CEJAI)<sup>32</sup>

- Conclusão de 24 adoções, por pretendentes habilitados em 2013 e 2014;
- Elaboração da Minuta da Resolução CM nº 11/2013, que normatizou as atribuições do Colegiado;
- Acompanhamento do processo de adoção de 08 crianças/adolescentes por pretendentes habilitados em 2014;
- Elaboração da Cartilha “Adoção Internacional: Amor sem Fronteiras”.

### I Comissão Permanente de Avaliação Documental do PJERJ (COPAD)<sup>33</sup>

- Elaboração de Minutas dos seguintes documentos:
  - » Ato Normativo Conjunto nº 09/2014-Eliminação dos autos processuais dos Juizados Especiais Cíveis;
  - » Ato Normativo nº 15/2014 - Classificação dos autos de processos administrativos de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD);
  - » Ato Normativo nº 16/2014 - Entrega física dos autos de processos administrativos da área de pessoal às partes interessadas;
  - » Ato Normativo 15/2014 - Classificação dos autos de processos administrativos de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD);
  - » Ato Normativo nº 18/2014 - Descarte de autos de processos administrativos armazenados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos, observando os prazos e a destinação final da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD);

32 Des. Antonio Iloizio Barros Bastos, Juiz Gerardo Carnevale Ney da Silva, Juíza Leise Rodrigues de Lima Espírito Santo, Drª Eliane Simas dos Santos, Drª Silvana do Monte Moreira, Juíza Maria Aglae Tedesco Vilar do, Juiz Marcio Quintes Goncalves, Srª Ludmilla de Azevedo Carvalho.

33 Des. Joaquim Domingos de Almeida Neto, Sr Carlos Henrique Mendes Galato, Sr Marcio Ronaldo Leitão Teixeira, Sr Sandro Denis de Souza Nunes

- » Ato Normativo Conjunto nº 01/2015 - Aprova a atualização da Tabela de Temporalidade de Documentos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

#### **| Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Acessibilidade (COCIP)<sup>34</sup>**

- Criação do link Acessibilidade, no Portal do Site do PJERJ;
- Regulamentação do uso de vagas de estacionamento aos veículos das Pessoas com Deficiências Físicas ou Sensoriais nas instalações e prédios no âmbito do PJERJ;
- Desenvolvimento de Cartilha, com o objetivo de estimular e subsidiar atitudes que facilitam o relacionamento entre as pessoas e a inclusão;
- Realização de estudo visando à contratação, pelo TJERJ, de oito recepcionistas com conhecimento em LIBRAS.

#### **| Comissão de Rastreamento do Sistema Informatizado de Distribuição das 1ª e 2ª Vice-Presidências do TJERJ (CORAS)<sup>35</sup>**

- Análise trimestral, por amostragem, dos relatórios de distribuição, das 1ª e 2ª Vice-Presidências do TJERJ.

34 Des. Heleno Ribeiro Pereira Nunes, Srª Ana Paula Rodrigues Ruas, Srª Andre Luiz Soares Da Costa, Sr Felisberto Muniz Pontes, Srª Luana Meira Lopes, Sr Marcio Castro de Aguiar, Srª Rita de Cassia Franco

35 Des. Ademir Paulo Pimentel, Sr. Alexandre Correa Carvalho, Sr. Andre Amaral Gurgel Monteiro de Barros, Srª Diana Constantino Schimidt, Srª Laura Rangel De Oliveira, Srª Maria Deures Martins Ferreira, Sr. Sandro Denis de Souza Nunes

### **I Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária no Âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro(GMF)<sup>36</sup>**

- Certificação da identificação dos internos do Sistema Carcerário do Estado do Rio de Janeiro e integração do sistema SUSP-ID com o PJERJ, que culminou com a certificação da identificação de todos os internos do sistema carcerário, e ainda na agilização da identificação dos detidos nas Delegacias de todo o Estado;
- Apoio na realização do mutirão carcerário, que ocorreu em março de 2014, com o escopo de analisar a situação prisional dos detentos em regime fechado do Complexo Penitenciário de Gericinó.

### **I Grupo Trabalho para Implementação e Gerenciamento do Banco Nacional de Mandados de Prisão (BNMP)<sup>37</sup>**

- Acompanhamento estatístico dos mandados de prisão pendentes de regularização. Até o momento, foi regularizado o registro de 52.608 mandados de prisão, em cumprimento ao estabelecido na Resolução CNJ nº 137/2011;
- Encaminhamento à Presidência, para apreciação, de sugestão de realização de nova rodada de verificação regularização de mandados expedidos à Polícia Civil/RJ e sem a numeração do CNJ.

### **I Comissão Mista Interinstitucional para Estudo de Implementação de Sistema de Videoconferência (CM-VIDEOCONFERÊNCIA)<sup>38</sup>**

- Estudo para implementação do sistema de videoconferência e acompanhamento de sua instalação nas salas de sessão das Varas Criminais do Fórum Central (4), no Complexo de Gericinó(2) e no Batalhão Especial Prisional (BEP);

36 Des. Antonio Jayme Boente, Juiz Guilherme SchillingPollo Duarte, Juiz Marcel Laguna Duque Estrada, Juíza Alessandra de Araujo Bilac Moreira Pinto.

37 Des. Antonio Jayme Boente, Juiz Guilherme SchillingPollo Duarte, Juiz Marcel Laguna Duque Estrada, Juíza Alessandra de Araujo Bilac Moreira Pinto.

38 Des. Antonio Jayme Boente, Des. Joaquim Domingos de Almeida Neto, Juíza Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto, Juiz Marcel Laguna Duque Estrada, Promotor de Justiça Walter de Oliveira Santos, Promotor de Justiça Paulo Wunder de Alencar, Defensora Pública Carla Vianna, Defensor Público Eduardo Gomes, Advogada Fernanda Tórtima, Advogado Brenno Melagrano, Sauler Antônio Sakalén, Jorge Henrique Cardoso Batalha, Delegado Rafael Willis Fernandez.

- Orientação e treinamento de magistrados, servidores do Judiciário e da SEAP;
- Acompanhamento do uso do sistema com elaboração de estatística sobre o uso dos equipamentos fixos e móveis, com identificação de problemas referentes;
- Realização de estudos para ampliação do sistema de videoconferência para o Estado do Rio de Janeiro.

### I Comissão Judiciária de Articulação das Varas de Família, Infância e Juventude e Idoso (CEFIJ)<sup>39</sup>

- Apresentação do Panorama da execução das medidas socioeducativas em meio aberto, em encontro realizado em 2013 com a presença do Poder Executivo Municipal, visando ao atendimento dos ditames da Lei Federal nº 12.594/2012 (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo-SINASE);
- Sistematização dos resultados das Audiências Concentradas realizadas pelas Varas da Infância e da Juventude:
  - » No ano de 2013 foram realizadas 4.962 reavaliações da medida protetiva de acolhimento institucional de crianças/adolescentes. As avaliações resultaram em: 757 crianças/adolescentes reintegrados à família de origem ou extensa, 170 crianças/adolescentes encaminhados à família substituta e 133 desligados por outros motivos (maioridade, evasões, óbitos e transferências);
  - » No ano de 2014 foram realizadas 4.772 reavaliações da medida protetiva de acolhimento institucional de crianças/adolescentes. As avaliações resultaram em: 724 crianças/adolescentes reintegrados à família de origem ou extensa, 147 crianças/adolescentes encaminhados à família substituta e 145 desligados por outros motivos (maioridade, evasões,

<sup>39</sup> Des. Conceição Aparecida Mousnier Teixeira de Guimaraes Pena, Juiz Marcius da Costa Ferreira, Juíza Andrea Maciel Pachá, Juiz Gerardo Carnevale Ney da Silva, Juiz Alexandre Teixeira de Souza, Juiz Pedro Henrique Alves, Juíza Regina Helena Fabregas Ferreira, Juíza Maria Paula Gouvea Galhardo, Juiz Sandro Pitthan Espindola e Juiz Rodrigo Faria de Sousa.

óbitos e transferências). O último período das Audiências Concentradas (outubro de 2014) encerrou com 1.908 crianças/adolescentes mantidos em programas de acolhimento.

### I Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais (COJES)<sup>40</sup>

- Formulação de política de atuação dos Juizados Especiais com objetivo de reduzir os estoques de processo e agilizar a entrega da prestação jurisdicional nesse setor;
- Disseminação e acompanhamento do cumprimento dessa política com intervenção nas unidades jurisdicionais onde se fazia necessária;
- Organização de mutirões para agilizar a entrega da prestação jurisdicional nesse setor;
- Realização de Concurso para Juízes leigos, com a capacitação dos aprovados, sua lotação, orientação e acompanhamento.

### I Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Judiciais (COMAQ)<sup>41</sup>

- Acompanhamento da produtividade dos magistrados e da situação dos órgãos julgadores de 1º grau com sugestões à Presidência de intervenções que viabilizem maior racionalidade e agilidade na entrega da prestação jurisdicional;
- Orientação do Grupo de Sentenças;
- Elaboração de Estudos sugerindo desinstalação, instalação, extinção e criação de órgãos jurisdicionais de 1º grau;

40 Des. Ana Maria Pereira de Oliveira, Juiz Arthur Narciso de Oliveira Neto, Juiz Flavio Citro Vieira De Mello, Juiz Luiz Eduardo De Castro Neves, Juiz Jose de Arimatéia Beserra Macedo, Juiz Aroldo Goncalves Pereira Junior, Juíza Isabela Lobão dos Santos, Juiz Paulo Roberto Sampaio Jangutta, Juíza Valeria Pachá Bichara, Juiz Alexandre Chini Neto.

41 Des. Antonio Saldanha Palheiro, Des. Milton Fernandes de Souza, Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira, Juiz Paulo Roberto Sampaio Jangutta, Juíza Valeria Pachá Bichara, Juíza Claudia Maria de Oliveira Motta, Juíza Fernanda Xavier de Brito, Juiz Marcel Laguna Duque Estrada, Juiz Paulo Mello Feijó, Juíza Renata Gil de Alcântara Videira, Juiz Aroldo Goncalves Pereira Junior.

- Em decorrência dessa competência logrou-se proceder:
  - » Criação do II Juizado Especial Cível da Comarca de Teresópolis, por transformação do Juizado Especial Regional de Itaipava – Resolução TJ/OE nº 31/2013;
  - » Criação do Juizado Especial do Torcedor e dos Grandes Eventos do RJ – Resolução TJ/OE nº 20/2013 (Instalado em 20/08/13) – Funciona junto à 2ª Vara Cível da Ilha do Governador;
  - » Criação do V Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital – Lei nº 5771/2010;
  - » Instalação do V Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital – Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 04/2014 (Instalado em 10/03/14);
  - » Criação do VII Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher – Lei nº 6734/2014;
  - » Instalação da 3ª Vara de Família Regional de Alcântara – Ato Executivo Conjunto nº 12/14;
  - » Igualação da competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca da Capital – Resolução TJ/OE nº 02/14;
  - » Instalação do II Juizado Especial Cível da Comarca de Teresópolis – Ato Normativo Conjunto nº 01/2014 (Instalado em 25/02/14);
  - » Instalação da 2ª vara Criminal da Comarca de Macaé – Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ nº 05/2014 (Instalada em 19/03/14);
  - » Criação da 3ª Vara de Família Regional da Leopoldina, da Comarca da Capital, por transformação da 1ª Vara de Família Regional do Méier – Resolução TJ/OE nº 22/2014;

- » Instalação da 3ª Vara de Família Regional da Leopoldina – Ato Executivo nº 1390/2014 (Instalada em 13/10/14);
- » Criação do IV Juizado Especial Cível da Comarca de Nova Iguaçu – Mesquita, por transformação da 16ª Vara de Família da Comarca da Capital - Resolução TJ/OE nº 21/2014;
- » Reorganização das Competências de Família, Criança, Adolescente e Idoso na Comarca de Belford Roxo – Resolução TJ/OE nº 23/2014;
- » Instalação do IV Juizado Especial Cível da Comarca de Nova Iguaçu – Ato Normativo Conjunto nº 11/2014 (Instalado em 15/09/14);
- » Instalação da 3ª Vara de Família Regional de Alcântara – Comarca de São Gonçalo – Ato Executivo Conjunto nº 12/2014 (Instalado em 01/07/2014);
- » Revogação do Ato de Instalação da 1ª Vara de Família Regional do Méier – Ato Executivo nº 1379/2014 (Desinstalada em 03/10/2014);
- » Revogação do Ato de Instalação do Juizado Especial Cível Regional de Itaipava da Comarca de Petrópolis – Ato Executivo Conjunto nº 03/2014 (Desinstalada em 03/02/2014);
- » Instalação da 3ª Vara Cível da Comarca de Itaboraí – Ato Executivo nº 1374/2014 – (Instalada em 22/09/14);
- » Criação da Vara de Família, da Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca de Rio das Ostras, por transformação da 1ª Vara de Família da Comarca de Mesquita – Resolução TJ/OE nº 26/2014;
- » Revogação do Ato de Instalação do II Juizado Especial Criminal da Comarca da Capital – Resolução TJ/OE nº 25/2014;

- » Instalação do IV Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher Regional de Bangu – Ato Executivo nº 1385/2014 – (Instalado em 06/10/14);
- » Alteração da Denominação da Vara Criminal da Comarca de Macaé, vincula o Juizado da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e Especial Criminal à 2ª Vara Criminal – Resolução TJ/OE nº 12/2014;
- » Estabelecimento da Competência das Varas de Infância, da Juventude e do Idoso da Comarca da Capital e altera a denominação das 1ª e 2ª Varas Regionais da Infância, da Juventude e do Idoso – Resolução TJ/OE nº 28/2014;
- » Criação da Vara de Execuções de Medidas Socioeducativas da Comarca da Capital, por transformação da 16ª Vara de Família da Comarca da Capital – Resolução TJ/OE nº 29/2014;
- » Criação, por transformação, de Cargos de Juízes de Direito da 1ª Região Judiciária e da outras providências – Resolução TJ/OE nº 30/2014;
- » Aprovação de 10 processos para processamento pela Central de Assessoramento Criminal;
- » Aprovação de nomes de Juízes para compor o Grupo de Sentença e regimento para esse fim;
- » Instalação da 1ª Vara Criminal da Comarca de São Gonçalo – Ato Executivo nº 1429/2014 – (Instalada em 28/11/14);
- » Instalação do XXIX Juizado Especial Cível Regional de Bangu – Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ 20/2014 - (Instalado em 24/11/14);
- » Instalação do II Juizado Especial Cível Regional de Santa Cruz – Ato Executivo Conjunto TJ/CGJ 21/2014 – (Instalado em 24/11/14).



### | Comissão Judiciária de Articulação dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais em Eventos Esportivos, Culturais e Grandes Eventos (CEJESP)<sup>42</sup>

- Participação em eventos, sob a responsabilidade do Juizado do Torcedor e dos Grandes Eventos, tais como o Campeonato Brasileiro, Copa do Brasil, Campeonato Carioca, Rock in Rio 2013, Carnaval 2014, e Copa do Mundo FIFA 2014.

### | Comissão de Segurança Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (COSEG)<sup>43</sup>

- Avaliação para implementação de medida protetiva para magistrados em situação de risco;
- Avaliação de riscos e orientação relativos à instalação de órgãos julgadores e carceragem;
- Avaliação de riscos e orientação quanto ao funcionamento da Justiça Itinerante em áreas de confronto.

### | Comissão de Jurisprudência (COJUR)<sup>44</sup>

- Edição de 85 Ementários Cíveis, 40 Ementários Criminais, 23 Ementários das Turmas Recursais e 12 Ementários de Decisões Monocráticas;
- Divulgação de 42 Súmulas de Jurisprudência Predominante;
- Lançamento de 05 Edições da Revista Jurídica.

42 Des. Antonio Jayme Boente, Juiz Marcello Rubioli, Juiz Alessandra de Araujo Bilac Moreira Pinto, Juiz Alexandre Pimentel Cruz, Juiz Rafael Estrela Nobrega.

43 Des. Antonio Jayme Boente, Juiz Fabio Uchoa Pinto de Miranda Montenegro, Juiz Marcel Laguna Duque Estrada, Juiz Eduardo Perez Oberg, Juiz Alexandre Abrahão Dias Teixeira, Juíza Alessandra de Araujo Bilac Moreira Pinto, Sr. Francisco Costa Matias de Carvalho.

44 Des. CherubinHelcias Schwartz Junior, Des. Maria Sandra Rocha Kayat Direito, Des. Andre Emilio Ribeiro Von Melentovytsch, Juíza Daniela Brandão Ferreira, Juiz Marcius da Costa Ferreira, Juíza Maria Isabel Paes Goncalves, Juíza Denise NicollSimoes, Juiz Paulo Cesar Vieira De Carvalho Filho, Juiz Alvaro Henrique Teixeira de Almeida, Juíza Ane Cristine ScheeleSantos, Juiz Joao Luiz Amorim Franco e Juiz Jose de ArimateiaBeserra Macedo.

**I Comissão de Preservação da Memória Judiciária (COMEMO)<sup>45</sup>**

- Elaboração de minuta de Ato Normativo sobre Medidas Administrativas para a preservação da Memória do Judiciário do PJERJ.

**I Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade (COSUS)<sup>46</sup>**

- As realizações dessa Comissão estão explicitadas no Capítulo “Sustentabilidade”.

**I Comissão de Políticas Institucionais para Eficiência Operacional e Qualidade dos Serviços Extrajudiciais (COMEX)<sup>47</sup>**

- Elaboração de minuta do Projeto de Lei nº 2252/2013 – Introduz alteração na Lei estadual nº 6.370/2012 para o fim de impor limite legal no valor dos emolumentos, visando ao aprimoramento da disciplina legal concernente à cobrança de emolumentos no Estado do Rio de Janeiro;
- Sugestão de modificação da Redação das Tabelas 16 a 25 da Lei Estadual nº 3350/1999, o que foi aceito e concretizado através da Lei 6490/2013;
- Realização do Seminário “Regularização Fundiária do Interior do Estado” em 27/08/2013; realizado nos auditórios Antonio Carlos Amorim e Nelson Ribeiro Alves;
- Elaboração de minuta do Ato Executivo Conjunto 07/2014, que dispõe sobre a atualização das regras previstas no Ato Executivo Conjunto nº 27/99,

45 Des. Antonio Izaias da Costa Abreu, Des. Mauricio da Silva Lintz, Des. Orlando de Almeida Secco, Des. Ronald dos Santos Valladares, Des. Décio Xavier Gama, Des. Elmo Guedes Arueira.

46 Des. Jesse Torres Pereira Junior, Juíza Maria Teresa Pontes Gazineu, Juíza Admara Falante Schneider, Sr.<sup>a</sup> Andrea Cristiane Sales Moreira, Sr.<sup>a</sup> Denise Pires Coelho Reis Torraca, Sr.<sup>a</sup> Rosilea Di Masi Palheiro, Sr. Carlos Guilherme Guimaraes Bon, Sr.<sup>a</sup> Ivany Terezinha Rocha Yparraguirre Sr. Leonardo Schmidt Kasuga, Sr. Rodrigo Fernandes de Almeida, Sr.<sup>a</sup> Rosane Silvado Mendes, Sr.<sup>a</sup> Patricia Teixeira de Carvalho, Sr. Walter Grynszpan.

47 Des. Fernando Cerqueira Chagas, Juiz Luiz Henrique Oliveira Marques, Juiz Sergio Ricardo de Arruda Fernandes, Juiz Fernando Cesar Ferreira Viana, Juiz Paulo Cesar Vieira de Carvalho Filho, Sr. Carlos Henrique Mendes Galato, Dr. Carlos Alberto Firmo Oliveira, Sr. Andre Gomes Netto.

no que concerne à cobrança de emolumentos e dos acréscimos legais nos atos de protestos de títulos;

- Elaboração de minuta do Ato Normativo TJ nº 11/2010 para protesto dos títulos executivos judiciais;
- Elaboração de minuta dos Atos Executivos Conjuntos nº 32/2013 e nº 07/2014 que alterou Ato Executivo Conjunto 27/1999;
- Elaboração de Parecer no processo administrativo nº 2014.018376, sobre envio eletrônico das certidões de custas ao requerente;
- Elaboração de Parecer no processo Administrativo nº 2014.063487, sobre providências acerca de protesto da dívida ativa do município de Duque de Caxias;
- Sugestão para alteração do Art. 976 § 8º e outros da Consolidação Normativa do que resultou a edição do Provimento CGJ nº 78/2014.

#### **I Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça (CGTI)<sup>48</sup>**

- O Colegiado reuniu-se 30 vezes no período de 2013/2014, para adequar o funcionamento da DGTEC à Resolução CNJ 90/2009 e à Resolução TJ/OE 28/2013, propondo a edição das seguintes normas:
  - » RESOLUÇÃO TJ OE 28/2013 – Dispõe sobre a Política de Governança de Tecnologia da Informação (TI), criação e implantação do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Tribunal de Justiça e das outras providências;
  - » ATO EXECUTIVO 5028/2013 – Designa os membros do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação CGTI;
  - » ATO EXECUTIVO 1336/2014 – Altera a composição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação – CGTI;

<sup>48</sup> Des. Joaquim Domingos de Almeida Neto, Juíza Marcia Correia Hollanda, Juiz Fabio Ribeiro Porto, Juiz Jose Guilherme Vasi Werner, Juiz Rodrigo Faria de Sousa.

- » AVISO CONJUNTO TJ/CGJ 26/2013 — Regulamenta o procedimento de solicitação de alterações em sistemas corporativos do TJRJ;
- » AVISO CGJ 1535/2013 — Avisaaos Senhores Magistrados, Serventuários, Advogados, Defensores Públicos, integrantes do Ministério Público, Procuradores do Estado e dos Municípios e demais interessados, que durante o período de recesso forense, permanecerá em funcionamento o sistema de peticionamento eletrônico, ressaltando se, no entanto, que o processamento e análise das petições protocolizadas pelo referido meio somente ocorrerão após o encerramento do período de recesso, devendo as petições iniciais e intercorrentes com pedidos urgentes serem protocolizadas fisicamente, a fim de que sejam apreciadas no plantão judiciário;
- » AVISO CGTI 01/2014 — Avisaque é vedada à DGTEC a exclusão de qualquer documento, assinado digitalmente, dos sistemas de processo judicial, salvo decisão judicial neste sentido, constante dos autos e encaminhadas na íntegra, por ofício ou e-mail, àquela Diretoria-Geral;
- » ATO EXECUTIVO 427/2014 — Distribuição compensatória entre o I e V Juizados da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher;
- » AVISO CGJ 441/2014 — Avisa aos Encarregados pelos Expedientes das Centrais de Serviços Especiais, criadas pela Resolução OE 04/2010 que a partir de 05 de maio de 2014, os ofícios endereçados aos Juízos deverão ser encaminhados por Malote Digital;
- » PROVIMENTO CGJ 41/2014 — Regulamenta a remessa, pela via eletrônica, de mandados de notificação, intimação e/ou de citação dentro do Estado do Rio de Janeiro, quando não for hipótese de sua efetivação por via postal, vedando se a possibilidade de expedição de Carta Precatória para tais fins, e dá outras providências;
- » PROVIMENTO CGJ 17/2014 — Alteração da Consolidação Normativa CGJ na parte judicial, regulamentando a prevenção nos Juizado de Violência Doméstica;

- » PROVIMENTO CGJ 31/2014 — Regulamenta o procedimento de declínio de competência de processos físicos para varas eletrônicas ou híbridas, bem como o declínio de competência de processos eletrônicos para varas físicas, e dá outras providências;
- » ATO EXECUTIVO CONJUNTO 21/2014 — Disciplina a instalação do II Juizado Especial Cível de Santa Cruz, da Comarca da Capital, e dá outras providências;
- » ATO EXECUTIVO CONJUNTO 22/2014 — Disciplina a implantação do I Juizado Especial Cível de Santa Cruz, da Comarca da Capital, e dá outras providências.
- » ATO EXECUTIVO CONJUNTO 20/2014 — Disciplina a instalação do XXIX Juizado Especial Cível da Comarca da Capital Santa Cruz, da Comarca da Capital, e dá outras providências;
- » ATO EXECUTIVO CONJUNTO 23/2014 — Disciplina a implantação do XVII Juizado Especial Cível da Comarca da Capital Santa Cruz, da Comarca da Capital, e dá outras providências;
- » ATO EXECUTIVO CONJUNTO 11/2014 — Disciplina a instalação do IV Juizado Especial Cível da Comarca de Nova Iguaçu e dá outras providências;
- » AVISO CGJ 1629 — Avisa aos senhores Chefes de Serventia, substitutos e servidores em geral das Varas Eletrônicas e Híbridas que é dispensada a publicação no Diário Oficial Eletrônico das intimações direcionadas aos usuários cadastrados na forma do art. 2º da Lei 11.419 de 19 de dezembro de 2006;
- » ATO NORMATIVO CONJUNTO TJ/ CGJ/VICE-PRESIDÊNCIAS/ nº 12/2014 — Estabelece normas, orientações e procedimentos para digitalização de processos físicos, tratamento dos Autos Físicos Digitalizados (AFDs) e respectivos fluxos de trabalho, a serem observados pelos órgãos jurisdicionais e administrativos e dá outras providências;

- » AVISO CGJ 1145/2014 – Avisa aos Senhores Magistrados, Advogados, membros do Ministério Público, Defensores Públicos e demais interessados sobre providência visando corrigir distorções na compensação da distribuição;
- » AVISO CGJ 2038/2014 – que avisa aos Senhores Magistrados, Titulares, Chefes de Serventia, Responsáveis pelo Expediente, Encarregados e demais Serventuários lotados nas Varas Cíveis do Fórum da Comarca de Duque de Caxias que no período de 08/01/2015 à 29/01/2015 será ministrado o treinamento em processamento eletrônico.

#### I Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos (NUPEMEC)<sup>49</sup>

- Publicação da Resolução TJ/OE 16/14, regulamentando o Plano Estadual de Autocomposição e o funcionamento do próprio NUPEMEC. Foi criado o SEAMA, serviço de suporte técnico-administrativo ao NUPEMEC;
- Aprovação da instalação de mais 2 Centros de Mediação e estuda a criação de outros 2;
- Capacitação de servidores e voluntários e inaugurou, em 23.07.2014, as instalações do CEJUSC da Capital;
- Realização de vários eventos, inclusive em parceria com a EMERJ;
- Lançamento a Cartilha de Conciliação e Mediação;
- Ênfase ao Programa de Agendas Concentradas de Mediação;
- Participação da Semana Nacional de Conciliação, além de ter implementado, junto à CGJ, a atividade de supervisão dos mediadores;
- Participação no ENAJUD – Estratégia Nacional de Não Judicialização do Ministério da Justiça.

<sup>49</sup> Des. Jacqueline Lima Montenegro, Juíza Valeria Pachá Bichara, Juiz Rafael Estrela Nobrega, Sr. Carlos Henrique Mendes Galato, Sr.<sup>a</sup> Claudia Maria Ferreira De Souza.

### | Comitê Estadual de Precatórios do Estado do Rio de Janeiro<sup>50</sup>

- Elaboração de ato para estabelecimento das regras de pagamento de precatórios;
- As informações sobre os pagamentos de precatórios constam do Capítulo “Efetividade Jurisdicional”.

### | Comissão de Políticas Institucionais de Acervo Bibliográfico do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (COBIB)<sup>51</sup>

- Acompanhamento da aquisição de livros e periódicos, pela Biblioteca do Tribunal de Justiça, tomando ciência de 06 listas de aquisição de livros elaboradas no biênio 2013/2014, bem como da renovação da assinatura de 25 periódicos nacionais, 8 estrangeiros e de 2 assinaturas novas de revistas jurídicas nacionais;
- Acompanhamento, tomando ciência, da renovação da assinatura da Base de Dados “Revistas dos Tribunais *online*”.

50 Juiz Jose Guilherme Vasi Werner, Dr.<sup>a</sup> Deborah da Silva Felix, Sr. Eduardo de Souza Gouvea, Dr. Felipe Pavan Ramos, Juiz Francisco Montenegro Neto, Dr. José Gomes Riberto Schettino, Dr.<sup>a</sup> Luciana Maria Vianna Direito, Dr.<sup>a</sup> Marcia LatgéMannheimer, Juíza Maria Amelia Almeida Senos de Carvalho.

51 Des. Marcos Alcino de Azevedo Torres, Juiz Luiz Henrique Oliveira Marques, Juíza Maria Isabel Paes Gonçalves, Juiz Rossidelio Lopes da Fonte, Juiz João Marcos de Castello Branco Fantinato, Juiz Luiz Eduardo de Castro Neves.

### | Comissão de Políticas Institucionais para Integração da Gestão Estratégica, Financeira e Orçamentária (COPAE)<sup>52</sup>

- Auxílio na discriminação das prioridades orçamentárias do TJRJ enaelaboração do PAG;
- Acompanhamento da execução orçamentária com efetiva participação na solicitação de créditos;
- Negociação para a prorrogação do contrato com Bradesco, precedida de estudo quanto à precificação da folha de pagamento do TJERJ;
- Negociação para prorrogação do contrato com o Banco do Brasil relativo à administração dos valores pertinentes aos depósitos judiciais;
- Estudos para a elaboração da Lei Complementar que possibilitou o pagamento dos precatórios judiciais atrasados há 14 anos;
- Orientação para implantação do sistema decorrente dessa Lei Complementar com acompanhamento da sua execução.

### | Comitê Gestor das Contas Especiais (COPRE)<sup>53</sup>

- Realização de reunião para implementação da Lei Complementar Estadual nº 147/2013 – que dispõe sobre a utilização de depósitos judiciais;
- Elaboração do Ato Executivo 6209/2013, disciplinando o processo de pagamento de precatórios, em atendimento à Lei Complementar;
- Acompanhamento e controle do pagamento de precatórios;
- Remessa de dados as autoridades e instituições constantes da Lei Complementar.

52 Des. Milton Fernandes De Souza, Des. Ana Maria Pereira De Oliveira, Des. Ricardo Couto de Castro, Des. Claudia Telles de Menezes.

53 Juiz Jose Guilherme Vasi Werner, Juiz Francisco Montenegro Neto, Juíza Maria Amelia Almeida Senos de Carvalho, Juíza Anelise Haase de Miranda, Juiz Mauro Luis Rocha Lopes.



### I Conselho Consultivo da Escola de Administração Judiciária (COESAJ)<sup>54</sup>

- Participação junto à Administração Superior na elaboração da Política Educacional para formação e desenvolvimento dos servidores e auxiliares do Poder Judiciário em cumprimento do Plano Estratégico;
- Acompanhamento da aplicação dessa política pela ESAJ, sugerindo correções de rumo inclusive quanto ao aspecto pedagógico;
- Análise de solicitações de custeio na participação de servidores em cursos e eventos externos.

### I Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária (COAPP)<sup>55</sup>

- Realização de estudo para otimização do processo de repasse de verbas decorrentes das condenações criminais pelos Juizados Especiais;
- Formulação da política institucional para prestação pecuniária, mediante a elaboração do Ato Executivo 1.453/2014.

54 Des. Sidney Hartung Buarque, Des. Patricia Ribeiro Serra Vieira, Juíza Maria Paula Gouvea Galhardo, Sr.<sup>a</sup> Beatriz Bezerra de Menezes Souza Gaspar, Sr. Walter Grynszpan.

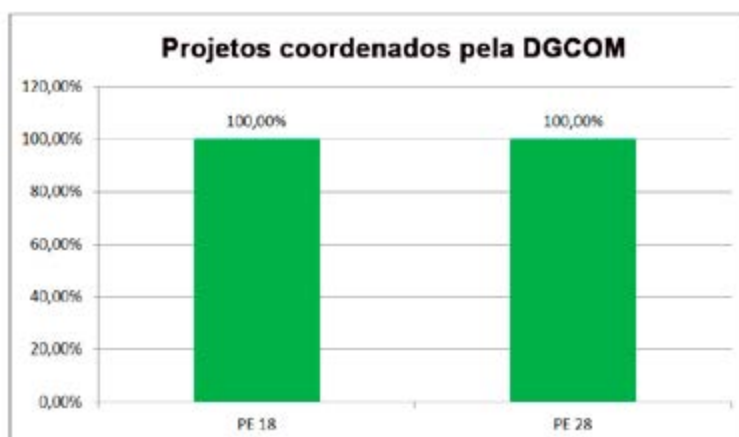
55 Des. Maria Sandra Rocha Kayat Direito, Juiz Telmira de Barros Mondego, Juiz Marcel Laguna Duque Estrada, Juiz Maria Tereza Donatti, Juiz Alessandra de Araujo Bilac Moreira Pinto, Sr. Julio Cesar Teixeira Junior, Sr. Justino Henrique de Oliveira Freitas.

## 6.3 Comunicação Institucional

Para alavancar o Foco Estratégico de COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL INTERNA E EXTERNA foi criada, em junho de 2013, através da Resolução OE nº 19/2013, a Diretoria-Geral de Comunicação Institucional (DGCOM), com o objetivo precípua de instituir uma política de comunicação que zelasse pelos princípios regulatórios das atividades de Comunicação e Marketing Institucional do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, além de divulgar o conhecimento produzido em seu âmbito. Sua estrutura abrigava os Departamento de Comunicação Institucional, Departamento de Imprensa, Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento (incluindo a Biblioteca do Tribunal de Justiça), Departamento de Gestão da Memória do Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (Museu da Justiça) e Centro Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (CCPJ).

Sua nomenclatura organizacional foi revista pela Resolução TJ/OE 17/2014, passando a se denominar Diretoria-Geral de Comunicação e de Difusão do Conhecimento (DGCOM), com a incorporação do Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos e da Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais em sua estrutura.

Para atender a sua missão institucional (planejar e coordenar a comunicação institucional bem como gerir os acervos e compartilhar os conhecimentos arquivístico, bibliográfico, jurisprudencial, histórico-museológico e cultural produzidos no âmbito do PJERJ), a DGCOM tornou-se responsável pelos seguintes Projetos Estratégicos:



CÓD.	PROJETO
PE 18	Racionalização do Arquivo Central
PE 28	Desenvolvimento de Política de Comunicação Institucional

No que tange ao Projeto Estratégico “Desenvolvimento de Política de Comunicação Institucional”, foi aprovada a Política de Comunicação Institucional do PJERJ (PCI), por meio da aprovação da Resolução TJ/OE nº 7/2014. Considerou-se importante a elaboração do Plano de Comunicação Institucional, importante instrumento que irá nortear as principais ações de comunicação, abrangendo tanto o público interno quanto o público externo. Para tanto a DGCOM elaborou relatório direcionado à Comissão Mista de Comunicação Institucional (COMCI) propondo uma série de ações relativas à implementação da PCI.

Ainda sob a égide do referido Projeto Estratégico, visando fortalecer a imagem do Poder Judiciário fluminense, pela Resolução TJ/OE nº 47/2013 foi aprovada a nova marca oficial do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Com isso, a instituição passou a contar com uma marca única e de fácil reconhecimento, de identificação imediata pelos jurisdicionados e demais órgãos públicos.



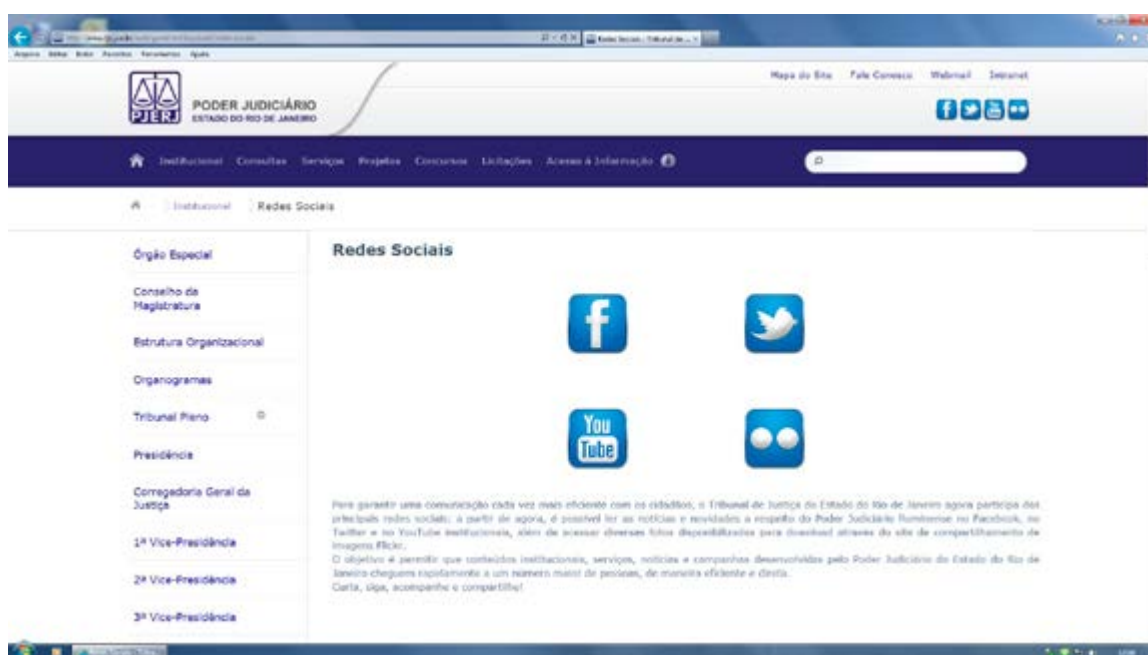
## COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM A MÍDIA

---

Reafirmando o compromisso do PJERJ com a promoção do diálogo interno e externo, ampliou-se o contato com todos os profissionais da imprensa, tendo sido realizado nesse intento, no período de 09 a 11 de dezembro de 2013 o 1º Seminário de Direito para Jornalistas sob o título - Construindo Diálogos e Desfazendo Mitos.

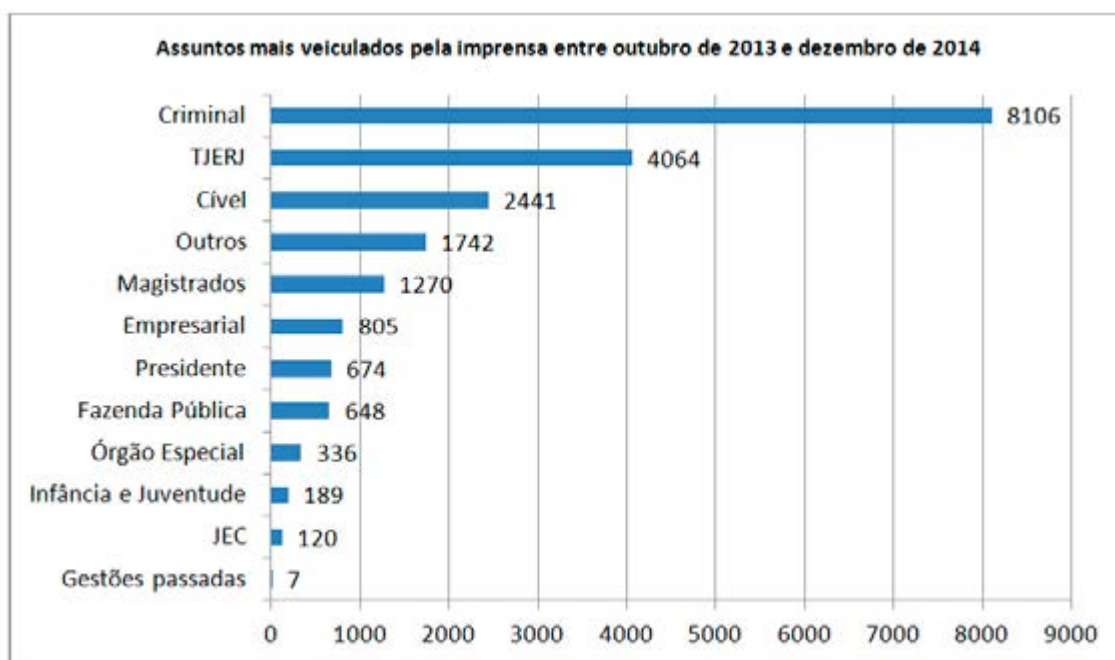
Ainda em 2013, a Presidente Leila Mariano juntamente com integrantes da Comissão Mista de Comunicação Institucional (COMCI), reuniu-se com jornalistas da sucursal Rio da revista Veja (Editora Abril) e da redação do jornal O Globo, oportunidades em que foi feita pela desembargadora Leila Mariano uma abordagem sobre programas, metas e problemas específicos do PJERJ.

Fora esses eventos, foram inúmeras as entrevistas à imprensa escrita e televisiva, individuais e coletivas. A partir de agosto de 2014 o PJERJ passou a integrar as redes sociais através do Facebook, Twitter, YouTube e Flickr, indo ao encontro do disposto no inciso VIII do artigo 2º da Resolução 85/2009 do CNJ, aprimorando-se a comunicação com o público externo, disseminando as informações corretas e estimulando a participação dos diversos segmentos da sociedade.

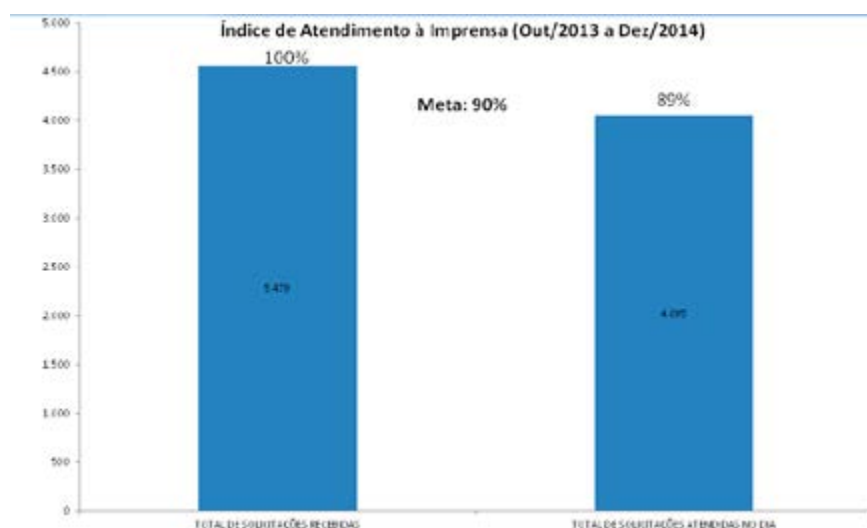


A DGCOT, em parceria com a DGTEC, participou do projeto de remodelagem do Portal do PJERJ, que passou a ser veiculado em 12/01/2015. O grupo de trabalho revisou os conteúdos das páginas do sítio eletrônico com o objetivo de tornar as buscas mais fáceis e eficazes.

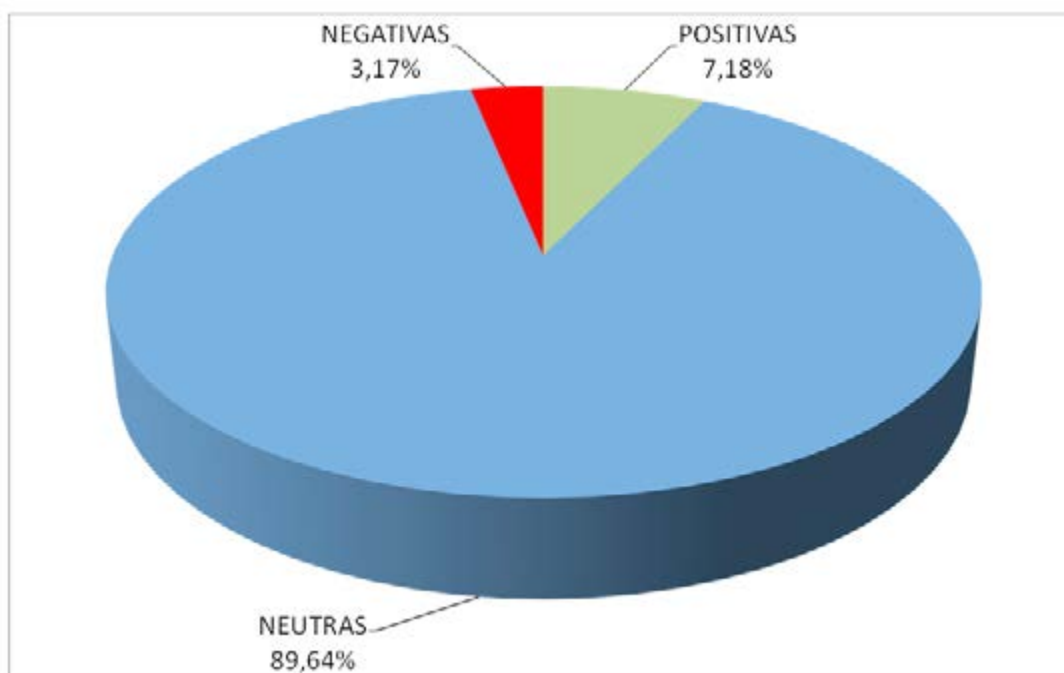
Os quadros apresentados a seguir, destacam os principais indicadores do Departamento de Comunicação e Relacionamento com a Mídia:



O indicador tem por objetivo mensurar os assuntos mais divulgados pela grande imprensa envolvendo o universo do PJERJ. O indicador começou a ser mensurado em outubro de 2013, totalizando 20.402 matérias. Observa-se que, no biênio 2013/2014, a maioria das matérias publicadas faz referência a assuntos criminais (40%) e ao TJERJ (20%).



O indicador tem por objetivo mensurar a relação entre o total de atendimentos realizados pelo Departamento de Comunicação e Relacionamento com a Mídia no próprio dia de recebimento, pelo total de pedidos recebidos. Observa-se que no período outubro/2013 a dezembro/2014 o resultado médio foi de 89% de atendimentos no próprio dia.



No acumulado de 2014, o indicador apresentou uma diminuição de cerca de 37% em relação a igual período de 2013 (de 11,40% para 7,18%). Observou-se que ao longo de 2014, de um total de 14.561 matérias, excluindo-se as matérias consideradas como neutras (13.053 matérias, que representaram 89,64% do total), as matérias positivas (1.046) corresponderam a 69,36% e as negativas (462) a 30,64%.

## GESTÃO E DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO

Ao longo do biênio, foram ainda desenvolvidas diversas outras atividades relacionadas à disseminação do conhecimento produzido no âmbito do PJERJ, abrangendo as dimensões de conteúdo bibliográfico, jurisprudencial e doutrinário, além da necessária estruturação desses conhecimentos nos diversos mecanismos de comunicação, quer seja por meio do portal institucional, sistemas corporativos, apresentações presenciais ou exposições.

### • Biblioteca

A Biblioteca do Tribunal de Justiça do Rio, além das atividades de gestão do acervo bibliográfico, manteve a exposição “Crime e Castigo”, que apresentou diversos pontos da trajetória do Direito Penal no Brasil. A exposição mostrou a evolução dos conceitos e de suas penas, assim como o surgimento de novos tipos penais, em atendimento a novas mentalidades, realidades e demandas da sociedade brasileira.

A Biblioteca, também, promoveu foi a realização de encontros denominados “Café com Conhecimento”. Foram realizados 10 encontros neste biênio, como promoção de debates sobre diversas áreas do Direito, e contou com a participação de palestrantes, de profissionais expressivos e atuantes, dando oportunidade aos assistentes de aprimorarem seus conhecimentos e interagirem de maneira descontraída e informal.



Ao longo de 2013 foi realizado o projeto “Troca de Livros no TJERJ”, idealizado com o objetivo de difundir o conhecimento por meio do estímulo à leitura de obras de literatura nacional e estrangeira entre os usuários da Lâmina III, promovendo a circulação de livros, evitando que ficassem esquecidos nas estantes ou que fossem descartados por não serem mais utilizados.

Foram ultimados os estudos para modificações no sistema de consultas aos Atos Oficiais do PJERJ. Será desenvolvida nova interface de consulta que será exclusiva aos atos internos e contará com novos mecanismos para o refinamento das mesmas.

A interface de busca avançada apresenta duas seções principais de filtros: 'Norma' e 'Órgão de origem'. Cada seção possui botões para 'Marcar todas' e 'Desmarcar todas', e uma lista de itens com caixas de seleção. Abaixo dos filtros, há campos de entrada para 'Todos os campos', 'Número' e 'Ano'. Botões para 'Buscar' e 'Limpar' estão localizados à direita. O rodapé da interface indica 'Exibir busca avançada'.

### • Legislação

Em consonância com a política de sustentabilidade e economicidade, pontos estratégicos da atual gestão do PJERJ, foi implantado meio eletrônico de acesso às legislações utilizadas nas sessões de julgamento do Órgão Especial e Câmaras Cíveis e Criminais. Após a implantação desse novo sistema, são mantidos apenas dois kits de legislação impressos para o caso de ocorrer eventual indisponibilidade do sistema, contra os 33 kits anteriores, que totalizavam 240 exemplares, representando uma economia em torno de R\$ 43.570,00 por ano, em razão de não haver mais necessidade de aquisição de novos kits de códigos impressos.



- **Banco do Conhecimento**

No mesmo sentido e visando ao aprimoramento das ferramentas de consulta, foram introduzidas modificações no layout da página do Banco do Conhecimento, com a admissão de mecanismos que visam melhorar a navegação e a usabilidade.

No primeiro semestre de 2014, foi realizada a reorganização dos acervos de “Jurisprudência”, “Legislação”, “Doutrina”, “Ações Civis Públicas”, “Banco de Sentenças”, “Informações de Serventias e Órgãos Julgadores”, “Revistas” e “Boletins e Informativos”, objetivando concentrar os conteúdos similares no mesmo título, proporcionando acesso mais rápido aos usuários. Foi incorporada ao seu conteúdo a coletânea das decisões do STJ e do STF sobre Meio Ambiente.

Ainda com o objetivo de facilitar o acesso dos usuários às diversas sentenças disponibilizadas, o *layout* foi modificado para o formato de revista digital, no mês de julho de 2014, passando a apresentar, inicialmente, uma linha única de pesquisa, que facilita a busca ao tema pesquisado. Assim, a navegação tornou-se mais rápida. Atualmente, o Banco de Sentenças Seleccionadas contempla aproximadamente 1.800 sentenças pesquisadas, disponibilizadas e classificadas de acordo com a tabela alfabética do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. Trata-se de instrumento de pesquisa que tem por objetivo a divulgação de sentenças relevantes aos magistrados e à comunidade jurídica, possibilitando a troca de conhecimento e auxiliando na celeridade da entrega da prestação jurisdicional.

Frise-se que foram captadas e estruturadas aproximadamente 13 mil itens/destaques no Banco do Conhecimento, o que permitiu mais de 1,3 milhões de acessos aos seus conteúdos, no biênio.

O Banco de pareceres e decisões administrativas do PJERJ conta hoje com mais de 15.000 peças disponibilizadas.

Foi criado o painel “Estante Histórica”, a fim de reunir as páginas da Galeria dos Presidentes (1975-2014); Presidentes das Cortes de Justiça com sede na Cidade do Rio de Janeiro (1751-1975) e História do Judiciário Fluminense e suas Comarcas.

Destaca-se ainda a criação de novas páginas no Banco do Conhecimento, no item denominado “Acórdãos Seleccionados por Desembargador”, para facilitar o processo de pesquisa pelos magistrados.

Além do já realizado, há previsão de alguns aprimoramentos já encaminhados à Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação, dentre os quais se destacam os seguintes:

- remodelagem da página do Banco do Conhecimento, a fim de transformá-lo em um Portal do Conhecimento, adicionando-se novas funcionalidades, tais como: criação de ambiente virtual de trabalho colaborativo, com a disponibilização de ferramentas de colaboração; melhoria na publicação e gestão dos conteúdos, com o desenvolvimento que permita a sua automação para captação e publicação;
- criação de um sistema para o desenvolvimento do Banco de Sentenças do PJERJ;
- definição de solução tecnológica de aprimoramento/desenvolvimento do Banco de Ações Cíveis Públicas e de um sistema para captação e estruturação do Banco de Saúde Pública, decorrente da relevância da disseminação do conteúdo das decisões judiciais prolatadas nas demandas das ações referentes a medicamentos e outras ações referentes à saúde.

### • **Jurisprudência**

Em parceria com a DGTEC iniciou-se a revisão do sistema de pesquisa de jurisprudência que passou a contar com novos recursos, utilizando-se, inclusive, de mecanismos de última geração o Google Search Appliance (GSA).

No que tange às atividades voltadas diretamente à organização e consulta do acervo jurisprudencial e às publicações institucionais, merece destaque a realização de pesquisas de acórdãos e decisões monocráticas sobre o tema “Consumidor”, encaminhadas para o Centro de Estudos e Debates – CEDES, elaborando-se um comparativo com os mesmos assuntos, a fim de integrar o Livro “Direito do Con-

sumidor em Movimento”, lançado recentemente no portal institucional pela Presidência do TJERJ. O trabalho envolveu também a pesquisa sobre as súmulas do TJERJ, que tratam de matéria do consumidor.



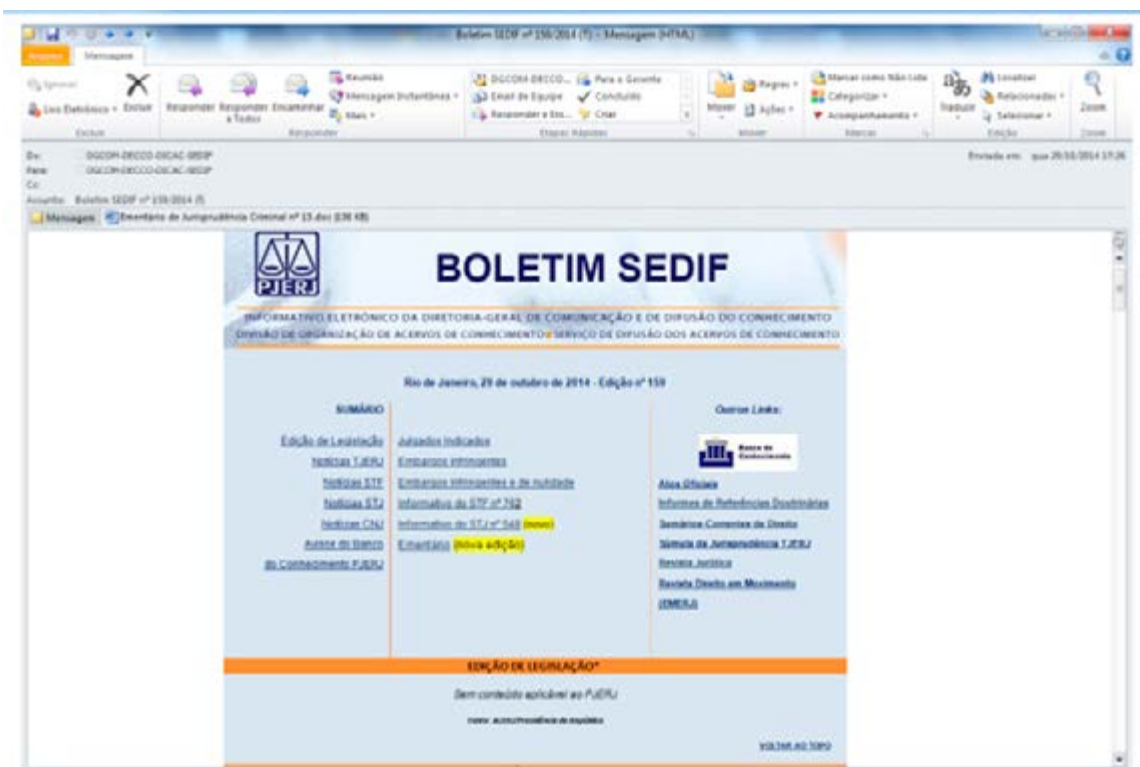
A Divisão de Gestão de Acervos de Jurisprudência, em conjunto com o CEDES, promoveu a atualização da obra “Comentários aos Verbetes Sumulares”, com a realização de nova publicação em versão impressa e eletrônica.

Em iniciativa conjunta que envolveu a DGCOM, por meio da Revista de Direito, o Centro de Estudos e Debates (CEDES) e a Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ), publicaram em edições especiais na Revista de Direito de números 95 e 96, os Verbetes Sumulares do TJERJ de números 110 a 299, comentados por Magistrados desta Corte de Justiça. Acrescenta-se que no biênio foram publicados os exemplares da Revista de Direito – volumes 92 a 100 (edição especial), estando em fase de elaboração a edição da revista de número 101.

A edição especial foi feita em homenagem a Ministra Fátima Nancy Andrighi, Corregedora Nacional de Justiça, sendo divulgada durante o evento internacional sediado neste Tribunal – Global Mediation Rio, no período de 24 a 28/11/14, promovido pelas Organizações das Nações Unidas e considerado o maior evento em mediação na América do Sul.

- **Boletim Serviço de Difusão (SEDIF)**

Como importante veículo de comunicação direta com os usuários, em especial magistrados e servidores, foram elaborados e divulgados 884 Boletins SEDIF, sendo 397 com matérias cíveis e criminais, 397 com apenas matérias cíveis, e 90 com assuntos criminais. Os boletins veiculam ainda informações relativas às inovações legislativas, notícias da Administração Superior, jurisprudência do TJERJ e dos tribunais superiores, e encontram-se disponíveis para consulta no Banco do Conhecimento.



Ressalta-se que no biênio foram enviados aos magistrados do Judiciário fluminense 462 informes com seleção de atos oficiais da Presidência do TJERJ e de outros órgãos internos judiciais e administrativos, e divulgados, através desse informes: Atos, Resoluções, Avisos, Portarias, Convocações e Convites emanados pela Presidência do TJERJ e Corregedoria Geral da Justiça, Editais e Pauta do Tribunal Pleno, Editais de promoção e remoção publicados pelo Órgão Especial, Atos referentes ao vitaliciamento de magistrados e à seleção de magistrados para as Turmas Recursais publicados pelo Conselho da Magistratura, Avisos de Presidentes de Comissões do TJERJ e convocações da Mútua e da AMAERJ.

Além disso, foram elaborados e divulgados 265 boletins específicos com seleção de Atos da Presidência do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-RJ), e captados atos referentes à designação e à cessação de designação de magistrados convocados para o TRE, bem como Resoluções e Editais de interesse dos magistrados convocados.

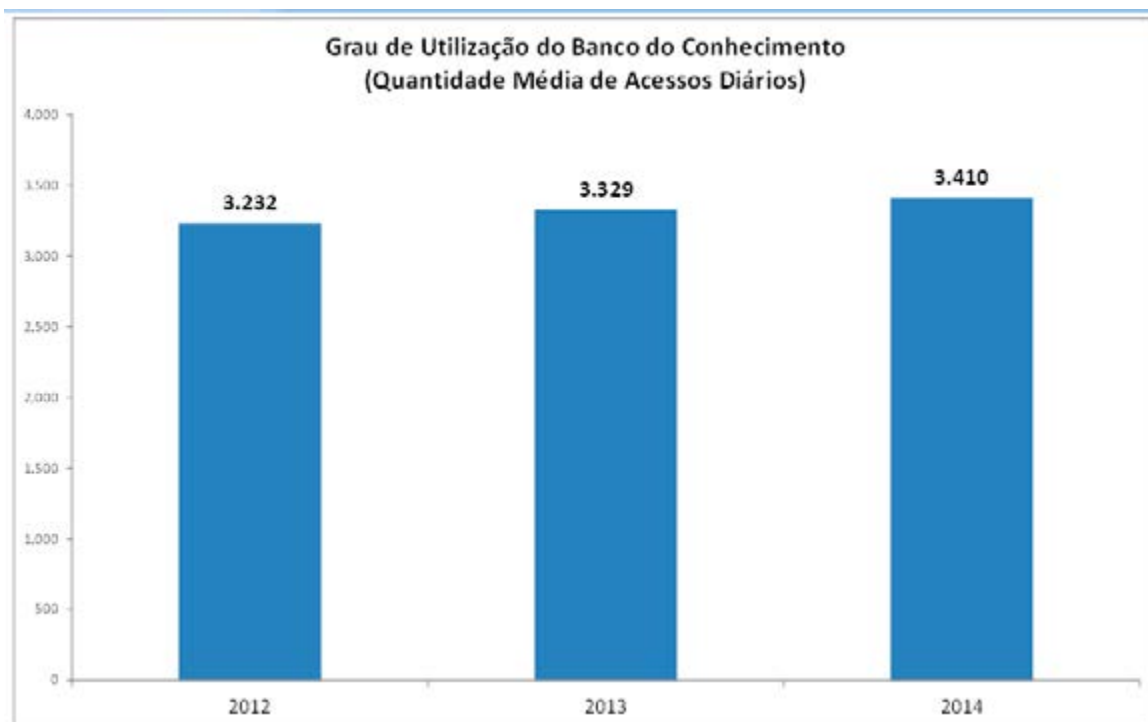
Outrossim, há o acompanhamento do andamento processual das Reclamações do Superior Tribunal de Justiça vem sendo realizado pela equipe que solicita a inserção ou a atualização dos processos na Tabela das Reclamações do STJ, disponibilizada no Banco do Conhecimento. Atualmente, encontram-se sob acompanhamento 49 Reclamações Cíveis e uma Reclamação Criminal.

- **Diário da Justiça Eletrônico**

Em um ambiente de melhoria contínua, encontra-se em andamento projeto que visa implantar um novo sistema de pesquisa das publicações realizadas no Diário da Justiça Eletrônico – DJERJ. Os cidadãos e servidores serão diretamente beneficiados com a implantação dessa nova ferramenta, cuja proposta é que a busca possa ser realizada simultaneamente em toda base de publicações do DJERJ, com um único argumento de pesquisa. Paralelamente, estuda-se o desenvolvimento de aplicativo para a consulta do DJERJ em dispositivos móveis (smartphones, tablets etc.).

No biênio 2013/2014, foram editadas aproximadamente 1,2 milhões de páginas do DJERJ, representando uma média diária de cerca de 3 mil páginas. Foram recolhidos ao Fundo Especial do Tribunal de Justiça R\$ 4.416.058,75, com a publicação de editais e a comercialização de assinaturas. Através de Convênios facultou-se o acesso gratuito ao conteúdo do DJERJ, de forma diferenciada, para as seguintes instituições: OAB-RJ; MP-RJ; PGE-RJ; PGM-RJ; ALERJ; Câmara do Município do Rio de Janeiro e TRF-2ª Região.

O quadro apresentado a seguir, destaca o principal indicador do Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento:



O total de acessos às páginas disponibilizadas no Banco do Conhecimento, de janeiro de 2013 a dezembro de 2014, foi de 1.571.253. Destaca-se que a média diária de acessos em 2013 superou em 4,6% a média de 2012, e que a média de 2014 superou a de 2013 em 2,42%. Por último, registra-se que na pesquisa de satisfação realizada pelo Departamento de Gestão e Disseminação do Conhecimento em 2013, houve um percentual de 95,92% de satisfação com os conteúdos disponibilizados no Banco do Conhecimento.

## GESTÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS

No que tange às atividades relacionadas à gestão de documentos e de arquivos, o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA) trabalhou na elaboração e no desenvolvimento do Projeto Estratégico nº 18/2013 – Racionalização do Arquivo Central, com o objetivo principal de redução dos custos com a guarda do acervo arquivístico. Dentre as ações implementadas, destaca-se a elaboração de proposta de revisão dos prazos de guarda e destinação final dos documentos, previstos na Tabela de Temporalidade de Documentos do PJERJ.

Como corolário das ações do Projeto, foram publicados diversos atos administrativos, que têm por objetivo normatizar as ações necessárias ao desenvolvimento do citado projeto:

- Ato Normativo TJ nº 4/2014, que autoriza a eliminação de apensos a processos apontados para descarte;
- Ato Normativo TJ nº 5/2014, que define que o Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos somente procederá ao arquivamento documentos administrativos cuja destinação final, definida pela Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD), seja a guarda permanente;
- Ato Normativo Conjunto TJ/CGJ nº 9/2014, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), a eliminação dos autos de processos dos Juizados Especiais Cíveis;
- Ato Normativo TJ nº 15/2014, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), a classificação dos autos de processos administrativos de acordo com o Código de Classificação de Documentos (CCD);
- Ato Normativo TJ nº 16/2014, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJERJ), a entrega física dos autos de processos administrativos da área de pessoal às partes interessadas;

- Ato Normativo TJ nº 18/2014, que disciplina, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro (PJRJ), o descarte de autos de processos administrativos armazenados no Departamento de Gestão de Acervos Arquivísticos (DEGEA), observando os prazos de guarda e a destinação final da Tabela de Temporalidade de Documentos (TTD);
- Resolução TJ/OE nº 34/2014, que aprova o Programa de Gestão Documental do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro - PROGED/PJRJ;
- Ato Normativo Conjunto TJ/CGJnº 01/2015, que aprova a revisão da Tabela de Temporalidade de Documentos do PJRJ.

Quanto à gestão operacional do acervo arquivístico do PJRJ, sob a responsabilidade do DEGEA, apresentam-se os seguintes dados no biênio:

- 26,5 milhões de processos arquivados;
- 4,8 milhões de processos encaminhados para arquivamento;
- 457.827 solicitações de desarquivamento, tendo sido 99,84% atendidas em até 2 dias úteis;
- 1.183.058 processos descartados.

### MUSEU DA JUSTIÇA

---

Para promover a História e a Cultura do Poder Judiciário o Museu do Poder Judiciário realizou uma série de exposições e atividades relacionadas à preservação e divulgação do acervo histórico-museológico.

Em agosto de 2013, foi inaugurada a exposição "Mulher, Direito e Sociedade: o feminino na construção da Justiça", composta por 62 painéis, a mostra teve como objetivo apresentar uma perspectiva histórica sobre as questões de gênero em nossa sociedade, destacando as conquistas de direitos pelas mulheres e a incor-



poração dessas transformações à visão e ao funcionamento do Poder Judiciário do Rio de Janeiro. Também foi prestada homenagem às magistradas pioneiras do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, dentre elas a Desembargadora Leila Mariano, primeira mulher em 262 anos, a assumir a presidência do Poder Judiciário de nosso Estado, por meio da exposição de objetos, fotografias e documentos significativos da atuação e da memória de cada uma delas.

Celebrando em 2013 o Dia Mundial do Meio Ambiente (5 de junho), o Museu da Justiça promoveu a exibição de documentários sobre Direito Ambiental, durante os dias 5, 6 e 7 de junho.

Em comemoração aos 25 anos do Museu da Justiça, em agosto de 2013, foram inaugurados, no antigo Palácio da Justiça da Rua Dom Manuel, três espaços de preservação histórica e pedagógica e, em parceria com os Correios, lançado carimbo comemorativo em solenidade a qual compareceram a Presidente do PJERJ, vários desembargadores e juízes.



Foi criado no site do TJRJ, na página do Museu da Justiça, o tópico “25 Anos”, com a finalidade de apresentar ao público artigos mensais, acompanhados de fotografias, abordando momentos marcantes da história do Museu. No corrente ano, o tópico teve a sua denominação alterada para “Memória Institucional”.

Em maio de 2014 foi inaugurada a exposição “ForeverFree – Livres para sempre” para contar a história do tráfico de escravos no mundo, numa parceria entre o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJERJ) e o Centro de Informações das Nações Unidas para o Brasil (UNIC Rio).

Nos anos de 2013 e 2014, o Poder Judiciário do Rio de Janeiro aderiu às campanhas de prevenção do câncer de mama e de combate ao diabetes mellitus, “Outubro Rosa” e “Novembro Azul”, iluminando a fachada do antigo Palácio da Justiça com as mencionadas cores.

Foi também realizada a ampliação do acervo tridimensional, a partir da catalogação e da restauração de objetos, desenvolvendo-se intenso trabalho de pesquisa e catalogação do mobiliário forense em todas as comarcas do Estado.

Por orientação da Presidência, com a finalidade de divulgar o valioso acervo de bens culturais do PJERJ e contribuir para a difusão da história do Judiciário fluminense, o Museu da Justiça produziu um catálogo que mostra peças de seu mobiliário, obras de arte, indumentária e instrumentos de trabalho utilizados nas atividades judiciais, lugares de memória e fachadas de prédios representativos de seu patrimônio histórico e cultural.

Ainda por orientação da Presidência, o Museu da Justiça produziu outro catálogo com informações básicas sobre seus prédios, nomeadamente seus palácios e fóruns, no qual figuram construções de inegável valor histórico e cultural.

Outro importante destaque foi a disponibilização na internet do “Catálogo Descritivo e Seletivo de Processos da Nobreza Brasileira”, cujo objetivo é dar visibilidade a documentos que podem ser utilizados como fonte de estudo e pesquisa sobre personagens da história do País e do Rio de Janeiro.

Os catálogos estão disponibilizados no sítio do TJERJ, nos endereços:

- Catálogo de Bens Culturais  
<<http://www4.tjrj.jus.br/AtosOficiais/bancodesentencas/Catalogomuseu/CATALOGODEBENSCULTURAISDOPJERJ.pdf>>
- Catálogo de Prédios do PJERJ  
<<http://www4.tjrj.jus.br/AtosOficiais/bancodesentencas/Catalogomuseu/CATALOGODEPREDIOSDOPJERJ.pdf>>
- Catálogo Descritivo e Seletivo de Processos da Nobreza Brasileira  
<<http://www.tjrj.jus.br/documents/10136/19406/catalogo-processos-nobreza-brasileira.pdf>>

O Museu da Justiça, no biênio 2013/2014, teve 3.779 participantes em visitas orientadas aos antigos Palácios da Justiça da Rua Dom Manuel e de Niterói, atendeu 1.191 pesquisadores, e suas exposições receberam 4.958 visitantes, perfazendo um público total de 9.928.

Outras iniciativas desenvolvidas pelo Museu da Justiça no período:

- criação do acervo fotográfico e videográfico do PJERJ, com a produção de 10.875 fotos e 35 vídeos;
- digitalização do acervo audiovisual analógico (fitas cassetes e VHS) do Programa de História Oral e Visual do Poder Judiciário;
- expansão do Museu, com a criação das salas para oficina jurídico-pedagógica, Biblioteca de Obras Raras, mobiliário forense e exposição de ambiente de trabalho judiciário entre as décadas de 1950 e 1970;
- criação de uma sala para pesquisadores na Biblioteca Sobral Pinto, em Niterói, e inauguração da oficina jurídico-pedagógica no Centro de Memória de Niterói;

- organização e catalogação do acervo da Biblioteca Sobral Pinto, que contém aproximadamente 16 mil volumes;
- desenvolvimento do trabalho de pesquisa e catalogação do mobiliário forense em todas as comarcas do Estado;
- restauração de processos históricos em seu laboratório de conservação de documentos, que abrange higienização, reparos, velatura e planificação;
- produção do quarto número da publicação Cadernos de Exposições, com base nos registros da exposição “Memorial dos Tribunais de Alçada do Estado do Rio de Janeiro”, inaugurada pelo Museu da Justiça em 26 de janeiro de 1999. Com dados históricos e textos revisados, e fotografias selecionadas, o projeto gráfico da publicação está em sua fase inicial, mas com previsão de lançamento no corrente ano;
- elaboração de proposta para criação do Portal da Memória Institucional do PJERJ, congregando a disponibilização as informações relativas à jurisprudência histórica, processos e publicações históricas, entrevistas do programa de história oral etc.

### **CENTRO CULTURAL DO PJERJ**

---

O planejamento e execução da Agenda Cultural do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, coordenada pelo Centro Cultural do Poder Judiciário – CCPJ-Rio, recebeu um público de 4.810 pessoas no ano de 2013 e de 2.270 em 2014, em 72 programações oferecidas totalizando um público de 7.080 pessoas nos seguintes programas: “Por dentro do Palácio”, “Teatro na Justiça”, “Caso do Júri”, “Música no Palácio”, “Palácio Convida” e “Tribuna Livre”.



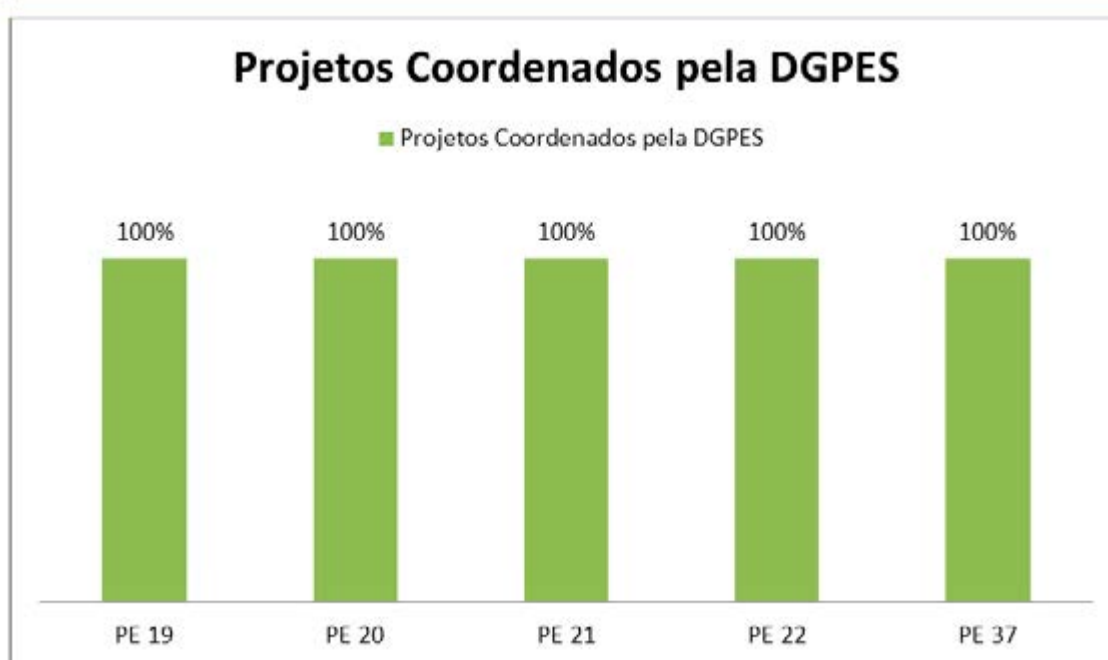
Foram contratados, por meio de licitação, os seguintes projetos:

- “Por Dentro do Palácio”: Continuidade da “Criação de um novo modelo de visita, com uma nova dupla de personagens-cicerones - Justiniano e Teodora”, englobando a entrega e aprovação de figurinos, início dos procedimentos para a elaboração das peças de divulgação, e prosseguimento dos ensaios;
- “Teatro na Justiça”: Continuidade das atividades de produção para a montagem do espetáculo do “Teatro na Justiça”, — “A Visita da Velha Senhora”, de Friedrich Dürrenmatt: realização de 11 ensaios; montagens de luz, figurinos, caracterização, cenário, adereços, trilha sonora.

## 6.4 Valorização de Magistrados e Servidores

A Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPES) vem trabalhando no incremento das práticas de gestão de pessoas já implementadas na nossa instituição visando sempre ao desenvolvimento e à valorização pessoal e profissional dos nossos magistrados<sup>56</sup> e servidores.

Com esse escopo, os Projetos Estratégicos que ficaram sob a responsabilidade da DGPES alcançaram os seguintes resultados:



CÓDIGO	PROJETO
PE 19	Desenvolvimento de Política de Recursos Humanos
PE 20	Elaboração do Plano de Cargos e Salários
PE 21	Fortalecimento do Modelo de Gestão de Pessoas por Competências
PE 22	Elaboração do Projeto da Universidade Corporativa
PE 37	Especialização em Direito Administrativo

<sup>56</sup> Nesse capítulo vamos nos dedicar à gestão dos servidores, tendo as ações relativas a magistrados sido referidas no Capítulo Administração Política do PJERJ.

As informações sobre os referidos Projetos Estratégicos serão apresentadas juntamente com as realizações mais relevantes realizadas pela DGPES, no biênio 2013/2014.

Uma das maiores carências, tanto da área fim como da área meio, é a de pessoal suficiente para a realização dos serviços que lhes estão afetos.

Considerando as limitações legais, em especial a da Lei de Responsabilidade Fiscal que limita esses gastos a 5,7% da Receita Líquida do Estado, é impossível se ampliar satisfatoriamente esse recurso. Daí a imperiosidade de se gerenciar de forma racional esse que é o maior patrimônio da instituição – seus servidores, buscando prepará-los para que se integrem à instituição e desempenhem com efetividade suas funções.

Nessa linha foram desenvolvidas as seguintes ações, voltadas, principalmente para a melhoria das atividades na área fim:

- priorização de lotação de servidores no 1º grau, com equiparação de lotação em unidades jurisdicionais de 2º grau com idêntica competência;
- revisão da Estrutura Administrativa<sup>57</sup>, imprimindo-lhe maior operacionalidade e economicidade, possibilitando a Instalação de sete novas Câmaras: duas Cíveis e cinco de Consumo, sem aumento de despesa;
- lotação desses novos Órgãos Julgadores de 2º grau sem a necessidade de convocação de novos servidores ou deslocamento daqueles lotados no 1º grau, utilizando-se a mão de obra já existente no 2º grau;
- criação da Central de Apoio às Câmaras de Consumo, reforçando quando necessário a estrutura dos Gabinetes dos Desembargadores das Câmaras Especializadas de forma a otimizar o julgamento dos processos virtuais que lhes estão afetos;

57 Resoluções TJ/OE nº 15/2013, 19/2013 e 17/2014

- redistribuição dos Secretários dos Juízes afastados há mais de 60 dias, com sua lotação principalmente nas Varas Cíveis, como forma de auxiliar o processo de diminuição de acervo;
- redistribuição dos assessores dos Desembargadores afastados por mais de 60 dias, lotando-os nas Câmaras de Consumo;
- edição do Ato Normativo nº 15/2013, que alterou a Jornada de Trabalho do Servidor de modo que maior número de servidores a cumpra no horário de atendimento ao público.

### **ESTABELECIMENTO DE POLÍTICA DE RECURSOS HUMANOS**

---

É sabido que toda e qualquer organização depende do desempenho humano para lograr êxito. Para alcançar este objetivo, desenvolve e organiza um modelo de gestão de pessoas, contemplando os subsistemas de recursos humanos de Cargos e Salários.

Daí a concepção do **Projeto Estratégico de Desenvolvimento da Política de Recursos Humanos** cujo objetivo principal é o estabelecimento e a divulgação dos princípios que nortearão o planejamento e a operacionalização das ações de gestão de pessoas no PJERJ de forma coerentes com as estratégias organizacionais.

Essa Política foi instituída pela Resolução TJ/OE/32, de 03 de novembro de 2014, que se constitui na declaração de um conjunto de princípios e diretrizes que passam a orientar as práticas de gestão de pessoas. O artigo 12 da mencionada Resolução estabeleceu prazo para que esta declaração se torne efetiva, ou seja, dois anos para que ocorra a revisão das práticas de gestão de pessoas existentes bem como para criação e implementação das práticas citadas que ainda não tenham sido postas em prática.



## AMPLIAÇÃO DO NÚMERO DE SERVIDORES

Para possibilitar o recrutamento de concursados aprovados em Concursos Públicos realizados em 2011/2012, concebemos e implementamos, em 2013, **Projeto de Incentivo à Aposentadoria – PIA**, que resultou na aposentadoria de 444 servidores com vencimentos elevados, reduzindo a folha de pagamento e possibilitando a renovação do quadro. Os servidores que aderiram ao programa receberam, a título de indenização, valores referentes a licenças-prêmio e férias não gozadas, que foram pagos até dezembro daquele ano.

Graças a esse programa efetuou-se a promoção e progressão funcional de 5.782 servidores em 2013 e 2.206 em 2014 além da nomeação de 937 novos servidores distribuídos pelos cargos de Técnico de Atividade Judiciária e Analista Judiciário, ambos sem especialidade e Analista Judiciário nas especialidades de Psicólogo, Assistente Social, Comissário de Justiça, Execução de Mandados e Médico. Deste total, 761 foram nomeados, conforme quadro explicativo abaixo:

CARGO	CONVOCADOS	A = AMPLA D = DEFICIENTE	NOMEADOS	A = AMPLA D = DEFICIENTE	INSCRITOS	APROVADOS	VAGAS DO EDITAL	HOMOLOGAÇÃO (VALIDADE 1 ANO PODENDO SER PRORROGADO)	PRORROGAÇÃO AVISO 26/2013 (+1 ANO A CONTAR DE)
<b>XLII</b> TAJ	735	469(A) + 45(D)	585	556(A) + 29(D)	53452	19360	71	18/05/2012	18/05/2013
<b>XLIII</b> AJ SEM ESP.	26	20(A) + 06(D)	18	15(A) + 03(D)	29334	10520	71	18/05/2012	18/05/2013
<b>XLIV</b> PSICÓLOGO	32	32(A)	32	32(A)	1703	248	30	06/06/2012	06/06/2013
<b>XLV</b> ASSIST. SOCIAL	44	44(A)	39	39(A)	1531	137	30	06/06/2012	06/06/2013

<b>XLVI</b> COMISSÁRIO IJI	30	30(A)	25	25(A)	3551	473	30	06/06/2012	06/06/2013
<b>XLVII</b> EXEC.DE MAND.	67	64(A) + 03(D)	60	58(A) + 02(D)	9656	653	30	06/06/2012	06/06/2013
<b>LII</b> MÉDICO	3	03(A)	2	02(A)	298	37	6	06/06/2012	06/06/2013
<b>TOTAL</b>	<b>937</b>		<b>761</b>		<b>91350</b>	<b>31502</b>	<b>284</b>		

## REALIZAÇÃO DE NOVOS CONCURSOS PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS

Autorizada pela Resolução CM nº 12/2014 a Presidente do PJERJ determinou a realização de concursos para provimento dos cargos efetivos de Técnico de Atividade Judiciária, para Analista Judiciário – Especialidade Comissário de Justiça da Infância, da Juventude e do Idoso e Analista Judiciário – Especialidade Assistente Social. Os concursos foram realizados pela Fundação Getulio Vargas – FGV.

Os referidos concursos foram devidamente homologados em 15/12/2014 e 30/01/15, devendo a chamada dos aprovados ser feita pela próxima Administração de acordo com as possibilidades orçamentárias.

## PROGRAMA DE RECEPÇÃO E INTEGRAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES

Com a finalidade de acolher, recepcionar e integrar os novos servidores, valorizando-os, foi implementando o **Programa de Recepção e Integração de Novos Servidores**.

Esse programa é composto pelo Cerimonial de nomeação e entrega de atos de lotação – “Boas-vindas”; pelas atividades de capacitação para o servidor, realizadas pela Escola de Administração Judiciária (ESAJ), através do **Programa de Integração Funcional (PIF)**, e pelo desenvolvimento e participação dos gestores imediatos na preparação para integração dos novos servidores na respectiva Unidade Organizacional em que será lotado.

Para tanto, foi necessário orientar tecnicamente esses gestores sobre como receber os novos servidores, (conhecer o novo servidor, apresentar a Unidade Organizacional e a equipe; informar as tarefas, responsabilidades e objetivos) bem como a aplicar o formulário de **“Recepção e Integração do Servidor Recém-ingressado na Unidade”** através do qual será possível avaliar as competências mínimas necessárias do novo servidor, orientando-o sobre a melhor forma de se capacitar para alcançar o mais breve possível uma atuação autônoma na unidade.

As informações/orientações são transmitidas pela DGPES ao gestor por Aviso publicado na Intranet, correio eletrônico e por telefone e, se necessário, em visita à unidade organizacional.

Desde a sua implantação, o programa atende aos novos servidores ingressados no 1º Grau de Jurisdição, podendo alcançar todas as Unidades Organizacionais do PJERJ, de acordo com futuras convocações e lotações, a critério a Administração Superior.

### RECEPÇÃO E INTEGRAÇÃO DE NOVOS SERVIDORES

Receber bem e auxiliar a integração dos novos servidores é um processo estratégico para a Instituição. Por isso, o processo começa em cerimônia solene, aberta aos familiares, onde a Presidência e a Corregedoria-Geral da Justiça dão as boas-vindas e entregam as Portarias de nomeação e de lotação a cada novo servidor. Em seguida, o PJERJ promove cursos na Escola de Administração Judiciária para que os novos servidores conheçam a Instituição e as atividades que vão desenvolver.

A última etapa da integração é a supervisão realizada pelos gestores imediatos, que recebem os servidores nas unidades organizacionais, e sob a orientação do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas, complementam o processo de capacitação inicial para que todos possam atuar com segurança e autonomia.

**DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL NO PJERJ**

Existem muitos caminhos para o desenvolvimento profissional no PJERJ. E para isso, a Instituição coloca à disposição diversos recursos instrucionais para sua capacitação e valoriza os servidores que buscam permanentemente o seu aprimoramento.

<p><b>ESCOLAS - ESAJ E EMERJ</b></p> <p>A Escola de Administração Judiciária e a Escola de Magistratura oferecem uma centena de atividades presenciais e à distância para a capacitação e desenvolvimento de magistrados e servidores.</p> <p style="text-align: center;"><b>Acompanhe na Portal Corporativa do PJERJ!</b></p>	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Os servidores podem realizar cursos na ESAJ...</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>... participar de diversas atividades na EMERJ.</p> </div> </div>
<p><b>AUTODESENVOLVIMENTO</b></p> <p>A Instituição oferece muitos recursos para o seu desenvolvimento e valoriza a participação nas atividades realizadas no PJERJ, mas também reconhece que cada pessoa trilha um caminho próprio de crescimento e aprendizado profissional, de acordo com seus interesses, motivações e oportunidades.</p> <p style="text-align: center;"><b>Faça seu caminho!</b></p>	<div style="display: flex; justify-content: space-around;"> <div style="text-align: center;">  <p>Estude e regulação e as rotinas administrativas da sua área de atuação.</p> </div> <div style="text-align: center;">  <p>Busque desenvolver as competências necessárias ao seu desenvolvimento.</p> </div> </div>

Senhor gestor,

Apresente o servidor aos demais integrantes da sua equipe; fale sobre o dia-a-dia na Unidade; preencha o formulário de Recepção e Integração do Servidor Recém-ingressado na Unidade em conjunto com ele; ensine as rotinas de trabalho ou, diante da impossibilidade, designe alguém para fazê-lo. Mantenha-o sob supervisão. Futuramente ele passará por uma Avaliação Especial de Desempenho para ganho de estabilidade.



A comunicação clara e objetiva produz bons resultados.



Ética e cordialidade são ATITUDES BÁSICAS para gerar um ambiente de trabalho onde há confiança e respeito.

“Boas-Vindas”



## ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS

Durante o biênio foram realizados estudos e elaborado projeto revendo o plano de carreiras de molde a torná-lo mais horizontalizado e, portanto, com acesso mais racional aos cargos de maior nível, em prazo mais razoável. A carência de recursos orçamentários, bem como as impossibilidades decorrentes dos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal que limita os gastos com pessoal a 5,7% da Receita Líquida do Estado, não permitiram fosse ampliada a discussão e votado o referido Plano.

Em contrapartida, foram votados pela Assembléia Legislativa e convertidos em Lei Projetos concedendo revisão salarial desde maio de 2012, com a reposição integral das perdas salariais segundo a variação dos índices inflacionários.

Igualmente logrou-se a provar Projeto, convertido na Lei nº 6.963, que consolidou a estrutura de cargos e funções do PJERJ, regularizando esse quadro funcional.

## REVISÃO DE VENCIMENTOS E DE BENEFÍCIOS

No intento de valorizar o servidor, buscou-se proceder à revisão anual dos vencimentos dos servidores. Isso, através dos Projetos que redundaram nas Leis nº 6.524/2013 (reajuste de 7,67%) e nº 6.917/2014 (reajuste de 10%), que garantiram a integral recomposição daqueles vencimentos, segundo as variações dos índices inflacionários.

Além disso, conseguiu-se majorar o valor dos benefícios que lhes são concedidos, como é o caso do Auxílio – Refeição/Alimentação e do Auxílio Locomoção.

Em 2013 o valor do Auxílio Refeição/Alimentação aumentou de R\$ 29 para R\$ 32, perfazendo um total 10% de aumento. Em 2014, além da **extensão do auxílio alimentação/refeição às servidoras em licença maternidade e aleitamento**, o valor fixo mensal foi alterado para R\$ 825,00, não estando mais limitado ao quantitativo de dias úteis do mês, o que representou um aumento médio de cerca de 22,7%. Neste biênio, observou-se um total de 42% de aumento no valor do Auxílio Refeição/Alimentação.

Em 2013 o valor do **auxílio-alimentação de Natal** teve um aumento de 15%, passando para R\$ 1.150,00. Em 2014 o valor passou para R\$ 1.437,00, representando um reajuste de 25%. Desta forma, no biênio aumento total foi de 44%.

Em 2013 o **auxílio-locomoção** foi equiparado ao valor do Bilhete Único Intermunicipal, passando de R\$ 6,20 para R\$ 9,90 por dia trabalhado, tendo esse expressivo reajuste representado variação de 60% do valor anterior do benefício. Em março de 2014 o valor passou para R\$10,50 por dia trabalhado representando um aumento de 6%. Portanto, no biênio, o aumento total foi de 66%.

## OUTRAS AÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL

- **Programa Ser da Justiça**

Em setembro de 2014 foi realizado o Encontro de Gestores do PJERJ para o lançamento do Programa Ser da Justiça, que objetiva a valorização e desenvolvimento do servidor que prevê a realização de investimentos na qualificação dos funcionários através de ações voltadas à saúde, qualidade nas relações com gestores, acesso amplo às informações sobre a vida funcional, fortalecimento da meritocracia e reconhecimento dos profissionais do PJERJ. Os cinco eixos temáticos definidos pelo Programa Ser da Justiça são: Ser Competente, Ser Ético, Ser Saudável, Ser Valorizado e Ser Informado.

Durante o Encontro, o DEDEP apresentou o **SER COMPETENTE** que teve como objetivos sensibilizar os gestores para a importância do seu papel na gestão de pessoas e divulgar as novas ações e instrumentos para a gestão de pessoas por competências do PJERJ. Participaram do Encontro os Chefes de Serventia, Diretores-Gerais, Diretores de Departamento e Diretores de Divisão. O renomado Professor-Doutor Pedro Paulo Carbone ministrou palestra sobre Gestão de Pessoas por Competências no Serviço Público.

### Encontro de Gestores





SETEMBRO 2014 PODER JUDICIÁRIO DO RJ

 <b>SER VALORIZADO</b>	 <b>SER ÉTICO</b>	 <b>SER INFORMADO</b>	 <b>SER COMPETENTE</b>	 <b>SER SAUDÁVEL</b>
--	---	---	--	---

## SER DA JUSTIÇA



**PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DO SERVIDOR DO PJERJ**

O Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro em busca da valorização e desenvolvimento dos Servidores que atuam em nossa Instituição criou o SER DA JUSTIÇA, Programa de Valorização dos Servidores que promoverá ações pontuais e estabelecerá processos de Gestão de Pessoas permanentes no PJERJ com foco em cinco eixos temáticos: Respeito, Ética, Informação, Competência e Saúde.

O Programa de Valorização dos Servidores do Judiciário Fluminense é uma iniciativa inovadora e pretende apoiar a Gestão do Órgão Organizacional e seus desdobramentos.

- **Programa Ser Gestor**

Além de estabelecer nova Rotina Administrativa no ato de nomeação de profissionais para cargos de liderança, o programa incentiva os novos gestores a desenvolver competências técnicas e comportamentais inerentes ao cargo que ocupa.



- **Programa de Preparação para Aposentadoria**

Neste biênio, foram realizadas duas edições do **Programa de Preparação para Aposentadoria - PPA-TJRJ** com um total de participações de 311 servidores. O Programa orientou servidores que se aproximam desta fase, gerando subsídios para facilitar a tomada de decisão do indivíduo bem como sua adaptação à nova condição social.

Esse programa possibilitou aos servidores aposentados se integrarem como voluntários nos Projetos Sociais albergador pelo PJERJ, nos Programas de Auto-composição de Conflitos, ou ainda como instrutores da Escola de Administração.





- **Função de Chefe de Serventia**

Com o objetivo de se dar maior eficácia às serventias judiciais de primeira instância, com conseqüente efetividade na prestação jurisdicional, foi aprovado pelo Órgão Especial e encaminhado à ALERJ projeto de Lei para transformar a antiga função de Escrivão em **Chefe de Serventia**, o que ocorreu com a publicação da **Lei 6.741/2013**.

Com essa política temos o empoderamento do magistrado titular que passa a ser o responsável pela indicação do Chefe da Serventia a ele vinculada bem como a democratização das oportunidades a servidores dos cargos de analistas como dos técnicos judiciários com prioridade à qualificação e desempenho e não somente antiguidade.

Através da exigência de capacitação contínua em gestão, processo civil e criminal desse gestor procura-se garantir a qualidade na prestação do serviço, a efetividade na transição para o processo eletrônico e a vinculação a cumprimento de metas.

## FORTALECIMENTO DA GESTÃO POR COMPETÊNCIAS NO PJERJ

---

Os objetivos deste Projeto Estratégico são a especificação, desenvolvimento e implementação de um novo modelo de Gestão por Competências no Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, que promova o alinhamento dos principais subsistemas de gestão de pessoas, incluindo:

- Recrutamento e Seleção (captação);
- Recepção e integração; Capacitação e Desenvolvimento;
- Avaliação e Certificação de competências;
- Movimentação horizontal;
- Progressão e promoção;
- Designação para cargos e funções.

A construção desse modelo auxiliará no estabelecimento de processos de gestão de pessoas integrado e consistente e na criação de uma cultura organizacional baseada no mérito, ou seja, no conjunto de talentos, habilidades e esforços de cada profissional do Poder Judiciário.

O projeto obteve 100% de conclusão das atividades propostas e já apresentou resultados importantíssimos para a gestão de pessoas por competências no PJERJ, tais como: Banco de Identificação de Talentos, Programa de Recepção e Integração de Novos Servidores, Programa Ser Gestor e ampliação do Mapeamento de Competências para toda a instituição.

É importante compreender que como todo processo que envolve forte mudança cultural, o fortalecimento do modelo de Gestão de Pessoas por Competência precisa ser mantido na agenda institucional, como uma prioridade estratégica para a melhoria do desempenho do PJERJ, que só pode ocorrer por meio dos profissionais que aqui atuam.

- **Mapeamento de Competências e Planos de Desenvolvimento Institucionais**

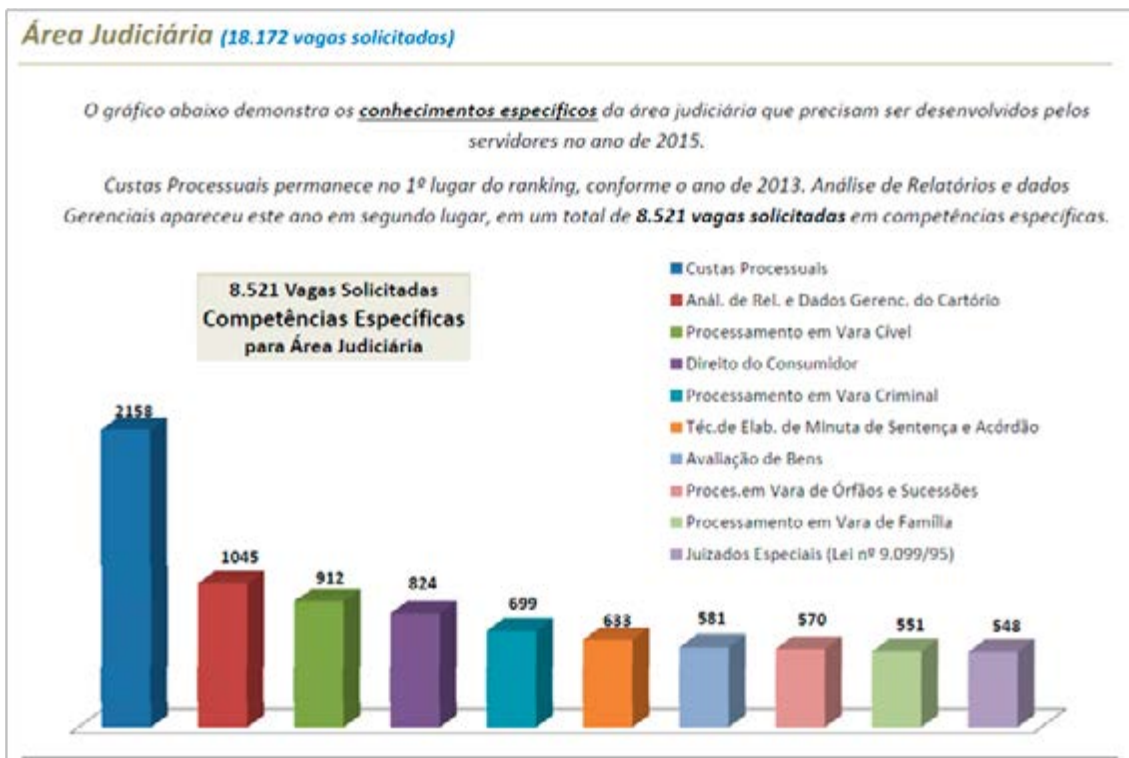
O Mapeamento de Competências dos Servidores do PJERJ foi realizado em 2013 e em 2014, resultando no diagnóstico das necessidades de desenvolvimento de competências de todos os servidores PJERJ.

O processo deverá ser realizado, anualmente, com base nas Matrizes de Competências Gerais (comum a todos os servidores) e Específicas (referentes a cada área de conhecimento do PJERJ), através de um questionário eletrônico encaminhado a todas as unidades de nossa instituição, para que os gestores identifiquem as competências necessárias para melhorar o desempenho de sua equipe de profissionais.

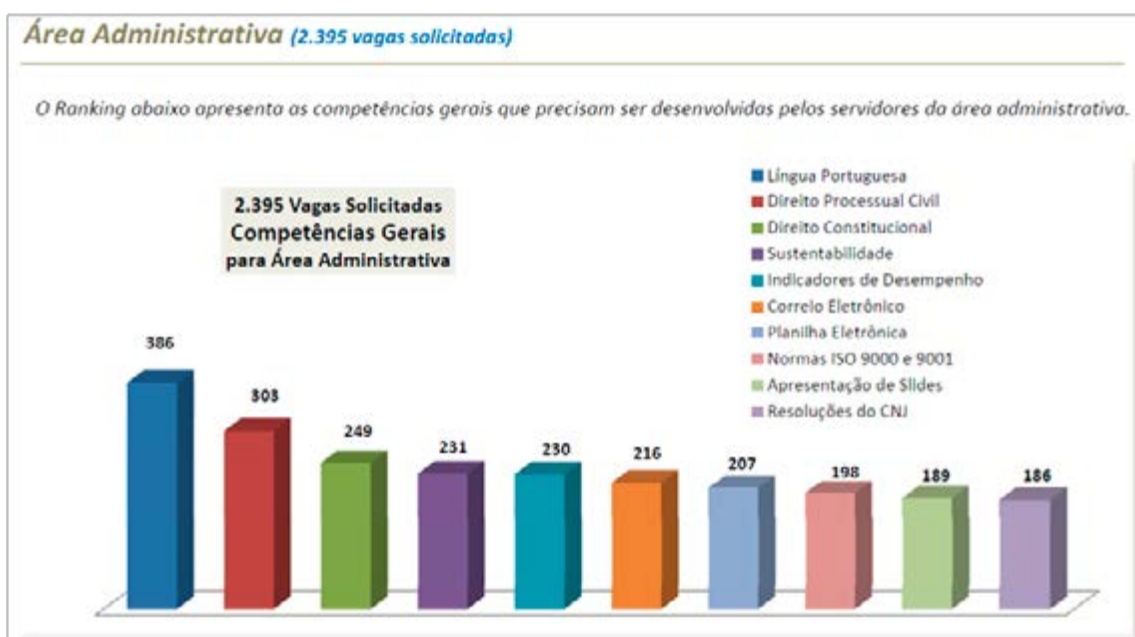
As informações coletadas servirão como base para a elaboração dos Planos de Desenvolvimento de Competências do PJERJ para o ano de 2015. A disponibilização dos Planos marcará a mudança na Instituição para um modelo de Capacitação e Desenvolvimento focado e direcionado para as necessidades específicas apontadas por cada área e, ainda, para as demandas oriundas do planejamento estratégico de nossa instituição.

O objetivo final é proporcionar aos servidores do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro uma educação profissional efetiva através de ações de capacitação que propiciem a melhoria de seu desempenho funcional e da prestação da atividade jurisdicional.

Resultado do Mapeamento realizado em 2014, para a área Judiciária:



Resultado do Mapeamento realizado em 2014, para a área Administrativa:



Por fim, ressalta-se que esse modelo auxilia a oferta de cursos de acordo com as necessidades da Organização, evitando que os profissionais do PJERJ busquem pontos de capacitação desconectados do desempenho adequado em suas unidades.

- **Banco de Identificação de Talentos**

O Departamento de Desenvolvimento de Pessoas desenvolveu e implementou o Banco de Identificação de Talentos de Secretário de Juiz/Auxiliar de Gabinete.

Os candidatos selecionados para o Banco de Identificação de Talentos concluíram o curso de capacitação na ESAJ em 17/10/2014 e o Banco já está disponível no DEDEP, que vem auxiliando os magistrados solicitantes na identificação de servidores que tenham interesse e potencial para atuar nas respectivas funções.

O Banco também ficará disponível na intranet para consulta direta pelos magistrados, a partir da remodelagem do Portal do PJERJ.

## **PROGRAMAS NA ÁREA DE SAÚDE DO SERVIDOR**

---

- **Controle das Licenças Médicas**

O número de servidores afastados diminuiu progressivamente ao longo dos últimos 20 meses, paralelo a um aumento do número de aposentadorias por invalidez, visto que havia uma demanda reprimida neste segmento. As ações iniciadas por esta administração em 2013, quais sejam a **Auditoria das licenças dos servidores afastados há mais de 500 dias** e a **Verificação Sistemática de Invalidez**, continuaram a ser executadas também em 2014. A estas medidas foi acrescentada a Revisão Pericial das Readaptações Funcionais Definitivas, em cumprimento à Resolução 10/2013 do CM, procedimento este que foi conduzido pela Junta Médica Oficial do Departamento de Saúde.

Todas estas medidas levaram à redução acentuada no quantitativo de servidores afastados há mais de 30 dias: de 233 em Janeiro/2013 para 127 em Maio/2013 e finalmente de 57 em Outubro/2014, conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Quanto às conclusões de aposentadoria: 130 Aposentadorias por Invalidez em 2013 e 39 nos últimos dez meses, índice muito superior ao praticado previamente, conforme demonstrado no gráfico abaixo. Após o saneamento alcançado e diante de um contingente bem menor de incapacitados, as aposentadorias por invalidez puderam retornar ao patamar habitual, o que pode ser considerado como um resultado bastante positivo.



Outra ação realizada visando melhor controle dos afastamentos por razão médica foi a publicação da Resolução No. 06/2013 do Conselho da Magistratura, de 23/05/2013, a qual inseriu diversas modificações, sendo essas as mais relevantes:

- observação rigorosa dos prazos de licenciamento inicial;
- utilização do formulário SIMA (Solicitação de Informações ao Médico Assistente), para Prorrogação de Licença, condicionando-a a um melhor detalhamento da situação do servidor pelo médico assistente;
- perícia com base no julgamento da Incapacidade Laboral e não apenas na presença/ausência de doença;
- regulamento do prazo de licenciamento máximo de 24 meses.

No ano de 2014, houve uma diminuição do quantitativo de perícias em servidores, como decorrência direta do número de conclusões periciais de aposentadorias por invalidez ocorridas no ano anterior. O referido procedimento médico-pericial de verificação de invalidez sistemática dos servidores, após alcançado prazo legal de licenciamento de saúde, propiciou um redimensionamento da efetiva força de trabalho, e uma conseqüente redução do pool de servidores com incapacidade prolongada. Em paralelo, outra conseqüência foi a de redução do custo dos serviços da perícia contratada.



### • Saúde Ocupacional

Em abril de 2014 o setor de saúde ocupacional do DESAU, atuou conjuntamente com a vigilância epidemiológica estadual e municipal, na assistência, acompanhamento, rastreamento e avaliação da aptidão funcional dos servidores, estagiários, terceirizados e outros observadores da Divisão de Protocolo (DGJUR/DIPRO), por ocasião da apresentação dos casos de tuberculose. Foi concluído o trabalho de rastreamento de todos os servidores e colaboradores lotados nas unidades DIPRO e Protocolo Geral (CGJ/PROGER), sustentado por protocolo epidemiológico estabelecido pelo Serviço de Saúde Ocupacional do DESAU.

A gestão das licenças médicas e das readaptações teve uma grande melhora, diminuindo sensivelmente o nº de servidores afastados ou com carga de trabalho reduzida, ao mesmo tempo em que houve aumento do número de aposentadorias por invalidez. Algumas ações merecem destaque:

- edição da Resolução CM nº 06/2013 que determinou maior rigor na concessão das licenças médicas e auditorias naquelas com prazo acima de 500 dias;
- edição da Resolução CM nº 10/2013, que estabeleceu os critérios para a concessão do benefício de readaptação e determinou auditoria em todas as concedidas;
- edição da Resolução CM nº 14/2013, que define as atribuições dos cargos efetivos do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Entre os meses de abril e maio de 2014 foi realizada a Campanha de Imunização contra a Gripe para os servidores do PJERJ, a ação foi totalmente custeada pela Amil e superou as expectativas com um alto índice de procura. O fechamento da campanha em todo o estado do Rio de Janeiro contabilizou 8.459 atendimentos entre, magistrados, servidores e outros.

Ainda na linha da prevenção, o DESAU teve participação relevante no **Plano de Gestão de Resíduos Sólidos do PJERJ**, elaborado em convênio com a Universidade



Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Nele, está incluído o processo de regularização do procedimento de descarte de medicações e materiais de consumo com validade vencida. Atualmente, existe um quantitativo aguardando destinação adequada a ser decidida em conjunto com a DGLOG e o DEAPE.

• **Plano de Saúde: Renovação Contratual e Novos Benefícios**

Desde 2009 os servidores contam com plano de saúde, subsidiado pelo TJERJ, e prestado pela Amil, em razão de contrato de serviço devidamente licitado. O referido contrato foi renovado, em 2013, por mais dois anos, beneficiando cerca de 20 mil servidores, entre ativos e inativos

Essa renovação foi viabilizada graças a atuação do GT-SAÚDE<sup>58</sup> e trouxe os seguintes benefícios aos servidores e seus dependentes:

- reembolso com consultas médicas no produto Amil 140, nos moldes do que já havia no plano Amil Blue IV;
- reembolso para sessões de fisioterapia, (2 vezes a tabela Amil);
- criação de email específico para atendimento, de modo a agilizar o atendimento às demandas dos servidores.

Além das melhorias acima elencadas, durante a negociação para renovação a administração conseguiu inserir no contrato a assunção pela Amil do custeio integral das seguintes atividades, com conseqüente economia aos cofres do Tribunal:

- campanha anual de vacinação de servidores contra a gripe;
- remoção no Complexo Fórum Central - ambulância;
- unidade de Correção Postural (UCP) in Company – aplicação de modelo virtual com avaliações presenciais na capital e no interior;

<sup>58</sup> GT-SAÚDE: Des. Benedito Abicair, Juíza de Direito Maria Paula Galhardo e os servidores Andrea D'Amico, Beatriz Gaspar, Carlos Ferrari, Andréa Glória de Oliveira

- programa anti-tabagismo;
- programa de Saúde bucal;
- semana do Servidor – ações de saúde na capital e no interior, em comemoração ao dia do servidor;
- Educação continuada – palestras e ações educativas em saúde.

### **ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA (ESAJ)**

---

A Escola possui trajetória antiga e memorável na história do Poder Judiciário, tendo completado em 2014 seus 40 anos, marcados pelo lançamento de um Selo Comemorativo. Neste biênio logrou integrar o Sistema Estadual de Ensino em razão do Decreto nº 44.382/2013 do Executivo Estadual, o que a legitimou como promotora de educação continuada para servidores e colaboradores do Poder Judiciário.



É de se destacar o trabalho de seu Conselho Consultivo<sup>59</sup> que apoiou o fortalecimento da ESAJ com a implantação de novas políticas para a sua modernização. Assim, foram revistos os cursos ofertados cujo calendário passou a ser divulgado semestralmente, facilitando o planejamento dos usuários. Outrossim, foi implementada, com sucesso, a verificação de aprendizagem em seus cursos, sendo os conceitos respectivos devidamente registrados e arquivados sistematicamente.

Com a finalidade de ampliar seu corpo docente, foram promovidos processo seletivo para instrutor da capital nas áreas de: Gestão e Qualidade sendo aprovados 16 novos instrutores, sendo 01 doutor, 03 mestres e 12 pós-graduados; Área de Direito e Legislação sendo aprovados 10 novos instrutores, dos quais 08 mestres e 02 mestrandos. Para o interior, para as mesmas áreas foram selecionados 13 novos instrutores.

Na sua atividade ordinária, foram contabilizadas no biênio mais de 70 mil participações em cursos e demais atividades de capacitação da ESAJ. Entre os novos projetos de cursos realizados pela ESAJ no biênio, pode-se destacar: 15 cursos de capacitação para chefes de serventia, compreendendo turmas na capital e no interior; o curso de Acessibilidade, na modalidade a distância, e o curso de Libras, na modalidade presencial, em conformidade com a Resolução nº 27 do CNJ; e o curso de preparação dos selecionados a formar o Banco de Identificação de Talentos de Secretário de Juiz e Auxiliar de Gabinete.

Para suprir, sobretudo, a necessidade de levar conhecimentos administrativos ao interior, foi realizado contrato com a Universidade Federal Fluminense (UFF), no âmbito do qual foram realizadas quarenta turmas, sendo 24 no interior, destacando-se os seguintes cursos: Comunicação Estratégica, Gestão Ambiental, Gestão de Resultados e Inovação Organizacional

Em setembro de 2014 foi realizado o evento “Os Novos Rumos da Qualidade – A Norma ISO 9001:2015”, com a parceria entre ESAJ e DGDIN, ministrado por Nigel

<sup>59</sup> Conselho Consultivo da ESAJ – Des. Sidney Hartung Buarque (presidente), Des. Patricia Ribeiro Serra, Juíza Maria Paula G. Galhardo, Sr<sup>a</sup>. Beatriz B. M. Souza Gaspar, Sr. Walter Grynszpan.

Croft, presidente do subcomitê técnico da *International Organization for Standardization (ISO)*. A palestra, que faz parte do Programa de Formação do Quadro de Auditores Internos do PJERJ, contou com a participação de 149 instrutores, auditores internos, gestores de unidades administrativas e jurisdicionais, e responsáveis pelo sistema de gestão das unidades.



Autorizada pelo Conselho da Magistratura, a Escola passou a fornecer cursos para o público externo. Assim, realizou duas turmas do **Curso de Especialização em Administração Judicial**<sup>60</sup> destinado a prover as Varas Empresariais de profissionais qualificados e certificados. Também realizou 3 turmas de Curso de Formação de Peritos Judiciais, capacitando e certificando mais de 200 peritos.

<sup>60</sup> Curso de Especialização em Administração Judicial capacita terceiros para atuarem junto as Varas Empresariais. Os aprovados terão seus nomes inseridos em Banco de Dados disponibilizado aos magistrados. Ato Executivo Conjunto nº 52/2013.

Desde outubro de 2014, vem sendo promovidas reuniões interdisciplinares, com funcionários da ESAJ e do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DGPES/DEDEP), para alinhar a programação de cursos da ESAJ ao levantamento de necessidades de desenvolvimento realizado pelo DEDEP.

- **Educação à Distância – Produção de Vídeos e EaD**

Um dos projetos que mobilizou a atual administração foi a implantação do Ensino à Distância. Após iniciativa restrita tão só à divulgação *online* de apostilas através de plataforma custeada pela UFF, iniciaram-se, com a orientação da PUC-Rio, estudos para elaboração de proposta consistente nessa área.

Para tanto, inicialmente, com a participação de servidores experientes em diversas áreas, foram elaborados roteiros para gravação de oito vídeos educacionais elaborados como apoio do Departamento de Projetos e Segurança de Telecomunicações (DGSEI/DETEL). Com duração média de 20 minutos cada, esses vídeos abordam temas como Custas Processuais, Processamento Cível, Processamento da Recuperação Judicial, Organização do Ambiente de Trabalho e Sistema Integrado de Gestão e Relatórios Gerenciais. já editados, estão sendo disponibilizados pela DGTEC em canal de vídeo-aulas no portal do PJERJ.

Além das vídeo-aulas, foram formuladas cinco soluções educacionais na modalidade *online* sobre os temas: Sistema Integrado de Gestão (SIGA); Custas Processuais; Técnica de Elaboração de Acórdão; Sustentabilidade; Processamento em Vara Cível com Processo Eletrônico. Os cinco primeiros foram disponibilizados em Ambiente Virtual de Aprendizagem, após licitação e contratação de empresa responsável pela plataforma .

Esse é um projeto que necessita de continuidade na medida em que precisamos formar e reciclar cerca de 17.000 servidores além de, no mínimo, 500 auxiliares, sendo grande a demanda, principalmente quando se está diante da vigência de um novo Código de Processo Civil que vai alterar substancialmente o processamento em diversas áreas. Outrossim, a carência de servidores não permite seu afastamento de seus locais de trabalho para assistirem cursos presenciais.

- **Especialização em Direito Administrativo**

Com aprovação do Conselho Estadual de Educação, a ESAJ, a partir de outubro de 2013, passou a fornecer aos servidores do PJERJ cursos de pós graduação *latu sensu*.

Com o objetivo de capacitar e aprimorar o conhecimento dos servidores na área do Direito Público e, assim, promover a melhoria da qualidade dos serviços judiciais e administrativos, foram elaborados com a orientação e supervisão do Des. Jessé Torres, dois Cursos de Especialização: um de “Administração Pública com Enfoque no Judiciário” e outro de “Administração Pública com Enfoque na Área Administrativa”.

Realizada a seleção de servidores para duas turmas, foram aprovados 144 servidores. Iniciadas as aulas, em 09/12/2013 e 07/01/2014, foram ministradas mais de 360 horas de aulas em cada uma delas por 45 Professores, sendo 28 externos e 17 servidores do TJERJ, dos quais 33% de mestres e 25% de doutores. Concluíram as disciplinas 132 participantes, cujas monografias estão sendo devidamente corrigidas.

As aulas foram encerradas em dezembro de 2014 com formatura prevista para abril de 2015.

Estão planejadas para 2015 mais dois cursos de Especialização, um em Direito Administrativo outro em Meio Ambiente, este também devidamente aprovado pelo Conselho Estadual de Educação.

## **PROGRAMA DE ESTÁGIO DO PJERJ**

---

Foram estabelecidas novas regras para funcionamento do Programa de Estágio do Poder Judiciário, valorizando a sua função social e incluindo agora oportunidades para estudantes de Ensino Médio. O procedimento específico para solicitação e concessão de vagas excedentes pelas unidades, foi descrito em Rotina Administrativa.

Foram produzidos materiais de divulgação para a melhoria da comunicação com supervisores e com os estudantes participantes do Programa, tais como:



<p>O Supervisor do Estágio deve orientar de forma cuidadosa as atividades executadas pelos estagiários, auxiliando a formação dos futuros profissionais.</p>  <p>Estágio é ato educativo assistido supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior, de educação profissional, de ensino médio, de educação especial e dos anos finais do ensino fundamental, na modalidade profissional da educação de jovens e adultos.</p> <p>O estágio, que faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o currículo formal do educando, visa o aperfeiçoamento de competências próprias de atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cívica e para o trabalho.</p> <p>Asses a cartilha sobre o Programa de Estágio do Pjerj no endereço abaixo e informe-se sobre os regras do programa, suas responsabilidades e as do estudante.</p> <p><a href="http://www.tribuna.jus.br/informacoes/2013/05/27/cartilha-para-estagiarios-060113">http://www.tribuna.jus.br/informacoes/2013/05/27/cartilha-para-estagiarios-060113</a></p> <p><b>LEIA O ATO NORMATIVO CONJUNTO Nº 28/13</b></p>	<p><b>Nova Lei do Estágio</b></p> <p>A Lei 11.788/08, que revogou a Lei nº 6.494/77, estabelece novas normas quanto à contratação de estudantes na condição de estagiários.</p> <p><b>Deveres do Supervisor</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- promover todos os meios a serem desenvolvidos pelo estagiário, a fim de diversificar seu aprendizado, orientando-o e fornecendo-lhe conhecimentos práticos;</li> <li>- controlar a carga horária do estagiário;</li> <li>- zelar pelo correto cumprimento da frequência do estagiário, de acordo com o prazo estabelecido;</li> <li>- preparar, a cada 15 (quinze) dias, relatório de avaliação do estagiário, que é encaminhado à sua instituição de ensino, após ter sido obrigatoriamente identificado;</li> <li>- comunicar à DGPEP qualquer irregularidade constatada pelo estagiário, mencionando, obrigatoriamente, os motivos respectivos (se fatos);</li> <li>- comunicar à DGPEP, assim que detectado, o abandono do estágio.</li> </ul> <p><b>Seja um supervisor orientador e participe da formação dos futuros profissionais!</b></p> <p>GESTÃO DE PESSOAS (DGPEP) Departamento de Desenvolvimento de Pessoas Praça Rio de Janeiro, 17 andar - sala 104 desenvolvimento@tribuna.br</p>	 <p>PODER JUDICIÁRIO ESTADO DO RIO DE JANEIRO</p> <p><b>PROGRAMA DE ESTÁGIO</b> Orientações para Supervisores</p>  <p><b>Informações básicas para o funcionamento adequado do Programa de Estágio do Pjerj</b></p>
---	---	--

	<b>Lei do Estagiário</b> 
<b>Oportunidade para estudantes</b> O Programa de Estágio do PJERJ é considerado um dos melhores do Estado do Rio de Janeiro, pelas inúmeras oportunidades que oferece a estudantes de diversas formações, mas em especial, aos estudantes de direito. Há vagas disponíveis em todo o estado, em serventias de competências variadas, como Cível, Criminal, Família, Fazenda, entre outras. Além disso, há vagas em áreas administrativas e em unidades voltadas a atuação de profissionais de Psicologia e Serviço Social, como as ETICs.	<b>Oportunidade para a Instituição</b> Abrir as portas do PJERJ para a formação de estudantes auxilia a formação dos futuros operadores do Direito, que conhecerão melhor o funcionamento da Instituição e o processamento cartorário. Além disso, as atividades realizadas pelos estudantes, necessariamente previstas no seu plano de estágio, são uma preciosa contribuição para as unidades e auxiliam a realização dos serviços que são realizados exclusivamente por servidores.

## **DOCTRINA E JURISPRUDÊNCIA SOBRE SERVIDORES PÚBLICO**

Em 2014 foi desenvolvido o Livro “Doutrina e Jurisprudência sobre Servidores Públicos”, de iniciativa da Presidente do TJERJ, Des. Leila Mariano e da experiência de Juízes, Procuradores e da Administração deste Tribunal no tratamento de diversos aspectos relacionados aos servidores públicos. A obra foi coordenada pelos Juízes José Guilherme Vasi Werner e Maria Paula Gouvea Galhardo.

Os artigos nele reunidos trazem indagações e considerações sobre temas bastante atuais na vida do servidor público e de sua relação com a Administração Pública, como, por exemplo, a contratação temporária, o desvio de função, a questão vencimental, a aposentadoria e principalmente o direito de greve, cujo exercício vem enfrentando as dificuldades inerentes à natureza do serviço e a uma regulamentação que precisou ser feita a partir do julgamento dos Mandados de Injunção nºs 670/ES, 708/DF e 712/PA pelo Supremo Tribunal Federal.

Além disso, o livro ainda traz importante contribuição em forma de coletânea de jurisprudência sobre concurso público e benefícios previdenciários.



## 6.5 Tecnologia Eficaz

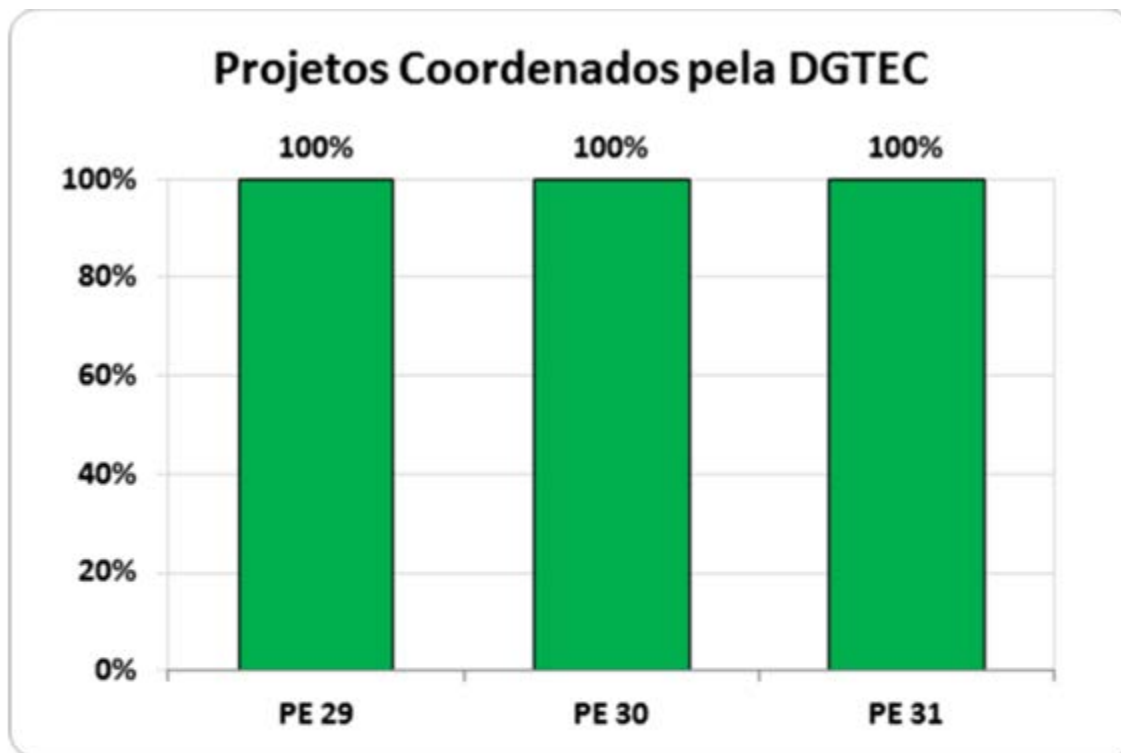
O biênio 2013/2014 trouxe a marca da inovação tecnológica e o reconhecimento do papel de cada um na engrenagem do PJERJ. Durante esses dois anos, o processo virtual se tornou um caminho sem volta, e teve seu escopo ampliado. Foi preciso adaptar conceitos e processos para transformar o papel do PJERJ e apresentar à sociedade uma instituição ágil, transparente e consciente de agir conforme a lei e a ética.

O trabalho foi pautado no planejamento e na construção de uma nova identidade, onde cada servidor tem plena consciência de suas responsabilidades e a tecnologia se tornou aliada diante da complexidade das decisões administrativas.

As grandes mudanças da economia, tecnologia, sociedade e política, nestas últimas décadas, fizeram com que as instituições se adaptassem, a fim de acompanhar essas rápidas transformações, em especial, reconhecendo o ativo intangível de forma efetiva, passando cada vez mais a criar e utilizar o conhecimento. No PJERJ, essa visão se mostrou estruturante, não somente para o biênio, mas especialmente para um futuro promissor do próprio Poder Judiciário.

Diante destes desafios, a Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação (DGTEC) passou a desempenhar papel estratégico, contribuindo com avanços tecnológicos relevantes do ponto de vista da sociedade, da eficiência jurisdicional, da administração dos recursos públicos e do desenvolvimento do capital humano.

Os Projetos Estratégicos, que ficaram sob a responsabilidade da DGTEC, alcançaram os seguintes resultados em 2014:



CÓD.	PROJETO
PE 29	Governança de TI
PE 30	Processo Eletrônico Judicial
PE 31	Processo Eletrônico Administrativo

A seguir são apresentadas as principais contribuições da DGTEC no biênio 2013/2014, com o objetivo de prestar conta dos investimentos realizados, mas principalmente, para compartilhar a visão de futuro construída pela Presidência do PJERJ, fortemente embasada em tecnologia.

## GOVERNANÇA DE TI

---

- Desenvolvimento do Projeto Estratégico “Governança de TI” para o Desenvolvimento e Implementação de Governança de Tecnologia da Informação;
  - Constituição do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação (CGTI), com a presidência do desembargador Joaquim Domingos, para assegurar o alinhamento dos investimentos em TI com os objetivos estratégicos do PJERJ;
  - Elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) para orientar as atividades da área e definir prioridades, corroborando com a Resolução CNJ 182/2013, que estabelece que até 17/10/14 as contratações de TI deverão estar alinhadas com o PETI, instrumento estratégico publicado em 10/09/14 e que resguarda a DGTEC na execução de seu orçamento;
  - Estruturação do Escritório de Projetos de Tecnologia da Informação (EsPro) para controle dos projetos da área e, conseqüentemente, do cumprimento de prazos, gerenciamento do escopo e atingimento das metas da alta administração;
  - A Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) foi contratada para transferir conhecimento em Gestão Estratégica de Tecnologia da Informação (GETI) para a DGTEC, visando alinhar o posicionamento e projetos da diretoria com os objetivos da Instituição. E, com isso, aumentar a entrega de benefícios e o retorno dos investimentos, auxiliando na elaboração do PETI, do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e na Estruturação do EsPro.
- **Modelo de Terceirização**
    - Em função da Instrução Normativa MP/SLTI N° 04 de 2010 do TCU, das Resoluções do CNJ N° 90 e 99 de 2009 e do Acórdão Plenário do TCU N° 1782 de 2007, a contratação de mão de obra complementar ao quadro interno tornou-se insustentável, dado que a responsabilidade pela produtividade

e qualidade não influencia de fato os resultados do fornecedor, obrigando a DGTEC a rever seu principal contrato, dividindo-o em 3 (três) contratos distintos, com pagamentos atrelados a entrega de serviços, destinados a aumentar a capacidade de trabalho da DGTEC no desenvolvimento e manutenção de sistemas, monitoramento de sua infraestrutura e atendimento aos usuários;

- A PUC-Rio foi contratada para transferir conhecimento em Análise de Pontos de Função para a DGTEC, visando ajudar a estruturar o processo de contagem de pontos de função na diretoria, capaz de estimar o tamanho das soluções de software desejadas e entregues. O NMS (Núcleo de Métricas de Software) é hoje um seguro da DGTEC para seu contrato de Fábrica de Software. Permite contrapor em alto nível o fornecedor para estimar, monitorar e fiscalizar cada ordem de serviço. O risco inicial da contagem ser um gargalo para este modelo foi eliminado. O núcleo tornou-se uma engrenagem importante para o Tribunal.

### • **Computação em Nuvem**

- A PUC-Rio foi contratada para transferir conhecimento em Pesquisa e Inovação Tecnológica, estruturando um núcleo com essa finalidade. Estrutura processo de pesquisa e inovação na DGTEC, para que tecnologias emergentes possam ser estudadas e adotadas de forma vantajosa pela Instituição. A Computação em Nuvem foi a primeira tecnologia endereçada e está próxima de se tornar uma realidade no PJERJ. Destacam-se os produtos utilizados por essa tecnologia:
  - » Office 365 para 10.000 usuários em licitação;
  - » Lançamento de canal de vídeos no YouTube.

### • **Sistema Integrado de Gestão (ERP)**

- Para se iniciar um projeto de aquisição de um Sistema Integrado de Gestão é preciso, primeiro, definir as exigências deste sistema, para assegurar que

a escolha seja o que há de melhor para a empresa. Frente a este desafio, o PJERJ buscou o apoio da PUC-Rio, visando absorver os conhecimentos necessários para a tomada desta decisão: definição da melhor alternativa para suportar sistemicamente os processos administrativos. Uma síntese das iniciativas propostas e em curso é apresentada a seguir:

- » Projeto Estratégico de Modernização do GPES: Higienização e Unificação das Bases de Dados e Sistemas da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGPEs), hoje distribuído em 4 sistemas e 2 bases de dados;
- » Projeto Piloto de Implantação de Inteligência de Negócios nos Sistemas Administrativos utilizando tecnologia IBM já licenciada no PJERJ para prover uma visão gerencial das informações;
- » Aquisição e Implantação de Sistema para Suportar o Fluxo de Trabalho (*Workflow*) que antecede uma Compra (Pré-Compra);
- » Aquisição e Implantação de Sistema de Gestão de Orçamento;
- » Aquisição e Implantação de Sistema de Gestão de Desenvolvimento de Pessoas;
- » Aquisição e Implantação de Sistema de Gestão de Saúde;
- » Eliminação do Passivo de Solicitações de Manutenção Evolutiva das Diretorias Administrativas, estimados em 370 itens;
- » Análise, Modelagem e Melhoria de Processos Administrativos para orientar a evolução dos sistemas de forma transversal e não em silos por diretoria;
- » Projeto Estratégico de Modernização do SISMAT e SISPAT: Sistemas de Gestão Patrimonial e de Material da Diretoria de Logística (DGLOG), que atualmente não suportam adequadamente os inventários de patrimônio;
- » Aquisição e Implantação de Sistema de Gestão e da Manutenção de Bens Imóveis para Diretoria de Engenharia (DGENG);

- » Implantação de Camada de Integração (Middleware) para facilitar a utilização de múltiplos sistemas em fluxos racionais e otimizados de trabalho;
- » Implantação do e-Licitação do Banco do Brasil: Sistema de Pregão Eletrônico e Registro de Preços que permitirá otimizar as contratações do Tribunal.

### • Ensino a Distância

- A DGTEC, com apoio da PUC-Rio, constituiu um Núcleo de Tecnologias Educacionais (NTE) para desenvolver material de apoio ao uso de seus sistemas, tanto do ponto de vista de usuários externos, como Ministério Público, Defensoria Pública e advogados, como do público interno ao Tribunal.
- A ESAJ (Escola Superior de Administração Judiciária) da Diretoria-Geral de Gestão de Pessoas (DGPES), com apoio da DGTEC, está adquirindo e implantando um Sistema de Gestão de Aprendizado (Learning Management System - LMS) que permitirá aplicar cursos de capacitação em escala, reduzir o deslocamento dos servidores para realizarem atividades de capacitação e efetuar o processamento de informações em grande quantidade, no menor tempo possível.

## PROCESSO ELETRÔNICO JUDICIAL

---

- Dando continuidade a iniciativa de implantação do processo eletrônico na Segunda Instância, iniciada com a aquisição do sistema E-Jud, a DGTEC, durante esta gestão, implantou esse sistema em 100% das Câmaras e em 81,81% do Conselho Recursal do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Em consequência, atualmente, o processo eletrônico é a principal forma de trabalho utilizada pelos desembargadores.

- Já na Primeira Instância, a estratégia foi solidificar e aprimorar o sistema de Distribuição e Controle de Processos (DCP), com a implantação do processo eletrônico, permitindo a substituição gradativa do documento em papel por formatos digitais. Atualmente, 23,65% das unidades do Estado, entre Varas e Juizados, utilizam o processo eletrônico, levando em conta critérios sólidos para que apenas implantações vantajosas para o Tribunal fossem realizadas, com base em critérios objetivos, incentivando o aumento do índice de produtividade. O Projeto Estratégico “Processo Eletrônico Judicial” da DGTEC, definiu no início de sua gestão a meta de implementar o processo eletrônico judicial em 141 unidades específicas do TJERJ, das quais 98,58% foram entregues até o momento.
- Iniciou-se um importante processo de modernização na Vara de Execuções Penais, em prol da sociedade. De forma a otimizar resultado, a estratégia tecnológica traçada foi absorver o sistema PROJUDI, que funciona com sucesso no TJ do Paraná, nesta e em outras competências. Essa modernização representará um importante marco para o Tribunal, pois além de retomar a implantação do processo eletrônico judicial nesse órgão, agrega também uma visão de tramitação virtual.

## PROCESSO ELETRÔNICO ADMINISTRATIVO

---

- Do ponto de vista dos processos administrativos, o PJERJ está adotando o SIGA-DOC, cedido de forma gratuita pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região. O Projeto Estratégico “Processo Eletrônico Administrativo”, definiu a implantação, de forma piloto, do processo eletrônico administrativo na Corregedoria Geral da Justiça, pelos departamentos da DGADM e DGFEX, que foi concluído com grande sucesso. A previsão é expandir nos próximos meses, de forma a mapear alguns fluxos de trabalho de alto retorno para o Tribunal e implantar fluxos genéricos nos demais processos durante 2015.

## 6.6 Prestação de Contas

A Diretoria Geral de Controle Interno (DGCOTI) tem por missão, como órgão de fiscalização e controle, assessorar o Presidente do Tribunal de Justiça, nas seguintes ações de controle:

- Auditoria;
- Inspeção Administrativa;
- Levantamento;
- Vistoria;
- Monitoramento;
- Acompanhamento da gestão contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.

Essas ações são definidas e planejadas a partir de critérios de materialidade, relevância, criticidade e risco, além da força de trabalho disponível e das ações coordenadas pelo Conselho Nacional de Justiça, e resultam em um Plano Anual de Ações de Controle submetido à aprovação da Presidente do Tribunal de Justiça.

### GESTÃO ESTRATÉGICA

---

#### • META 16 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)

Dentre as metas nacionais estabelecidas pelo CNJ para o Poder Judiciário brasileiro em 2013, a de nº 16 se referiu ao fortalecimento das unidades de controle interno dos Tribunais.

O PJERJ alcançou um percentual de adesão de 94,11% da Meta 16, considerando a mudança de entendimento a respeito de um dos questionamentos que integravam a avaliação (assessoramento à Administração Superior na gestão de riscos). O único ponto considerado como não atendido está relacionado à suficiência de recursos humanos.



- **Parecer nº 2/2013 – SCI/Presi/CNJ**

Para assegurar a atuação das Unidades ou Núcleos de Controle Interno nas atividades de auditoria, inspeção administrativa, fiscalização e controle o Plenário do CNJ aprovou o Parecer nº 2/2013 – SCI/Presi/CNJ, o qual requereu a execução de várias providências a cargo da Unidade de Controle Interno, da Presidência do Tribunal, do Comitê Técnico de Controle Interno e das unidades de Gestão de Pessoas e de Tecnologia da Informação do tribunal ou conselho.

Cumprindo o cronograma estabelecido pelo CNJ, a DGCOTI encaminhou as respostas solicitadas e, em junho de 2014, informou à Presidência do PJE RJ que considerava cumpridos integralmente aqueles itens do referido parecer.

## **GESTÃO OPERACIONAL**

---

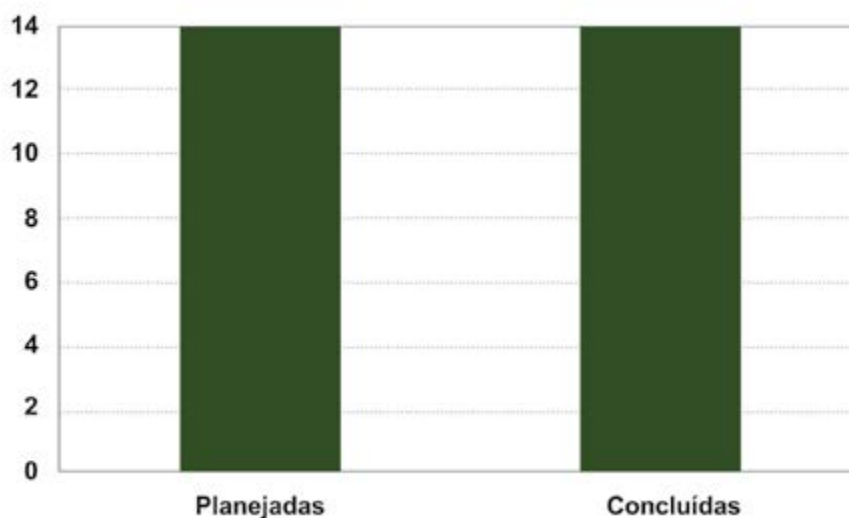
- **Auditorias**

No biênio 2013/2014, foram executadas as seguintes auditorias previstas nos respectivos Planos Anuais de Auditoria (PAA):

- Auditoria nos Sistemas de Informação utilizados pela DGPES;
- Auditoria em Tecnologia da Informação (orientada pelo CNJ);
- Auditoria nos Contratos de Prestação de Serviços de Telefonia Fixa e Móvel;
- Auditoria no processo de trabalho relativo à concessão de aposentadorias;
- Inspeção em valores de despesas com Tecnologia da Informação – TI, no exercício de 2011;
- Auditoria no Almoxarifado;
- Auditoria na gestão da fiscalização de contratos de Prestação de Serviços;

- Auditoria no Controle Interno do PJERJ (orientada pelo CNJ);
- Auditoria em Obras (orientada pelo CNJ);
- Auditoria no Almojarifado e no Inventário do Estoque;
- Auditoria no Inventário de Bens Permanentes;
- Levantamento do Fluxo de Comunicação de Informação entre as áreas fim e meio;
- Ação Coordenada de Auditoria do CNJ;
- Levantamento de Inventário de Riscos do PJERJ;
- Inspeção sobre Integração entre SISPAT e SISTRANSP;
- Inspeção sobre Sistema SCOL.

Nos PAA de 2013 e de 2014 foram previstos quatorze trabalhos de auditoria, todos concluídos dentro do exercício.



### • Monitoramentos

Foram realizados monitoramentos de 12 auditorias executadas nos biênios anteriores, constando-se os seguintes benefícios alcançados para o PJERJ:

- Edição da Resolução nº 28/2013, que disciplina a Política de Governança em Tecnologia da Informação;
- Edição do Ato Executivo 4501/2013, que estabelece o processo de contratação de Tecnologia de Informação – TI;
- Aperfeiçoamento da fiscalização contratual e capacitação dos fiscais de contrato, por meio da inclusão na grade da ESAJ de curso de Fiscalização e Gestão Contratual ministrado pelo desembargador Jessé Torres;
- Fomento à transparência e garantia de regularidade na obrigação de prestar contas, ensejando aprovação das contas pelo órgão de controle externo;
- Adoção de atividade de controle preventivo e corretivo, o que mitiga os riscos relacionados à gestão dos bens, viabilizando o inventário dos bens patrimoniais de 2013, auditado em 2014;
- Prevenção de distorções nas demonstrações contábeis;
- Elaboração do Plano de Comunicação da Estratégia, pela Diretoria-Geral de Desenvolvimento Institucional;
- Revisão da RAD-DGLOG-005 (Ciclo de Formação e Execução de Contratos Administrativos) e elaboração do Manual de Gestão de Contratos;
- Edição do Ato Normativo nº 19/2014, dispondo sobre a gestão de bens permanentes e realização do inventário de 2014.

### • Análise das Prestações de Contas

A Diretoria-Geral de Controle Interno (DGCOI), em atendimento ao disposto na Deliberação TCE-RJ nº 198/96, analisou os seguintes processos de prestação de contas dos administradores e responsáveis no âmbito do PJERJ:

- Ordenadores de Despesa e Gestores das unidades gestoras do PJERJ (TJERJ, FETJ, EMERJ e FUNARPEN) — Foram analisados sete processos de prestação de contas no período, sendo três em 2013 e quatro em 2014, respectivamente, referentes aos exercícios financeiros de 2012 e 2013, com a emissão de sete certificados de auditoria: quatro pela regularidade e três pela regularidade com ressalva. O julgamento pelo TCE guardou paridade com a conclusão da DGCOT nos quatro processos de 2013. Estão pendentes de apreciação pelo TCE as três prestações de contas referentes ao exercício de 2012;
- Responsáveis pelos bens em almoxarifado (TJERJ e EMERJ) e bens patrimoniais (TJERJ) — Foram analisados sete processos de prestação de contas no biênio, sendo três em 2013 e quatro em 2014, respectivamente referentes aos exercícios financeiros de 2012 e 2013. Foram emitidos sete certificados de auditoria pela regularidade das contas apresentadas, cujo julgamento pelo TCE guardou paridade com a conclusão da DGCOT;
- Tesoureiros — Em 2013 foram analisados três processos de prestação de contas por término da gestão (2011/2012) referentes aos Tesoureiros/Pagadores do Tribunal de Justiça, que resultou na emissão de três certificados de auditoria pela regularidade das contas apresentadas, cujas conclusões guardaram paridade com o julgamento do TCE.

### | Grau de relevância das decisões preliminares do TCE

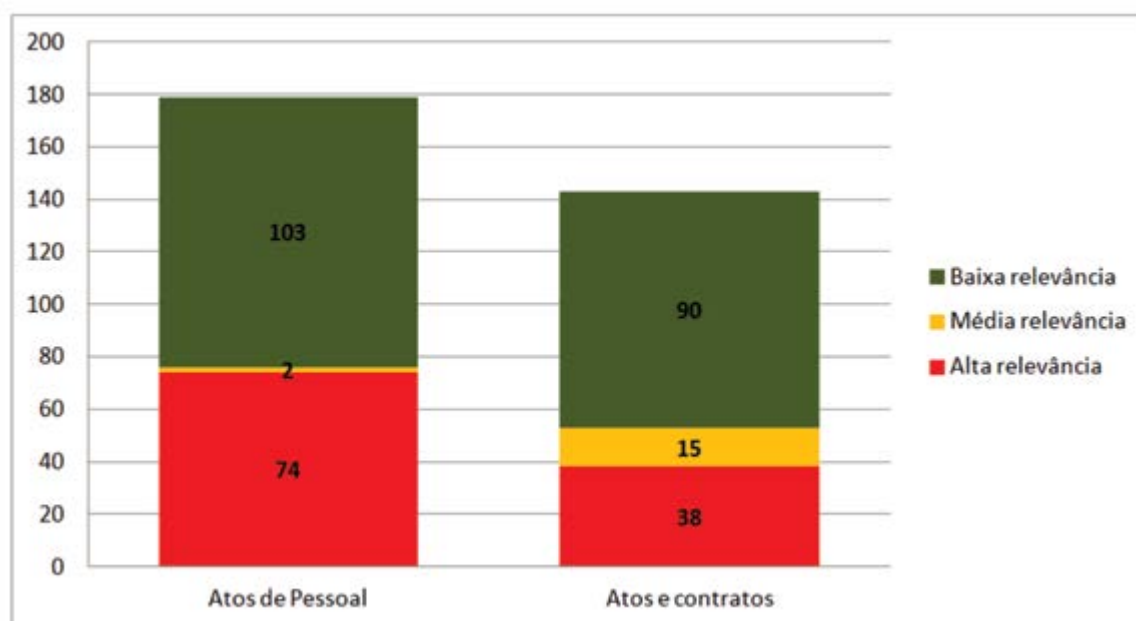
O grau de relevância das decisões preliminares do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) foi monitorado, com o fim de se classificar as diligências externas do TCE segundo seu grau de relevância para a administração do PJERJ, a saber:

- Relevância BAIXA — pedido de documentos/informações, sem qualquer indicativo quanto à possível não conformidade do ato;
- Relevância MÉDIA — quando presente algum indicativo de não conformidade do ato;

- Relevância ALTA – quando apontada pelo TCE alguma inconformidade, quando se tratar de realização de despesa sem prévio empenho (Termo de Ajuste de Contas ou Termo de Reconhecimento de Dívida) e quando tratar-se de decisão pela Notificação ou Citação.

De um total de 143 diligências do TCE nos exercícios de 2013 e 2014 relativas a atos e contratos, 38 foram classificadas como de alta relevância, 15 como média e 90 como baixa. As de alta se referiram a casos relacionados aos editais de obras, contratação de pessoal por interposta pessoa, Termos de Reconhecimento de Dívida e Termos de Ajuste de Contas.

Quanto às diligências de pessoal, que totalizaram 179, 103 foram de baixa, duas de média e 74 de alta, estas referentes a casos de ascensão funcional, fixação de proventos com base no art. 219, § 4º do Dec. 2479/79, considerado não recepcionado, recusa de registro de aposentadoria e de pensão.



### | Ações de controle na execução de obras e serviços de engenharia

As ações de controle na execução de obras e serviços de engenharia foram monitoradas, a fim de demonstrar o alcance das ações de controle da DGCOT sobre os contratos de obras e serviços de engenharia.

Dos 37 contratos em vigor, 15 referem-se a obras e 22 a serviços de engenharia, totalizando R\$ 690.879.573,30. No biênio 2013/2014, as ações de controle incidiram sobre 16 contratos, que representam R\$ 605.701.529,99 (87,67%).



### | Alcance das ações de controle na área administrativa

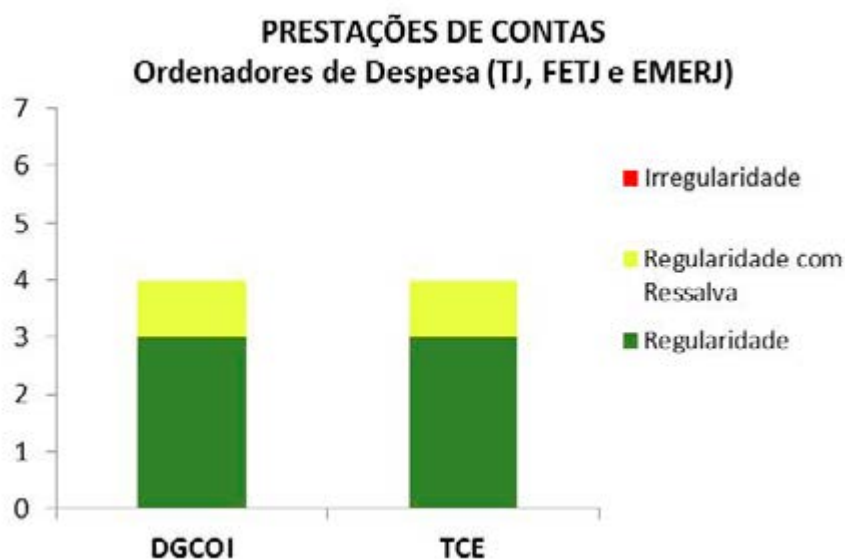
A abrangência das ações de controle na área administrativa foi monitorada, com a finalidade de demonstrar quantas Diretorias-Gerais tiveram seus processos de trabalho acompanhados pela DGCOT.

A atuação da DGCOTI atingiu dez Diretorias-Gerais do PJERJ e duas Diretorias-Gerais da Corregedoria (DGFEX e DGFAJ). Além da abrangência referente a essas unidades, a DGCOTI desempenhou a mesma função na EMERJ, no DEAPE, no Conselho da Magistratura, na Ouvidoria-Geral e nas Vice-Presidências.

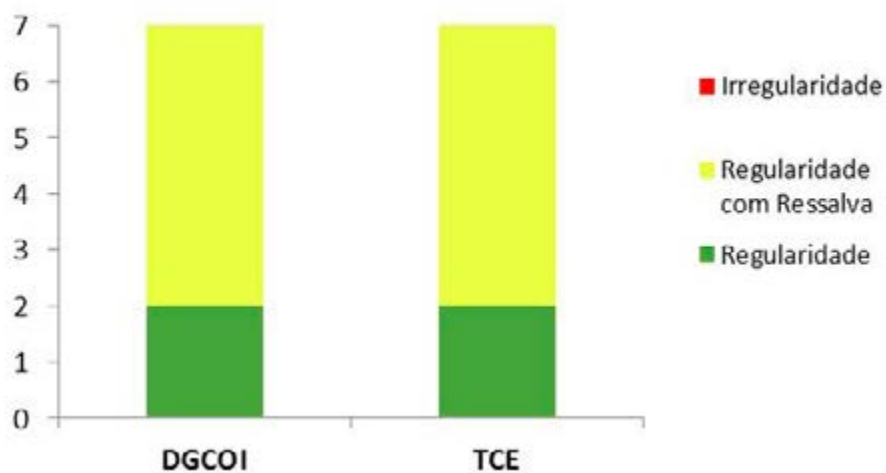
### I Prestações de contas encaminhadas ao TCE

As prestações de contas encaminhadas ao TCE têm como finalidade demonstrar o resultado das análises das Prestações de Contas dos Ordenadores de Despesas do TJ, do Fundo Especial e da EMERJ, dos Responsáveis por Bens Patrimoniais e em Almojarifado e dos Tesoureiros realizadas pela DGCOTI, bem como de seus julgamentos pelo TCE.

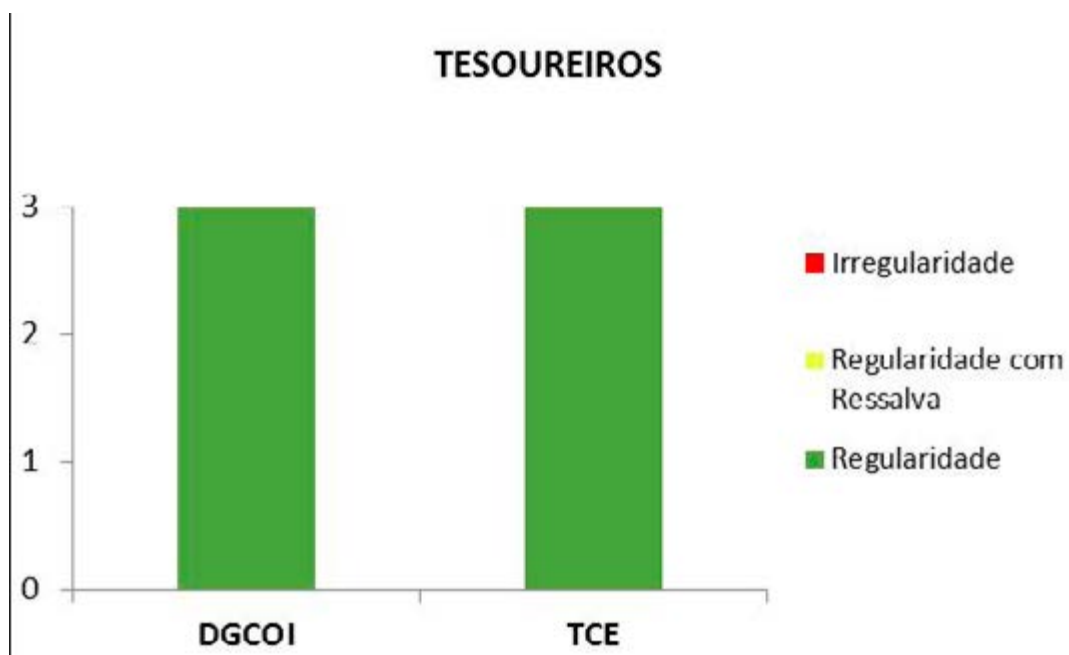
No biênio, a DGCOTI encaminhou à Corte de Contas 17 processos de prestação de contas: sete referentes aos Ordenadores de Despesas, sete de responsáveis por bens patrimoniais e em almojarifado e três de tesoureiros, cujos julgamentos pelo TCE mantiveram paridade com a análise realizada pela DGCOTI. Encontram-se pendentes de julgamento as prestações de contas dos Ordenadores de Despesa relativas ao exercício de 2012.



**PRESTAÇÕES DE CONTAS**  
**Bens em Almojarifado e Patrimoniais**



**TESOUREIROS**





- **Análise de Processos de Prestação de Contas de Adiantamentos**

A concessão de adiantamento é normatizada pelo Ato Normativo TJ 16/2010, que consolida e disciplina as normas e procedimentos gerais de concessão, aplicação e prestação de contas de adiantamento, no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Foram analisados 25 processos de prestação de contas de adiantamentos quanto à legitimidade e à legalidade das despesas efetuadas, à conformidade com a finalidade solicitada e à exatidão dos documentos exigidos pela legislação, sendo emitidos 21 certificados pela regularidade e quatro pela regularidade com ressalva, a fim de subsidiar a decisão do Ordenador de Despesa, a quem compete aprovar ou impugnar as contas.

- **Análise das demais Prestações de Contas**

#### | Convênios

Foram analisados oito processos de prestação de contas de convênios celebrados entre o PJERJ e diversas organizações sociais, órgãos e entidades civis, no tocante à implementação das políticas públicas relacionadas à atividade judiciária e à prestação jurisdicional. Como resultado, em sete processos a DGCOTI opinou pela regularidade das contas apresentadas e, em um processo, pela regularidade com ressalva.

#### | Descentralizações de Créditos

Foram analisados três processos de prestação de contas referentes a descentralizações de créditos orçamentários e financeiros para vários órgãos da administração direta vinculados ao Poder Executivo Estadual (PRODERJ, Polícia Civil e Secretaria de Estado de Administração Penitenciária), visando à consecução de objetivos que resultem no aprimoramento das ações de governo em prol da sociedade. A DGCOTI manifestou-se pela regularidade nas três prestações de contas.

- **Análise de Tomada de Contas**

Foram analisados 14 processos de sindicância relativos à perda, furto ou extravio de bens pertencentes ao PJERJ ou pelos quais este responda, que resultaram na instauração de três Tomadas de Contas (Processos nºs 2013-208466, 2013-208465 e 2013-245660), encaminhadas e/ou informadas ao TCE-RJ para apreciação e julgamento.

Quanto às demais sindicâncias foram propostas, quando pertinentes, medidas de segurança às áreas envolvidas, a fim de evitar a ocorrência de casos futuros e análogos, sendo que em cinco delas houve reposição ou ressarcimento financeiro do bem no montante de R\$ 83.275,00 (Proc. nº 2012-113234 e nº 2005-15142).

- **Acompanhamento da Execução Orçamentária e Financeira das Despesas com Pessoal (Limites da LRF)**

No período, foram realizados estudos e projeções que consubstanciaram relatórios de Acompanhamento das Despesas com Pessoal do PJERJ.

Destaca-se a atuação nos Processos nº 2013-59934 e nº 2014-031675, referentes ao enquadramento na Lei de Responsabilidade Fiscal dos dois últimos concursos para ingresso na magistratura fluminense, e no Processo nº 2014-166947, referente ao último concurso para ingresso na carreira de Técnico de Atividade Judiciária sem Especialidade. Após elaboração de cálculos estimados dos impactos na despesa com pessoal do Poder Judiciário, concluiu-se que a dotação orçamentária prevista suportaria a despesa com pessoal decorrente desses concursos públicos.

- **Atividades Complementares Realizadas pela DGC01**

- Acompanhamento dos saldos patrimoniais, do almoxarifado e dos bens permanentes;
- Análise de processos referentes à alienação e baixa de bens patrimoniais, constatando a regularidade de suas baixas nos sistemas físicos e contábeis;

- Acompanhamentos mensais da execução das receitas e despesas, por fases, para as unidades gestoras TJERJ, FETJ, FEMERJ E FUNARPEN;
- Acompanhamentos mensais da movimentação bancária por unidades gestoras do TJERJ, FETJ, FEMERJ E FUNARPEN, com intuito de verificar as disponibilidades financeiras das fontes de recursos do PJERJ;
- Análise de 179 diligências do TCE relativas a atos de pessoal e 143 referentes a atos e contratos;
- Realização ações de controle nos contratos de obras e serviços de engenharia que representam R\$ 605.701.529,99.
- Elaboração de pareceres, em conjunto com a DGPCF, apontando as dificuldades para a implementação das resoluções do CNJ nº 169 e 195;
- Elaboração de minuta da Resolução TJ/OE nº 09/2014, aprovada pelo Órgão Especial, que dispõe sobre o sistema de priorização de obras;
- Realização de palestra na ESAJ sobre o tema “Controle Interno – gerenciamento de riscos no PJERJ”;
- Realização de curso na ESAJ sobre o tema “Controle Interno – instrumento de gestão pública para resultados”.

## 6.7 Sustentabilidade e Responsabilidade Social

Como já assinalado, a **SUSTENTABILIDADE** foi o foco estratégico norteador da Administração que se encerra. Por meio dele, buscou-se atingir o tríptico aspecto: **proteção ao meio ambiente, economicidade e inclusão social**.

Iniciou-se revendo a denominação da antiga Comissão de Política de Gestão Ambiental – COAMB, instituída pelo Ato Executivo nº 1.299/2013, transformada pelo Ato Normativo TJRJ nº 03/2013, na Comissão de Políticas Institucionais para Promoção da Sustentabilidade – COSUS<sup>61</sup>, vinculada diretamente à Presidência do Tribunal de Justiça.

Pelo Ato Normativo nº 04/2013 de 20/03/2013 procedeu-se à renovação da adesão à **Agenda Ambiental na Administração Pública A3P-MMA** para o período 2013/2018. Com ela, adveio o compromisso de realizar várias ações, dentre elas:

### GESTÃO ADEQUADA DOS RESÍDUOS SÓLIDOS

Para viabilizar o Projeto Estratégico “Elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o PJERJ”, contou-se com a participação de professores do Instituto de Química da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ<sup>62</sup> que atuaram no campo, realizando visitas e entrevistando servidores envolvidos. Assim, em 05/06/2014, foi aprovado o texto preliminar do referido Plano que, inicialmente, teve por objeto apenas o Fórum Central. Após várias discussões no âmbito da COSUS, em 13/01/15, foi aprovado o Plano definitivo que veio a ser publicado.

61 COMISSÃO DE SUSTENTABILIDADE: Membros: Des. Jessé Torres Pereira Junior - Presidente, Juíza Maria Teresa Pontes Gazineu, Juíza Admara Falante Schneider, Sr<sup>a</sup>. Andrea Cristiane Sales Moreira, Sr<sup>a</sup>. Denise Pires Coelho Reis Torraca, Sr<sup>a</sup>. Rosilea Di Masi Palheiro, Sr<sup>a</sup>. Carlos Guilherme Guimaraes Bom, Sr<sup>a</sup>. Ivany Terezinha Rocha Yparraguirre, Sr. Leonardo Schmidt Kassuga, Sr. Rodrigo Fernandes de Almeida, Sr<sup>a</sup>. Rosane Silvado Mendes, Sr<sup>a</sup>. Patricia Teixeira de Carvalho, Sra. Walter Grynszpan.

62 Convênio com a UERJ assinado em 21/11/2013 objetivando a cooperação técnica e científica na elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGR do PJERJ. Professores envolvidos na elaboração do Plano: Fernando Altino Rodrigues e Marco Antônio da Costa, Vice-Diretor e Diretor do Instituto de Química da UERJ, respectivamente.

Com isto, o PJERJ é o primeiro órgão público desse Estado a ter um programa que permitirá gerenciar mais de uma tonelada de resíduos sólidos, recicláveis ou não, produzidos mensalmente por todos os prédios que compõem o Complexo do Fórum Central com suas 5 (cinco) lâminas, Museu da Justiça, Escola da Magistratura (EMERJ), Centro Administrativo (Praça XV), e o depósito (Praça da Bandeira).

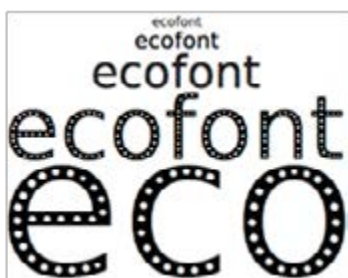
Certamente será escopo da próxima administração a implementação desse Plano, sendo necessário, para tanto, a realização de novo convênio com a Universidade.

## USO RACIONAL DOS RECURSOS NATURAIS, DOS BENS PÚBLICOS E DAS CONSTRUÇÕES SUSTENTÁVEIS

Para cumprimento deste eixo, com base no Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEF, o Poder Judiciário Fluminense assinou, em 07/12/2012, convênio com a Eletrobrás, objetivando aderência ao selo Procel de Economia de Energia, desenvolvido pelo **Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica**. Assim, obteve-se a etiquetagem PROCEL EDIFICA – ENCE/Inmetro para o prédio do novo Fórum de Niterói. Tem-se como finalidade, oportunamente, perseguir a obtenção deste selo aos demais prédios em obras e àqueles a edificar.

Na intenção de se adequar às normas de sustentabilidade, as edificações dos novos Fóruns de Alcântara, Itaboraí, Mesquita, Nilópolis, Rio Bonito, Teresópolis, Rio das Ostras, inaugurados entre janeiro de 2013 a julho de 2014, possuem **telhado verde**<sup>63</sup> e área própria para segregação de resíduos.

<sup>63</sup> Telhado verde — técnica de arquitetura que consiste na aplicação e uso de solo ou substrato e vegetação sobre uma camada impermeável, geralmente instalada na cobertura de residências, fábricas, escritórios e outras edificações. Suas principais vantagens são facilitar a drenagem, fornecer isolamento acústico e térmico, produzir um diferencial estético e ambiental na edificação, bem com compensar parcialmente a área impermeável que foi ocupada no térreo da edificação.



Outra medida relacionada ao uso nacional dos recursos foi a edição do Ato Normativo nº 12/2014, que estabeleceu a padronização de impressão econômica, tendo como preferencial a Fonte Ecológica Spranq (**ECOFONT**) que reduz o uso de tinta de impressora em até 25%, sem perda na qualidade da resolução.

## QUALIDADE DE VIDA NO AMBIENTE DE TRABALHO

O objetivo desse eixo é a melhoria do ambiente de trabalho, mediante ações que facilitem a realização das atividades próprias, com mais qualidade e menos esforço.

Para tanto, foi criado pela COSUS o Grupo de Trabalho Ergonomia que, em 2013, realizou visitas a serventias da Comarca de São Fidélis e, em 2014, realizou na 3ª Câmara Criminal a análise e o diagnóstico dos riscos ergonômicos, tendo em vista a implantação do Processo Eletrônico.

## EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO AMBIENTAL

Vale lembrar que a A3P-MMA tem como objetivo estimular os gestores públicos a incorporarem princípios e critérios de gestão ambiental em suas atividades rotineiras, levando à economia de recursos naturais e à redução de gastos institucionais por meio do uso racional dos bens públicos e da gestão adequada dos resíduos. Essa mudança de atitude só se dará com a conscientização ambiental dos administradores e administrados. Daí a importância de se construir uma nova cultura institucional com a adoção de programas de gestão socioambiental no âmbito da Administração Pública.

Com tal escopo, várias foram as ações realizadas, desde a customização do *website* TJERJ que passou a divulgar mais amplamente a matéria sobre sustentabilidade, possibilitando acesso tanto ao *clipping* produzido pelo Ministério do Meio Ambiente, que sintetiza o noticiário ambiental divulgado na mídia nacional, quanto ao desenvolvimento do **Banco do Conhecimento Ambiental** para divulgar a legislação ambiental com acesso significativo.

Foram realizados quatro cursos de **Direito Ambiental** e sete de **Gestão Ambiental**, na capital e no interior, capacitando quase 400 servidores. Além disso, foram viabilizados cursos sobre **Sinergia Ambiental, Ética, Governança Corporativa e Responsabilidade Social, Planejamento e Gestão da Logística Pública Sustentável**, com mais de 50 concluintes.

Em 2013, no **Dia Mundial do Meio Ambiente**, realizou-se o **Ciclo de Palestras** sobre o “**Judiciário Sustentável e A3P**”, do qual participaram como palestrantes o gerente do Departamento de Projetos de Eficiência Energética da Eletrobrás, que detalhou o Plano Nacional de Eficiência Energética – PNEF; o diretor do Instituto de Química da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), que discorreu sobre a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS; os diretores do Departamento de Saúde, Dr. Carlos Henrique Poubel Ferrari; e a diretora do DEAPE, Sr<sup>a</sup>. Rosileia Di Masi Palheiro que apresentaram os programas em realização e pertinentes aos eixos temáticos da A3P.



Em 2014, foi promovida a palestra “Meio Ambiente Equilibrado: Direito e Dever de Todos” em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, sendo distribuídas mudas de Ipê-Rosa cedidas pela CEDAE.



O DEAPE prestou apoio às comemorações do **Dia Mundial sem Carro** e da **Semana Mundial da Ecologia**, distribuindo ao público 400 mudas de diversos tipos de árvores da Mata Atlântica, na portaria de acesso ao prédio do Complexo Judiciário, à Rua Dom Manuel, bem como divulgando a utilização do **bicicletário**, situado na portaria do Fórum, por meio dos servidores do TJRJ.





Foi concedido ao PJERJ, pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA), o Selo Verde, em virtude da adesão à Agenda Ambiental da Administração Pública.



Em 2014, o Ministério do Meio Ambiente deferiu ao PJERJ o **Selo A3P de Sustentabilidade na Administração Pública**, conferido às instituições públicas, em reconhecimento ao seu empenho na implementação da Agenda Ambiental, por meio da adesão formal ao Programa Agenda Ambiental da Administração Pública.



Em 2014, realizou-se ainda o **Ciclo de Palestras “Protocolo de Quioto: resultados e preparativos para sua substituição – o que esperar do futuro das mudanças climáticas e suas repercussões na gestão pública”**, que contou com a presença de **815** pessoas, dentre servidores e público em geral, tendo como palestrantes: **Prof<sup>a</sup> Suzana Kahn Ribeiro**, vice-presidente do Grupo de Mitigação do IPCC e presidente do Comitê Científico do Painel Brasileiro de Mudança Climática, a qual discorreu sobre o tema “*Repercussões da Ordem Internacional Climática sobre a Ordem Interna de cada País*”; **Deputada Estadual Aspásia Camargo**, Ex-Secretária do Ministério do Meio Ambiente que tratou do tema “*Repercussões das Questões Climáticas sobre as Cidades*”; **Prof. Haroldo Mattos Lemos**, presidente do Instituto Brasil PNUMA, Comitê Brasileiro do Programa das Nações Unidas para o meio Ambiente, cuja conferência abordou as “*Repercussões das Questões Climáticas nas Contratações Públicas em face da Análise do Ciclo de Vida de Bens e Serviços*”; **Prof. Rogério Rocco**, Ex-Superintendente do IBAMA/RJ: FNMA/MMA, cujo tema referia-se a “*Possíveis Repercussões das Questões Climáticas em Ordem Legislativa Nacional*” e **Prof. Sergio Besserman Vianna**, membro do Conselho diretor da WWF-Brasil que expôs acerca das “*Repercussões das Questões Climáticas sobre a Ordem Econômico-Administrativa dos Estados*”.

Merece destaque, ainda, a inclusão da matéria ambiental nas matrizes de competência, bem como no Programa de Integração Funcional (PIF) para novos servidores e no curso de formação dos chefes de serventia.

Para viabilizar as realizações nessa área, a equipe do DEAPE/DIGAM recebeu intensa capacitação em cursos, seminários e palestras voltados ao tema “Sustentabilidade”, destacando-se:

- Programa de Simulação Hidrotermoenergética de Edificações – DOMUS-PROCEL EDIFICA (Parceria com Eletrobrás);
- Licenciamento Ambiental – Desafio para a Sustentabilidade (EMERJ);
- Competências Constitucionais em Matéria Ambiental;
- Repercussões da Ordem Internacional Climática sobre a Ordem Interna de cada País;
- Sustentabilidade nas Contratações Públicas – Casa Civil/RJ;
- Licitações Sustentáveis – AGU/MG;
- 3º Seminário Nacional de Energias Renováveis e Eficiência Energética;
- Planejamento e Gestão da Logística Sustentáveis – PLS;
- V Encontro de Iniciativas Ambientais Internas e Externas – UNIRIO;
- Capacitação para o Plano de Gerenciamento de Resíduos do PJERJ – UERJ;
- 1º Curso de Sustentabilidade na Administração Pública da A3P – Jardim Botânico;
- I Seminário de Planejamento Estratégico Sustentável do Poder Judiciário – STJ.

## LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL

---

Para viabilizar a adequação das licitações aos requisitos da sustentabilidade, por meio da Presidência do Tribunal, publicou-se o Ato Normativo nº 06/2014, que consolidou a estrutura básica padronizada de **atos convocatórios e de termos de contrato** a serem observadas nas licitações e contratações a serem feitas pelo Tribunal de Justiça.

Na mesma linha, foi aprovado, mediante o Ato Executivo nº 5.298 de 2013, o **Guia Verde** contendo as especificações dos produtos mais frequentemente adquiridos pela administração judiciária, com base em normas técnicas expedidas pelas entidades credenciadas competentes, tais como INMETRO, ABNT, CONAMA.

## RESPONSABILIDADE SOCIAL

---

Sob o foco da inclusão social, cabe ao Departamento de Ações Pró-Sustentabilidade (DEAPE) implementar ações que tenham como foco a sustentabilidade, tanto nas áreas de acesso à Justiça, quanto de promoção da cidadania e de gestão ambiental. A seguir, são apresentados os programas desenvolvidos no biênio 2013/2014 pelo DEAPE.

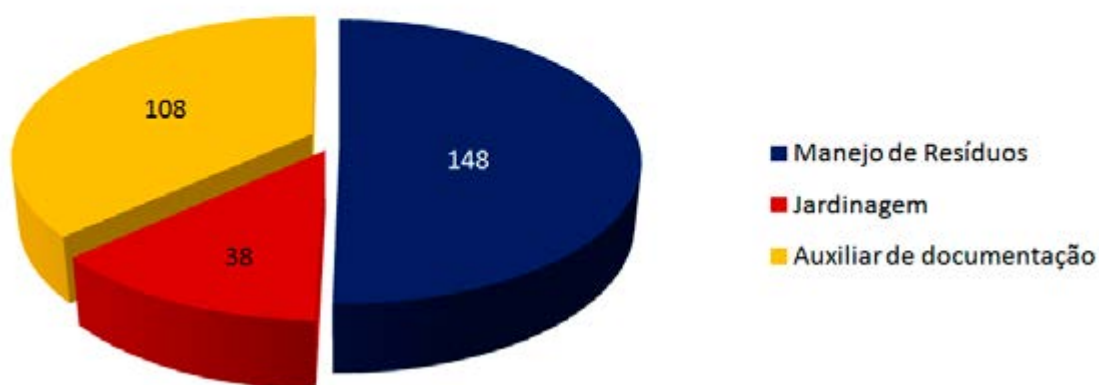
### | Programas de Inclusão Social

#### PAIS TRABALHANDO

O programa “PAIS TRABALHANDO” objetiva oferecer ocupação remunerada aos chefes de família que comprovadamente tenham baixa renda e vivam em situação de vulnerabilidade social. Os participantes deste projeto são treinados, exercendo as atividades de jardinagem, manejo de resíduos (reciclagem) e auxiliar de documentação. Os da “JARDINAGEM” são oriundos de curso ministrado no Jardim Botânico do Rio de Janeiro, em consequência de parceria firmada.

Esta parceria resultou no recebimento de 18 jardineiros em 2013 e 20 em 2014. Ademais, 1 supervisor do “manejo de resíduos” foi encaminhado ao curso do Jardim Botânico, em 2014, a fim de receber a capacitação profissional adequada e iniciar na atividade de jardinagem.

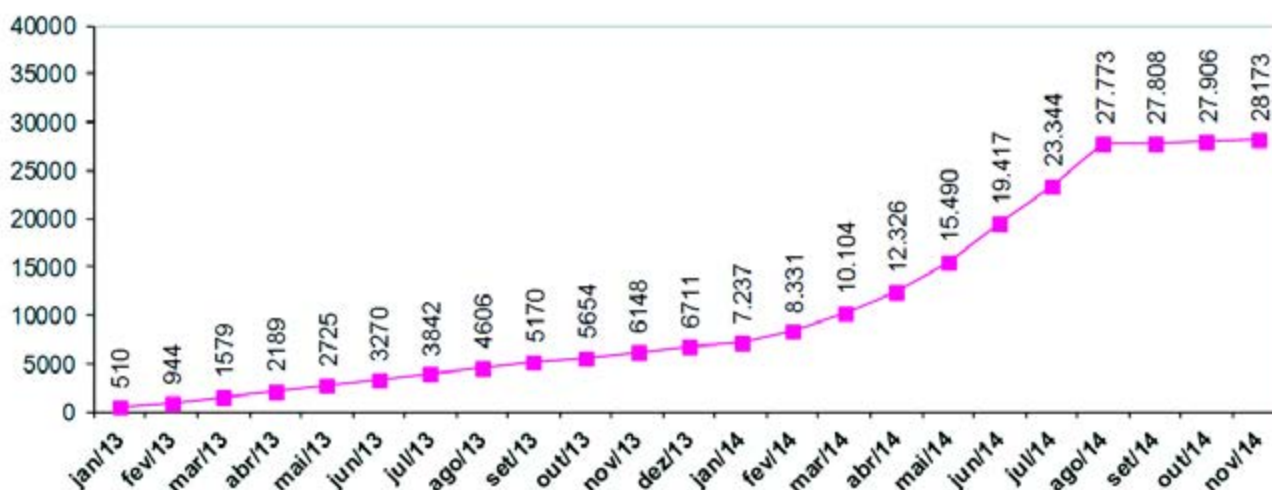
### Pais trabalhando - Vertentes Número de participantes 2013-2014



A principal finalidade do projeto é fortalecer a autoestima dos chefes de família com o trabalho exercido, para que possam assumir com dignidade o sustento de suas famílias e obter o reconhecimento da sociedade.

O programa “PAIS TRABALHANDO” também se dedicou ao manejo e reciclagem de resíduos sólidos. No biênio 2013/2014, a média acumulada de resíduos sólidos separados por participante foi de 28.173Kg, totalizando 488.133Kg encaminhados à reciclagem.

**MÉDIA ACUMULADA DE RESÍDUOS (Kg) SEPARADOS PARA RECICLAGEM POR PARTICIPANTE DO PAIS TRABALHANDO - biênio 2013/2014**



## JUSTIÇA PELOS JOVENS

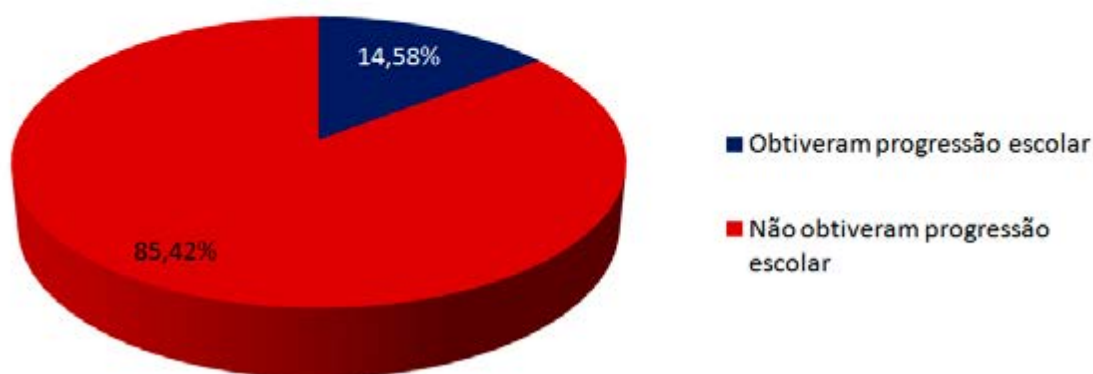
O objeto do programa “JUSTIÇA PELOS JOVENS” é proporcionar aos participantes, em cumprimento de medida socioeducativa ou, após o seu cumprimento, na faixa etária entre 16 a 24 anos, a primeira experiência profissional no mercado formal de trabalho, possibilitando mudanças significativas de vida, reestruturação de seus valores e atitudes na família e na sociedade.

Estes jovens são encaminhados pelas Varas de Infância e da Juventude, pelos Centros de Referência Especializado da Assistência Social, pelos Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente e pelas Unidades do DEGASE.

A finalidade do projeto é reduzir a reincidência de atos infracionais e preparar os participantes para o mercado de trabalho, incentivando a escolarização, bem como a elevação da escolaridade destes participantes.

### Progressão Escolar - Justiça pelos jovens

Dados observados dentre os participantes do projeto que foram desligados por término de contrato no período de 2011 a 2014.



### JOVENS MENSAGEIROS

Os JOVENS MENSAGEIROS atuam fundamentalmente junto ao serviço de mensageria, realizando a movimentação dos expedientes diários. O projeto prevê a participação de 90 jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, oriundos de famílias de baixa renda e que vivem em situação de risco social.

O objeto do projeto é a inserção de jovens no mercado de trabalho, por meio de experiência supervisionada, onde exercerão atividades de mensageiros. A finalidade é contribuir de forma concreta, com estímulo ao primeiro emprego, assegurando os direitos trabalhistas, sociais e previdenciários, preparando estes jovens para o mercado externo de trabalho e possibilitando a reestruturação de suas vidas e de suas famílias.

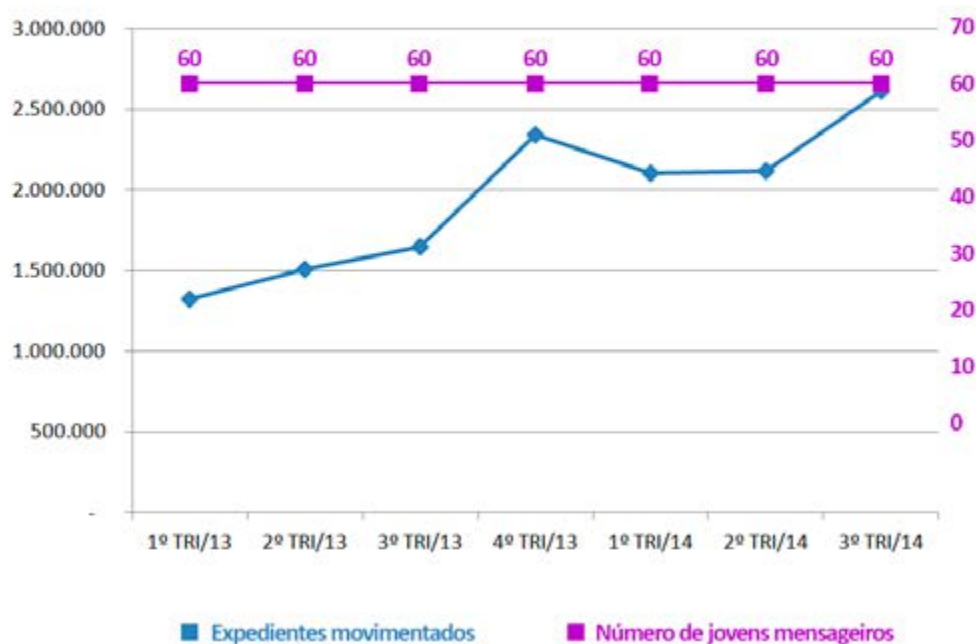


Atualmente encontram-se, respectivamente, 60 jovens no Fórum Central; 8 no Fórum de Niterói; 2 no Fórum da Barra da Tijuca; 2 no Fórum de Bangu; 2 no Fórum de Campo Grande; 2 no Fórum da Ilha do Governador; 2 no Fórum de Jacarepaguá; 2 no Fórum da Leopoldina; 2 no Fórum de Madureira; 2 no Fórum do Méier; 2 no Fórum da Pavuna; 2 no Fórum da Região Oceânica e 2 no Fórum de Santa Cruz.

O gráfico abaixo demonstra a evolução trimestral no biênio 2013/2014, correlacionando o número de expedientes movimentados no Serviço de Mensageria com os 60 jovens que operam no Complexo do Fórum Central. Até setembro de 2014, o total de expedientes movimentados foi de 13.662.794.

### Expedientes movimentados no complexo do Fórum Central X número de mensageiros

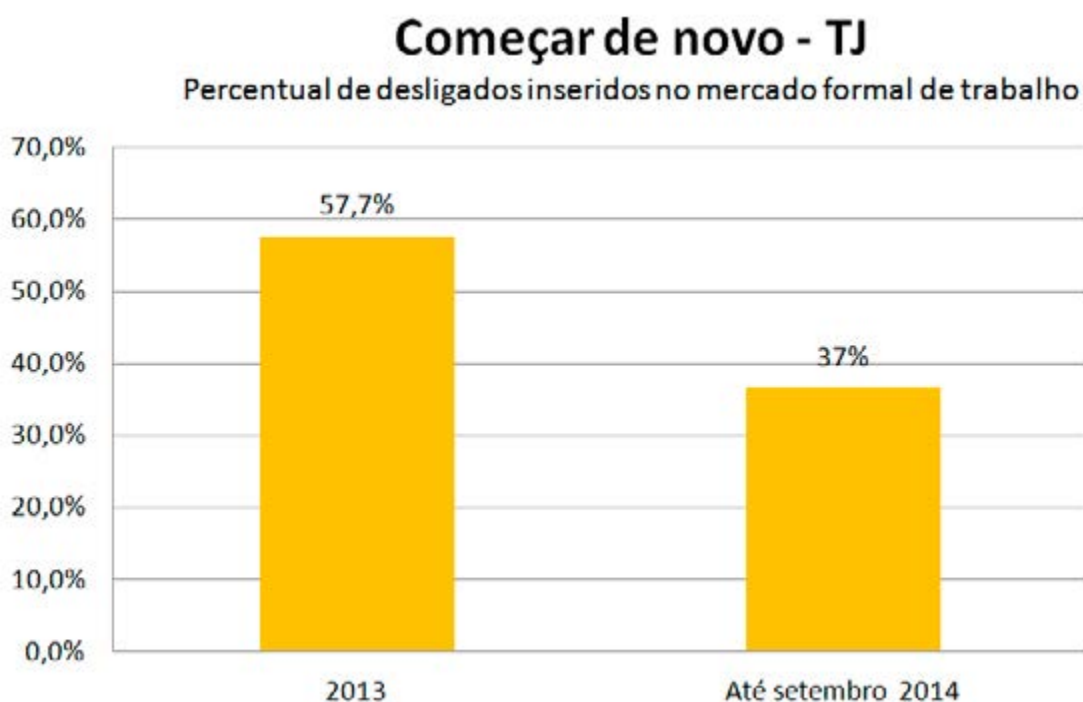
Fonte: DEAPE e serviço de mensageria



## COMEÇAR DE NOVO

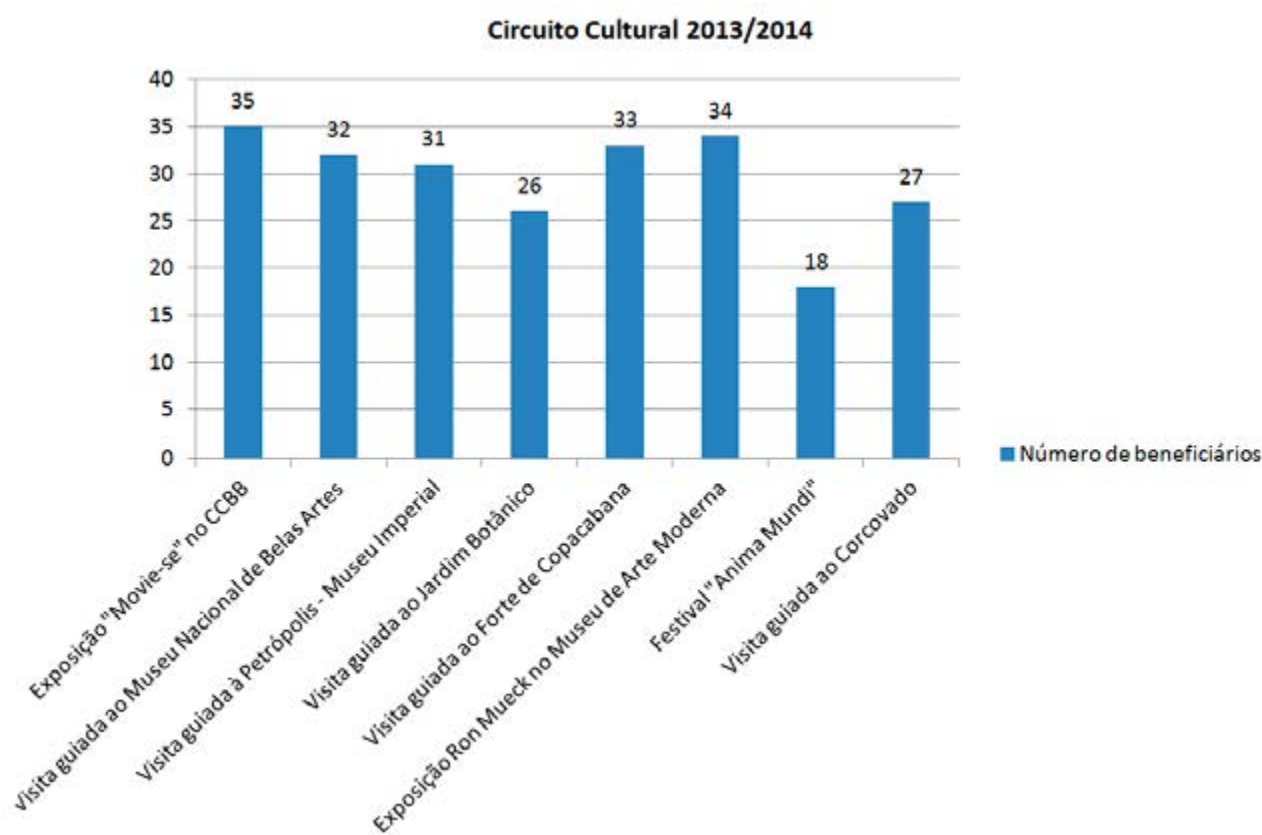
O objeto do programa “COMEÇAR DE NOVO” caracteriza-se pela ressocialização de cidadãos oriundos do sistema penitenciário por meio de atividades laborativas desenvolvidas no PJERJ. Tem como público alvo egressos que cumpriram pena privativa de liberdade, integralmente ou foram beneficiados por qualquer causa extintiva da punibilidade, após terem cumprido parte da sanção imposta, bem como o agraciado pela liberdade condicional e os condenados em penas restritivas de direitos.

A finalidade do projeto é oferecer oportunidade de trabalho aos indivíduos em situação de vulnerabilidade social e econômica. Os resultados obtidos no biênio 2013/2014, seguem no gráfico abaixo:



## CIRCUITO CULTURAL

O programa “CIRCUITO CULTURAL” é voltado para os integrantes dos Programas Sociais do DEAPE, com o intuito de agregar valores de cidadania, de responsabilidade social e experiências, através do contato com a cultura e seus diversos elementos. Em 2013/2014 foram realizados os circuitos abaixo retratados:

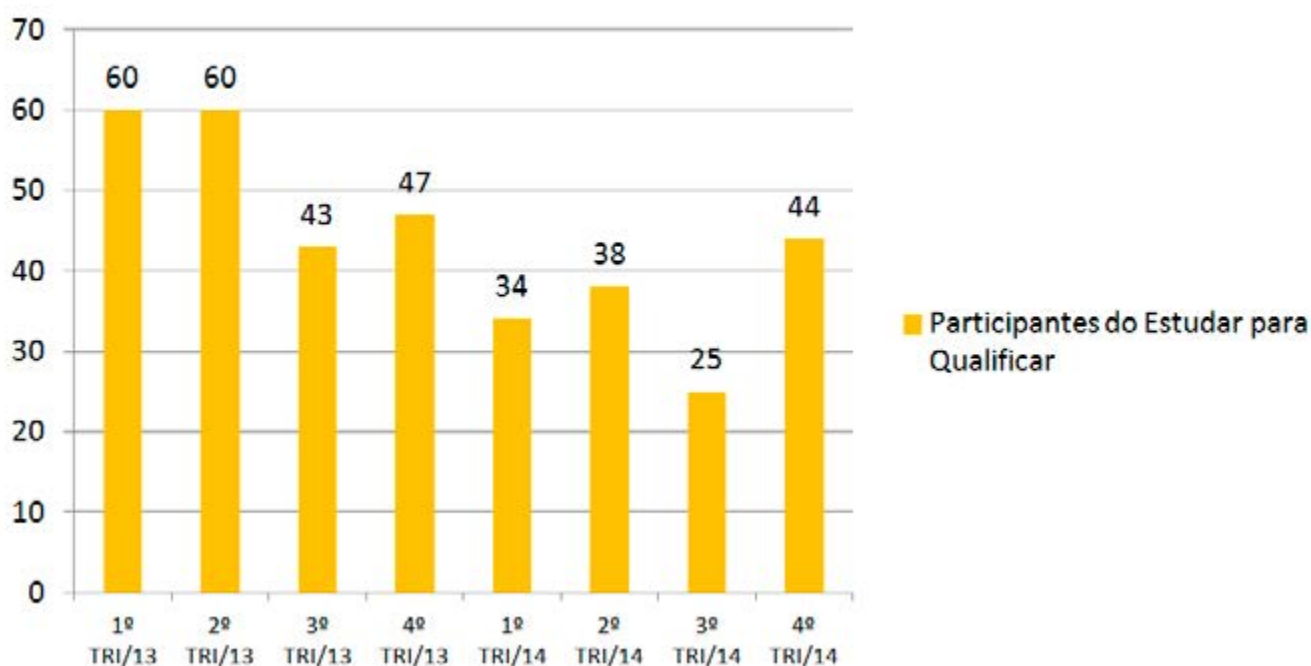


## ESTUDAR PARA QUALIFICAR

Igualmente ao Circuito Cultural, o programa “ESTUDAR PARA QUALIFICAR” é direcionado para os integrantes dos projetos de inclusão social do DEAPE, tendo como objeto proporcionar reforço escolar, por meio de aulas que contribuam para o crescimento da escolaridade.

A finalidade do projeto é incentivar a educação e expandir o conhecimento, conscientizando os participantes da importância desta ferramenta como meio de ascensão social.

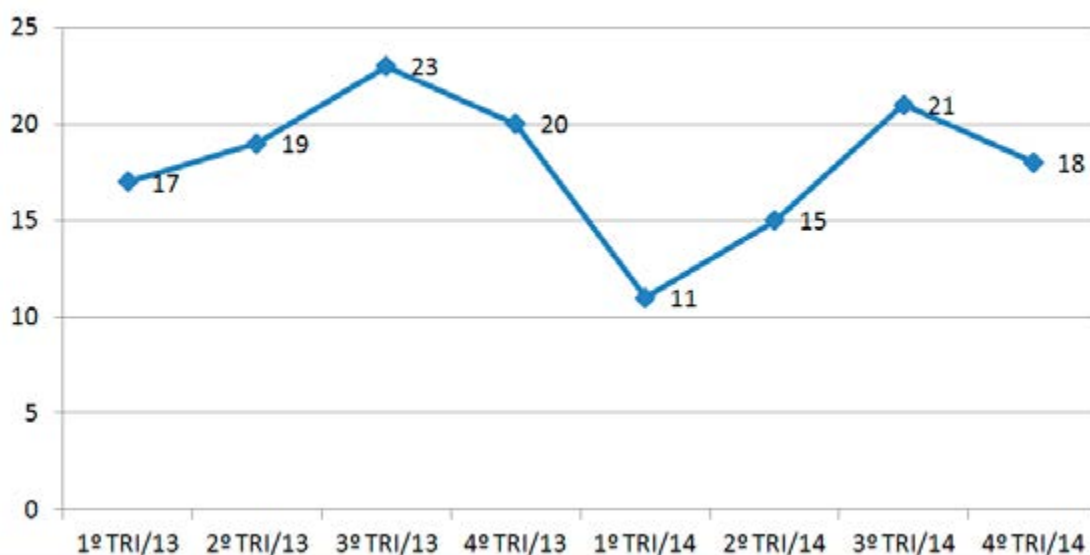
### Estudar para Qualificar - Número de participantes



### ARTE E INCLUSÃO

O programa "ARTE E INCLUSÃO" também é direcionado aos integrantes dos demais projetos de inclusão social e tem como objeto capacitá-los e sensibilizá-los, através da pintura e do tear, proporcionando alternativas para enfrentamento do mercado de trabalho, por meio da aprendizagem de trabalhos manuais e artes visuais.

### Evolução do Arte e Inclusão



#### PORTAS ABERTAS

Diante da percepção de que, nos últimos meses de contrato, os participantes dos projetos de inclusão social apresentavam dificuldades em estabelecer novos projetos de vida, foi criado o projeto “PORTAS ABERTAS”. O projeto consiste na preparação para o desligamento por término do contrato. Desta forma, todos os meses, aqueles que estão com contrato previsto para vencer no prazo de 08 meses participam de discussões onde é abordado este tema.

A partir de junho de 2014 foram realizados 5 encontros e 2 Workshops com temas afins, alcançando 72 participantes até outubro.

Paralelamente, aqueles que manifestam interesse e apresentam perfil, bom desempenho e comprometimento profissionais, são encaminhados para instituições parceiras, a fim de se candidatarem a vagas de emprego. Como exemplo podemos citar o Grupo Pão de Açúcar e empresas prestadoras de serviços dentro do PJERJ, que atribuem percentual de suas vagas a estas pessoas.

Neste esteira estão sendo estudadas outras parcerias, inclusive com as Secretarias Municipal de Trabalho e Emprego do Município do Rio de Janeiro e de Trabalho e Renda do Estado do Rio de Janeiro, para que sejam ampliadas as opções.

## | Programas de Apoio à Promoção da Cidadania

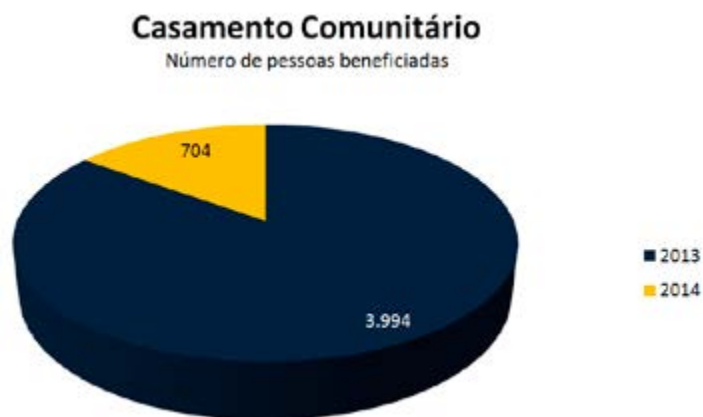
### CASAMENTO COMUNITÁRIO

O CASAMENTO COMUNITÁRIO visa à promoção e à proteção da família nos termos do Art. 226, §3º da CF, por meio da regularização do estado civil de casais hipossuficientes, que já vivem maritalmente, objetivando a ampliação dos direitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários.

Em 2013/2014 o DEAPE realizou 2.324 casamentos, beneficiando 4.648 pessoas.



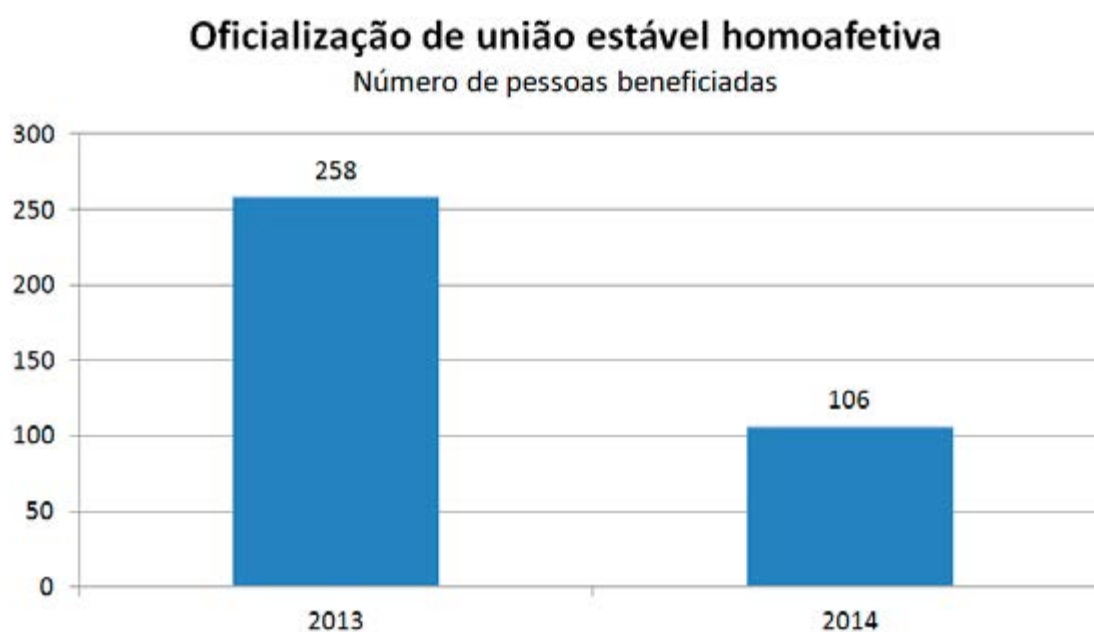
Finalizando o processo, o Casamento Comunitário foi realizado no dia 30/11/14 e o evento passou a ser chamado “Dia do Sim” com 3.944 pessoas beneficiadas ou 1.972 casais.



## OFICIALIZAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA

Na mesma esteira do casamento comunitário, a OFICIALIZAÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL HOMOAFETIVA visa regularizar situações familiares já constituídas. Neste sentido estes casais têm a oportunidade de obter os efeitos patrimoniais, sucessórios e previdenciários, que já existiam de fato, reconhecidos perante a sociedade.

No biênio 2013/2014 o DEAPE realizou 2 “cerimônias”, oficializando a união estável desses casais, beneficiando 364 pessoas.



## JUSTIÇA CIDADÃ

O Projeto JUSTIÇA CIDADÃ tem como objeto a capacitação de agentes multiplicadores de informações básicas sobre direito, justiça, cidadania, bem como o conhecimento do emprego de métodos alternativos para solução de conflitos que não demandem intervenção judicial. Seu público-alvo são as lideranças comunitárias, gestores sociais, membros de associações e participantes da sociedade civil organizada que desenvolvam trabalhos comunitários voltados à melhoria da qualidade de vida das comunidades periféricas.

A finalidade deste projeto é fomentar a universalização e a democratização do direito de acesso à Justiça com vista à promoção da paz social e construção de uma sociedade mais justa, por meio de ações educativas direcionadas.



Em 11 de setembro de 2014, o juiz Luiz Marcio Victor Alves Pereira proferiu a palestra “Uma Visão Realista do Sistema Eleitoral no Brasil e as Práticas de Campanha”, para participantes do projeto Justiça Cidadã, no Auditório Desembargador Antônio Carlos Amorim.

### **I Ações, Campanhas e Eventos – Justiça em Ação**

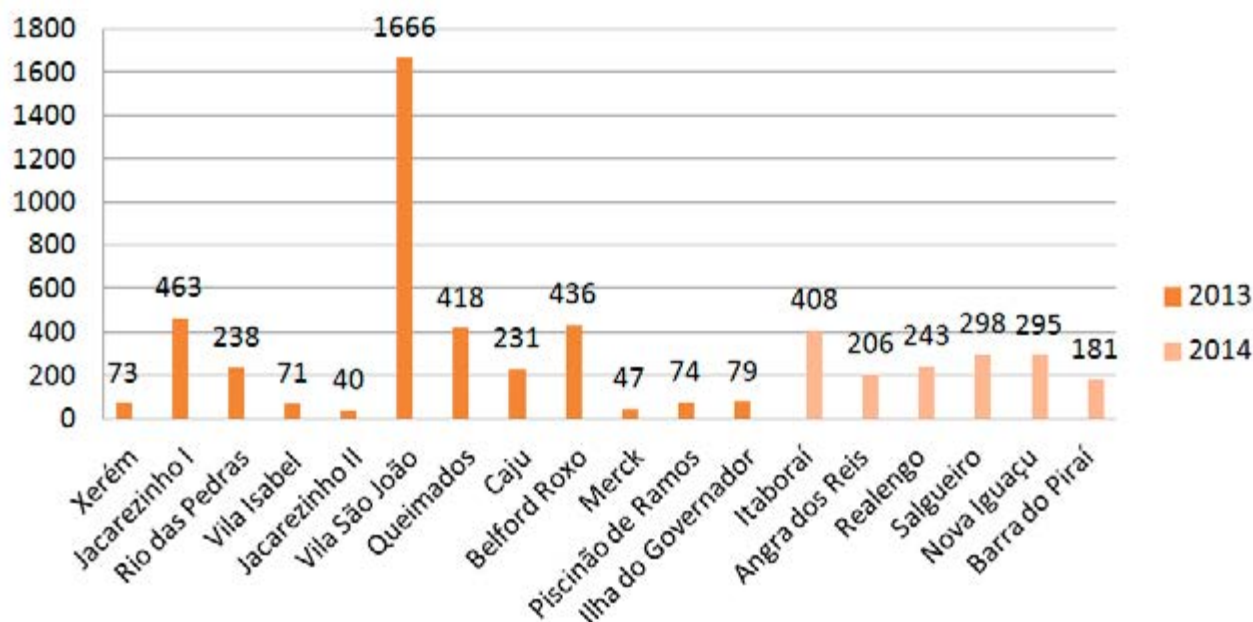
No biênio 2013/2014 o DEAPE realizou 18 Ações Sociais, tanto com parceiros como o SESI/FIRJAN, MERCK, etc, quanto sem parceria alguma.

Nestas ações o DEAPE atendeu 6.191 pessoas, cujas solicitações foram relacionadas a processos de conversão de união estável em casamento, reconhecimento de paternidade, divórcio, guarda de menores, retificação de registro de nascimento, sub-registro, dentre outros.

Ademais, através da Divisão de Apoio aos Programas de Promoção da Cidadania – DIAPP, o DEAPE orientou e auxiliou, logisticamente, outras Unidades, a fim de que também realizassem ações e eventos sociais. O gráfico abaixo demonstra as ações sociais realizadas pelo departamento, por localização:



## Evolução das ações sociais



### VOLUNTARIADO

No biênio 2013/2014 o DEAPE prosseguiu com o “Programa De Voluntariado” inserindo voluntários internos e externos nas ações socioambientais realizadas. Estes voluntários auxiliam o departamento exercendo atividades diversas, inclusive de palestrante, onde abordam temas de interesse da Alta Administração, desde que notória a sabedoria do voluntário sobre o assunto.

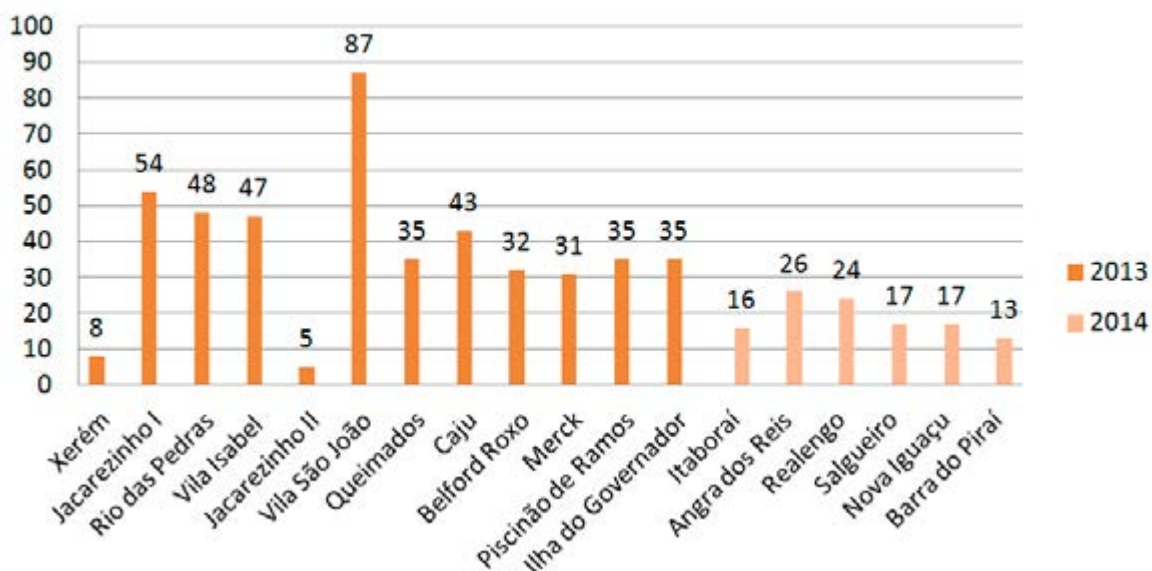
Em agosto de 2014 o DEAPE expandiu o Programa de Voluntariado, por meio da inserção de voluntários com caráter continuado no PJERJ, que atuam de acordo com a especialização profissional.

Inicialmente estes voluntários foram destacados para auxílio não remunerado na Vara de Execuções Penais, na Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, Vara da Infância e da Juventude, no I Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher e, em setembro, o departamento inseriu voluntários na 16ª Vara Criminal, na 1ª Vara de Família do Fórum Regional da Barra da Tijuca, bem como nas

CPMAs de Duque de Caxias e de Valença e Juizado da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher de Niterói.



### Voluntários nas ações sociais 2013 - 2014



## I Programas de Apoio à Prestação Jurisdicional

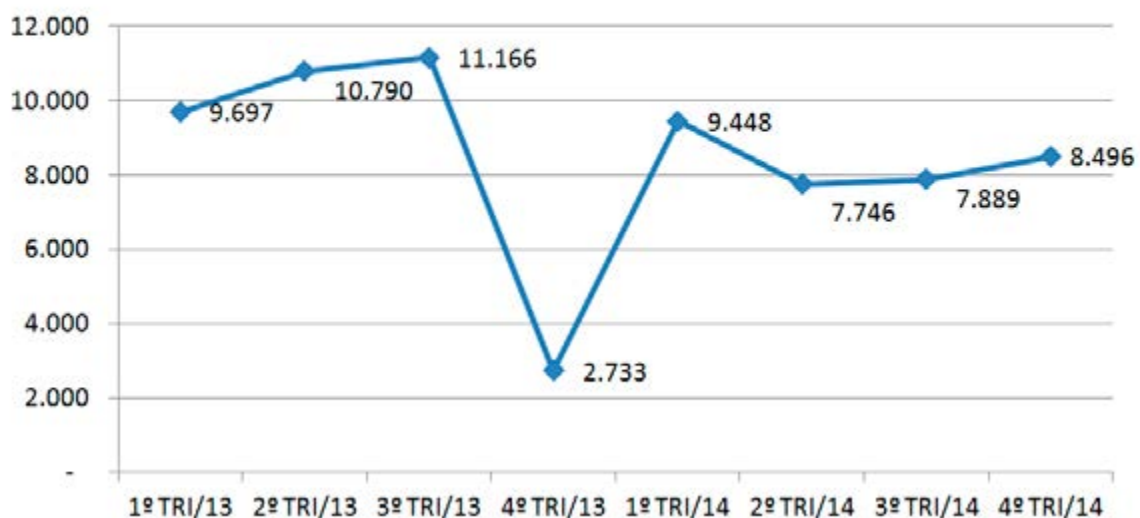
### CENTRAIS DE PENAS E MEDIDAS ALTERNATIVAS – CPMA

As Centrais de Penas e Medidas Alternativas foram criadas pela Resolução TJ/OE nº 39/2006 e têm por finalidade assessorar e subsidiar os Juizados Especiais Criminais, os Juizados Especiais de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher que não disponham de equipe técnica própria, a Vara de Execuções Penais e as Varas Criminais, não integrantes da Comarca da Capital, na execução de suas medidas e penas alternativas à prisão, bem como na elaboração de pareceres técnicos que se façam necessários durante o processo.

Atualmente, as Centrais de Penas e Medidas Alternativas são regulamentadas pela Resolução TJ/OE nº 39/2010 e pelo Ato Executivo TJ nº 3334/2011 que, dentre outras alterações, ampliou para 22 o número de CPMAs em todo o Estado do Rio de Janeiro.

Cabe ao DEAPE acompanhar e monitorar os atendimentos prestados pela equipe técnica das CPMAs e orientá-la, quando necessário.

#### Evolução dos atendimentos centrais de penas e medidas alternativas



## **ALOCAÇÃO DOS RECURSOS ORIUNDOS DE PRESTAÇÃO DE PENAS PECUNIÁRIAS**

Em 2014, em cumprimento à Resolução 154 do CNJ, o PJERJ instituiu através do Ato Executivo 615/2014, a Comissão de Aplicação dos Recursos da Prestação Pecuniária – COAPP. Neste sentido, coube ao DEAPE a responsabilidade de avaliar a legalidade e o mérito de todos os projetos apresentados, elaborando um cadastro com as instituições aptas a serem financiadas com estes recursos, submetendo-os à apreciação e deliberação da Comissão, conforme o disposto no referido Ato, bem como acompanhar os valores depositados por meio de GRERJ Eletrônica, no código 2217-8 (Prestação Pecuniária Judicial), destinados ao apoio de projetos desenvolvidos, preferencialmente, por entidade pública ou privada com finalidade social, previamente conveniada ou para atividades de caráter essencial à segurança pública, educação e saúde, desde que estas atendam às áreas vitais de relevante cunho social.

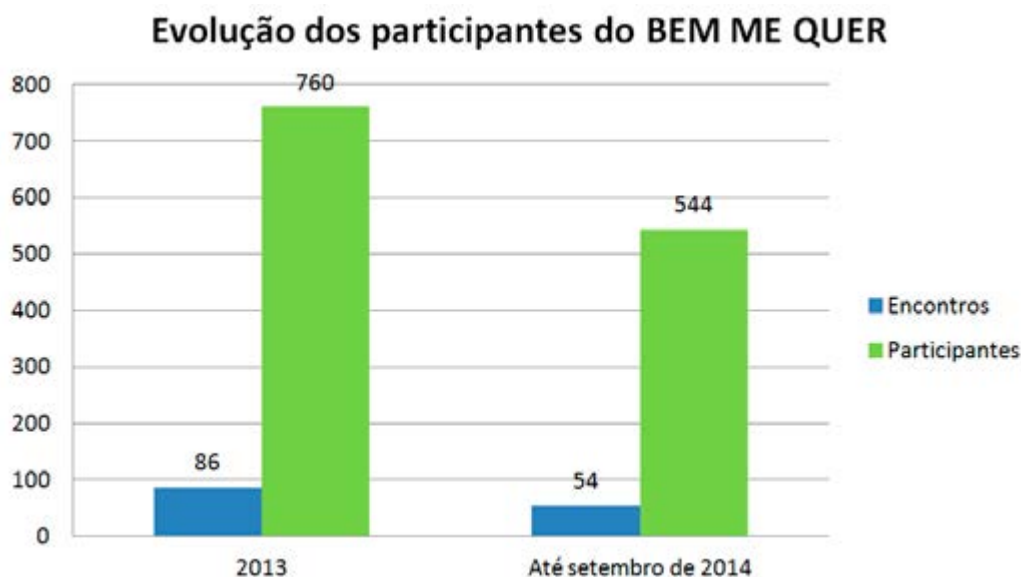
## **BEM ME QUER**

O BEM ME QUER é um projeto destinado a pessoas que têm processos nas Varas de Família e que apresentam dificuldades com o exercício das funções parentais. O objetivo é conscientizar pais, mães e demais familiares envolvidos em processos de separação, divórcio, união estável, alimentos e/ou guarda, de que o litígio continuado e fomentado acarreta prejuízos à formação da estrutura psicológica dos filhos.

A finalidade do Bem Me Quer é oferecer aos juízes das Varas de Família a alternativa de encaminhar as partes envolvidas nos processos judiciais para um encontro informativo e reflexivo sobre os conflitos normalmente vivenciados numa separação litigiosa, a fim de que compreendam que os processos litigiosos nas Varas de Família ocorrem, em sua grande maioria, por dificuldade das partes em dialogar e negociar, promovendo, com isso, um impasse que congestiona as atividades judiciárias e causa grande sofrimento e angústia aos envolvidos, especialmente aos filhos.

Em 2013/2014 os encontros foram realizados nas seguintes localidades: Capital, Nova Iguaçu, São Gonçalo, JECRIM da Capital, 3ª Vara de Família do Méier, Varas

de Família de Niterói, Justiça Itinerante da Rocinha, Centro de Mediação de Conflitos da Capital, Comarca da Ilha do Governador e Campo Grande.

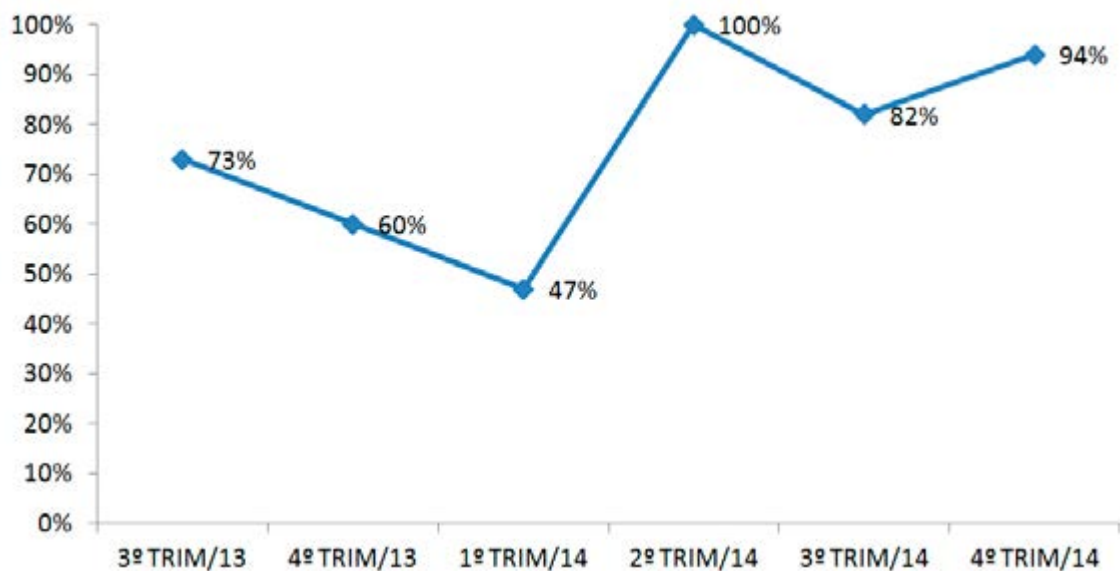
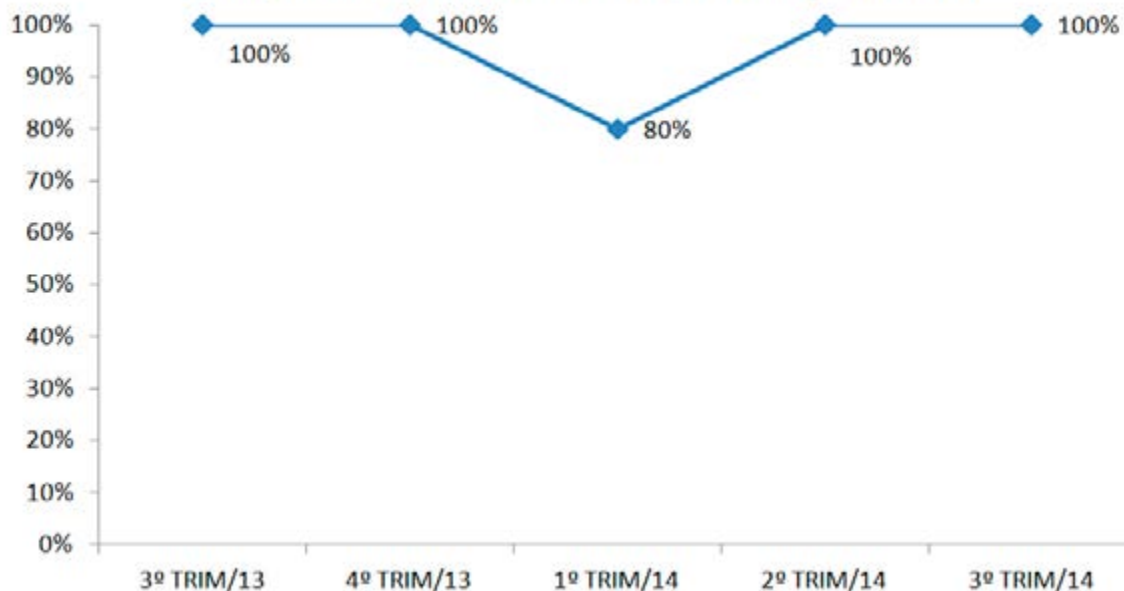


#### PESSOAS BENEFICIADAS PELOS PROJETOS SOCIAIS

O “Número de Pessoas Beneficiadas Pelos Projetos Sociais” é um indicador estratégico do DEAPE. Em 2013 o indicador alcançou o resultado de 155.433 pessoas beneficiadas. Em 2014 o resultado alcançado foi de 201.982 pessoas beneficiadas. Observa-se que a meta de 68.938 beneficiados, imposta para 2013 e 2014, foi ultrapassada em larga escala.

#### ÍNDICE DE NÃO REINCIDÊNCIA DO PROJETO “JUSTIÇA PELOS JOVENS” E PROJETO “COMEÇAR DE NOVO”

A medição destes indicadores é realizada retirando-se a Folha de Antecedentes Criminais (FAC) dos participantes dos projetos “JUSTIÇA PELOS JOVENS” e “COMEÇAR DE NOVO – TJ” que foram desligados há um ano. Em ambos, os resultados alcançados em 2013/2014 demonstram o sucesso desses projetos quanto à mudança de paradigmas dos seus participantes. Os gráficos a seguir evidenciam a evolução da não reincidência no biênio, sendo certo que as medições foram realizadas a partir do 3º trimestre de 2012, a fim de se obter o resultado do 3º trimestre de 2013 em diante.

**Evolução da não reincidência - Justiça pelos jovens****Evolução da não reincidência - Projeto Começar de novo**

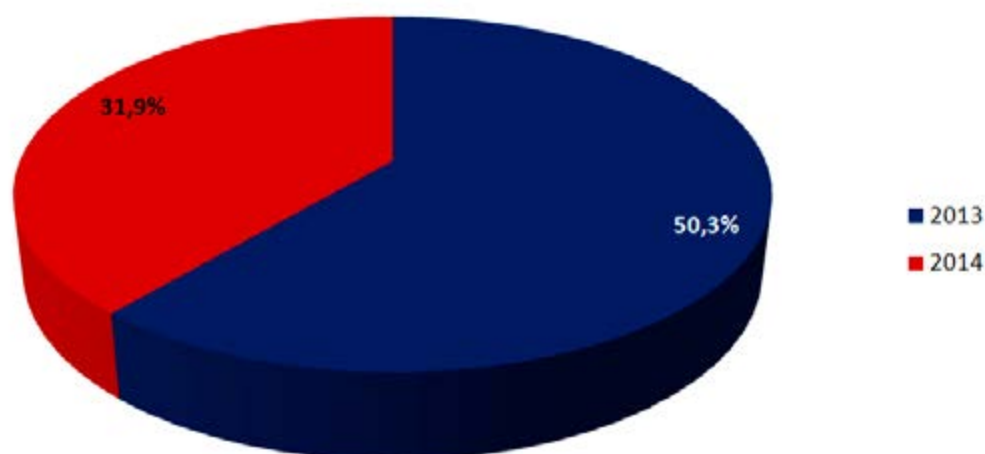
## ÍNDICE DE EMPREGABILIDADE DO PROJETO “COMEÇAR DE NOVO”

Em 2013/2014 o DEAPE cadastrou 276 egressos do sistema penitenciário, objetivando inseri-los no mercado formal de trabalho. Destes, 121 foram empregados. Para o alcance desse resultado o DEAPE utiliza como instrumento, dentre outros, o “Portal de Oportunidades do CNJ”, composto por empresas que têm interesse no aproveitamento destas pessoas.

O índice de empregabilidade em 2013 foi de 50,3%, e em 2014 de 31,9%. Estes resultados são ocasionados pela resistência do mercado de trabalho em ocupar postos de trabalho com pessoas que têm condenação criminal, baixa escolaridade e ausência de qualificação profissional.

Como ação gerencial o DEAPE motiva e orienta os candidatos, objetivando a retomada da escolarização, uma vez que as ofertas manifestadas pelas empresas, no “Portal de Oportunidades do CNJ”, não coincidem com a qualificação dos participantes.

**Evolução de empregabilidade - Começar de novo CNJ**







## EQUIPES: ONDE PESSOAS COMUNS CONSEGUEM RESULTADOS INCOMUNS

---



### **GABINETE DA PRESIDÊNCIA**

Chefe de Gabinete: Regina Célia Muniz da Silva Hickman Domenici



### **JUÍZES AUXILIARES DA PRESIDÊNCIA**

Juíza Alessandra de Araújo Bilac Moreira Pinto; Juiz José Guilherme Vasi Werner; Juíza Marcia Correia Hollanda; Juíza Maria Paula Gouvea Galhardo; Juíza Valéria Pachá Bichara



### **SECRETARIA TRIBUNAL PLENO E DO ÓRGÃO ESPECIAL**

Secretária: Elke Autuori Spitz Paiva



## **SECRETARIA DO CONSELHO DA MAGISTRATURA**

Secretária: Luciene Ribeiro Moço



## **OUIDORIA-GERAL**

Ouvidora-Geral: Juíza Andrea Maciel Pachá

Assistente: Anizio Ferreira Camacho



**DIRETORIA-GERAL DE CONTROLE INTERNO**

Diretor-Geral: Fábio de Souza



**DIRETORIA-GERAL DE APOIO AOS ÓRGÃOS JURISDICIONAIS**

Diretor-Geral: Carlos Henrique Mendes Gralato



**DIRETORIA-GERAL DE COMUNICAÇÃO E DE DIFUSÃO  
DO CONHECIMENTO**

Diretora-Geral: Regina Célia Muniz da Silva Hickman Domenici



**DIRETORIA-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO**

Diretor-Geral: Sandro Denis de Souza Nunes



**DIRETORIA-GERAL DE PLANEJAMENTO, COORDENAÇÃO E FINANÇAS**

Diretora-Geral: Elizabeth Righetti Morais



**DIRETORIA-GERAL DE LOGÍSTICA**

Diretor-Geral: Francisco Marcos Motta Budal



**DIRETORIA-GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS**

Diretora-Geral: Beatriz Bezerra de Menezes Souza Gaspar



**DIRETORIA-GERAL DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL**

Diretor-Geral: Francisco Matias



**DIRETORIA-GERAL DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

Diretora-Geral: Maria Deures Martins Ferreira



**DIRETORIA-GERAL DE ENGENHARIA**

Diretor-Geral: Claudia Meirelles





**INSTITUIÇÃO CONSULTORA: PAR CONSULT**

Consultores: Mauriti Maranhão, Maria Elisa Macieira e André Luiz Freitas



**INSTITUIÇÃO CONSULTORA: PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO (PUC-RJ)**

Coordenadores: Rafael Nasser e Gustavo Carvalho

## FICHA TÉCNICA

---

### **SECOM – SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE VISUAL**

FLAVIO PORTO

#### **PROJETO GRÁFICO**

FLAVIO PORTO

THAIS GALLART

#### **DIAGRAMAÇÃO**

FABIO DA COSTA MONTEIRO DE SOUZA

HANNA KELLY MARQUES DE SANTANA

THAIS GALLART

YURI ENNY

#### **REVISÃO**

CÍNTIA CLARA RODRIGUES

LUCIANA ARISSAWA





**PODER JUDICIÁRIO**  
**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**